

Prospectiva (Frutal-MG).

Juventudes e sociedades no Brasil: estudos transdisciplinares [Volume 2].

Otávio Luiz Machado (Org.).

Cita:

Otávio Luiz Machado (Org.) (2016). *Juventudes e sociedades no Brasil: estudos transdisciplinares [Volume 2]*. Frutal-MG: Prospectiva.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/editora.prospectiva.oficial/48>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pVe9/hvT>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Otávio Luiz Machado (Org.)



Juventudes e sociedades no Brasil
volume 2



Otávio Luiz Machado (Org.)

**Juventudes e sociedades no Brasil:
estudos transdisciplinares**

Volume 2

Políticas públicas de juventude

**Expressões culturais, juventudes
e comunicação**

**Frutal-MG
Editora Prospectiva
2016**

Copyright 2016 by Editora Prospectiva

Capa: Jéssica Caetano

Revisão: Os autores

Edição: Editora Prospectiva

Editor: Otávio Luiz Machado

Assistente de edição: Jéssica Caetano

Conselho Editorial: Antenor Rodrigues Barbosa Jr, Flávio Ribeiro da Costa, Leandro de Souza Pinheiro, Otávio Luiz Machado e Rodrigo Portari.

Contato da editora: editorapropectiva@gmail.com

Página: <https://www.facebook.com/editorapropectiva/>

Telefone: (34) 99777-3102

Correspondência: Caixa Postal 25 – 38200-000 Frutal-MG

Juventudes e sociedade no Brasil: estudos transdisciplinares (volume 2) / org.
Otávio Luiz Machado. – Frutal: Prospectiva, 2016.
595 p.

ISBN: 978-85-5864-052-7

1. Juventudes – aspectos sociais.

I. Machado, Otávio Luiz Machado.

SUMÁRIO

Apresentação.....08

Introdução.....09

**EXPRESSÕES CULTURAIS, JUVENTUDES E
COMUNICAÇÃO.....10**

**Não tenho tempo para nada! A constituição das
práticas de lazer de jovens contemporâneos
Ivanês Zappaz e Juliana Ribeiro de Vargas.....11**

**Políticas de Juventude, Sistema Nacional de
Participação Social e o papel da mídia no debate
público nacional
Elisangela Lizardo e Luana Bonone.....48**

**A “gurizada” da modernidade líquida:
possibilidades de uma pesquisa online
Ana Carolina Sampaio Zdradek e Dinah Quesada
Beck.....96**

O papel da música na perspectiva de adolescentes aprendizes dessa arte: uma análise fenomenológica

Lisiane Alves Monteiro, Roberta Cancelli Pinheiro Alves Ferreira, Graziela Siebert, Gabriela Franco de Almeida e Larissa Guimarães Martins Abrão.....142

Participação política, direitos humanos e juventude evangélica: a Rede Fale

Caio César Sousa Marçal e Morgana Lickteneld Boostel.....184

POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE.....225

Políticas Públicas de Juventude: estudo de caso do Programa Casas das Juventudes – PE

Ana Karina Araújo de Moraes, Jenifer Maria Miranda de Sousa Pinheiro, Mariana Bezerra Lyra e Rubén Oscar Pecchio Vergara.....226

Justiça juvenil restaurativa: por uma nova abordagem do ato infracional com adolescentes em conflito com a lei

Rafael Antônio Rodrigues e Antonio Milton de Barros.....261

A linha, o anzol e a rede de pescar: um estudo de caso do Projovem Integrado em Natal/RN

Luana Isabelle Cabral dos Santos, Ilana Lemos de Paiva e Marlos Alves Bezerra.....278

Como o Estado brasileiro responde ao extermínio da juventude negra?

Gabriel Miranda e Joana Tereza Vaz de Moura.....325

Juventude rural e acesso a políticas públicas no município de Serraria (PB)

Gustavo José Barbosa.....394

Promoção de alimentação adequada e saudável na adolescência utilizando a mídia social Instagram e outras ferramentas de educação alimentar

Haydée S. Lanzillotti, Maria Elisa Barros, Maria Thereza F. Cury, Ana Lúcia V. Rego, Marcela H. Carvalho, Luna X. Sardinha, Victória F. C. Lemos e Catarina C. R. Macedo.....408

Exploração sexual de adolescentes e jovens na cidade de Natal/RN: os determinantes dessa exploração a partir da realidade do projeto Viravida – SESI/RN

Renata Almeida Leão.....427

**A assistência de enfermagem aos adolescentes na
atenção primária: Revisão integrativa**

Tammy Lucieli Diniz Silva.....458

**Atenção ao adolescente: direitos e políticas públicas
de saúde**

Maria Ambrosina Cardoso Maia, Jaqueline Silva Santos, Raquel Dully Andrade, Jeniffer Stephanie Marques Hilário e Lays Marcele de Pádua Souza....543

**Cidades universitárias: produção juvenil,
oportunidades sociais e território de passagens**

Otávio Luiz Machado e Jéssica Mayra Camões.....576

Apresentação

A primeira publicação coletiva empreendida pelo grupo de pesquisa “Juventudes, Sociedades e os Dilemas da Formação Humana” da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) veio num momento político e econômico sensível do nosso País, cuja conjuntura afeta de sobremaneira as nossas juventudes.

Como reunimos um conjunto de pensadores e pensadoras que se interessam em debater uma determinada temática, então podemos dizer que as nossas preocupações não podem deixar de dar respostas para as expectativas, sentimentos, sonhos, perspectivas e atitudes juvenis, o que significa dizer que continuar estimulando novos estudos poderá dar novas contribuições para que as múltiplas exigências sociais possam ser consideradas.

As mais diversas contribuições recebidas para os primeiros volumes da coletânea **Juventudes e sociedade no Brasil: estudos transdisciplinares** nos dão novamente a certeza de que os estudos sobre as juventudes ganharam um espaço significativo na produção acadêmica brasileira. Boa leitura!

Prof. Otávio Luiz Machado (UEMG)

INTRODUÇÃO

O segundo volume da coletânea **Juventudes e sociedade no Brasil: estudos interdisciplinares** reuniu trabalhos que tratam de expressões culturais, políticas públicas e comunicação.

Mais uma vez a diversidade de autores com origens geográficas das mais diversas e abordagens marcadas pela pluralidade de questões de pesquisa são parte das contribuições trazidas nos artigos aqui publicados.

Os temas como práticas de lazer, mundo virtual, participação política, adolescentes em conflito com a lei, violência juvenil, direitos sociais e tantos outros podem ser lidos nos textos que se seguem.

A importância de se criar novos olhares nos estudos sobre juventudes produzidos equivale a dizer que o campo das juventudes vem sendo ampliado pela capacidade dos pesquisadores e dar novas respostas para as novas questões sociais que surgem. O incentivo aos novos trabalhos também está na nossa capacidade de recriação e presente atualização.

O editor

EXPRESSÕES CULTURAIS, JUVENTUDES E COMUNICAÇÃO

NÃO TENHO TEMPO PARA NADA! **A CONSTITUIÇÃO DAS PRÁTICAS DE LAZER DE JOVENS CONTEMPORÂNEOS**

Ivanês Zappaz¹

Juliana Ribeiro de Vargas²

Lazer e tempo livre: palavras iniciais

O lazer é entendido como a cultura, compreendida em seu sentido mais amplo, vivenciada (praticada ou fruída) no ‘tempo disponível’. É importante, como traço definidor, o caráter ‘desinteressado’ dessa vivência. Não se busca (...) outra recompensa além da satisfação provocada pela própria situação. A disponibilidade de tempo significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa. (MARCELLINO, 1995, p.31).

O que fazem, em seus momentos de tempo livre, grupos de jovens contemporâneos? Festas, algazarra, “folia” poderiam ser palavras recorrentes para tal conceituação. Entretanto, ao entrevistarmos jovens estudantes, de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul (RS), suas narrativas afastam-se da

¹ Mestrando em Educação – PPGEDU/ULBRA.

² Doutora em Educação. Professora e Pesquisadora - PPGEDU/ULBRA.

caracterização que, costumeiramente, atribui-se às práticas juvenis em tais momentos. No entanto, apesar de diferirem, em alguma medida, das práticas vivenciadas por outros jovens, as ações realizadas nos espaços de tempo livre dos estudantes gaúchos não escapam das palavras de Marcellino (1995), que abrem este texto: busca-se o prazer, a fruição, a satisfação plena na constituição das práticas de lazer.

É possível pensar que as possibilidades de uso do tempo foram, recorrentemente, tema de debates e controvérsias ao longo da história, em diversas sociedades: tempo livre, tempo para o trabalho, para o estudo, para o descanso, para o lazer. Ao analisar a rotina de trabalhadores na atualidade, vê-se que muitos dos mesmos preocupam-se, cada vez menos, em vivenciar momentos de fruição do tempo livre com atividades relacionadas à arte, ao esporte, às festas, ao divertimento. Assim, a partir da contribuição trazida por Marcellino citada acima, a qual dá ênfase ao lazer no tempo disponível, é possível entender o uso do desse tempo para a realização de práticas culturais organizadas em relação às condições de possibilidade de um determinado tempo histórico e das produções de distintos grupos sociais.

Os momentos de diversão, entretenimento em família ou com amigos, são mais escassos entre estudantes que trabalham quando comparados, por exemplo, às práticas de alunos que têm como compromisso apenas as demandas escolares. Vale destacar que Luiz Octávio de Lima Camargo (1989, p.33) define tempo livre como o tempo que acaba sobrando das obrigações de cunho profissional, escolar e familiar, no qual se vive o estudo voluntário, as questões religiosas, políticas e o lazer.

Neste texto, recorte de uma investigação maior, temos como objetivo analisar e problematizar algumas das práticas de lazer constituídas por um grupo de jovens alunos trabalhadores, estudantes do Ensino Médio noturno, de uma escola pública da cidade de Garibaldi (RS). Para tanto, buscamos aporte na perspectiva dos Estudos Culturais, em uma abordagem pós-estruturalista, e, desta forma, compreendemos a juventude como uma categoria plural, para além das questões etárias e biológicas.³

³ Sobre ao campo do pós-estruturalismo, é possível afirmar que o mesmo não se constitui apenas como uma oposição às teorizações estruturalistas, mas sim, se organiza como campo teórico que abarca um modo específico de pensamento. Esclarece Alfredo Veiga- Neto “numa perspectiva pós-estruturalista, não entra em jogo pensar sobre uma suposta realidade do mundo simplesmente porque o que interessa é o sentido que damos para as

A partir do referencial teórico supracitado, entendemos que os jovens, são em muitas situações, referidos como sujeitos que se destacam por características específicas, a exemplo da capacidade de realizar, sem maiores dificuldades, várias atividades ao mesmo tempo. Sobre o tema, pontua Garbin (2009, p.33):

É uma camada juvenil que tecla ao mesmo tempo em que troca e-mails, navega em sites, posta fotos em outros, assiste televisão [com o controle remoto à mão], ouve música num walkman, num discman, num iPod, num MP3/4/5/6/... player, num celular, num Palm top, ou num aparelho de som convencional e comenta o que assiste e ouve, o que tecla, troca de canais a todo instante em busca de novas imagens, de novos sons, dos mais diferentes lugares e com os mais diferentes personagens, com uma velocidade ímpar [...]

Valemo-nos também dos Estudos sobre Lazer, compreendendo tal dimensão como um conjunto de

coisas que estão no mundo, e só podemos dar sentido por meio da linguagem” (VEIGA- NETO, 1996, p. 168).

“práticas culturais, em seu sentido mais amplo, englobando também os diversos interesses humanos, suas diversas linguagens e manifestações” (MELO E JUNIOR, 2012, p.34). Tais autores, em seus estudos sobre o tema, consideram como lazer as vivências no tempo livre, bem como o prazer que as mesmas podem possibilitar para quem as realiza.

Em referência ao processo metodológico, destacamos que o presente estudo foi realizado com trinta e cinco estudantes do Ensino Médio Noturno, com idades entre quinze e dezoito anos, na qual atuo como docente.⁴ Foram realizadas observações dos jovens supracitados no espaço escolar, aplicação de questionários abertos sobre as práticas de lazer vivenciadas/constituídas pelos/as estudantes e ainda, sobre demais aspectos de sua condição juvenil (atividades realizadas com familiares e amigos, uso das ferramentas tecnológicas no cotidiano e planejamento futuro). A análise dos questionários fomentou a organização de dois grupos de discussão com os participantes e, posteriormente, a análise das narrativas dos mesmos acerca de dimensões de sua

⁴ Os alunos pesquisados frequentam, em 2016, turmas do segundo ano do Ensino Médio.

condição juvenil.⁵ Conforme afirma Jorge Larrosa (1996), as narrativas são entendidas como meios de se conferir sentido às experiências individuais e coletivas, o que implica na produção dos sujeitos, autores e personagens das narrativas. Desse modo, ao participar das exposições das experiências desses sujeitos, pensamos fazer parte também do processo de reflexão e desenrolar dos fatos constituídos por eles/as, no instante em que “quem narra, também é narrado”, como argumenta Marisa Vorraber Costa (2002, p.94).

Como professores e pesquisadores, compreendemos o espaço escolar como constituído e atravessado por diversidades múltiplas, por “toda a gama dos lugares diversificados e densamente estratificados de aprendizagem, tais como a mídia, a cultura popular, o cinema, a publicidade, as comunicações de massa e as organizações religiosas, entre outras” (GIROUX, 1995, p.90), uma vez que evidencia as trocas culturais em seu interior. Cada aluno/a traz, em sua bagagem, histórias distintas e diferentes formas de compreender o mundo. A relação que estabelece com seus pares proporciona

⁵ É importante destacar que nem todos os alunos que responderam o questionário estiveram presentes nos momentos de organização dos grupos de discussão.

novas e ilimitadas visões do seu entorno, ampliando seus conhecimentos, conectando-se assim, a outras culturas.

A partir de nosso interesse pela temática do lazer, constituído pela prática profissional como professores de Educação Física, temos observado que os jovens contemporâneos têm organizado suas práticas de lazer de modo distinto, ao que é, por exemplo, pautado pelas políticas públicas de lazer. Tais políticas compreendem o lazer como estratégia para o bem-estar dos indivíduos, a exemplo das atividades recreativas, esportivas e culturais, dentre as quais, destacam-se as ruas de lazer, as apresentações artísticas, competições esportivas, sejam elas de rendimento ou participação como acrescenta Marcellino (2008, p.26) sobre o tema:

[...] falar numa política de lazer significa falar não só de uma política de atividades, as quais, na maioria das vezes, acabam por se constituir em eventos isolados e não em política de animação como processo. [...] o lazer tem sua especificidade, inclusive enquanto política pública, mas não pode ser tratado de forma isolada de outras questões sociais.

Vale destacar que a política pública de lazer é pautada pela Constituição Brasileira de 1988, documento que regulamenta tal dimensão como um direito social de todo cidadão brasileiro, como se verifica no Art. 6º, a saber: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.⁶ No que tange a realidade brasileira atual, Gomes et. al (2009, p. 69), atribuem ao lazer, com base no senso comum, como:

[...] descanso, folga, férias, repouso, desocupação, distração, passatempo, hobby, diversão, entretenimento, tempo livre. Além disso, algumas pessoas associam o lazer a determinadas práticas culturais, tomando-o como sinônimo, por exemplo, de esporte, cinema, música etc. Outras vinculam o lazer a ações como dançar, assistir TV e viajar, entre outras.

⁶

Disponível

em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

Acesso em 20 abr. 2016.

Com a criação do Ministério do Esporte na estrutura governamental no ano de 2002, através da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS), foi implantado, no ano seguinte, o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). Com o slogan “O lazer vai tomar conta da cidade e a cidade vai tomar conta do lazer”, o Programa tem por objetivo, proporcionar a prática de atividades físicas, culturais e de lazer que envolvam todas as faixas etárias e também, as pessoas portadoras de deficiência, além de estimular a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, favorecer a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e lazer sejam tratados como políticas e direitos de todos.⁷

Através das narrativas dos estudantes, percebe-se que as políticas públicas organizam práticas de lazer que pouco dialogam com demandas da sociedade contemporânea, a exemplo do escasso tempo livre que muitos dos jovens têm, na atualidade. Tal afirmativa pode ser visível quando os

⁷

Disponível

em:

<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/esporte-e-lazer-da-cidade>. Acesso em 27 abr. 2016.

investigados narram não terem tempo para a realização de outras atividades que não sejam laborais e/ou estudantis. De modo especial, os jovens trabalhadores/estudantes apontam como lazer atividades tais como descansar e relaxar, afastando-se ainda mais das dimensões constituídas como lazer apontadas pelas políticas públicas. Exemplo disto pode ser percebido na cidade, onde os alunos desse estudo residem, uma vez que, são organizadas, pela Secretaria de Esportes e Lazer/Turismo do município, atividades esportivas e recreativas tais como competições de variadas modalidades de esportes, ruas de lazer e eventos artísticos/culturais. Contudo, os alunos pesquisados, em sua maioria, não usufruem de tais atividades e afirmam que lazer se define como momentos em que se pode “dançar”; “passear” ou simplesmente, “ficar em casa”.

Assim, em consonância com a perspectiva dos Estudos Culturais em Educação, compreendemos como necessário perceber o lazer como um rol de práticas não estanques e plurais. Além disso, procuramos aqui desconstruir o entendimento de lazer unicamente ligado ao foco esportivo, das atividades físicas, das práticas corporais. Desta forma, buscamos entender tal dimensão como um rol de atividades que podem ser vivenciadas de modo

individual, com possibilidades múltiplas, como considera Cláudio Augusto Silva Gutierrez (2009, p.59) ao mencionar que dentre elas “estão os passeios, as excursões, os aprendizados nas artes, as vivências nos esportes [...] tudo o que convoca para viver, que inaugura novas experiências de fruição de beleza e expande a vida”.

Frente a tais assertivas, procuramos, a partir do presente estudo, entender melhor de que modo esses jovens estudantes trabalhadores estabelecem relações com as práticas de lazer na contemporaneidade. Nas seções seguintes, apresentamos um breve histórico sobre o conceito de lazer e reiteramos as perspectivas teóricas e metodológicas. Em seguida, apresentamos as análises realizadas. Encerramos este texto destacando que outras dimensões relacionadas às práticas de lazer poderiam ser analisadas no intuito de compreender melhor os modos de ser e de viver de jovens estudantes/ trabalhadores na atualidade. Mais do que tratar sobre o lazer dos jovens contemporâneos, a presente pesquisa constitui uma possibilidade para que professores e pesquisadores analisem modos diversificados de ser jovem na contemporaneidade.

Lazer: uma perspectiva histórica

A expressão *lazer* tem sua origem do latim *licere* e sua conotação remete ao “ser permitido, poder, ter o direito”. Comumente relacionado a situações de liberdade, atividades culturais, divertimento e/ou descanso, o lazer diz respeito as mais variadas dimensões da ação humana. Ao levar em consideração os estudos produzidos sobre o tema “o lazer designa um amplo e complexo campo da vida social que inclui uma variedade de temáticas, tais como o tempo livre, o ócio e a recreação” (GOMES et. al. 2009, p.68).

As primeiras definições sobre o lazer, de um modo geral, estiveram relacionadas ao ócio, ao tempo de desprendimento das atividades de organização da vida cotidiana. A ideia de um período de contemplação das coisas puras da vida e, por conseguinte, do afastamento das atividades triviais foi constituída na sociedade grega antiga, como apontam Melo e Alves Junior (2012). Os referidos autores destacam que na Grécia Antiga, valorizava-se “a contemplação e o cultivo de valores considerados elevados, como a bondade, a verdade e a beleza” (MELO E ALVES JUNIOR, 2012, p.3-4). Pode-se

afirmar também que o trabalho, na sociedade grega, era compreendido como uma tarefa dos homens não livres, que formavam a grande massa de escravos.

As dimensões apontadas por Melo e Alves Junior (2012), em certa medida, contrastam com os ideais da sociedade romana, que não considerava o trabalho como negativo ao desenvolvimento do homem. Assim, o descanso e a diversão eram compreendidos pelos romanos como práticas necessárias para que os homens se mantivessem em melhores condições de trabalho. Desta forma, era permitido que as camadas sociais menos abastadas, àquelas a quem eram impostas as responsabilidades pelo trabalho duro e produtivo, tivessem momentos de recomposição do corpo e da alma, no caso, o ócio, única e exclusivamente, para que o rendimento no trabalho fosse de mais produção, assim que retomado.

Na Idade Média ocorre um rígido controle do tempo pela Igreja Católica do tempo de homens e mulheres não usado para o trabalho, porém o descanso e algumas festividades eram permitidas para a plebe nestes espaços de tempo. Já para a nobreza, o poder e o luxo eram as marcas exibicionistas nos períodos de ócio. Com o advento das primeiras religiões protestantes, o tempo de não

trabalho passa a ser “inimigo do trabalho”, e mais rigidamente controlado, além de visto como algo pecaminoso, contextualizando o trabalho como enobrecedor ao homem. Tais percepções sustentam os fundamentos do capitalismo, numa lógica puramente mercantil de enaltecimento do trabalho, desmerecimento do não trabalho, controle de ações e ordenação de valores. (MELO E ALVES JUNIOR, 2012)

Em um contexto marcado pelas transformações surgidas com a industrialização, as práticas de lazer passaram a ter uma relação com a parte do tempo que começou a “sobrar”, em virtude das regulações impostas pela burguesia, estado, igreja, judiciário e do estabelecimento das jornadas de trabalho, fruto de conquista das lutas da camada que vendia a mão-de-obra (trabalhadores) e que exigiam melhores condições de trabalho. Deste modo, o tempo disponível dos trabalhadores passou a configurar-se como algo potencialmente perigoso para o modelo social vigente, passando a ser amplamente controlado com o intuito de garantir a ordem e, por consequência, mais produção e maior lucro. Sendo assim o lazer passou, a partir desse período, a se caracterizar como algo que libera o sujeito do cansaço e das preocupações exigidos pelo

trabalho, dentre outras obrigações, proporcionando-lhe descanso, além de apresentar-se como algo prazeroso, divertido e que se contrapõem à rotina do dia-a-dia e também como capaz de suprir as mais diversas necessidades humanas, sejam elas corporais, manuais, sensitivas ou sociais. Como apontam as palavras de Joffre Dumazedier (1976, p.34).

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Marco Paulo Stigger (2009, p.82) ao se referir “aos jogos, às danças, aos esportes e a outras práticas sociais esportivas ou não” como “atividades da cultura corporal”, faz referência também à “cultura lúdica, em que os passatempos ganham lugar de destaque”. O referido autor compreende tais passatempos como “atividades realizadas em espaços/tempos em que os indivíduos estão livres do

trabalho e de outras obrigações e, apesar de inúmeros constrangimentos, ocorrem de acordo com suas possibilidades de escolhas”. A partir desta premissa, fica clara a relação entre o estabelecimento de determinadas práticas de lazer e as oportunidades/possibilidades de vida de cada indivíduo, seja pelo tempo disponível para a realização de determinadas práticas, em detrimento a outras, seja pelos espaços urbanos disponíveis para sua realização. Logo, vale problematizar: quais as possibilidades para a constituição de práticas de lazer têm os jovens estudantes/trabalhadores do presente estudo?

As regras do jogo: as perspectivas teóricas

Conforme apontado anteriormente, os Estudos Culturais em Educação, em perspectiva pós-estruturalista, constituem um dos campos teóricos deste estudo. São entendidos como uma produção coletiva no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, como um processo que viabiliza a formulação de uma ampla gama de estudos, os quais fomentam a análise de diferentes aspectos da contemporaneidade, assumida em sua ambiguidade, complexidade e contradições. Desde sua origem, os Estudos Culturais

configuraram-se como um campo teórico que tensionava tradições elitistas, as quais persistiam “exaltando uma distinção hierárquica entre alta cultura e cultura de massas, entre cultura burguesa e cultura operária, entre cultura erudita e cultura popular”. (COSTA, SILVEIRA E SOMMER, 2003, p.37).

Heloisa Buarque de Hollanda (1995) ao abrir um horizonte novo de reflexão, propõe um cruzamento real do mundo da cultura com o do esporte e do lazer. Aponta também, que na área dos Estudos Culturais, o lazer e o turismo começam a ser avaliados como campo de análise para a construção das novas subjetividades urbanas, imprescindíveis para o diálogo eficaz com os processos de globalização do mercado cultural.

É importante destacar que o conceito de representação, largamente utilizado no campo dos Estudos Culturais, é entendido como um processo cultural que compreende as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos (Woodward, 2000). E que este, segundo Rosa Fischer (2003), é atravessado por processos de regulação social, por expressões de

poder⁸. Neste estudo, as narrativas dos estudantes pesquisados tensionam uma representação naturalizada de lazer, a qual é constituída próximo as ideias de atividade física, movimento e uso “produtivo” do tempo livre.

Em consonância com o referido campo teórico, a juventude pode ser compreendida como uma categoria plural, como afirmam Carles Feixa (1999), Rosa Fischer (2001), Elisabete Garbin (2009), Juarez Dayrell (2003), entre outros autores. Em que pese, no âmbito das legislações, demarcar a juventude dentro dos padrões etários, em consonância com os autores anteriormente citados a juventude ultrapassa os limites cronológicos. Tais fatos corroboram a ideia de Beatriz Sarlo (2004, p.36) de que “a juventude não é uma idade, e sim uma estética da vida cotidiana”.

Afastando-se da limitação etária indicada pela Organização das Nações Unidas (ONU),⁹ que considera jovens os sujeitos entre os 15 e 24 anos, a perspectiva teórica aqui utilizada destaca que ser jovem é muito mais um estado de espírito, do que

⁸ Neste caso o poder na representação marca, atribui significados e classifica, conforme refere Stuart Hall (1997).

⁹ Disponível em: <http://www.onu.org.br/>. Acesso em 24 abr. 2016.

propriamente a idade que temos, conforme acrescenta Maria Rita Kehl (2004, p.89-90):

Quem não se considera jovem hoje em dia? O conceito de juventude é bem elástico: dos 18 aos 40 anos, todos os adultos são jovens. A juventude é um estado de espírito, é um jeito de corpo, é um sinal de saúde e disposição, é um perfil do consumidor, uma fatia do mercado onde todos querem se incluir. Parece humilhante deixar de ser jovem e ingressar naquele período da vida em que os mais complacentes nos olham com piedade e simpatia e, para não utilizar a palavra ofensiva – velhice –, preferem o eufemismo “terceira idade”.

Assim, tornam-se borradas as fronteiras que limitam um tempo aproximado para se ‘entrar e sair’ da juventude. Guita Grin Debert (2010, p.51) sustenta que a “juventude perde conexão com um grupo etário específico e passa a significar um valor que deve ser conquistado e mantido em qualquer idade através da adoção de formas de consumo de bens e serviços apropriados”. Com base nestas incursões pode-se citar os cuidados com o corpo, a

manutenção de uma aparência forte, tonificada, jovial, interpelados por uma indústria de produtos de beleza, alimentação e de academias de ginástica através de fortíssimos apelos midiáticos.

Dayrell (2003, p.41) confere à juventude como “[...] um tempo para o ensaio e o erro, para experimentações, um período marcado pelo hedonismo e pela irresponsabilidade, com uma relativização da aplicação de sanções sobre o comportamento juvenil”, relacionando o tema à ideia de “moratória social”. Torna-se compreensível que esta etapa da vida seja um espaço em que os sujeitos, por não serem adultos ainda, possam vivenciá-la de modo pleno, eximindo-se de certas responsabilidades que se apresentam.

Pode-se afirmar a juventude como o momento no qual as transformações na vida acontecem mais abruptamente: a entrada no Ensino Médio, a apresentação ao mundo do trabalho, o enfrentamento familiar e social, as andanças pela vida noturna, as situações amorosas, as definições por carreiras profissionais, em meio a outros perigos, privações, desafios, escolhas e diversões, tudo isso incluído no que se faz fora do tempo dedicado ao estudo, trabalho, dentre outras obrigações, entendido como lazer.

Lazer é descansar! Problematizando narrativas de alunos/trabalhadores

A partir da análise das narrativas dos estudantes e dos dados dos questionários, passamos a identificar algumas respostas interessantes para a pergunta: “o que é lazer para você”?¹⁰ Tais respostas apontavam desde “ficar em casa sem fazer nada, sair com os amigos, jogar bola”, até “ler um livro” ou “ouvir música” e “fazer o que se gosta”. Algumas das narrativas dos estudantes remetiam diretamente às relações entre o tempo livre e o trabalho, muito destacado por eles/as, pois, após suas respectivas jornadas de trabalho, dirigiam-se à escola, para dar continuidade às obrigações a eles/as impostas.

Dentre as narrativas surgiram referências ao “descanso” e à “falta de tempo”, fato que indica que o pouco tempo livre que lhes “sobra” acaba destinado ao ato de “descansar, relaxar, dormir, recarregar as baterias”. Mesmo que alguns tenham os finais de semana livres, chamou a atenção o

¹⁰As narrativas destacadas são de autoria de alunos/as participantes deste estudo e foram protagonizadas no mês de março de 2016.

depoimento de uma jovem que disse: “trabalho no restaurante com meu irmão toda a semana e nos finais de semana é quando trabalho mais, porque tenho que ir de dia e de noite também”. Ou como o relato de um garoto que dizia ter dois empregos: “trabalho tudo o que der até juntar dinheiro para comprar meu carro e fazer a carteira (de habilitação)”. Em suas palavras:

Tatiane - “Trabalho sábado todo o dia, aí fico por casa mesmo, descanso”.

Douglas - “Eu trabalho, aí nos fins de semana faço bico de garçom, não tenho tempo pra nada”.

Marli - “O lazer fica em último lugar, a gente trabalha né”.

Sofia - “Trabalho, escola, curso (de inglês), falta tempo, não tem como”.¹¹

Além das atividades escolares no período noturno, tais alunos têm jornada laboral em quase todos os dias da semana, uma vez que atuam em mais

¹¹ Por questões éticas, os nomes verdadeiros dos alunos foram substituídos por outros, de sua escolha.

de um emprego. Muitos desses jovens não necessitariam, de acordo com suas narrativas, trabalhar de modo tão intenso para a manutenção de uma renda para si e para sua própria família. No entanto, os referidos alunos desejam conquistar sua independência, ter condições próprias de consumir o que lhes convém, mesmo que para isso o pouco tempo livre que lhes reste, seja (necessário) para o descanso. Logo, resta-lhes pouquíssimo tempo livre para o exercício de outras práticas que não sejam o trabalho e o estudo. No entanto, como se pode verificar nas falas dos estudantes, as práticas por eles constituídas relacionam-se, de modo mais direto, à fruição e contemplação do tempo livre e, por conseguinte, distanciam-se das atividades físicas, das práticas desportivas e/ou dos jogos coletivos. Em suas palavras:

Júlio - “Eu gosto de ficar em casa assistindo filme, acho que Garibaldi precisa de um shopping”.

Edmilson - “Ah, eu gosto de assistir filme em Caxias (do Sul, no shopping), vou de vez em quando”.

Alice - “Ficar em casa com a família, dormir, assistir tv, é tudo de bom”.

Mauro - “Melhor coisa é assistir tv, sozinho”.

As práticas familiares também são citadas pelos alunos pesquisados e evidenciam o apreço que esses têm pela família, o que contrasta, inclusive, com a representação que temos da juventude contestadora, desafiadora, de constante conflito com suas famílias. Mostra que o pouco tempo disponível também é dividido com a família, valorizando-se tal situação, principalmente com atividades e/ou ações realizadas no próprio espaço residencial, no entorno da comunidade, passeios e festas, destacando-se o caráter afetivo, tal como pondera Dayrell (2002, p.124), ao dizer que a “família ainda é uma das poucas instituições do mundo adulto com a qual esses jovens podem contar”.

Junior - “Eu toco bateria na igreja e gosto de ficar com a família”.

Marisa - “Eu gosto de ficar em casa, tomar chimarrão, churrasco com a família”.

Júlia - “Às vezes eu saio para jantar, senão vou visitar meus pais, cuido da casa”.

Andressa - “Bom é estar em casa, fazer coisas que gosta, cozinhar, comer, ficar com o filho, família”.

Joelson - “Ler um bom livro, ficar em casa com a família”.

É possível compreender também que o uso das tecnologias/redes sociais constitui outra dimensão inerente à juventude contemporânea, que já se familiariza com o celular desde muito cedo, como argumenta Paula Sibilia (2012, p.51) ao dizer que “por motivos óbvios, os jovens abraçam essas novidades e se envolvem com elas de maneira mais visceral e naturalizada”. Tal situação pode ser considerada como válvula de escape para um descanso aparentemente ativo/atrativo, no instante em que se torna de fácil alcance dos/as jovens na atualidade, balizado, inclusive pelo pouco tempo livre e pela opção/necessidade de ficar em casa.

Elton - “Ah, o celular é importante, a gente vicia, mas tem a coisa boa e ruim, tem que saber usar”.

Gabriel - “Gosto de ficar sozinho, jogado no sofá, daí o celular é minha companhia, bate-papo”.

Renata - “Eu gosto de mexer no celular, em todo o lugar, sozinha”.

Samara - “Para mim diversão é ficar na internet, no celular”.

Germano - “Fazer o que quiser, ouvir música, computador, celular”.

Conforme afirma Shirlei Sales (2014), inúmeros artefatos tecnológicos passaram a fazer parte do cotidiano da sociedade como um todo, dos quais a juventude se apropria e toma para si com tamanha eficácia e desenvoltura. Em suas palavras:

Lousas digitais, computadores, sites educacionais, web-aulas, video-conferências, jogos pedagógicos, softwares educativos, laboratórios de informática, Datashow, laptops, netbooks, tablets, e-books, celulares, smartphones, ultrabooks, MP3, MP4, câmeras digitais, HD portátil, pendrives, CD-Rom, DVD, SMS, blogs, e-mail, Orkut, Facebook, Twitter, MSN são apenas alguns poucos exemplos de um número praticamente infinito de artefatos tecnológicos presentes nas escolas de hoje. (SALES, 2014, p.230).

O ‘fazer o que se gosta’ remete ao sentimento de que seja realizar tudo o que lhes causa prazer,

satisfação. Tais circunstâncias são narradas pelos alunos como práticas de lazer, fazendo valer o entendimento de que o que é considerado lazer para um, não necessariamente pode ser para o outro, ampliando e ramificando infinitamente tais possibilidades, na linha do que sustenta Marcellino (1996) quando estabelece a associação de que o “lazer com as experiências pessoais representa um entendimento limitado sobre a questão [...] não é a atividade em si que caracteriza o lazer. Afinal, a mesma atividade pode significar lazer para uma pessoa e, para outra, não”. (GOMES et. al. 2009, p.69).

Vale destacar que algumas narrativas dos estudantes fizeram referência à falta da disciplina de Educação Física para o Ensino Médio Noturno como uma possibilidade para a vivência de momentos de lazer¹². Era visível o desejo de que a mesma fosse oferecida, nem tanto pela atividade esportiva/recreativa em si, mas relatado como algo

¹² A disciplina de Educação Física era oferecida até o ano de 2015, somente no contra turno escolar, o que acabava por não contemplar o turno da noite com nenhuma atividade considerada como “fora da sala de aula” ou “mais divertida”, como eles próprios se referiam. A partir deste ano passou a ser oferecido um período semanal no turno regular, inclusive para o diurno, que também só frequentava a disciplina no contra turno.

necessário – e de direito – para contrapor a tensa rotina diária do trabalho e a escola, como possibilidade do ‘algo diferente, prazeroso’. Quando a disciplina passou a ser oferecida às turmas pesquisadas, os alunos afirmaram que este também poderia ser um espaço para a prática de atividades prazerosas, como vê-se:

Marcelo - “Dá vontade de vir (para a escola) só na quarta, que tem Educação Física”.

Sandra - “Gosto de jogar futsal, trago até tênis para jogar”.

Torna-se de maior clareza, portanto, que para além do ato de descansar, motivado pelo cansaço, efetivamente, em alguns casos, há o entendimento de que as práticas de lazer sejam realmente desprovidas de atividades consideradas mais ativas. Ou seja, as práticas ligadas à família, aos passeios, ao ficar em casa, ao navegar na internet (entende-se aqui telefone celular, computador, redes sociais), são possibilidades amplamente apresentadas como “*fazer o que se gosta*”, contrapondo-se inclusive sobre o próprio entendimento de lazer que temos enraizado no imaginário popular, oferecido pelas políticas públicas e propagado pela mídia, por exemplo.

Tal situação apresentada inicialmente por conta do cansaço físico e/ou intelectual, também acaba direcionada à questão financeira. Muitos alunos, inúmeras vezes, indicavam que o fato de “não ter dinheiro” afetava as possibilidades de “sair”, de se buscar outros espaços, o que colabora com grande ênfase para relacionar as práticas de lazer com o descanso ou ficar em casa com a família. O fato dos/as jovens pesquisados/as apontarem para o descanso como uma prática de lazer, indica que o pouco tempo livre lhes seja necessário para uma “parada” e/ou uma “quebra no ritmo” do dia-a-dia, desnaturalizando, portanto, as representações que temos do lazer, constituídas por políticas públicas, por espaços/equipamentos destinados para este fim.

Outro ponto a ser observado é a ideia da “moratória social”, trazida por Dayrell (2003), que aponta para a questão do não aproveitamento desta situação para as vivências variadas que as práticas de lazer podem oferecer. Tal juízo decorre da sujeição ao trabalho e da responsabilidade, na maioria dos casos, que os/as jovens têm por suas conveniências, bem como seu próprio sustento e de suas famílias também. Por conta disso e, diferentemente do público juvenil de estudantes do turno diurno, esses estudantes do noturno acabam sendo lançados mais

rapidamente para o “mundo adulto”, pois veem encurtadas as possibilidades de vivenciarem sua juventude, não disfrutando assim, da moratória que afirma o autor.

Considerações finais

Que lugar ocupa o lazer nas sociedades contemporâneas? Será uma válvula de escape para os indivíduos sujeitos à lógica produtiva ou trará a possibilidade genuína de liberação, subjetivação e satisfação individual? (FIGUEIREDO e SARÉ, 2014, p.152).

As palavras de Figueiredo e Saré (2014) são proveitosas para pensar como diferentes discursos, a exemplo daqueles visibilizados neste texto, acabam por constituir o entendimento de lazer das juventudes contemporâneas. Compreender a pluralidade juvenil, seus modos de vida e a facilidade que esta tem em mover-se pelos mais variados espaços, faz com que as práticas de lazer se tornem extremamente amplas, diversificadas e movediças. Se praticar alguma atividade física, dançar ou sair com os amigos podem ser consideradas práticas ‘normais’ de lazer, hoje – apesar das manifestações consumistas do veloz e

descartável – as novas juventudes ainda transitam por variadas e modificadas formas de lazer, distantes do que o contexto atual nos infere.

O entendimento de que a juventude atual, nascida no contexto de uma sociedade sem freios, veloz, efêmera e consumista, tem suas práticas de lazer constituídas na ótica do uso fugaz do tempo, não se fundamenta para este grupo de estudantes de classe trabalhadora. Para esses, as limitações financeiras e a falta de tempo fazem com que as opções “caseiras”, os passeios próximos, as ações realizadas entre familiares e amigos e ainda, o trânsito pelas redes sociais, se tornem práticas rotineiras de lazer. Assim, a conotação dada ao lazer, assume diferentes contornos, tendo em vista sua presença ao longo das civilizações, nas suas diferentes formas e manifestações, associando-o largamente ao uso do tempo e ao descanso, perpassado pela condição do trabalho, questões amplamente abordadas nos dias atuais. De tal modo, é comum que, por vezes, determinados enfoques sobreponham-se a outros, ora se contraponham, ora se fundem, tangenciando a movediça fronteira de tempos, espaços, culturas e o que entendemos sobre o que vem a ser o próprio significado do lazer, constituído pelas novas juventudes.

Destarte, ao compreender que o tempo em que não estão na escola sendo direcionado por umnexo puramente produtivo, em que pese o uso desse período como, primeiramente, destinado ao trabalho. O pouco tempo que resta a esses jovens, e que não é utilizado nas atividades escolares, é direcionado ao descanso e este, acaba descrito pelos jovens como uma prática de lazer. Entende-se, portanto, que as práticas de lazer usuais, acabam substituídas por atividades de repouso e/ou por aquelas que demandam um mínimo de esforço possível, haja vista, a necessidade de recompor-se física e mentalmente. Ancora-se tal condição também pela possibilidade de se estar em vários espaços a partir de sua própria casa, fazendo uso do pouco tempo que realmente é livre, imprimindo, quem sabe, novas configurações à juventude trabalhadora do Ensino Médio noturno e suas novas/diferentes formas de usar o tempo.

Referências bibliográficas

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **O que é lazer**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

COSTA, Marisa Vorraber. Pesquisa-ação, perspectiva participativa e política cultural da identidade. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos Investigativos II**: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2002.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Maria Hessel; SOMMER, Luís Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas, nº 23, p. 36-61, maio/jun./jul./ago. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a03.pdf>

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, set./out./nov./dez. 2003.

DAYRELL, Juarez. O rap e o funk na socialização da juventude. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 117-136, jan./jun. 2002.

DEBERT, Guita Grin. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n.34, p.49-70, jul./dez. 2010.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FEIXA, Carles. **De jóvenes, banda y tribus**: antropologia de la juventud. Barcelona: Ariel, 1999.

FIGUEIREDO, Silvio Lima; SARÉ, Larissa Latif Plácido. Usos e práticas do lazer e dos tempos livres: do consumo à procura da felicidade. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, p. 148-164, set./dez. 2014.

FISCHER, Rosa Bueno. **Televisão e Educação**: fruir e pensar a TV. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Mídia e educação da mulher: sobre modos de enunciar o feminino na TV. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 586-599, 2001.

GARBIN, Elisabete Maria. Conectados por um fio: Alguns apontamentos sobre internet, culturas juvenis contemporâneas e escola. In: BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância. **Juventude e escolarização**: os sentidos do Ensino Médio, 2009.

GIROUX, Henry A. Praticando Estudos Culturais nas faculdades de educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Alienígenas na sala de aula**: uma

introdução aos Estudos Culturais. Rio de Janeiro: Vozes, 1995. p. 85-103.

GOMES, Christianne et al. **Lazer na América Latina** / Tiempo libre, ócio y recreación em Latinoamérica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

GUTIEREZ, Claudio Augusto Silva. Concebendo a vida saudável desde o esporte & lazer. In: WOLF, Suzana Hübner (Org.). **Vivendo e Envelhecendo: Recortes de práticas sociais nos Núcleos de Vida Saudável**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2009.

HALL, Stuart. The spectacle of the 'other'. In: HALL, Stuart. Representation. **Cultural Representations and Signifying Practises**. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage/Open University, 1997. (Capítulo IV).

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. A contribuição dos Estudos Culturais para pensar a Animação Cultural. Debate no Seminário da Coordenação Interdisciplinar de Estudos Culturais, (CIEC), Universidade Federal do Rio de Janeiro, jul.1995. Disponível em: <http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/a-contribuicao-dos-estudos-culturais-para-pensar-a-animacao-cultural-2/>. Acesso em: 12 jun. 2016.

KEHL, Maria Rita. A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, Regina; VANUCCHI, Paulo (Org.). **Juventude e Sociedade**: Trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

LARROSA, Jorge. Narrativa, identidad y desidentificación. In: **La experiencia de la lectura**. Barcelona: Lertes, 1996.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do Lazer**: uma introdução. Campinas: Autores Associados, 1996.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e educação**. 2ª Ed. Campinas: Papirus, 1995.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Políticas Públicas de Lazer**. Campinas: Alínea, 2008.

MELO, Victor Andrade de; ALVES JUNIOR, Edmundo de Drummond. **Introdução ao lazer**. 2ª ed. Barueri: Editora Manole, 2012.

SALES, Shirlei Rezende. Tecnologias digitais e juventude ciborgue: alguns desafios para o currículo do Ensino Médio. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares. (Orgs.). **Juventude e Ensino Médio**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

SARLO, Beatriz. **Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, artes e videocultura na Argentina**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

SIBILIA, Paula. **Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

STIGGER, Marco Paulo. Lazer, cultura e educação: possíveis articulações. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 30, n. 2, p. 73-88, jan. 2009.

VEIGA-NETO, Alfredo. A didática e as experiências de sala de aula: uma visão pós-estruturalista. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 161-176. jul-dez, 1996.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p.7-72.

POLÍTICAS DE JUVENTUDE, SISTEMA NACIONAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E O PAPEL DA MÍDIA NO DEBATE PÚBLICO NACIONAL

Elisangela Lizardo¹³

Luana Bonone¹⁴

RESUMO: Uma ampliação significativa da democracia participativa marca as primeiras décadas do século XXI no Brasil. A promulgação do Sistema Nacional de Participação Social (SNPS) pelo governo federal é um símbolo da instituição de mecanismos de participação garantidos em forma de Lei. Esse sistema aponta para o exercício da cidadania com maior participação política na elaboração, execução e acompanhamento de políticas. Entre os setores sociais, a juventude se destaca por ter conquistado recentemente a formalização de um sistema nacional de políticas públicas que prevê, sobretudo, mecanismos de participação social que reconhecem sua existência enquanto sujeito de direitos e, desse modo, permite que se insira em um sistema de participação social formalizado pelo Estado. Entretanto, o debate nacional tem bastante influência do que é veiculado nos veículos de imprensa, visto que esses possuem importante papel de agendamento do debate público no país. Desse modo, com base nas discussões sobre juventude,

¹³ Doutora em Educação pela PUC-SP, programa EHPS.

¹⁴ Mestra em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP.

democracia e participação, este artigo tem por objetivo apresentar o que representa a aprovação do Sistema Nacional de Participação Social, instrumento que fortalece o Sistema Nacional de Juventude, bem como fazer uma discussão sobre o papel da mídia neste processo.

Palavras-Chave: Democracia; Participação; Juventude; Sistema Nacional de Participação Social; Sistema Nacional de Juventude.

Introdução

O sistema político democrático brasileiro, coroado com a promulgação da Constituição Federal de 1988, passa, desde os primeiros anos do século XXI, por modificações que contribuem para o aprofundamento do sistema democrático (representativo e participativo), buscando aproximação entre sociedade civil e Estado na gestão de políticas públicas. Constituindo seu próprio modelo de democracia, na última década o Brasil passou a se destacar entre os países da América Latina na constituição de uma nova gramática de democracia participativa, incluindo novos atores sociais em instâncias de participação política.

O fortalecimento de mecanismos de participação política a partir da consolidação das Conferências Temáticas, da valorização e criação de

novos conselhos de participação, e da criação de espaços como fóruns, grupos de trabalho e comissões, com diferentes formatos híbridos entre sociedade civil e Estado, buscam atenuar a distância entre a política exercida pelos representantes eleitos e as demandas que atingem os distintos grupos sociais. Muitos desses grupos encontravam-se ou ainda se encontram em situação de vulnerabilidade econômica, cultural, social e política. Ainda que a formalização de mecanismos de participação social não seja o pilar central sobre o qual se edifica uma sociedade justa, humanizada e democrática (para isto são necessárias políticas estruturantes que criem condições de igual desenvolvimento humano, que favoreçam as potencialidades dos cidadãos e garantam direitos fundamentais), ações como a promulgação do Decreto 8.243/2014, que institui a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS), expressam avanços obtidos no sentido da construção de um país mais democrático e contribuem para a construção de uma política mais plural, que vise a atender a diversidade de demandas de seu povo.

Os marcos que formalizam a política nacional de juventude são recentes, somente em 2010 os jovens foram reconhecidos como sujeitos de direitos

com a aprovação da PEC da Juventude (Emenda Constitucional nº 65/2010), seis anos após ter sido criada uma secretaria nacional destinada a elaborar e acompanhar as políticas voltadas para este segmento da sociedade. Já o sistema nacional que regula os mecanismos de participação social dos jovens em instâncias destinadas à elaboração, execução e monitoramento das políticas para a juventude foi previsto a partir da promulgação do Estatuto da Juventude em 2013. Diante da magnitude e da relevância social da participação dos jovens em todo sistema político nacional (a participação dos jovens na luta por democracia acompanha a história do país e pode determinar os rumos da sociedade brasileira), ainda são incipientes as produções que se destinaram a analisar o Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve).

Agregue-se a isso o fato de que o papel da mídia no desenvolvimento das democracias é um tema urgente para o desenvolvimento da Teoria Democrática e bastante oportuno diante da situação conjuntural que envolve a aprovação da Política e do Sistema Nacional de Participação Social. A Teoria Democrática tem se esforçado em afirmar a importância de instrumentos de comunicação na efetiva participação da sociedade civil no processo de

tomada de decisões, considerando que a eleição de representantes não esgota as possibilidades de participação na vida democrática e considerando também que a representação não se restringe à via eleitoral.

Considerando todas essas questões, este trabalho propõe-se a apresentar o que representa a aprovação do Sistema Nacional de Participação Social, instrumento que fortalece o Sistema Nacional de Juventude, bem como discutir o papel da mídia neste processo. Para atingir tais objetivos, foi realizada uma análise documental tendo como fontes principais os Decretos e Leis que instituem a Política Nacional de Participação Social (Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014) e a minuta que prevê, desde a aprovação do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013), a instituição do Sistema Nacional de Juventude, bem como a análise de artigos e matérias veiculados pelas publicações *Veja* e *Agência Carta Maior* a respeito do tema.

Democracia no século XX: breve histórico

A constituição da democracia como um dos acontecimentos mais importantes da sociedade moderna é opinião comum entre teóricos que

analisaram a consolidação das sociedades pós-guerras. Dois momentos, segundo Santos e Avritzer (2008), marcaram o debate em torno dos sistemas democráticos. O primeiro se referiu a instituição da democracia nos países europeus centrais e, posteriormente, o debate abarcava quais seriam as condições estruturais de implantação e qual modelo de democracia prevaleceria na sociedade. Permearam o século XX, desse modo, tanto o desejo de implementação da democracia, como o estabelecimento da democracia como uma forma hegemônica de governo, mesmo sendo no período pós-guerras, restrita a um processo eleitoral.

Dividido entre a efetivação da democracia nos países mais desenvolvidos econômica e politicamente, com baixa participação e mobilização social e uma concepção elitista de democracia resumida às formas de representação governamental, o século XX foi marcado por experiências de baixa intensidade democrática e concentração das decisões em uma elite com opiniões hegemônicas sobre a vida política, econômica e social dos povos. Este arquétipo de sociedade ocasionou uma "degradação da prática democrática" e gerou o que Santos e Avritzer (2008) chamaram de crise de legitimidade ou crise da explicação democrática tradicional,

forçando uma nova forma de compreender a democracia e suas variações de aplicação em âmbito local e no interior dos Estados nacionais, a qual deve ser efetivada participação dos cidadãos.

Na América do Sul, o processo de instauração da democracia a partir da segunda metade do no século XX, segundo Santos e Avritzer (2008), constituiu-se em um movimento de incluir novos atores na cena política, constituir uma "nova gramática social", inserir no campo administrativo práticas societárias e articular uma nova forma de democracia que considerasse a representatividade e a participação política. Houve, assim, uma ampliação e/ou transição democrática em praticamente todos os países do hemisfério Sul a partir da década de 1970, sempre a partir do questionamento de uma identidade ou cultura estabelecida por uma elite dominante a esses indivíduos que questionaram o *status quo*, imposto pelo Estado.

Em especial no início do século XXI, o governo brasileiro busca incorporar novos atores na gramática social, discutindo a aquisição de novos direitos, agregando esses elementos à forma tradicional de representatividade. A emergência da democracia participativa nos moldes da social-democracia enfrenta vulnerabilidades e a

representação de grupos empresariais que se apropriam dos discursos democráticos, reduzindo-os muitas vezes às categorias de mercantilização, como se percebe nos discursos de inclusão pelo consumo. Ainda assim, no Brasil da última década, onde se experimentou uma experiência de democracia participativa, destacaram-se ações como orçamento participativo, a realização de conferências nacionais temáticas e a consolidação dos conselhos de representação social.

Mesmo com os avanços de um modelo que concilia democracia representativa e participativa, fica evidente que os limites estruturais da sociedade ainda distanciam os sujeitos mais necessitados de políticas, não só por dificuldades materiais, ou tempo para se dedicar à política, mas também por serem estes sujeitos os que mais são atingidos pelas fragilidades das políticas de formação e cultura que possibilitam a transformação de sujeitos em atores sociais. Um desses sujeitos políticos, que interessa a este trabalho, é a juventude.

Juventude: protagonistas do seu próprio destino

Os jovens representam atualmente quase um terço da população do país (de acordo com o Censo

IBGE 2010, 26% dos brasileiros são jovens que possuem entre 15 a 29 anos) e são, desde 2010, sujeitos de direitos reconhecidos pela Constituição Federal. São agentes do desenvolvimento socioeconômico e indivíduos em formação. A parcela da sociedade que possui entre 15 a 29 anos, são os jovens pertencentes a distintos grupos sociais, econômicos, étnicos, culturais. Este segmento da sociedade, que antes era compreendido como problema social, ou apenas como uma fase de transição para a vida adulta, procura se constituir, hodiernamente, em sujeitos de direitos, protagonistas de suas próprias histórias, que ocorrem agora, no presente – e não mais no futuro, como sempre foi reservado à juventude.

A compreensão do jovem como sujeito de direitos decorre de elaborações que se transformaram ao longo das décadas e refletiram como já dito por Foracchi (1965), as tensões sociais presentes nos distintos períodos históricos. Para a autora, "menos do que uma etapa cronológica da vida, menos do que uma potencialidade rebelde e inconformada, a juventude sintetiza uma forma possível de pronunciar-se diante do processo histórico e de constituí-lo" (FORACCHI, 1965, p. 303).

Sob o aspecto sociológico, a juventude se constitui também como um período que exige ações políticas específicas de amparo, assistência à saúde, cultura, esporte e principalmente formação, que proporcionem a constituição de cidadãos adultos capacitados, produtivos profissionalmente, com consciência crítica e autonomia que lhes permita tomar suas próprias decisões.

A ampliação da população jovem na pirâmide etária do país (ocasionando o que alguns autores chamaram de "onda jovem") e maiores investimentos em políticas sociais e de desenvolvimento econômico impulsionaram uma inovadora percepção sobre a relação entre juventude e sociedade. A noção sobre o jovem-problema perdeu força e a juventude transformou-se então em "ator estratégico do desenvolvimento" ¹⁵ (AQUINO, 2009, p. 26). Essa ideia focaliza as potencialidades produtivas do jovem e busca incorporar sua força de trabalho no projeto de desenvolvimento econômico e social do país.

¹⁵ Esta leitura foi especialmente difundida e apoiada por organismos multilaterais e agências internacionais a partir do início da década de 1990 sob impulso das discussões promovidas desde 1985, por ocasião do Ano Internacional da Juventude. Nota originalmente publicada por Aquino (2009, p. 25).

E como se relaciona o poder público com esse "agente do desenvolvimento" pertencente a uma categoria socialmente construída? Para AQUINO (2009, p.10) "inexiste um entendimento comum a respeito das dimensões mais cruciais da temática juvenil sobre as quais deve atuar o poder público", contudo é sabido que somente nos fins da década de 1990 foram difundidas as políticas para juventude vindas da iniciativa governamental e somente em 2004, a partir de diálogos entre governo e movimentos sociais de juventude, consolidaram-se as ações que projetaram a política de juventude no país.

É preciso olhar o jovem como sujeito de direitos, logo, protagonista de seu processo educativo, ou, como considera Sposito (2000), é preciso pressupor que os jovens são sujeitos dotados de autonomia e são interlocutores ativos das políticas a eles destinadas. Esta nova configuração social exige a compreensão dos jovens como fruto do seu tempo, como uma construção histórica e social repleta de especificidades, que está em transição para a vida adulta, mas são, em tempo presente, cidadãos capazes de contribuir para o desenvolvimento do país, e carecem de ações políticas que garantam sua existência, sua formação, sua satisfação e seu desenvolvimento individual.

Uma visão de maior totalidade sobre a juventude permite compreendê-la como sujeitos que compõem a rede social produtiva, que exercem seus deveres e carecem de direitos sociais, que contribuem para o desenvolvimento e guardam complexidades geradoras de demandas políticas específicas. A juventude é diversa, o jovem se distingue dos demais por sua classe social, por raça ou etnia, pelo gênero, por seu local de moradia, pelo acesso ao mercado de trabalho, e tantas outras características que torna cada um dos indivíduos únicos. Faz-se importante, contudo, observar que, para além de toda essa diversidade, a caracterização do jovem não deve abrir mão de considerar a juventude como um período sócio-histórico da vida do sujeito, que está em constante transformação e transforma o meio em que vive. Esta é a perspectiva aqui adotada.

O Sistema Nacional de Participação Social (SNPS) e as políticas de juventude

A interação entre os poderes executivo, legislativo e as instâncias de participação cidadã, mais especificamente os Conselhos de Participação Social, relaciona-se diretamente com a consolidação

e fortalecimento da democracia, na medida em que se institucionalizam os espaços de interação entre os legisladores, os executores das leis e ações de governo e os cidadãos e ampliam-se as possibilidades de uma maior representatividade das demandas de diferentes grupos populacionais e políticos de uma cidade, estado ou país. É possível afirmar que a crise de legitimidade que permeia o sistema de representação política brasileiro (ainda que muitos segmentos já se encontrem representados, ao menos em parte, por seus eleitos), e o limitado alcance das políticas públicas, foram fatores que, somados, contribuíram para a formalização de políticas que asseguram – ao menos em Lei – a abertura de canais de diálogo, participação e controle da sociedade civil frente às ações políticas do Estado.

A institucionalização da participação social em instâncias de governo com o objetivo de aproximar a base social das esferas políticas possibilitou uma nova gramática social, o que provocou mudanças nas instâncias do poder público (casas legislativas e executivas), assim como na própria organização dos movimentos sociais. Esta nova configuração permitiu que os movimentos sociais se tomassem parte integrante do sistema gestor do país e tomassem para si a responsabilidade de contribuir mais diretamente

para a elaboração e o monitoramento de políticas. Sobre a importância de políticas de participação social como forma de fortalecimento e legitimidade da representação política, Avritzer (2014) afirma:

Temos um novo fenômeno que o filósofo francês Pierre Rosavallon classifica da seguinte maneira: a legitimidade das eleições não é capaz por si só de dar legitimidade contínua aos governos. Duas instituições estão fortemente em crise, os partidos e a ideia de governo de maioria. É sabido que a identificação com os partidos cai em todo o mundo, até mesmo nos países escandinavos onde ela era mais alta. É isso o que justifica a entrada da sociedade civil na política, não qualquer impulso bolivariano, tal como alguns comentaristas pouco informados estão afirmando (AVRITZER, 2014, s/p).

Ressalte-se que desde a Constituição Federal são garantidos pelo Estado instrumentos que almejam a aproximação da sociedade civil à ação política dos representantes eleitos, mas é forçoso observar que a eleição do governo Lula em 2002 – com a presença de setores que apoiam a ideia de

democracia participativa a gestão – reforçou ações como as Conferências Nacionais temáticas, a constituição e fomento de conselhos consultivos de participação social, a organização de espaços de diálogo entre sociedade civil e Estado e outras ações que culminaram na regulamentação da política e do sistema nacional de participação social. Avritzer (2014) afirma ainda que a partir do governo Lula "uma série de formas de participação foram introduzidas pelo governo federal, que dobrou o número de conselhos nacionais existentes no país de 31 para mais de 60, e que realizou em torno de 110 conferências nacionais – 74 entre 2003 e 2010 e em torno de 40 desde 2011" (AVRITZER, 2014, p. 11-12). As políticas de valorização da democracia participativa, institucionalizadas em forma de políticas de Estado, podem alterar estruturalmente a forma de se fazer política no Brasil. Principalmente se, aliadas aos mecanismos de participação previstos no SNPS, forem também garantidas, a todos os indivíduos, condições econômicas, sociais e culturais que permitam elevar a consciência crítica do povo e, assim, permita-lhe exercer com autonomia sua cidadania.

O Sistema Nacional de Participação Social integra o Decreto nº 8.243 de 23 de Maio de 2014

que institui, além do SNPS, também a Política Nacional de Participação Social (PNPS), e tem por objetivo "fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil" (Brasil, 2014). Fruto de experiências de democracia participativa em diversas áreas de atuação do governo federal, almeja-se, com a PNPS, além de promover o aprimoramento da gestão pública, estimular e fomentar dispositivos e espaços já existentes de democracia participativa, com o intuito de garantir a participação da sociedade civil e suas distintas formas de organização social em todas as etapas da política pública (formulação, execução, monitoramento e avaliação), aproximando a nova gramática social de uma "arquitetura institucional democrática-participativa" (IANONI, 2014; BRASIL, 2014).

O Decreto 8.243/2014 discrimina as instâncias de participação e suas funções (inclusive definindo-as) e, por fim, estabelece as instâncias no governo que se responsabilizam pelo acompanhamento da PNPS, com coordenação geral da Secretaria Geral da República. São estas instâncias:

I) conselho de políticas públicas; II) comissão de políticas públicas; III) conferência nacional; IV) ouvidoria pública federal; V) mesa de diálogo; VI) fórum interconselhos; VII) audiência pública; VIII) consulta pública; e IX) ambiente virtual de participação social (BRASIL, 2014).

A previsão de tais instâncias, sem prejuízo da criação de novos mecanismos, tem por objetivo garantir que estes espaços sejam respeitados como necessários para a implementação da democracia participativa, ainda que eles já existam em diversas áreas, como é o caso da juventude. Há uma interface entre a proposta do SNPS e os espaços de participação social existentes já no ano de 2014, como o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve, instituído em 2005); a frente parlamentar de juventude no Congresso Nacional; as comissões de Acompanhamento de Políticas e Programas (CAPP), de Parlamento, de Acompanhamento e Diálogo (CAD), e de Comunicação do Conjuve; as três Conferências Nacionais de Juventude realizadas em 2008, 2011 e 2015; ouvidorias de juventude em alguns estados: Ouvidorias da Secretaria da Criança e Juventude do estado de PE; Secretaria de Esporte,

Lazer e Juventude do estado de SP, ouvidoria do Conselho Estadual de Juventude do estado de GO; mesa de diálogo para discutir "Agenda e os Objetivos do Milênio"¹⁶; Comitês Gestores de acompanhamento do Projovem (urbano, trabalhador, rural e prisional); experiências de fórum interconselhos (o Conjuve participou da primeira reunião do Fórum Interconselhos e também realizou fóruns para tratar políticas específicas, como por exemplo, o fórum interconselhos de juventude para tratar o Programa Juventude Viva, em 26 e 27 de março de 2014); audiências públicas e consultas públicas diversas realizadas na última década em torno do tema Políticas Públicas de Juventude, destacando-se neste último caso a experiência do "Observatório Participativo da Juventude – Participatório", que tem como objetivos "Promover a participação em ambientes virtuais; Mobilizar a juventude e Produzir e publicizar conhecimento em rede" (BRASIL, 2014).

Dessa maneira, a institucionalização de um Sistema Nacional de Participação Social como previsto no Decreto significa fortalecimento e

¹⁶ Ver notícias sobre a mesa de diálogo em : <http://www.engajamundo.org/2014/05/27/mesa-de-dialogos-entre-governo-e-sociedade-civil-tem-participacao-protagonista-da-juventude/>

consolidação das políticas constitutivas do Sistema Nacional de Juventude, bem como diretrizes que poderiam embasar novas políticas de participação da juventude.

O que diz a mídia sobre o SNPS: democracia ou autoritarismo?

O posicionamento da mídia frente a aprovação da PNPS é uma expressão deste mecanismo representativo como instrumento de ideologia e de formação de opinião. Com intuito apenas de ilustrar posições dicotômicas da mídia em torno do tema, seguem alguns trechos publicados em jornais eletrônicos na ocasião da aprovação do Decreto, que evidenciam as diferentes posições, favoráveis e contrárias à democracia participativa no Brasil.

Cabe ressaltar que a apresentação de dados a seguir tem por objetivo ilustrar o debate público em torno da aprovação do Decreto em questão, considerando que os meios de comunicação de massa cumprem o papel fundamental de agendamento do debate público. Assim, realizou-se uma busca na internet e a partir do resultado da busca, dois veículos que deram destaque ao tema da aprovação do Decreto 8.243 foram selecionados: portal da

agência *Carta Maior* e portal da revista *Veja*. Uma pesquisa na ferramenta busca de cada portal foi realizada com as seguintes palavras-chave: “PNPS” e “Decreto 8.243”.

Quadro 1: Seleção de matérias sobre a aprovação da PNPS em portais eletrônicos: *Carta Maior* e *Veja*. Período: maio a agosto de 2014

Portal eletrônico	Matérias selecionadas	Período de publicação
Carta Maior	11	30 de maio de 2014 a 04 de agosto de 2014
Veja	9	04 de junho de 2014 a 05 de agosto de 2014

Fonte: quadro elaborado com informações disponíveis em endereço eletrônico das Revistas: *Carta Maior* e *Veja*. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/> e <http://veja.abril.com.br/>

A seleção das matérias analisadas foi realizada a partir da leitura das matérias e da escolha daquelas nas quais os autores se posicionavam mais explicitamente favoráveis ou contrários à PNPS. Foi considerada, também, a clareza das linhas editoriais dos dois veículos, diametralmente opostas no campo político¹⁷. Nos pontos abordados abaixo, serão

¹⁷ A título de exemplo, foi feita uma busca para comparar o editorial do portal *Carta Maior* com a Carta ao Leitor da revista *Veja* na mesma semana de julho de 2014 (garantiu-se que fosse a mesma semana). O editorial da *Carta Maior*, sob o título “Aeroportos e colisões tucanas”, explora a disputa entre José Serra e Aécio Neves em relação à candidatura

apresentados quadros que explicitam as matérias analisadas e o período de publicação em cada veículo. Ressalte-se que, ainda que esteja em curso um processo de circulação do debate em meios virtuais, os meios de comunicação chamados tradicionais – quais sejam, televisão, rádio e periódicos impressos – possuem um poder consolidado e ainda muito central de agendamento da pauta pública.

do partido para a presidência nas eleições 2014 e ainda faz menções positivas à presidenta Dilma Rousseff. Na mesma semana, a Carta ao Leitor da *Veja*, sem título, faz críticas duras e diretas à política externa adotada pelo governo Dilma, colocando o seguinte trecho em destaque: “Se os integrantes do grupo dos Brics - Dilma, inclusive - fingirem que não viram o crime do avião da Malásia e passarem a mão na cabeça do Putin, estarão se condenando ao fracasso ético e moral”. Outra comparação possível são os textos dos colunistas mais lidos de cada publicação. No caso da *Carta Maior*, Emir Sader, filiado ao PT desde 1984. No caso da *Veja*, o blogueiro de maior audiência é Reinaldo Azevedo. Em entrevista à TVeja, este colunista diz-se mais conservador que o PSDB e prega a privatização da Petrobras. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editorial/Aeroportos-e-colisoes-tucanas/31493>> ; <<http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-carta-ao-leitor-de-veja-se-os-integrantes-do-grupo-dos-brics-dilma-inclusive-fingirem-que-nao-viram-o-crime-do-aviao-da-malasia-e-passarem-a-mao-na-cabeca-do-companheiro-putin-estara-se-cond/>> e <<http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/corruptao/reinaldo-azevedo-defende-a-privatizacao-da-petrobras/>>. Acesso em 14 out 2014.

Posicionamentos favoráveis à implementação da PNPS

Apenas no endereço eletrônico do periódico *Carta Maior* é possível identificar mais de 40 matérias e artigos especiais que tratam o tema da PNPS e sua repercussão na mídia e entre as forças governistas e de oposição. Restringindo-se a análise apenas aos títulos das matérias, é possível visualizar a posição favorável da linha editorial do veículo, como pode ser visto nos títulos destacados no quadro 2, que segue.

Quadro 2: Matérias publicadas no portal do periódico *Carta Maior* sobre a aprovação da PNPS: maio a agosto de 2014

Data	Título da Matéria	Autor
30/05/2014	O Estadão contra a participação	Antonio Lassance
11/06/2014	Um xeque contra a cidadania	Fábio de Sá e Silva
12/06/2014	Juristas e acadêmicos lançam manifesto em favor da Política Nacional de Participação social	Fábio de Sá e Silva
14/06/2014	A estupidez da oposição venezuelana chega ao Brasil	Antonio Lassance
16/06/2014	Participação social e democracia nas políticas federais	Ivanilda Figueiredo
18/06/2014	Incômodo e obsolescência: o fuzuê em torno da política de participação	Clovis H. Leite de Souza
13/07/2014	Sistema Nacional de Participação não afronta prerrogativas, muito pelo contrário.	Gilson Dipp
14/07/2014	Porque a mídia é contra o Decreto 8.243	Venício de Lima
14/07/2014	O decreto 8.243, a participação social e a histeria da Casa Grande	Jeferson Miola
18/07/2014	Sob ataque, política nacional de participação social segue valendo	Naíla Passos
04/08/14	Agenda nacional: esforço concentrado contra a proposta de participação social	Antonio Lassance

Fonte: Tabela elaborada com base em informações disponíveis em: <http://www.cartamaior.com.br/> Acesso em: agosto de 2014.

As matérias do portal *Carta Maior* se ocupam de apresentar a PNPS e o SNPS e de modo geral se posicionam de maneira favorável à política de fortalecimento da democracia participativa. O veículo faz isso, por exemplo, quando convida o Ministro do Superior Tribunal da Justiça para esclarecer que a PNPS não afronta ou usurpa o poder ou a prerrogativa do Poder Legislativo, nem evidencia irracionalidade administrativa, abuso ou excesso, mas abre canal de diálogo e participação da

sociedade com o governo. Além disso, um dos articulistas do periódico critica a posição contrária do jornal *O Estado de S. Paulo* (cuja alcunha utilizada é *Estadão*) ao Decreto presidencial em questão, na matéria *O Estadão contra a participação*. O cientista político Antônio Lassance apresenta em seus artigos o pânico do jornal *O Estado de S. Paulo* ao afirmar que o governo Dilma está cometendo crime de lesa-pátria, e que a presidenta teria a intenção de modificar o sistema brasileiro de governo. Para Lassance (2014), o jornal apresenta argumentos contrários à participação direta e enaltece a representação como forma de governo, sem considerar todos os mecanismos que a própria Constituição Federal estabelece para a participação popular. Em outra matéria (*A estupidez da oposição venezuelana chega ao Brasil*,) o autor valoriza as distintas formas de garantir a participação popular como as mídias sociais, os já existentes conselhos, audiências e consultas públicas, e busca desqualificar a relação estabelecida entre a PNPS e a versão bolivariana de participação, associando a oposição brasileira à oposição direitista venezuelana. As matérias retratam também o posicionamento da oposição legislativa que tenta barrar o Decreto presidencial e, por outro lado, destaca iniciativas de

apoio à política, como o "Manifesto de juristas e acadêmicos a favor da Política Nacional de Participação Social".

Outras opiniões, que não pertencem à seleção realizada as revistas *Veja* e *Carta Maior*, circularam pelos jornais eletrônicos em decorrência da aprovação da PNPS e podem ser destacadas aqui neste ensejo:

O economista e professor da PUC SP Ladislau Dowbor em matéria intitulada *Participação Social, o novo fantasma das elites* faz as seguintes afirmações sobre a importância de se fortalecer a democracia participativa como forma de governo:

A democracia participativa em nenhum lugar substituiu a democracia representativa. São duas dimensões de exercício da gestão pública. A verdade é que todos os partidos, de todos os horizontes, sempre convocaram nos seus discursos que a população participe, apoie, critique, fiscalize, exerça os seus direitos cidadãos. Mas quando um governo eleito gera espaços institucionais para que a população possa participar efetivamente, de maneira organizada, os agrupamentos da direita invertem o discurso (DOWBOR, 2014, s/p).

E reforça a importância de mecanismos de aproximação e diálogo entre poder público e sociedade civil:

Participação funciona. Nada como criar espaços para que seja ouvida a população, se queremos ser eficientes. Ninguém melhor do que um residente de um bairro para saber quais ruas se enchem de lama quando chove. As horas que as pessoas passam no ponto de ônibus e no trânsito diariamente as levam a engolir a revolta, ou sair indignadas às ruas. Mas o que as pessoas necessitam é justamente ter canais de expressão das suas prioridades, em vez de ver nos jornais e na televisão a inauguração de mais um viaduto. Trata-se aqui, ao gerar canais de participação, de aproximar o uso dos recursos públicos das necessidades reais da população (DOWBOR, 2014, s/p.).

O cientista político Marcus Ianoni, professor da Universidade Federal Fluminense, em *Política Nacional de Participação Social*, matéria publicada, entre outros periódicos, no *Jornal do Brasil*, destaca

os entraves existentes entre as forças de direita e esquerda do país desde a Constituição Federal, que se dividem quanto à legitimidade da democracia participativa, e ressalta que mecanismos como os propostos pela PNPS e pelo SNPS, contribuem para que as pressões dos movimentos sociais possam ser mais ouvidas, e possivelmente transformada em políticas públicas, como já ocorreu em diversos momentos.

Importantes políticas públicas foram aprovadas a partir de mecanismos participativos, dos quais provieram propostas que foram encaminhadas ao Legislativo e convertidas em Lei, como é o caso do programa Minha Casa Minha Vida, que tem relação com o processo das conferências nacionais das Cidades. Na agricultura familiar, políticas como o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e o Plano Safra foram geradas a partir de mecanismos de democracia participativa envolvendo o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e as organizações da sociedade civil vinculadas à luta pela terra (IANONI, 2014, s/p.).

Por fim, é importante destacar pontos do "Manifesto em defesa da Política Nacional de Participação Social", elaborado por juristas e intelectuais com intuito de apoiar o Decreto presidencial e valorizar a participação social na tomada de decisões do governo brasileiro.

Entendemos que o decreto representa um avanço para a democracia brasileira por estimular os órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta a considerarem espaços e mecanismos de participação social, que possam auxiliar o processo de formulação e gestão de suas políticas.

Por fim, entendemos que o decreto não possui inspiração antidemocrática, pois não submete as instâncias de participação, os movimentos sociais ou o cidadão a qualquer forma de controle por parte do Estado Brasileiro; ao contrário, aprofunda as práticas democráticas e amplia as possibilidades de fiscalização do Estado pelo povo.

A participação popular é uma conquista de toda a sociedade brasileira, consagrada na

Constituição Federal. Quanto mais participação, mais qualificadas e próximas dos anseios da população serão as políticas públicas. Não há democracia sem povo (SÁ E SILVA, 2014).

O decreto que institui a PNPS, mesmo com tantos apoios de intelectuais, juristas, movimentos sociais e alguns partidos da base do governo, encontra muita resistência da Câmara dos Deputados, e posições contrárias também foram publicadas em diversos veículos de comunicação, como pode ser visto abaixo.

Posicionamentos contrários à Implementação da PNPS

No endereço eletrônico da revista *Veja*, uma busca simples pela expressão "Decreto 8.243" apresenta 54 retornos de matérias publicadas sobre o tema desde junho de 2014. No geral, as matérias se posicionam contrariamente à implementação da PNPS e do SNPS. Para ilustrar, foi elaborado o quadro abaixo com algumas matérias que chamaram atenção desde o título. Destaque-se que, no caso da Revista *Veja*, as matérias se reduzem quase

exclusivamente à autoria de dois colunistas: Rodrigo Constantino e Reinaldo de Azevedo. Esta não foi, portanto, uma escolha da presente pesquisa, e sim, uma evidência da Revista.

Quadro 3: Matérias publicadas na Revista Veja sobre a aprovação da PNPS: julho a agosto de 2014

Data	Título da Matéria	Autor
04/06/2014	Apenas refrescando a memória: soviet quer dizer conselho!	Rodrigo Constantino
10/06/2014	Decreto de Dilma Rousseff abre caminho para a servidão dos brasileiros	Reinaldo Azevedo
<u>12/06/2014</u>	<u>Grupos de interesse organizados e o Decreto 8.243</u>	Rodrigo Constantino
16/06/2014	De novo, o Decreto 8.243, de Dilma. É golpista e bolivariano, sim! Ou: O que não me parece bom nas seis perguntas e seis respostas da Folha	Reinaldo Azevedo
18/06/2014	<u>Congresso paralelo: o risco da "democracia direta"</u>	Rodrigo Constantino
21/06/2014	<u>PT quer amordaçar sociedade civil</u>	Rodrigo Constantino
22/06/2014	Os perigos do decreto bolivariano de Dilma	Ricardo Setti
23/06/2014	<u>O decreto bolivariano de Dilma e a farsa dos conselhos "populares"</u>	Reinaldo Azevedo
02/07/2014	Câmara pode votar hoje Decreto Legislativo que repudia arrotos autoritários da dupla Dilma-Gilberto Carvalho: o Decreto 8.243, aquele que abre a porta para o fim da propriedade privada. E não se trata de exagero. Basta ser alfabetizado e saber ler! Que não falte hombridade aos deputados para defender o Parlamento!	Reinaldo Azevedo
05/08/2014	Decreto 8. 243 - E aí senadores? Vossas Excelências caíram na conversa de Gilberto de Carvalho? Estão dispostos a ficar de joelhos diante de seus comandados?	Reinaldo Azevedo

Fonte: Tabela elaborada com base em informações disponíveis em: <http://veja.abril.com.br/>. Acesso em: agosto de 2014.

Os títulos das matérias selecionadas permitem identificar a posição contrária da linha editorial do veículo ao Decreto 8.243, expressa pela opinião de dois de seus principais articulistas: Reinado Azevedo e Rodrigo Constantino. Os textos insistem em uma associação entre a PNPS e política bolivariana de gestão governamental, e chegam a associar os Conselhos de Participação Social aos *soviets* implementados a partir da Revolução Russa de 1917.

Na matéria *Decreto 8.243 – E aí, senadores? Vossas Excelências caíram na conversa de Gilberto Carvalho? Estão dispostos a ficar de joelhos diante de seus comandados?*, o autor explicita a opinião de que a PNPS é um golpe petista para implementar a "República Bolivariana Brasileira" e chama os Conselhos de Participação social de "milícias", como se vê no excerto abaixo:

Carvalho quer dar o primeiro passo da República Bolivariana Brasileira, com o governo federal assaltado por milícias, disfarçadas de conselhos, que imporão no berro a sua vontade ao eleito. É uma forma de o PT se eternizar no poder mesmo sem vencer eleições, já que esses "movimentos sociais"

que formam os tais "conselhos" são meras extensões do partido (AZEVEDO, 2014).

Há também uma tentativa de orientar os parlamentares de direita para a resistência e contraposição ao Decreto, mas não se resume a ele, a crítica atinge diretamente a organização dos conselhos nacionais de participação social, como foi feito por Reinaldo de Azevedo ao Conselho Nacional de Juventude no trecho que segue.

Então os conselhos são uma forma de democracia direta, né? Só que é a democracia direta que se realiza à socapa, sem que ninguém saiba. Ou o "cidadão" decide fazer parte de algum "coletivo" ou "movimento social", ou não vai participar de coisa nenhuma. Continuo na questão seguinte. (AZEVEDO, 2014).

É questionada, ainda, a composição dos conselhos, ou melhor, a filiação ideológica a que pertence cada entidade do Conselho, como se ali estivesse representada apenas uma opinião.

Esses conselhos agora são controlados pelo governo? Não. Não??? De novo, tomo o exemplo do Conselho da Juventude. É formado por 60 membros: um terço (20) é de representantes do governo e dois terços (40), da sociedade civil. Se vocês clicarem **aqui**, terão acesso a seus nomes e entidades às quais pertencem. E ficará claro, de saída, que a questão não está em ser o conselho formalmente controlado pelo governo. Em tese, não é. Estou falando é de outra coisa: de controle ideológico. Vejam lá qual é o viés das tais entidades representadas. Ora... Essa democracia "direta" é, como se vê, bem mais restritiva, então, do que a "representativa", não? Afinal: **a: o processo eletivo ocorre sem que ninguém saiba; b: a eleição dos conselheiros será necessariamente indireta; c: já existe uma seletividade ideológica na largada.** É isso, então, a democracia representativa? (AZEVEDO, 2014).

Rodrigo Constantino também afirma que a participação da sociedade civil nos conselhos é manipulada pelas forças governistas e sugere que é desta maneira que um golpe contra a democracia

representativa é estabelecido. O articulista afirma que “*soviet*, termo russo, quer dizer justamente... conselho! "Todo poder aos *soviets*" era o mantra dos comunistas. Funciona mais ou menos assim: militantes ligados ao poder se infiltram nos "conselhos" e deles tomam conta, preservando as aparências de "opinião popular". Na verdade mais que um golpe na democracia representativa Rodrigo Constantino sugere que a aprovação do Decreto 8.243 é a continuação da Guerra Fria e a ameaça do comunismo como forma de governo. De maneira nada sutil, chama atenção dos leitores para o "perigo da criação dos conselhos sociais"

O sonho do PT, e o pesadelo dos brasileiros. Muitos incautos gostam de repetir com ar de superioridade que a Guerra Fria acabou, dando a entender que os anticomunistas são seres presos no tempo, reféns do passado, paranoicos que enxergam comunistas por todo lugar. O único detalhe é que muita gente, inclusive no poder, não abandonou o fracassado sonho comunista.

São os socialistas tupiniquins, com nova roupagem, com o discurso bolivariano, que na

prática quer dizer a mesma coisa: todo poder aos *soviets*! A defesa da tirania está no sangue dessa turma, que tem verdadeira ojeriza ao regime democrático, visto como coisa de pequeno-burguês. Aos leitores, fica um conselho: muito cuidado com esse papo de criação de "conselhos sociais" (CONSTANTINO, 2014).

São opiniões como essas, veiculadas na mídia, que se opõem ao Decreto 8.243, caracterizando-o como uma ameaça à democracia brasileira, não apenas por ser um Decreto presidencial (e excluir do parlamento a possibilidade de debater e votar a PNPS), mas principalmente porque a Democracia Participativa, mesmo com todos os avanços experimentados no modelo brasileiro, ainda é uma ameaça ao modo de governar daqueles que insistem em um modelo elitizado, que exclui os cidadãos comuns das decisões que determinam os rumos de suas vidas.

Fica evidente que as posições opostas dos dois veículos, *Carta Maior* e *Veja*, expressam projetos distintos de país e concepções distintas de democracia: um lado, avesso à participação social, com maior centralidade de poder, e a outro favorável

à democracia participativa e a uma gestão pública que envolva o conjunto dos cidadãos e cidadãs.

Apesar da análise ora apresentada ter escolhido um veículo favorável e um contrário à PNPS e ao SNPS, cabe ressaltar que a maior parte dos veículos de grande circulação, sejam eles radiodifusores ou impressos, coadunou-se com o posicionamento expresso na revista *Veja*, ainda que com diferentes nuances, como indicam alguns dos títulos do veículo *Carta Maior*, por exemplo: “O Estadão contra a participação” e “Porque a mídia é contra o Decreto 8.243”.

É claro que não se pode esperar da mídia neutralidade ou imparcialidade, visto que tais conceitos já se podem considerar obsoletos ao se tratar de jornalismo, em especial jornalismo político. O debate a se fazer diante de tais demonstrações de claro posicionamento por parte de cada um dos veículos, portanto, é acerca do papel dos meios de comunicação na disputa de hegemonia em uma sociedade. Jorge Pedro Sousa (2000) debate este papel dos veículos no Brasil:

a comunicação jornalística, ao dar visibilidade apenas a certos acontecimentos e certas ideias e ao participar nos processos de interpretação e

de significação construídos sobre esses acontecimentos e sobre essas ideias seria uma das mais importantes forças de sustentação e amplificação da ideologia dominante e hegemônica (SOUSA, 2000, p. 155).

O que se poderia esperar em uma democracia, é que os veículos conseguissem expressar pluralidade¹⁸. Críticas que ponderassem os instrumentos do Sistema Nacional de Participação Social, que questionassem as condições e recursos destinados para o cumprimento do Decreto e tantas outras reflexões importantes e críticas construtivas são fundamentais para se discutir a fundo a implementação da democracia participativa no país. É preciso fazê-las, com seriedade e responsabilidade, mas o que se vê é uma polarização das ideias em torno de uma sociedade que prioriza a representação dos que detém o capital econômico, cultural e social, contra aqueles que almejam uma sociedade de todos. Assim mesmo, cabe dizer que um dos lados possui

¹⁸ Neste sentido, há que se ponderar que, embora não seja plural, o veículo Carta Maior apresenta-se como contra-hegemônico, em um ambiente marcado por grandes empresas de comunicação que funcionam como grandes conglomerados, com uma agenda de pautas e linhas editoriais bastante similares (FONSECA, 2005).

muito pouco espaço no debate público - consideradas as grandes empresas de comunicação com enunciadores privilegiados deste debate -, tornando tal polarização ineficiente no sentido de provocar uma discussão crítica a respeito do processo político em curso, no caso, a legislação relativa à PNPS e ao SNPS.

Enquanto a defesa ou oposição a uma política nacional de participação social parece estar vinculada, ainda que parcialmente, a uma perspectiva de classe, a democracia participativa em si, como apresentado no capítulo 1, não pertence, nem muito menos é destinada apenas a uma classe social. A democracia participativa é, ou deveria ser, um mecanismo de ampliação de direitos, de cidadania, de defesa dos interesses comuns de todos os cidadãos e cidadãs do país. É oportuno, neste contexto, retomar a matéria de Marcus Ianoni sobre a legitimidade da democracia participativa:

A democracia participativa não é exclusividade de nenhuma classe social ou fração de classe (como mostra, por exemplo, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social), assim como não é a negação da democracia representativa, mas sua

complementação, no sentido de dar vazão ao anseio de participação e de propiciar ideias sociopoliticamente respaldadas para o enfrentamento das questões de interesse público. Isso propicia um incremento da legitimidade do Estado, conforme inúmeras experiências têm demonstrado. As manifestações de junho de 2013 reafirmaram que votar nas eleições não supre a demanda por participação política (IANONI, 2014, s/p).

Para encerrar esta breve discussão, que objetivou ilustrar o ambiente que circunda a aprovação do Decreto 8.243, é preciso afirmar que, ainda que muito se tenha avançado na teoria e nas defesas de uma sociedade democrática, com a superação do modelo elitista (ao menos formalmente), as ilustrações aqui apresentadas permitem afirmar que a democracia brasileira é um modelo em disputa e a defesa da ampliação ou da restrição da prática democrática é uma conquista política cotidiana. A garantia de uma verdadeira democracia exigirá do país, muito mais que instrumentos formais de participação, estes devem ser acompanhados de elevação da cultura e da

consciência dos cidadãos e cidadãs que ocuparam os espaços de participação e representação política.

À guisa de conclusão

Foi possível identificar, a partir do breve retrospecto histórico apresentado sobre a instituição e consolidação da democracia nos países, com suas distintas defesas teóricas e as distintas realidades de implementação que o Brasil vive desde o início do século XX uma "Terceira Onda Democrática". No entanto, mais que encaixar a situação democrática do país em um modelo teórico (que é sem dúvida muito importante para compreensão da práxis política), é importante ressaltar que o Brasil experimentou, na última década, um modelo democrático em construção.

As especificidades estruturais, econômicas, políticas, sociais e culturais do país, em especial depois da eleição dos governos dos presidentes Luís Inácio Lula da Silva (2002 – 2010) e Dilma Rousseff (2010 – 2014), propiciaram uma "conciliação" entre os modelos hegemônicos liberal de democracia, e o modelo democrático participativo. Ainda que estejam presentes contradições profundas de classe que interferem diretamente nas condições e qualidade de

participação política, a implementação de políticas de participação social e de ampliação democrática iniciaram uma mudança significativa na ideia de cidadania e atuação política.

A formalização de uma Política e um Sistema Nacional de Participação Social, mais que uma inovação social, significou a coroação de um processo democrático em curso. É claro, uma política que coloque os cidadãos em contato direto com a elaboração e monitoramento das políticas públicas não deixaria de encontrar resistências consistentes entre aqueles que defendem uma gestão pública centralizada, exclusivamente representativa, com a atuação focada no perfil tecnocrático (ou mesmo de recorte econômico).

A apresentação de excertos que compuseram a repercussão da mídia quanto à aprovação da PNPS evidencia dois fortes posicionamentos no debate nacional: de um lado os defensores da democracia exclusivamente representativa e de outro os que defendem uma ampliação democrática e do fortalecimento da democracia participativa. Cabe ressaltar que os veículos de comunicação possuem forte papel de agendamento do debate público e que a maior parte dos veículos, como ressaltado no texto, coadunaram com o posicionamento da revista *Veja*,

contrário à implementação do SNPS. Artigos de opinião, editoriais e mesmo matérias jornalísticas , em diversos veículos, disseminaram a visão de que o Decreto 8.243/2014 representava um instrumento de doutrinação política e cooptação dos movimentos sociais por parte do Poder Executivo Federal. A força desta narrativa, veiculada pela maior parte da mídia nacional, mas também assumida por diferentes grupos políticos e sociais, foi um óbice à aprovação do Decreto, que até hoje corre o risco de ser anulado pelo Projeto de Decreto Legislativo nº 1.491/2014. Este novo projeto, de autoria do partido Democratas (DEM), susta a PNPS e foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 27 de outubro de 2014 (dois dias após o segundo turno das eleições em que a presidenta Dilma Rousseff foi reeleita). O projeto do DEM ainda será submetido a deliberação do Senado Federal.

Mesmo sendo possível evidenciar o momento democrático do país, como um momento de construção sócio histórica, que também possui suas crises, como a crise do sistema de representação social e a crise de formas de participação política tradicional é importante ressaltar aqui neste espaço, em que se pretende apresentar muito mais questionamentos que conclusões, que ações como as

Jornadas de Junho possibilitam questionar fortemente as defesas de apatia política dos brasileiros. Mais uma vez é importante destacar, que a chamada crise de representação, não parece expressar exclusivamente uma negação plena da representação política, e sim uma ansiedade por novas formas de diálogo, de representação, de atuação que aproxime mais o cidadão comum das decisões políticas que interferem cotidianamente em suas vidas. Questões como avanços estruturais na vida das pessoas, assim com a elevação do nível de escolaridade e consciência social, podem ser elementos significativos na ampliação das exigências e demandas do povo. A tomada de consciência por parte dos cidadãos pode, sem dúvida, contribuir para a ampliação da participação democrática, assim como a ampliação de instrumentos de participação social também podem potencializar a ação e reflexão política capaz de elevar a consciência dos indivíduos, assim mesmo, como uma via de mão dupla.

E a juventude brasileira, que historicamente participa das decisões políticas do país, mesmo vivendo ciclos de maior ou menor participação, é mais uma vez protagonista neste processo de institucionalização da política nacional de participação social. A atuação política do jovem,

mesmo que tenha sofrido alterações, ainda ocorre significativamente em instâncias tradicionais de participação e essa característica deve ser respeitada e valorizada. A formalização da PNPS e suas instâncias de participação não deve (e este não é um objetivo expresso no Decreto 8.243/2014) ter como objetivo substituir os espaços de atuação política do jovem, é preciso respeitar e valorizar as organizações sociais que de maneira autônoma (ou não) realizam suas lutas e defendem suas bandeiras. A política de participação social, cumprirá muito melhor sua função, se se consolidar como instâncias de diálogo, não as únicas, mas importantes instâncias de diálogo que garantam uma política mais próxima dos cidadãos.

Pensar uma política nacional de participação social, como instrumento de diálogo entre sociedade civil e Estado, e também como mecanismo de ampliação da democracia nacional, exigirá do Estado brasileiro o enfrentamento de problemas profundos que ainda segregam tanto seu povo. É preciso valorizar iniciativas como a PNPS e o Sistema Nacional de Juventude, mas muito ainda há que ser feito. Um dos elementos fundamentais para o aprofundamento da democracia e das possibilidades de participação é a democratização os meios de

comunicação, a fim de que em debates futuros haja pluralidade na cobertura e veiculação de opiniões pelos órgãos de imprensa.

Referências Bibliográficas

AQUINO, Luseni. 2009. *A Juventude como foco das políticas públicas*. In: Juventude e Políticas Sociais no Brasil. Instituto de Pesquisa Aplicada - IPEA.

AVRITZER, Leonardo. 2014. Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: Da Autorização à Legitimidade da Ação.

AZEVEDO, Reinaldo. 2014. Decreto 8.243 – E aí, senadores? Vossas Excelências caíram na conversa de Gilberto Carvalho? Estão dispostos a ficar de joelhos diante de seus comandados?. Portal Veja. Disponível em:

<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/decreto-8-243-e-ai-senadores-vossas-excelencias-cairam-na-conversa-de-gilberto-carvalho-estao-dispostos-a-ficar-de-joelhos-diante-de-seus-comandados/>. Acesso em agosto de 2014.

BRASIL. 2013. Estatuto da Juventude. Lei nº 12.852, de 5 de Agosto de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-

[2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2013/lei/L12852.htm) Acesso em agosto de 2014.

_____. 2014. Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm Acesso em agosto de 2014.

CONSTANTINO, Rodrigo. Apenas refrescando a memória: *soviet* quer dizer conselho! Blog Rodrigo Constantino. Disponível em:

<http://rodrigoconstantino.com/artigos/apenas-refrescando-a-memoria-soviet-quer-dizer-conselho/>.

Acesso em agosto de 2014.

DOWBOR, Ladislau. 2014. Participação e Democracia. Portal Carta Maior. Disponível em: <http://dowbor.org/2014/06/ladislau-dowbor-participacao-e-democracia-junho-2014-2p.html/>.

Acesso em agosto de 2014.

FORACCHI, Marialice. 1965. O estudante e a transformação da sociedade brasileira. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

FONSECA, Francisco. 2005. O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

IANONI, Marcus. 2014. A política nacional de participação social. Jornal do Brasil. Disponível em

<http://www.jb.com.br/marcus-ianoni/noticias/2014/07/08/a-politica-nacional-de-participacao-social/>. Acesso em agosto de 2014.

IBGE. 2012. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/default.shtm.

Acesso em agosto de 2014.

SÁ E SILVA, Fábio de. 2014. Juristas e acadêmicos lançam manifesto em favor da Política Nacional de Participação. Portal Carta Maior. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FPolitica%2FJuristas-e-academicos-lancam-manifesto-em-favor-da-Politica-Nacional-de-Participacao%0A%2F4%2F31138>. Acesso em agosto de 2014.

SANTOS, Boaventura Sousa; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: Democracia, república e participação. Material elaborado para o curso Formação de Conselheiros Nacionais da UFMG. 2008.

SCHUMPETER, J.A. *Capitalism, socialism and democracy*. Nova Iorque. London: Harper & brothers.

SOUSA, Jorge Pedro. 2000. As notícias e os seus efeitos: as "teorias" do jornalismo e dos efeitos

sociais dos media jornalísticos. Lisboa: Minerva Coimbra;

SPOSITO, Marília Pontes. 2000. Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. *Revista Brasileira de Educação*. Jan/Fev/Mar/Abr 2000. n. 13, p. 73-94.

A “GURIZADA” DA MODERNIDADE LÍQUIDA: POSSIBILIDADES DE UMA PESQUISA *ONLINE*.

Ana Carolina Sampaio Zdradek¹⁹

Dinah Quesada Beck²⁰

Resumo: O presente artigo é parte integrante de uma pesquisa de mestrado que discute a maneira como os/as jovens da modernidade líquida vêm se constituindo e sendo educados/as na interface com os artefatos culturais das mídias digitais. Elegemos a sociologia fértil de Zygmunt Bauman para ressaltar as novas organizações cambiantes do tempo e do espaço. Na sequência é analisado o conceito de *cloud computing*, o qual corrobora na discussão acerca de alguns aspectos históricos e sociais que ajudam a forjar e sustentar o conceito de juventudes do século XXI. Em um terceiro momento abordamos o território investigativo e as composições teórico-metodológicas que fazem parte do estudo - a *netnografia* de inspiração pós-crítica. Por fim, defendemos o território *online* como um campo de pesquisa ativo e politicamente interessado na produção de múltiplos saberes cientes de seu caráter provisório.

Palavras-chave: Modernidade Líquida; Juventudes; Netnografia

¹⁹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEdU da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

²⁰ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Professora do Instituto de Educação da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

A liquidez do mundo contemporâneo

Este artigo faz parte de uma pesquisa de mestrado²¹ em andamento, que tem se dedicado a compreender o modo como às juventudes estão se constituindo na interlocução com os artefatos culturais das mídias digitais, mais especificamente os aplicativos móveis situados na nuvem, este conceito será trabalhado no decorrer deste artigo. Corroborando neste estudo também são levantados alguns aspectos sócios históricos que ajudam na manutenção do ideário de *juventude* como sintoma da cultura (KEHL, 2004) que se sustenta atualmente na modernidade líquida. Iremos apresentar o estudo que temos desenvolvido com o auxílio da ferramenta *Whatsapp*²², alicerçadas na teoria pós-crítica, mais especificamente a *netnografia* (PARAÍSO, 2014).

²¹ Iniciada no ano de 2015 e desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEdu da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, orientada pela Prof^a Dr^a Dinah Quesada Beck. A pesquisa se intitula: “Olha o meu *post!* Juventudes em tempos líquidos: um estudo sobre consumo e artefatos culturais das mídias digitais”. Conta com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

²² Aplicativo móvel de troca de mensagens que utiliza o número de celular.

Nesse sentido, discorrer na contemporaneidade, sobre educação, cultura tecnológica e juventudes pressupõe pensar também acerca do espaço/tempo em que vivemos, em face disso, daremos atenção inicialmente à reflexão sobre o tempo que vivemos a partir da compreensão da ferramenta teórico-conceitual denominada modernidade líquida (BAUMAN, 2001), a qual contribui sobremaneira para a compreensão do mundo contemporâneo.

O sociólogo Zygmunt Bauman viveu diferentes e marcantes momentos históricos, é dele que vem a expressão *modernidade líquida*. A modernidade²³ trouxe em seu bojo muitos significados, seu surgimento e progressão podem ser determinados por diferentes marcadores. Entretanto, de acordo com Bauman (2001, p. 15) o atributo crucial que a caracteriza talvez seja a relação cambiante entre tempo e espaço.

²³ É importante assinalar que Bauman, ao empregar o termo modernidade, o faz reportando-se a um tempo histórico iniciado na Europa do século XVII. Bauman (2001) especifica este período como um momento marcado por inúmeras transformações sociais, estruturais, intelectuais e econômicas. Estas alcançaram seu ápice com a ascensão do Iluminismo e com a consolidação da sociedade industrial.

Graças a sua flexibilidade e expansividade recentemente adquiridas, o tempo moderno se tornou antes e acima de tudo a arma na conquista do espaço. Na moderna luta entre tempo e espaço o espaço era o lado sólido e impassível, pesado e inerte, capaz apenas de uma guerra defensiva de trincheiras – um obstáculo aos avanços do tempo. O tempo era o lado dinâmico e ativo da batalha, o lado sempre na ofensiva: a força invasora, conquistadora. A velocidade do movimento e o acesso a meios mais rápidos de mobilidade chegaram nos tempos modernos à posição de principal ferramenta do poder e da dominação (BAUMAN, 2001, p. 16).

Bauman aplicou a metáfora da solidez para exprimir os traços da modernidade nas primeiras décadas do século XX. Um tempo no qual os valores e as tradições eram construídos para serem duráveis, rígidos, almejava-se que a educação proferida nas instituições fosse levada para a vida inteira. Ideias e conceitos que passavam de geração para geração, sem ser questionados ou colocados a prova. Se para entendermos melhor as ideias de Bauman no que se refere à solidez dos valores e tradições imutáveis por

gerações, pensarmos que na viagem do tempo, a bagagem e a mala se confundiam, fusionavam-se, não existiam uma sem a outra. O que uma geração construía e acreditava era entregue a próxima sem nenhuma espécie de mudança, tudo permanecia sólido. Entretanto, estes sólidos foram derretendo-se pouco a pouco, tal como gelo, sem, contudo, retornarem ao estado anterior. A antiga mala não serve mais, a bagagem expandiu-se, adquiriu novas formas, ou melhor, formas que se mobilizam e estão em constante mudança. A bagagem, os conceitos, as crenças e os constructos sociais, estão prontos para ocupar malas, caixas, *cases*, vasilhames multiformes, sem retornarem a solidez inicial. Agora a bagagem é fluída, isso é a liquidez.

Almeida, Gomes e Bracht (2009, p. 32) mencionam que “enquanto a modernidade inicial, por Bauman adjetivada de sólida, propunha a durabilidade (ou a longa duração) após derreter os sólidos, agora tudo se torna temporário e incapaz de manter a forma.” Os padrões sociais que direcionavam e balizavam a ordem da modernidade sólida foram para seu estado líquido. A força do poder na modernidade líquida não se efetiva no disciplinamento da fábrica fordista, modelo de

produção criado pelo empresário Henry Ford, e nem mesmo na torre central do comando panóptico²⁴.

A ideia de comando e controle central repassada pelo capitalismo pesado fazia com que os/as trabalhadores/as tivessem a pueril sensação de segurança, tal qual a relação estabelecida entre os/as viajantes e o capitão do navio, a este devotavam atenção e obediência e mesmo que houvesse discordâncias ou insatisfações, essas eram superadas no decorrer da viagem (jornada de trabalho ou carreira profissional).

Na contemporaneidade o poder se exerce através de uma aceleração do tempo e do espaço, no mundo do trabalho, agora, o que impera é o capitalismo leve²⁵, a *pseudo* segurança que a solidez conferia ao trabalhador praticamente não existe mais. Na liquidez do tempo “o capital viaja leve – apenas

²⁴ Projeto de prisão circular com um observador em uma torre central. Jeremy Bentham, no final do século XVII, foi o idealizador desta ideia. O filósofo francês Michel Foucault (1986) menciona que este aparato é um conjunto de dispositivos que permitem a vigilância e o controle social. O modelo foi disseminado em outras instituições a exemplo de escolas, sanatórios e hospitais.

²⁵ “O capitalismo leve, amigável com o consumidor não aboliu autoridades que ditam lei, nem as tornou dispensáveis. Apenas deu lugar e permitiu que coexistissem autoridades em número tão grande que nenhuma poderia se manter por muito tempo e menos ainda atingir a posição de exclusividade (BAUMAN, 2001, p. 76)”.

com a bagagem de mão, que inclui nada mais que pasta, telefone celular e computador portátil” (BAUMAN, 2001, p. 70). O/a trabalhador/a não está mais fixado ao seu local de trabalho, sua carreira não é totalmente previsível e o futuro profissional está relacionado também às possibilidades de sua própria satisfação com o trabalho realizado. O emprego não é mais uma rocha, âncora ou ponto final de viagem, pelo contrário, pode ser considerado o começo de uma viagem cuja rota se faz ao viajar.

Aquela relação de confiança entre os/as viajantes e o capitão, compreenda-se trabalhadores/as e comando, dilui-se na liquidez, o que é possível observar por meio das palavras de Bauman ao metaforizar esse relacionamento:

Já os passageiros do avião “Capitalismo Leve” descobrem horrorizados que a cabine do piloto está vazia e que não há meio de extrair da “caixa preta” para onde o avião, onde aterrizará, quem escolherá o aeroporto e sobre se existem regras que permitam que os passageiros contribuam para a segurança da chegada (BAUMAN, 2001, p. 70-71) [grifos do autor].

Sob o advento do capitalismo leve, as certezas modernas gradativamente cedem espaço às incertezas do tempo líquido, a sensação de que o conhecimento garantia o controle absoluto sobre a natureza e os fenômenos da vida social se desfaz. Os riscos a serem assumidos por um objetivo crescem vertiginosamente. Deste modo as pessoas passam a experienciar outras angústias, desconhecidas até então, como a dificuldade frente à necessidade de escolha dos objetivos a serem alcançados. São infinitas as possibilidades a serem aceitas ou rejeitadas, são infinitas porque transcendem o limite existencial de uma única vida, por mais longa que esta possa ser, por mais capaz, inteligente ou empreendedor/a que esta pessoa seja.

Momo (2007, p. 51) menciona a forma como a globalização transformou os modos de ser e viver das sociedades. O globo globalizado fluidifica-se, as fronteiras e limites materiais, físicos até então, tornam-se acessíveis pelas reconfigurações espaço-temporais e pelo *upgrade* das mídias que “transforma tudo em recurso, até mesmo os seres humanos”, além dos bens simbólicos nas relações comerciais em todo o planeta. O que remete a Bauman (2001, p. 73) ao evidenciar que “o mundo se torna uma coleção infinita de possibilidades: um contêiner cheio até a

boca com uma quantidade incontável de oportunidades a serem exploradas ou já perdidas”.

A partir do exposto torna-se necessário discorrer sobre as consequências dessas transformações socioculturais e políticas na construção da identidade e dos comportamentos individuais e coletivos na era da fluidez, a fim de que se reflita o como esse contexto opera com as diferentes instâncias pedagógicas que interagem na construção dos homens e mulheres jovens do século XXI. Tempo em que os padrões sociais que direcionavam e balizavam a ordem na modernidade sólida estão em processo de derretimento, os indivíduos estão por sua conta e risco, vivendo um tempo-lugar no qual tudo que é sólido se desmancha na tela. Haja vista que, na contemporaneidade, o objeto mais difundido entre diferentes coletivos, oriundos de culturas variadas e independente de qualquer marcador social é um aparelho multifuncional composto por um *display* de cristal líquido que simboliza a própria globalização rompendo o tempo e o espaço linear até então conhecidos. Estes celulares são um dos exemplos, talvez um dos principais, desse universo infinito de escolhas e oportunidades disponíveis aos seres humanos dos tempos fluidos.

As telas de cristal líquido ocupam espaço na casa, no trabalho, no lazer das pessoas, modificam as rotinas e os comportamentos de todos/as, cada vez mais cedo. As imagens são rápidas, os estímulos visuais e sonoros são atrativos, a interface captura os/as sujeitos/as como peixes. A humanidade encontra-se envolta nestas novas águas, necessita aprender como viver neste novo ambiente e sobretudo reencontrar-se consigo mesma, descobrindo quem foi, quem é e delineando quem virá a ser. As contribuições deste autor também sobre os processos de identidade e individualização, bem como das transformações nas formas como experimentamos o tempo e o espaço são importantes para que se possa avançar na compreensão e problematização do modo como as juventudes são educadas e se educam por diferentes e variadas instâncias pedagógicas digitais na contemporaneidade.

Sobre proibir o uso de *smartphones*

Apesar do avanço veloz das redes de vigilância eletrônica que se infiltram pelos muros das escolas atuais, fazendo circular imagens e

informações em tempo real, ainda é costume proibir os alunos de entrar nos edifícios com suas próprias câmeras e demais dispositivos característicos da sociedade de controle, como celulares, computadores ou *tablets* (SIBILIA, 2012, p. 173) [grifos da autora].



Figura 1 – Sala de aula com porta celulares.

Adaptado de:

<https://www.facebook.com/ceapijui/photos/pcb.943314365746731/943313765746791/?type=3&theater>.

Acesso em 29/02/2016.

Escolhemos um território especial para começar a avistar as juventudes: a escola. A autora mencionada faz uma análise a respeito da escola como um lugar de confinamento, a qual se distancia

de algumas conexões que “ameaçam desbaratar a antiga lógica disciplinar” (SIBILIA, 2012, p. 172). A leitura da imagem a ser feita é por ventura inquietante, a mesma foi disponibilizada em uma página de uma escola particular do Estado do Rio Grande do Sul. A fotografia no anúncio da instituição mostra uma possível solução para um problema gerado pela manipulação frequente dos celulares no momento da aula. Parece-nos que a escola se põe em uma posição insuspeita e austera, prefere não dialogar com essa característica da juventude contemporânea do século XXI. Foi pensada uma sanção, uma racionalidade normativa que proíbe o acesso a internet na sala de aula, portanto os/as estudantes desta escola, ao chegarem na sala de aula, devem depositar seus *smartphones* em uma caixa de madeira ou porta celulares.

Não desejamos proferir juízos de valor com relação a esta regra da escola, mas sim pensar e problematizar: Que juventudes se produzem nestes espaços? Que representação de juventude essa escola possui? Parece-nos que um fator importante pode estar sendo negligenciado, o tempo em que vivemos. Sibilia (2012, p. 185) traz um importante fato para estas questões, o maior medo da escola talvez seja “[...] que os aparelhos se convertam num novo e

poderoso agente de dispersão ou de fuga de confinamento.” Acreditamos que outros espaços na contemporaneidade, como as conexões móveis, estão investindo mais na proximidade com os/as jovens do que a instituição centenária, que tem mantido padrões lineares.

A escola que hoje conhecemos, apesar das muitas transformações, ainda mantém um forte vínculo com a escola disciplinar da Modernidade sólida. Essa escola disciplinar está alinhada com a ética de adiamento da satisfação da sociedade de produtores. Ela não foi pensada para ser uma escola de prazer, uma escola para atender os desejos imediatos das crianças. (VEIGA-NETO; SARAIVA, 2009, p. 198).

Conforme o autor e a autora expressam, podemos visualizar que a sala de aula mantém-se ao esquema tradicional secular. Algumas ferramentas são submetidas e toleradas porque muitas vezes são consideradas “neutras”. Dessa maneira não prioriza-se uma lógica e um tempo pontilhistas “marcado pela sucessão de projetos” (VEIGA-NETO; SARAIVA,

2009, p. 198) que atendam a necessidade de prazer e estímulos constantes.

Com o território silenciado de constantes notificações, inviabiliza-se a criação de projetos articulados ao artefato midiático *celular*. Talvez, ao invés de impedir o uso desse e de outros aparelhos, as instituições poderiam atentar para a existência de uma potência pedagógica fértil aliada ao fato do/a estudante poder co-construir conhecimento a partir dos mecanismos disponibilizados nos celulares. Garbin (2003, p. 120), ao falar sobre a cultura juvenil e a proliferação dos espaços em rede, se expressa a respeito do desafio ao qual estamos expostos: “Parto da premissa de que a Internet não pode mais ser vista como um local apenas de troca, de busca de informações ou ainda de encontros entre pessoas, mas, também, como um local de produção de conhecimento”.

É importante tematizar também a respeito de outras instâncias que compreenderam alguns gostos e costumes construídos pela “*gurizada*”²⁶ e se aproximaram da mesma possibilitando que esta fosse autora e produtora do saber. Em algumas

²⁶ Expressão utilizada no extremo sul do Brasil para referir-se a crianças e jovens.

circunstâncias os/as jovens sentem-se mais acolhidos ao apresentarem um vídeo em seu canal no *Youtube* e são mais resistentes para apresentar um trabalho frente à turma. A turma muitas vezes é composta por vinte ou trinta pessoas, ao passo que o acesso ao vídeo pode alcançar milhões. Citamos essas questões para demonstrar o quão produtivo é o trabalho dos que se colocam a integrar estes artefatos, compreendendo que os/as jovens são constituídos na e pela cultura. Os/as jovens estão consumindo os artefatos culturais, estes são bem aceitos entre eles/as, pois, ao invés de se colocarem distante do/a jovem, eles se aproximam e começam a *ser* com significado. “As comunidades virtuais estabelecidas através da Internet se inserem nessa malha de globalização, a qual permite que jovens de culturas distintas tornem-se onipresentes na Rede [...]” (GARBIN, 2003, p. 122).

Diante dessas questões rapidamente aqui expressas buscamos abordar na continuidade dessa arguição algumas considerações acerca da juventude enquanto construção histórica e social, juntamente a seus diferentes e alargados significados na modernidade líquida. Para isso traçamos um

contraponto entre uma antiga expressão²⁷ que funcionava como uma maneira de ver e situar os/as jovens no mundo e mostramos como esta passou por uma forte mudança de significado, operando em outro sentido e espaço. Se antes esta era muitas vezes pejorativa e preconceituosa, agora é compreendida em uma escala diferente, pois os significados são móveis em nosso tempo fluído e, como proferia Reguillo (2003, p. 115), não podemos mais ter uma definição fechada e homogeneizada de algo, alguém ou um grupo.

Os/as jovens do século XXI possuem a cabeça nas nuvens?

Pois é recomendável, como nos pedem, determinam e recomendam, que a cabeça esteja na terra, na assim chamada realidade, naquilo a que se referem os jornais e os noticiários de televisão, e não fora daqui, no mundo da lua, flutuando nas nuvens (GANBINI, 2010, p. 150).

²⁷ Os/as jovens tem a cabeça nas nuvens.

Se em algum momento se pensa que os/as jovens da modernidade líquida têm a cabeça nas nuvens, são sonhadores/as e frequentemente tropeçam por serem distraídos/as, pode-se dizer que este entendimento é um tanto quanto equivocado. Talvez os/as jovens estejam mais preocupados/as com “roupas, vestimentas e linguagens²⁸” (REGUILLO, 2003, p. 107) e pareçam distraídos/as, mas não merecem esta definição do senso comum. Os tempos na contemporaneidade transcenderam e borraram fronteiras. Atualmente pode ser dito que os/as jovens estão com a cabeça nas nuvens, mas esta *nuvem*, não quer referir-se a distração e, sim, a um artefato da cultura das mídias digitais chamado de *nuvem*.

Na sequência deste artigo vamos compreender as dimensões e relações do/a jovem neste tempo veloz e sedutor. Quando alguém pergunta onde vamos guardar determinados arquivos de fotos, vídeos ou outros dados, a resposta que ecoa é: “Vou colocar na nuvem”. Sabe que nuvem é esta?

²⁸ Tradução nossa.



Figura 2 – **Juventudes entre nuvens do ciberespaço.** Disponível em:

<http://www.ece.sunysb.edu/~yingli/MCS2013/Home.html>. Acesso em: 10/02/2016

Cloud computing, ou computação em nuvem, é um conceito referente à utilização da memória de armazenamento executada a partir de um lugar na internet (nuvem). A maior característica é dispor de tudo que uma pessoa coloca neste espaço e esta ter acesso em qualquer parte do mundo. Cabe mencionar a empresa Dropbox²⁹, em sua página ela apresenta as

²⁹ Dropbox é um serviço para armazenamento e partilha de arquivos. É baseado no conceito de "computação em nuvem". Ele pertence ao Dropbox Inc., sediado em San Francisco, Califórnia, EUA. Disponível em https://www.dropbox.com/pt_BR/. Acesso em 10/02/2016.

vantagens dos serviços que oferece, como a possibilidade de rever lembranças em qualquer lugar e guardar arquivos com segurança, podendo usar qualquer dispositivo próprio ou não.

Pairam na nuvem os signos da cultura, textos, músicas, imagens, mundos virtuais e, nas palavras de Lemos (2013, p. 15), a nuvem se situa no ciberespaço e nela estão disponíveis mundos virtuais, simulações e *softwares*. Isto faz com que os/as usuários/as da nuvem (no caso desta pesquisa os/as jovens) tornem-se ubiqüitários, “no momento em que eles estão em algum lugar, eles estão em toda parte – e interconectam-se em um único tecido multicor, fractal, volátil, inflacionista, que é, de toda forma, o metatexto englobante da cultura humana”, razão pela qual ilustramos essa afirmação com a descrição escolhida para iniciar esta seção, *Juventudes com a cabeça na nuvem*. Sabe-se que a nuvem não mais significa uma expressão que diminua este/a jovem, mas, sim, remete ao entendimento de um/a jovem que se utiliza da nuvem – *cloud*, conectado/a aos espaços virtuais e que está com a cabeça cotidianamente nestas nuvens do ciberespaço, armazenando sua vida. Garbin (2003, p. 120) faz uma provocação profícua:

Efetivamente, a velocidade com que a mídia eletrônica se transforma está fazendo com que pessoas e discursos estejam em muitos lugares ao mesmo tempo, distâncias sejam abreviadas, imagens e sons circulem vertiginosamente, capitais se reúnam, pessoas se “aproximem” virtualmente e, por que não dizer, realmente? [grifos da autora].

Pessoas estão trocando arquivos, em contato constante, os arquivos ficam na nuvem, provisoriamente e/ou eternamente. É importante situar estas questões no mote central de compreender como as juventudes do século XXI estão sendo educadas por estes artefatos e como transitam na cultura compartilhando diferentes significados.

Diante deste cenário ubiqüitário é importante a contribuição espaço-temporal acerca das juventudes. Segundo Kehl (2004, p. 90), “o prestígio pela juventude no Brasil é recente”. Através das palavras da autora podemos começar a desenhar a construção social e histórica do conceito de juventude no Brasil da modernidade sólida. Kehl aborda o pensamento de Nelson Rodrigues, quando este escreveu em uma crônica: “O Brasil de 1920 era uma paisagem de velhos”. Isto porque nestes anos:

Um homem de 25 anos já portava o bigode, a roupa escura e o guarda-chuva necessários para identificá-lo entre os homens de 50, e não entre os rapazes de 18. Homens e mulheres eram mais valorizados ao ingresso na fase produtiva/reprodutiva da vida do que quando ainda habitavam o limbo entre infância e a vida adulta chamado de juventude, ou, como se tornou hábito depois da década de 1950, de adolescência (KEHL, 2004, p. 90).

Na sociedade contemporânea de um mundo líquido moderno (BAUMAN, 2001), algumas racionalidades foram modificadas e, diante disso, conforme aponta a autora, os/as jovens que antes eram púberes e desejavam sair rapidamente do limbo entre infância e fase adulta, passaram a ser entendidos/as como sujeitos integrantes de uma faixa privilegiada das sociedades industriais. O tempo presente tem sido marcado por ambivalências e nesta redoma encontram-se algumas brechas para entender como os/as jovens passaram a ser considerados/as consumidores lucrativos para as empresas. Kehl analisa que o aumento do período de formação escolar, a colossal disputa dos mercados de trabalho

nos países capitalistas e a recente escassez de empregos destina o/a jovem adulto/a a viver um longo tempo na posição de adolescente, dependente economicamente da família e separado das responsabilidades, sendo assim, inapto para decidir e tomar conta da sua vida.

Em contrapartida, outra noção de jovem passa a ser fabricada. A *manutenção da juventude*, advinda dos discursos da cultura da mídia começa a ser gestada para sobrepor a antiga fase do limbo, ser encarnada como a melhor fase da vida de um ser humano.

Ser jovem virou slogan, virou clichê publicitário, virou imperativo categórico – condição para se pertencer a uma certa elite atualizada e vitoriosa. Ao mesmo tempo, a “juventude” se revelava um poderosíssimo exercito de consumidores, livres dos freios morais e religiosos que regulavam a relação do corpo com os prazeres e desligados de qualquer discurso tradicional que pudesse fornecer critérios quanto ao valor e à consistência, digamos, existencial de uma enxurrada de mercadorias, tornadas, da noite

para o dia, essenciais para a nossa felicidade (KEHL, 2004, p. 92) [grifos da autora].

Dessa maneira, é possível compreender algumas interfaces do entendimento destas juventudes que se moldam continuamente na velocidade fluida das informações que povoam os *entre-lugares* em que drapejam a educação, o trabalho e a cultura.

No século XXI a compreensão de juventude e velhice assumem contornos que outrora seriam inaceitáveis. Parece-nos possível dizer que, na atualidade, os indivíduos considerados como adultos não mais seguem de modo tão linear como em outrora os padrões de comportamento até então esperados, pois optam por perpetuar um determinado ideário da juventude, o qual alarga seu entendimento. Vivemos um tempo e um espaço em que marcações entre gerações encontram-se esmaecidas de forma a entrecruzarem-se. Novaes e Vannuchi (2004, p.10) trazem uma intrigante colocação sobre a caracterização deste período considerado privilegiado pela indústria cultural e por sujeitos/as contemporâneos/as.

São arbitrários culturais e regras socialmente construídas que determinam em que momento e por meio de quais rituais de passagem se muda de uma fase de vida para outra. Assim variam as idades cronológicas. Na concepção das sociedades clássicas greco-romanas, a juventude se referia a uma idade entre os 22 e os 40 anos. *Juvenis* vem de *aeoum*, cujo significado etimológico é “aquele que está em plena força de idade”. Naquela cultura, a deusa grega *Juventa* era evocada justamente nas cerimônias do dia em que os mancebos (adolescentes) trocavam a roupa simples pela toga, tornando-se cidadãos de pleno direito.

Na idade antiga a expectativa de vida era curta, era comum a maior parte dos indivíduos falecerem por volta dos trinta anos, com isto as pessoas passavam de uma etapa da vida praticamente para outra, ou seja, da juventude para a velhice, pois a expectativa de vida era baixa. Ao trazer esta informação destacamos a similaridade com o fenômeno atual que amplia a noção de juventude. Conforme Kehl (2004, p.89), ao dar-se elasticidade ao conceito, considera-se que no espaço de tempo entre os 18 e 40 anos, “todos os adultos são *jovens*”.

Este alargamento não mais tem relação com a expectativa de vida, uma vez que, nos dias atuais, a média de vida paira em torno dos 75,2 anos³⁰, hoje, mais do que um intervalo de tempo, as juventudes tornam-se “um estado de espírito, um jeito de corpo, um sinal de saúde e disposição, é um perfil do consumidor, uma fatia do mercado onde todos querem se incluir” (KEHL, 2004, p.89-90).

Os/as habitantes do mundo contemporâneo adotaram um sinônimo menos agressivo para a velhice, *a terceira idade*, minimizando as características desta fase da vida. No momento em que este termo torna-se naturalizado na cultura um “dano colateral” (BAUMAN, 2013) eleva-se, silenciosamente, o esvaziamento do espaço e tempo do indivíduo até então considerado/a adulto/a. Se a infância permanece considerada a primeira fase da vida e a velhice passa a ser a terceira etapa, o intervalo entre as duas passa a ser ocupado pela noção de juventude que gradativamente derrete a fase adulta, a qual se dilui no ideal de perpetuação do que muitos/as consideram o melhor tempo da vida.

³⁰ De acordo com pesquisas realizadas pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2015/12/expectativa-de-vida-dos-brasileiros-sobe-para-752-anos-diz-ibge.html> Acesso em 11/02/2016.

Kehl descreve este fenômeno com a seguinte assertiva: “Passamos de uma longa, longuíssima juventude, direto para a velhice, deixando vazio o lugar que deveria ser ocupado pelo adulto” (2004, p. 90).

A liquidez na contemporaneidade desfaz grande parte dos marcadores entre as fases da vida, mesmo nas sociedades ocidentais sempre existiram *ritos de passagem* que simbolizavam a prontidão do indivíduo para outro estágio de seu desenvolvimento, não apenas físico, mas emocional e social. Assim, acontecia com os bailes de debutantes que apresentavam a jovem à sociedade e informavam oficialmente que ela estava pronta para assumir responsabilidades da vida adulta, como casar e constituir família. Ao rapaz era o ingresso no serviço militar que o tornava homem, ensinando-lhe o que porventura o contexto familiar não tivesse realizado. Estes dois marcadores da modernidade subsistem no mundo contemporâneo, porém não carregam os mesmos significados. Nem mesmo o término dos estudos ou o ingresso no mercado de trabalho servem como ritos de uma etapa à outra.

Em nossas sociedades laicas, em que faltam ritos de passagem para sinalizar o ingresso na

vida adulta, os objetos de consumo e os espaços próprios para frequência adolescente – a lanchonete, o baile *funk*, a boate, os *megashows*, de rua – substituem os ritos característicos das culturas pré-modernas. Os jovens também inventam seus próprios ritos. Penso que o consumo de drogas leves como a maconha ou a cerveja funciona como prova ou desafio para decidir a entrada dos novatos em certos grupos, estabelecendo a linha não só entre os caretas e os entendidos, mas entre os que são vistos como ainda crianças e os que já se consideram com um pé na vida adulta (KEHL, 2004, p.95) [grifos da autora].

A situação descrita pela autora e os novos ritos de passagem criados por aqueles/as que estão ingressando na juventude sinalizam que, embora as fronteiras entre as idades tenham sido derrubadas, no que se refere às etapas do desenvolvimento humano, elas permanecem, principalmente no que diz respeito ao amadurecimento emocional do púbere para o adulto. A medida em que os/as adultos/as passam a adotar ideais *teen*, começamos a entender o desamparo vivenciado por estes/as jovens, até então

denominados/as como adolescentes que não encontram nos próprios familiares e circuitos sociais que frequentam “adultos” que lhes auxiliem a encontrar perspectivas de futuro e assumir responsabilidades e viver de modo independente. Segundo a mesma autora, “eles buscam encontrar na vida dos mais velhos alguma perspectiva de futuro, mas encontram um espelho deformado de si próprios” (KEHL, 2004, p. 97) e, diante disso, o processo de *teenaginação* da cultura ocidental está causando a insegurança identitária nos/as jovens situados/as principalmente entre os 13, 15 ou 17 anos de idade, pois perdem gradativamente os referenciais em seus grupos de convívio, fazendo com que busquem por segurança em outras esferas. “Daí a necessidade de identificar-se com comunidades particulares, étnicas, religiosas ou infracionais capazes de recriar um sentimento de inclusão coletiva” (LIPOVETSKY e SERROY, 2011, p.52).

Corroborando para o entendimento das juventudes contemporâneas é importante ressaltar a necessidade de identificação do indivíduo na construção da própria identidade a partir de um processo de “ancoragem comunitária” (LIPOVETSKY e SERROY, 2011, p.52). Aliado a isto prolifera-se um ideal de busca constante pelo

corpo perfeito, um hedonismo característico do século XXI. A busca pela segurança com o corpo torna-se um *continuum*, tanto para os/as jovens em idade que procuram por modelos que os/as representem, como para os/as que desejam permanecer eternamente jovens e buscam um espelho que lhes mostre o que desejam ver e não as marcas ditadas pelo tempo, transparente nas mudanças corporais naturais ao processo de crescimento, desenvolvimento, envelhecimento e morte.

Um interessante nicho do mercado que nos ajuda a pensar nessas questões referentes ao alargamento da juventude, em especial acerca das práticas estéticas corporais é o da indústria de cosméticos. Conforme Lipovetsky (2007, p. 116) “na oferta pletórica do mercado: o princípio de autonomia tornou-se a regra de orientação legítima das condutas individuais”. O consumidor contemporâneo, de acordo com este autor, ganha a liberdade de fugir aos moldes impostos no passado, ele torna-se um “turboconsumidor”, um comprador móvel, que não sente mais necessidade alguma de justificar suas escolhas a quem quer que seja. Deste modo, se alguém gasta a maior parte do seu dinheiro com cosméticos, roupas ou outros adereços, isso

apenas diz respeito a si próprio, mesmo que em seu grupo familiar existam outras prioridades.

Neste interim está a nuvem, que passa a assumir lugar de destaque na vida de todos/as, sejam consumidores ativos ou em estado de latência. Acentua-se a dinâmica da individualidade na modernidade líquida, os canais de acesso à informação multiplicam-se e no *Google*, que passa a ter tudo que procuramos (ESPERANÇA, 2013). A nuvem não é física, mas é constituída por um corpo de significados que precisam ser filtrados e não apenas recebidos e armazenados. Fizemos da nuvem, o nosso território de pesquisa e na sequência vamos apresentar alguns contornos e escolhas delimitadas nesse caminho investigativo.

Um território investigativo *online*

Neste momento expomos as maneiras pelas quais pretendemos investigar as relações presentes entre esta sociedade de consumidores líquido-moderna e o modo como as juventudes são educadas e constituídas nos e pelos artefatos culturais das mídias digitais. Os endereçamentos de pesquisa a qual este artigo se propõe apresentar demarcam um diferencial significativo no que diz respeito às

composições teórico-metodológicas delimitadas na escolha do *campo* de pesquisa. Está sendo assumida uma postura característica dos Estudos Culturais em Educação³¹ na qual fazemos “escolhas metodológicas de acordo com as demandas postas pelo problema da pesquisa [...]” (SALES, 2014, p. 115). Consideramos, assim, importante mencionar qual o campo onde a pesquisa está acontecendo e, deste modo, justificamos esta escolha. Para a devida compreensão do campo no qual a pesquisa está acontecendo é preciso detalhar este cenário, sua aparição/criação e alguns efeitos produtivos na vida contemporânea.

Este cenário, a internet, encontra-se na modernidade líquida, período da “ubiquidade” (LE MOS, p. 2013, p. 53), período que sucedeu as fases anteriores do desenvolvimento tecnológico na própria caminhada humana. Da possível indiferença existente na Idade Média, da ênfase no conforto da Modernidade, a humanidade permanece com a

³¹ Os Estudos Culturais – EC - deflagraram um campo de investigação e produção de teorias, mais especificamente em 1964, na Universidade de Birmingham, Inglaterra. Neste contexto originou-se o *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS). Conforme Shirley Steinberg (2001) as contribuições dos Estudos Culturais permitem a problematização dos efeitos das pedagogias culturais na formação das identidades, sua produção e legitimação do conhecimento, ou seja, seu currículo cultural.

tecnologia imersa no imaginário social. Porém, quando o homem moderno acreditava que havia dominado a natureza e preparado o futuro, parece que “o pesadelo tomou o lugar do sonho prometeico: poluição, desigualdades sociais, econômicas e políticas, caos urbano, violência, drogas, etc” (LEMOS, 2013, p. 53-54).

Nesse contexto existem algumas condições de possibilidade que nos permitem compreender um pouco sobre a fase da ubiquidade moderna ou fase da comunicação e da informação digital, a qual nos permite escapar alguns momentos de um tempo linear e “Entram em jogo a telepresença, os mundos virtuais, o tempo instantâneo, a abolição do espaço físico, em suma, todos os poderes de transcendência e de controle simbólico do espaço e do tempo (LEMOS, 2013, p. 54). Esta fase, de acordo com o autor, é também a fase de simulação, da cibercultura, em que o presente passa a ser o tempo mais importante e o período no qual a linguagem passa a ser utilizada como forma de expressão e comunicação.

A internet foi criada com objetivos militares na década de 1970, porém foi na década de 1990 que se espalhou para a população em ritmo acelerado. O advento da internet reconfigurou a educação

oferecendo “um espaço para replicar e ampliar as oportunidades de aprendizagem e comunicação interpares, porque permite um acesso fácil aos saberes especializados” (AGUIRRE, 2014, p. 256). Aguirre ao estudar os/as jovens produtores de conteúdo nas redes *online* salienta:

Mas estas redes cada vez vão se abrindo mais, devido ao acesso que os jovens têm à Internet, o que faz delas espaços úteis para práticas de produção de cultura visual é que seguem sendo lugares onde os jovens se reconhecem e são reconhecidos por outros. Estes espaços não são fixos e de cada um deles emergem diferentes dinâmicas de interação que correspondem aos tipos de práticas criativas mais usuais entre os jovens (AGUIRRE, 2014, p. 269).

As singularidades e as rotas escolhidas confluem para uma atitude investigativa que desejou que os sujeitos da pesquisa fossem todos/as frequentadores/as dos lugares virtuais que as conexões com a internet possibilitam. Entendendo que a “juventude contemporânea está imersa no universo cibercultura” (SALES, 2015, p. 114), desenvolvendo hábitos e comportamentos de acordo

com uma noção de realidade ampliada (DOMINGOS, 2012, p. 04), ciente que “esta permite também que o usuário interaja com os objetos criados utilizando as próprias mãos, como também coletar informações no mundo virtual”. Deste modo, alocamos o campo de pesquisa em um *entrelugar* situado simultaneamente entre as conexões face a face e as relações virtuais, ou seja, entre terra e *nuvem*, na diluição das fronteiras que a liquidez traz em seu mover.

Uma metodologia de pesquisa é sempre pedagógica porque se refere a um *como fazer*, como fazemos ou como faço minha pesquisa. Trata-se de caminhos a percorrer, de percursos a trilhar, de trajetos a realizar, de *formas* que sempre têm por base um *conteúdo*, uma perspectiva ou teoria. Pode se referir a formas mais ou menos rígidas de proceder ao realizar uma pesquisa, mas sempre se refere a um *como* fazer. Uma metodologia de pesquisa é pedagógica, porque se trata de uma condução: como conduzo ou conduzimos nossa pesquisa (MEYER E PARAÍSO 2014, p. 17) [grifos das autoras].

Ao encontrarmos no pensamento das autoras Meyer e Paraíso o termo condução, pensamos nos trajetos e percursos pelos quais esta pesquisa se move e no modo como irá prosseguir. No território dos Estudos Culturais, sob o viés pós-estruturalista, fazemos escolhas distantes da segurança e das certezas que limitam fronteiras, o que não quer dizer que a pesquisa seja feita sem rigor científico. Nos processos de investigação não pretendemos apontar um único caminho para seguir e nem almejamos uma resposta fechada para o cerne da problemática.

Situamos as mudanças e transformações advindas com os artefatos culturais das mídias digitais, os quais, enquanto pedagogias culturais, educam as juventudes como o cerne para pensar o processo de construção social e histórica que projeta uma compreensão mais alargada sobre o tempo e o espaço que se vivem as juventudes. Este é o amalgama, a mistura e o intuito, que liga o desejo de estar dialogando virtualmente com os/as jovens.

Uma vez adotada a perspectiva pós-crítica como olhar e atitude teórico-metodológica, é importante dizer que fazemos bricolagens, esta noção compreende que “A bricolagem é um momento de total desterritorialização, que exige a invenção de

outros e novos territórios” (PARAÍSO, p. 35, 2014). Entendida como uma composição feita por heterogêneos no momento em que permite que não tenhamos o objetivo de restaurar uma unidade, o que queremos “é mesmo a junção de diferentes” (PARAÍSO, 2014, p. 36). Embora a tradição moderna tenha nos restrito a adotar por vezes um único modelo para a investigação científica e dessa maneira poder coletar dados com a segurança de ter um método/modelo que permita neutralidade, compreendemos assim como Beck (2012, p. 72) que “estudos apoiados na perspectiva pós-estruturalista vêm buscando desestabilizar e até mesmo desconstruir essa lógica cartesiana de métodos e endereçamentos de pesquisa”. Nesse sentido, acreditamos que é mais produtiva a noção de produção dos dados, compreendendo que estes são produzidos numa rede de significados culturais, sociais e históricos. Eles não estão prontos esperando o/a pesquisador/a *coletá-los*. Reforçamos que é importante abandonar a pretensão de que possa existir “um lugar privilegiado a partir do qual se possa olhar e compreender definitivamente as relações que circulam no mundo” (VEIGA-NETO, 2002, p. 35).

É preciso mencionar que estamos fazendo a composição do grupo com inspiração *netnográfica*, no aplicativo móvel *online* chamado *Whatsapp*³², Como nos lançamos neste território *online* da cibercultura para buscar e convidar os/as integrantes da pesquisa, entendemos que nos utilizamos de alguns caminhos *netnográficos*, trabalhando os conceitos da etnografia de modo (re)significado. “Uma adaptação metodológica consiste exatamente na observação no ciberespaço, cuja natureza é desterritorializada [...]” (SALES, 2014, p. 119).

Compartilhamos de uma atitude de investigação que pede “responsabilidade, ética, rigor e acima de tudo criatividade e ousadia (SALES, 2014, p. 130). A *netnografia* consiste em ir ao ambiente virtual viabilizado através dos computadores, celulares, *tablets*, etc., como pesquisador/a, realizando observações ou até mesmo conversando com as pessoas dos diferentes perfis disponíveis. As linguagens articuladas no ciberespaço contém características diferenciadas. Segundo Sales (2014, p. 121):

Em termos metodológicos, ao se transitar na fronteira da cibercultura marcada pelo internetês, depara-se com vocabulários, símbolos ou expressões que não são imediatamente reconhecíveis. Há linguagens muito específicas de certos grupos culturais dos quais nem sempre o/a pesquisador partilha sentidos. Diante desse impasse, por vezes, é necessário solicitar aos membros desses grupos que traduzam aquilo que não se pode compreender.

Na interface com ciberespaço encontramos muitos recursos e possibilidades, uma linguagem muito utilizada são os *emotions*, que são os símbolos que traduzem as emoções ou representam um objeto. No caso dos/as usuários/as do *WhatsApp* este modo de expressão têm se mostrado frequente, pois é característico do grupo cultural que utiliza o aplicativo.

O local da realização como mencionado anteriormente está sendo o *WhatsApp*. A composição do grupo é de 21 integrantes, um número pequeno considerando o limite de pessoas que comporta em

um grupo do *WhatsApp*³³. Os/as integrantes do grupo situado no *Whatsapp* foram convidados a partir de uma postagem em uma página da rede social *Facebook*. A duração do grupo foi pensada inicialmente em duas semanas, mas, três meses após o início do grupo, os/as participantes ainda estão ativos conversando e debatendo temas³⁴, a faixa etária destes se situa entre os 14 e 36 anos. Entendemos que na contingência se encontra a fertilidade e este número de integrantes está proporcionando uma maior interação nossa com os/as jovens e entre eles/as.

Considerações finais

O aplicativo têm se mostrado um importante aliado na pesquisa em educação com jovens, compreendendo as distâncias geográficas entre os/as participantes permite que ideias sejam

³³ O limite de pessoas por grupo no aplicativo *WhatsApp* é de 256 pessoas. Esta informação é do ano de 2016.

³⁴ Os artefatos culturais utilizados na pesquisa como disparadores de discussão iniciais foram dois aplicativos móveis (*YouCam MakeUp* e *Just Dance Now*), um clip musical (*How can it be* - Harisson) e um vídeo produzido por jovens (Documentário *WhatsApp*). O grupo intitulado “*Fala Gurizada*” será mantido até o final do ano de 2016.

compartilhadas e temas sejam discutidos em qualquer espaço. Alguns questionamentos como os que foram realizados neste artigo instigam o movimento e a viagem nos *entrelugares* da nuvem, fazendo o ciberespaço um lócus de pesquisa ativa, pois se “em geral a tecnologia ultrapassou a política” (BAUMAN, 2014, p. 64) façamos da tecnologia um campo de luta política, uma arena de disputas por significação.

Nesse sentido, é importante mencionar que esta pesquisa não se pretende verificatória, este não se trata de um estudo de recepção. Procuraremos perceber como os dados produzidos na pesquisa a partir do grupo no *WhatsApp* se manifestam e de que formas produzem efeitos, constituem identidades. Não tentaremos construir uma resposta que explique o que são “realmente” as juventudes na modernidade líquida, buscamos fugir de metanarrativas. Também não é nosso interesse apontar quais dos artefatos culturais das mídias digitais elencados e que se convertem nessa pesquisa como disparadores de discussão são mais ou menos produtores desses/as jovens participantes do grupo. Dizemos isso porque compreendemos que “a própria linguagem com que dizemos o conceito é ambivalente” (WORTMANN e VEIGA-NETO, 2001, p. 27). Nesse sentido, é

importante assumir uma humildade epistemológica que compreenda a provisoriedade dos saberes.

Por fim, é preciso dizer que existe uma força muito grande alocada na pesquisa pós-crítica em educação, só é possível pensar e pesquisar estas questões por insistência do pós-estruturalismo em se firmar como uma perspectiva em que “eliminamos as barreiras entre as diferentes disciplinas” (PARAÍSO, 2014, p. 35). Somos educados/as pela cultura e a maneira com que vamos aprendendo e sendo interpelados é conflitante. Desse modo, é importante quando pesquisamos as juventudes, ou para fazer alusão a uma expressão gaúcha³⁵ - essa “*gurizada*” da modernidade líquida, ficarmos atentos/as aos percursos e aos processos da pesquisa, aos pequenos conflitos, às representações e aos olhares que permitam a produção da multiplicidade de ser jovem na contemporaneidade.

³⁵ Do extremo sul do Brasil.

Referências

- AGUIRRE, Imanoel. Entornos da aprendizagem entre jovens produtores de Cultura Visual: traços e características. In.: MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene (Org.). *Pedagogias Culturais*. Santa Maria: Editora UFSM, 2014.
- ALMEIDA, F. Q.; GOMES, I. M.; BRACHT, V. *Bauman e a Educação*. Belo Horizonte: Altântica, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- _____. *44 cartas do Mundo Líquido Moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- _____. *Danos Colaterais: desigualdades sociais numa era global*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- _____. *Cegueira Moral: a perda da sensibilidade na modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- BECK, Dinah Quesada. *Com que roupa eu vou? Embelezamento e consumo na composição dos uniformes escolares*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, 2012.

DOMINGOS, Diego de Campos. *A realidade aumentada como objeto de aprendizagem: as novas tecnologias na EAD*. In.: XII Colóquio Internacional de Gestão Universitária. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/97679/A%20Realidade%20Aumentada%20Como%20Objeto%20De%20Aprendizagem%20-%20As%20Novas%20Tecnologias%20Na%20Ead.pdf?sequence=3&isAllowed=y> Acesso em 23/02/2016.

ESPERANÇA, Joice Araújo. *Ser criança na sociedade de consumidores: outros tempos, outras infâncias*. Tese (Mestrado em Educação Ambiental). Universidade Federal do Rio Grande. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental. Rio Grande, 2013.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1986.

GARBIN, Elizabeth Maria. *Cultur@s juvenis, identidades e internet*. Rev. Bras. Educ. [online]. 2003, n. 23, pp. 119-134, 2003.

GANBINI, Roberto. *Com a cabeça nas nuvens*. Rev. Pro-Posições [online], Campinas, v. 21, n. 2, pp. 149-159, 2010.

KEHL, Maria Rita. A juventude como sintoma da cultura. In.: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs). *Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo, Perseu Abramo, 2004.

LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

___; SERROY, Jean. *A cultura mundo: resposta a uma sociedade desorientada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LEMONS, André. *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Orgs). *Metodologias de Pesquisas Pós-Críticas em Educação*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

MOMO, Mariângela. *Mídia e consumo na produção de uma infância pós-moderna que vai à escola*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, 2007.

NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs). *Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo, Perseu Abramo, 2004.

PARAÍSO, Marlucy. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Orgs). *Metodologias de Pesquisas Pós Críticas em Educação*. Belo Horizonte, Mazza, 2014.

REGUILLO, Rossana. *Las culturas juveniles: um campo de estudo; breve agenda para la discusión*. Rev. Bras. Educ. [online]. 2003, pp. 103-118, 2003.

SALES, Shirley Rezende. Etnografia+netnografia+análise do discurso: articulações metodológicas para pesquisar em Educação. In.: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Orgs). *Metodologias de Pesquisas Pós-Críticas em Educação*. Belo Horizonte, Mazza, 2014.

SIBILIA, Paula. *Redes ou Paredes: a escola em tempos de dispersão*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

STEINBERG, Shirley; KINCHELOE, Joe L. Sem Segredos: cultura infantil, saturação de informação e infância pós-moderna. In:STEINBERG, Shirley; KINCHELOE, Joe L. (orgs.). *Cultura Infantil, a construção corporativa da infância*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 9-52.

VEIGA-NETO, Alfredo José da. Olhares. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org). *Caminhos Investigativos: novos olhares na pesquisa em educação*. Rio de Janeiro: D&P, 2002.

____;SARAIVA, Karla. *Modernidade Líquida, capitalismo cognitivo e educação contemporânea*. Educação e Realidade, v. 34, n. 2, pp. 187-201, 2009.

WORTMANN, Maria. Lúcia. C; VEIGA-NETO, Alfredo. *Estudos culturais da Ciência & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

O PAPEL DA MÚSICA NA PERSPECTIVA DE ADOLESCENTES APRENDIZES DESSA ARTE: UMA ANÁLISE FENOMENOLÓGICA³⁶

Lisiane Alves Monteiro

Roberta Cancellia Pinheiro Alves Ferreira

Graziela Siebert

Gabriela Franco de Almeida

Larissa Guimarães Martins Abrão

RESUMO: A adolescência é uma fase de mudanças, comumente permeada por conflitos. Muitos deles podem ser expressos e vivenciados na música, que tem um importante papel na vida dos adolescentes, despertando sensações e emoções. Esse estudo teve como objetivo compreender, por meio de uma entrevista qualitativa, o papel da música na vida de dez adolescentes com idade entre 12 e 18 anos, alunos de uma escola de música. Para análise dos dados obtidos, foi utilizado o método de análise do fenômeno situado, segundo proposto por Martins e Bicudo (2005), uma vertente do método fenomenológico. Os conteúdos analisados indicaram que a música provoca sentimentos variados e influencia valores e comportamentos, além de ter um papel significativo quando consegue retratar a vida dessas pessoas, de forma que os jovens se identificam com as letras e as utilizam como fonte de expressão. Foi observada uma necessidade dos participantes de compartilhar conflitos e sofrimentos e constatou-se que a música representa um auxílio no

³⁶ Este estudo foi financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Papq/UEMG.

enfrentamento dos desafios inerentes a essa fase do desenvolvimento.

Palavras-chave: Adolescência. Música. Sentimentos. Emoções. Fenomenologia.

1. Introdução

1.1 Música: aspectos sociais e emocionais

Para Claret (1996), a natureza está cheia de sons, de música. Mesmo antes que houvesse ouvidos humanos para captá-la, reboavam-se trovões e soavam-se as folhas ao vento. O homem nasceu em um mundo repleto de sons e grande é a influência da música na mente humana. Para o autor, a música é vida desde o acalanto em seus primeiros dias de vida até às danças e melodias futuras exteriorizando júbilo, tristeza, amor, crença e instintos. De uma forma geral, a arte da música pode mobilizar questões emocionais, provocando sentimentos como alegria, tristeza, solidão, àqueles que com ela se deparam.

Para Puchivailo (2014), podemos conhecer o homem e sua relação com o mundo por meio da música. A música transcende o simbolismo da

linguagem e da audição e chega àquilo que chamamos de experiência. A música é usada como meio de comunicação e forma de expressar nossos sentimentos, emoções e angústias. O homem escuta, compõe, recria, desconstrói e improvisa música. Ele age por meio da música, assim, ela é um meio para compreender a história, o mundo e o ser humano (CLARET, 1996).

O compositor Handel (1685-1759), por exemplo, nasceu em um período em que a moral e a piedade estavam em baixo destaque na Inglaterra, porém sua música foi um despertar do sentimento religioso. No entanto, se forem considerados as qualidades emocionais, o formalismo e a interpretação musical de Handel e trasladá-los do plano da música para a conduta humana, provavelmente será notado, com muita influência, aspectos próprios do compositor e da própria sociedade da época em suas composições. Desse modo, é preciso considerar que a música que se ouve retrata um momento histórico e cultural, evidenciando, inclusive, modos de ser das pessoas (CLARET, 1996).

Segundo Pahlen (1965), a música tem o efeito de despertar desde os mais nobres sentimentos até os mais baixos instintos, desde a concentração devotada

até a perda da consciência, desde a veneração religiosa até a mais brutal sensualidade. Assim sendo, a variedade dos estímulos provocados pela música é ilimitada.

Para Seibt (2008), arte é uma das formas de manifestação do ser humano e a mesma possibilita transcendência, já que, através da arte, podemos acessar formas de pensar e viver dos que nos precederam no tempo. O estudo da arte, inclusive da música, nos possibilita também compreender e explicar o mundo em que vivemos.

Segundo Huron (2012), a música está ligada a indução ou surgimento de sentimentos, podendo estar intimamente ligada a afeto, a formas de estar, existir e ser em determinado momento de nossas vidas. Porém, existe uma dificuldade de conotar esta ligação entre música e afeto por sua complexidade, por se tratar de algo não tão evidente e de caráter subjetivo.

Ao ouvir uma música, a pessoa não a ouve de forma isolada: esta possui componentes linguísticos, ou seja, palavras às quais são atribuídos significados que, por si só, são singulares. Assim, o que faz o indivíduo significar o que ouve - letra, melodia, ritmo de uma música - é sua perspectiva pessoal, que recebe influência de toda uma experiência de vida.

No entanto, há um consenso de que os sentimentos induzidos pela música têm implicações significativas para o comportamento social, em parte porque gêneros musicais diferentes eliciam graus diferentes de excitação (ILARI, 2006).

Em relação especificadamente a adolescentes, Pereira (2010) ressalta que a música é um dos acontecimentos mais expressivos da adolescência, sendo a principal atividade de lazer das pessoas dessa faixa etária, estando presente em muitas atividades tanto de forma individual como coletiva.

1.2 O ser adolescente

Para Bee e Boyd (2008), adolescência é uma fase de transformação e transição. Define-se como uma fase da vida em que surgem muitos conflitos internos, já que o adolescente não é adulto, mas também não é mais uma criança. O jovem enfrenta um período de negativismo intenso, sobretudo com os pais, surgindo assim os primeiros conflitos. O jovem busca independência e busca construir sua identidade em meio a conflitos.

Segundo Backer³⁷ (1995 apud BEE; BOYD, 2008), a adolescência é uma fase de novas sensações e experiências, antes completamente desconhecidas. O jovem sofre influência de seus familiares, amigos, escola, meio tecnológico e de comunicação. É bombardeado por informações e são exigidas deles habilidades as quais o adolescente nem sempre possui, devido a esse momento de transição.

O jovem experiencia, na adolescência, conflitos internos que poderão ser externalizados em suas atitudes, muitas vezes, consideradas como rebeldia. Porém, esse período de crise não deve ser visto apenas de forma negativa, já que crise é geradora de angústia e insatisfação, mas também mobiliza ação. A desarmonia é necessária para dar início à harmonia. Assim, esse período de crise também pode ser visto como um período de mobilização benéfica em que os conflitos poderão futuramente se transformar em aquisições significativas.

Bee e Boyd (2008) ressaltam que, em meio à crise, às transições e a vulnerabilidade, existe uma

³⁷ Baker-Ward, L. (1995). Children's reportes of a minor medical emergency procedure. Paper presented at the biennial meetings of the Society for Reserarch in Child Developmente, Indianapolis.

alegria nessa fase do desenvolvimento. A passagem para as operações formais³⁸ pode contribuir para um aumento no autoquestionamento e as mudanças podem ter efeitos diretos ou indiretos em desenvolvimentos futuros. Assim, a capacidade de lidar com a crise na adolescência poderá influenciar na capacidade do adulto de lidar com desafios futuros, podendo ser esse um enfrentamento marcado por vulnerabilidade ou por resiliência. Trata-se, portanto, de um período cheio de alegrias, mas também permeado por um trabalho árduo de aquisição de habilidades e de superação de desafios.

Para Dayrell (2003), definir o que seja “juventude” não é uma tarefa fácil, pois os critérios que a constitui são históricos e culturais. Há uma multiplicidade de formas de compreender a juventude, levando em conta que a mesma recebe variadas influências, como condições sociais, culturais e de gênero. Construir uma noção de juventude na perspectiva da variedade é necessário e,

³⁸ Jean Piaget coloca que o estágio das operações formais começa por volta dos 12 anos e caracteriza-se pela capacidade de aplicar operações básicas a ideias e possibilidades, assim como a objetos reais. Além disso, acrescenta que é nesse momento que se dá o surgimento da lógica hipotético-dedutiva e da solução sistemática de problemas. (BEE; BOYD, 2008).

para isso, é preciso considerar que a juventude não possui características rígidas, não é um simples processo pelo qual temos que passar e que será superado quando alcançarmos a vida adulta. A juventude não deve ser vista como uma fase que termina, ou como uma fase de crise ou de transição da infância para a vida adulta. Para o autor, a juventude deve ser encarada como um momento em que o núcleo central é as mudanças, incluindo mudanças corporais, afetivas, sociais e interpessoais.

Em meio a tantas mudanças, Pereira (2010) ressalta que a música é um dos fenômenos mais representativos das culturas juvenis e exerce papel significativo na construção da identidade do jovem, produzindo significados e agregando grupos de jovens. A autora comenta que a música produz significados sobre as emoções, atitudes e o comportamento dos adolescentes, sendo para eles a representação de seus problemas e desejos, servindo como uma poderosa referência.

2. Objetivos

Este trabalho teve como objetivo compreender o papel da música na vida de adolescentes com idade variando entre 12 e 18 anos, bem como o que música

desperta neles em termos emocionais e comportamentais.

Estudos que retratem a música e o papel dela na sociedade e na subjetividade humana são escassos. Porém, novos questionamentos sobre o papel da música na vida das pessoas têm surgido, o que revela um aumento do interesse pelo assunto. Apenas recentemente, a Psicologia tem destinado atenção à compreensão da relação entre música e comportamento humano e de como a música está ligada a crenças culturais e pessoais. Com intuito de aumentar a compreensão do papel da música na vida de jovens, considerando a carência de pesquisas na área, esse estudo justifica-se do ponto de vista científico.

Tal estudo pretendeu compreender o papel da música na vida dos adolescentes como meio de facilitar a compreensão, a expressão e o cuidado a jovens que passam pelas mudanças típicas da adolescência, levando em conta que, por meio da música o ser humano se expressa e atribui significados à vida e ao mundo.

3. Método

Essa pesquisa caracteriza-se como de natureza qualitativa de cunho exploratório. Foram convidados para participar do estudo dez adolescentes com idade variando entre 12 e 18 anos, estudantes de uma escola de música de uma cidade do interior do estado de Minas Gerais. A escolha por alunos de música justifica-se pela oportunidade de entrar em contato com pessoas que, além de ouvir música, estão semanalmente em contato com música em suas aulas. A pesquisadora teve acesso aos participantes em uma escola de música e a escolha por esses participantes deu-se pela observação e informação junto a outros professores quanto ao envolvimento dos mesmos com a música.

Tabela 1- Caracterização dos participantes segundo idade, série, estilo musical preferido, instrumento musical estudado e trajetória de experiência como aluno de música.

NOMES FICTÍCIOS	IDADE	ESTILO MUSICAL PREFERIDO	INTRUMENTO MUSICAL	TEMPO QUE FAZ AULAS DE MÚSICA	SÉRIE DA ESCOLA REGULAR
FRANCISCO	13	ROCK E GOSPEL	VIOLÃO	1 ANO	7º ANO (Ensino Fundamental)
ROBERTO	13	ROCK	VIOLÃO E GUITARRA	3 ANOS	7º ANO (Ensino Fundamental)
ANA	17	ROCK	VIOLÃO	5 ANOS	3º ANO (Ensino Médio)
LUCIANO	17	ROCK	GUITARRA	1 ANO	3º ANO (Ensino Médio)
PEDRO	14	ROCK	VIOLÃO E GUITARRA	4 ANOS	8º ANO (Ensino Fundamental)
HENRIQUE	15	ROCK	BATERIA	5 ANOS	9º ANO (Ensino Fundamental)
RAFAEL	15	ROCK	VIOLÃO	3 ANOS	9º ANO (Ensino Fundamental)
CLARA	17	GOSPEL	VIOLÃO	7 ANOS	3º ANO (Ensino Médio)
MIGUEL	18	SERTANEJO	VIOLÃO	2 ANOS	3º ANO (Ensino Médio)
LUANA	14	POP ROCK	VIOLÃO E PIANO	6 ANOS	8º ANO (Ensino Fundamental)

Para a realização deste estudo serão tomados cuidados orientados por princípios éticos em pesquisa, buscando oferecer condições adequadas de proteção às pessoas participantes, adotando os

procedimentos éticos de respeito aos voluntários e à instituição, de acordo com a resolução nº 466/12 sobre pesquisas envolvendo seres humanos (BRASIL, 2012).

Somente foram considerados colaboradores aqueles que, além de preencherem os critérios de inclusão citados, concordaram livremente em participar do trabalho, tendo sido informados quanto à preservação de suas identidades. Considerando a faixa etária dos entrevistados, os responsáveis autorizaram a realização das entrevistas com jovens, manifestando acordo com as condições expostas no termo de consentimento livre e esclarecido.

O instrumento utilizado para coleta de dados foi uma entrevista qualitativa, constando a pergunta norteadora: “O que uma música que você gosta desperta em você ao ouvi-la?”.

A entrevista qualitativa realizada nesse estudo está ancorada em pressupostos do método fenomenológico. O filósofo Edmund Husserl propôs uma nova forma de acessar o conhecimento: a Fenomenologia seria uma terceira via entre o discurso especulativo da Metafísica, dotado de abstrações e construções teóricas e o Positivismo com sua objetividade, previsibilidade e neutralidade, que anula a subjetividade e tem como foco o controle

para se chegar a uma verdade absoluta (DARTIGUES, 2008).

Na visão de Husserl, as ciências humanas apresentavam lacunas, devido à tentativa de se transportar os métodos das ciências naturais para as ciências humanas, pois isso estaria aniquilando a especificidade de seu objeto – a dimensão subjetiva (DARTIGUES, 2008).

A crítica ao método experimental, tal como é utilizado pela Psicologia, refere-se à comparação que ele faz do ser humano com outros objetos da natureza, tornando-o passível de observação, controle e objetivação. No entanto, os fenômenos humanos não podem ser apreendidos em sua totalidade apenas pela observação de seus aspectos externos, pois, assim, deixaríamos de considerar a experiência vivida, à qual o pesquisador tem acesso através do próprio sujeito que atribui significados ao seu existir (FORGHIERI, 2009).

A pesquisa fenomenológica está dirigida para significados, ou seja, para expressões claras sobre as percepções que o sujeito tem daquilo que está sendo pesquisado. Os dados só existem enquanto resultado de significados atribuídos a partir da tematização do sujeito sobre o evento. Logo, o pesquisador não se preocupa com fatos, mas com o que os eventos

significam para o participante (MARTINS; BICUDO, 2005).

Em um estudo fenomenológico, o número de entrevistas realizadas deve estar diretamente relacionado ao desvelamento do fenômeno aos olhos do pesquisador, ou seja, a coleta de dados e a análise das entrevistas devem prosseguir até que for percebido que os pontos trazidos pelos entrevistados se coadunam ou se distanciam, possibilitando que convergências e divergências já se façam presentes ao longo da trajetória das entrevistas, sendo observada a manifestação do que é essencial (ALVES, 2012). Desse modo, para realização deste estudo não houve uma definição prévia quanto à quantidade de participantes e as entrevistas foram sendo realizadas até que, na análise das mesmas, as divergências e convergências encontradas manifestavam a essência do fenômeno em estudo.

Para realizar a análise das entrevistas obtidas neste estudo foram utilizados referenciais de Martins e Bicudo (2005) que sugerem os seguintes passos para acessar a “estrutura do fenômeno situado”, uma vertente da pesquisa qualitativa enraizada na Fenomenologia: Apreensão do sentido do todo; Discriminação das unidades de significado; Transformações das expressões cotidianas do sujeito

em linguagem psicológica; Busca das convergências e divergências entre as unidades de significado; Síntese das unidades de significado transformadas em proposição. É importante mencionar que os cinco momentos descritos anteriormente não são estanques ou desconectados, mas inter-relacionados.

4. Resultados

Neste capítulo, será apresentada a descrição do fenômeno “o papel da música na vida de adolescentes” a partir das seguintes categorias temáticas: “Música como despertar de sentimentos e emoções”; “Música como retrato da vida”; “Música: aproximação, inclusão e formação de jovens”; “Transcendência: música enquanto capacidade de transpor espaço e tempo”; “Dificuldade de nomear significado e importância da música”.

4.1 Música como despertar de sentimentos e emoções

Os participantes entrevistados relataram que, ao ouvir uma música que gostam, experimentam sentimentos e emoções variados que vão desde

alegria à tristeza, passando por diversas outras manifestações, entre elas: prazer, animação, agitação, euforia, otimismo, tranquilidade, paz, paixão, ódio e amor a Deus.

[...] “me faz olhar para as pessoas de uma forma mais otimista. Não ouço músicas depressivas, gosto de ouvir algo que me deixa para cima. [A música me mobiliza] um sentimento bom. [...] uma overdose de felicidade” (PEDRO).

“Emoção [...] me dá prazer. [...] fico animado [...] uma euforia, uma adrenalina...” (HENRIQUE).

[...] “sinto prazer [...] um sentimento de paz. A música para mim também remete ódio, paixão” (RAFAEL).

[...] “alegria... é um entusiasmo, dá vontade de sair correndo, me divertir. A música me traz paz, tranquilidade” (LUANA).

[...] “gosto de música de adoração, principalmente aquelas músicas que despertam em mim mais amor a Deus”. (CLARA).

Alguns sentimentos despertados são inclusive, opostos entre si. Nesse sentido, os participantes Francisco, Luciano e Ana explicaram que os sentimentos mobilizados dependem do tipo de música que eles escutam.

[...] “as músicas das quais gosto me trazem alegria. Dependendo da música que se ouve, também é possível ficar triste, pois se a música for triste, a gente também fica triste” (FRANCISCO).

“Dependendo da música, você pode sentir muita coisa e depende do momento também. [...] faz com que eu sinta diversas emoções dependendo da letra da música. A música me desperta muita alegria” (LUCIANO).

“Quando ouço uma música triste, fico triste, tenho sentimentos de solidão. Se escuto uma música agitada, isso reflete também em mim”. (ANA).

4.2 Música como retrato da vida

Alguns participantes revelaram que uma determinada música torna-se significativa caso retrate situações vividas por eles, como se os compositores servissem como mensageiros dos mundos internos dos entrevistados.

“A música é uma maneira de expressar o que passa em nossa mente. [...] muito do que a música traz, geralmente estou vivendo uma situação parecida. [...] os compositores escrevem as músicas falando deles próprios, de seus próprios sentimentos. Nós temos sentimentos parecidos ou até mesmo iguais. Acaba que a música fica para mim quase como se eu tivesse escrito” (ANA).

[...] “as letras sempre encaixam em minha vida. [...] a música tem uma expressão que nos identifica com ela, seja em momentos de sofrimento, ou de alegria” (MIGUEL).

“Às vezes, a música combina exatamente com o que você está vivendo. A letra combina com o momento, a batida também” (LUCIANO).

A música é parte da vida desses jovens e, ao pensar em música, eles pensam na própria vida e no modo como se inserem no mundo. Ana, Clara e Miguel, ao relatarem letras de músicas significativas para eles, deixaram evidente o quanto a música em questão retrata conflitos e desafios próprios da adolescência, etapa que eles estão vivenciando.

“Essa música fala: ‘Mudaram as estações, nada mudou, mas eu sei que alguma coisa aconteceu... estamos indo de volta pra casa’. Estou em uma fase de mudança, finalizando o ensino médio, estou me imaginando saindo de casa. Tenho um sentimento de solidão justamente por estar finalizando o ensino médio. Meus amigos, provavelmente, cada um irá para um lado. Daqui a pouco tempo, serei apenas eu: o que eu quero, a decisão é minha, a responsabilidade é minha. Meus pais poderão ajudar, mas o que vou escolher é meu, serei eu a trilhar o caminho. Tenho medo de me arrepender, sinto-me sozinha, neste período de decisões. Ser jovem é uma

pressão muito grande. As músicas me remetem isso, exatamente como estou me sentindo” (ANA).

[...] “uma música que se chama “Deus vem me socorrer”. [...] chegou bem em um momento em que eu estava precisando. Eu estava passando por um momento meio difícil, um momento em que eu não sei o que faço. A música fala assim... “Deus vem me socorrer porque eu nada posso fazer!” Eu estava passando por um momento de decisões: fim do ensino médio, escolha da faculdade, tem hora que eu quero mudar de cidade, fico com medo. Minha alma parecia gritar do tanto que essa música mexeu comigo” (CLARA).

“Tem uma música que me marcou muito chamada “Caso Indefinido” que resume toda a minha história amorosa. [...] essa música fala de tudo que eu e minha namorada passamos” (MIGUEL).

Rafael revelou que a música não só explicita sua realidade como tem o poder de desvelar essa

realidade, permitindo que ele tenha uma maior compreensão do que está vivendo.

[...] “é como se meus olhos se abrissem e minha percepção fica mais atual, conforme o que estou vivendo no momento” (RAFAEL).

Para Clara, além de retratar situações vividas, algumas músicas servem como fonte de apoio e esperança.

[...] “talvez aquela pessoa está [...] sem esperança, uma pessoa que está pensando ‘ninguém me ama, ninguém quer saber de mim, minha vida não tem mais sentido’. A música que se está tocando começa a dizer: - ‘Mas Deus não desiste de você, Ele te ama...’ isso pode tocar a pessoa. É assim que as coisas vão fluindo” (CLARA).

Nas falas dos participantes, foi revelada a preferência musical de cada um deles. O rock obteve o maior destaque e pôde ser observado que o interesse por esse estilo musical surge também pelo fato de essas músicas retratem o que é próprio da juventude.

“Gosto muito de rock. A maioria das músicas que ouço, fala de nossa fase da vida, porque na adolescência se vive e fala muito de dúvidas, de amor, de conflitos” (LUCIANO).

“Rock [...] a música fala muito sobre o jovem, sobre o governo reprimindo o jovem” (HENRIQUE).

Para Ana, a preferência pelo rock justifica-se pelo modo como ela significa esse estilo musical como forma de protesto e como estímulo a transformação do mundo, o que também são aspectos próprios dessa fase da vida, em que os jovens apresentam desejo de afirmarem para si e para o mundo, seus desejos, crenças e convicções.

“A música que escuto e gosto é o rock. Gosto do protesto e, geralmente, essas músicas de rock expressam o que eu penso. [...] o desejo de mudar algo fica muito intenso” (ANA).

Os participantes Francisco, Roberto, Luciano e Luana revelaram a preferência pelo rock. Para Francisco, a preferência por esse estilo deve-se ao ritmo agitado e aos instrumentos usados, mas

também pelas letras usuais das músicas de rock internacional que, na percepção dele, retratam a vida das pessoas. Roberto prefere o rock nacional por conseguir compreender melhor as letras das músicas. Para Roberto, Luana e Luciano, essas músicas parecem servir como lições de vida.

“Gosto de rock, é um ritmo agitado, tem sons de instrumentos metálicos. Gosto do rock internacional, e este conta histórias do mundo, fala de amor...” (FRANCISCO).

“Ouço mais rock nacional e clássico. Eu acho essas bandas de rock metálico muito pesadas, quase não se entende as músicas. Gosto de ouvir e prestar atenção nas letras, por isso prefiro o rock nacional, assim, posso entender. O rock nacional traz muito a realidade da vida das pessoas, por exemplo, a música “Pais e Filhos” que nos diz que devemos amar como se não existisse o amanhã, pois o amanhã verdadeiramente não existe, pode acontecer algo” (ROBERTO).

“Uma música que mexe muito comigo é “Pais e filhos”. Essa música fala do quanto nós devemos

amar as pessoas como se não houvesse amanhã. Eu concordo. Você só tem que amar, sem esperar algo em troca, isso faz com que você se sinta melhor. Essa música diz que tudo que os pais dizem geralmente é para o bem dos filhos. [...] essa música me deixa essa mensagem” (LUCIANO).

“Gosto muito de rock e pop rock. As letras do pop rock fala muito de ser você mesma, procurar o que te faz bem” (LUANA).

4.3 Música: aproximação, inclusão e formação de jovens

Para Ana e Henrique, o gosto musical sofre influencia do ambiente em que se vive, do que as pessoas próximas costumam ouvir. A preferência musical, em alguns casos, é passada de geração a geração, de pais para filhos.

[...] “tudo começa dentro de casa [...] um colega meu, seu pai gostava muito de rock, o meu amigo acabou gostando também de rock, pois ele foi uma criança que nasceu em um ambiente em que se ouvia o rock” (ANA).

“Minha mãe escuta [rock] e isso acabou me influenciando. Eu cresci e estou crescendo ouvindo rock” (HENRIQUE).

A música desempenha um papel importante quando retrata a vida de um povo, uma cultura, um momento histórico. Nos relatos dos participantes, a música aparece como forma de interação entre eles e seu meio, permitindo aproximar, interagir e compartilhar vivências.

“A música une os jovens, me une a pessoas com interesses comuns aos meus” (ANA).

[...] “os amigos com quem ando [...] gostam da mesma música que eu. Quando estamos juntos, tocamos juntos, analisamos letra e melodia juntos, discutimos sobre a música” (LUCIANO).

[...] “Quando gosto de uma música, mostro para ela [mãe], pergunto se ela gostou [...] quero saber se minha mãe tem o mesmo gosto que eu, saber o que ela acha” (HENRIQUE).

Fica evidente que a música tem o poder de aproximar pessoas e permitir que elas compartilhem interesses e vivências. Porém, é sabido que é próprio da adolescência a necessidade de identificação com o grupo de iguais. Nesse sentido, ter um gosto musical diferente, é experimentado por alguns participantes como sentimento de exclusão. A participante Ana, por exemplo, revelou fingir gostar de determinado estilo musical para se sentir incluída no grupo.

[...] “na escola, os grupos são bem distintos. Tem a turma que curte rock, a que curte sertanejo... e aqueles que acabam unindo todos os estilos. Fiquei dividida entre o que eu quero ser e a quem quero agradar... aos outros, meus amigos, minha família... uma verdadeira confusão” (ANA).

[...] “as festas em que participo tem muito sertanejo, apesar de eu gostar de rock. Assim, acabo tendo que fingir gostar de sertanejo para ficar com alguns amigos. [...] acabo escutando para poder me enturmar [...] Até finjo que gosto para não me sentir excluída [...] se eu começar a falar só do que ouço nos meus ‘rocks’, ninguém vai querer escutar” (ANA).

Miguel revelou que gosta de música sertaneja e parece que, o fato de ele considerar que esse estilo musical está na moda faz com que esse tipo de música se torne ainda mais significativo para ele.

“Percebo que a maioria dos jovens gosta desse estilo [sertanejo] também. Sertanejo, além de ser o estilo que eu mais gosto e curto é também algo que está na moda” (MIGUEL).

Já Luana, traz justamente o oposto: o quanto a música permite que ela encontre aquilo que lhe é mais próprio, independentemente do que o grupo valoriza. Porém, vale destacar que, essa postura também requer uma avaliação mais profunda, já que também é próprio da adolescência, o comportamento puramente opositivo, ainda que tal oposição não revele um desejo real.

“Às vezes, você fica muito com um grupo de pessoas e quando você vê, está gostando do que eles gostam e deixa o que você gosta. A música que ouço me faz pensar que nem sempre podemos nos levar pelo outro, temos que fazer as nossas escolhas” (LUANA).

Vale destacar a importância e a influência que a música tem na vida desses jovens, permeando as relações que eles estabelecem e, até mesmo, evidenciando o quanto os mesmos são influenciáveis. É possível perceber o quanto a adolescência é uma etapa do desenvolvimento permeada por vulnerabilidade, até mesmo pelo poder que a música tem de influenciar comportamentos, valores e percepção, segundo relato dos próprios entrevistados.

[...] “tem uma música que diz: ‘que as pessoas falaram muito dela [...] mas eu não vou ligar, vou continuar sendo quem eu sou. [...] ao ouvir uma música como essa, fico pensando: ‘Nossa! Ela também acha que posso ser quem eu sou!’ [...] me sinto leve, dá uma impressão de que realmente me libertei e posso ser quem eu sou [...] “tem muita música que diz para você deixar de lado o que está no passado e fala para você seguir em frente. Isso me faz pensar ‘Nossa... na música fala isso, não é só quem está ao meu redor que fala. Eu realmente preciso deixar de lado o que já aconteceu para seguir em frente” (LUANA).

Luciano, Roberto, Clara e Miguel falaram sobre o funk e criticaram os valores pregados pelas letras dessas músicas. Miguel revelou acreditar na capacidade dessas músicas de influenciar a vida de crianças e jovens.

“O funk traz a ideia de ostentação. [...] quem aprecia esse estilo, me parece querer se parecer com os artistas que cantam essa música” (LUCIANO).

[...] “o funk fala de drogas [...] só fala “bobagem”, insinua o lado ruim da mulher, violência” (ROBERTO).

“Funk não deveria ser chamado de música. É a letra que não me agrada, é algo feio. [...] são xingamentos e palavras baixas” (CLARA).

[...] “o funk... esse estilo é péssimo. As crianças, ao escutar, acabam aprendendo a cantar essas músicas horrorosas. [...] as letras são de ostentação, sujam a imagem das meninas. [...] não acho correto o sentido das letras [...] quantas meninas [...] acabam fazendo coisas erradas,

aparecendo grávidas. Penso que o funk faz a cabeça dessas pessoas” (MIGUEL).

Luciano, Roberto e Luana comentam também sobre os valores pregados por algumas músicas sertanejas.

“O sertanejo já traz a ideia da balada, da festa, de sair de casa...” (LUCIANO).

[...] “sertanejo universitário só fala em balada, beber” (ROBERTO).

[...] “esse estilo [sertanejo] conta coisas constrangedoras, dizendo algo como: ‘é só com ela, para sentir prazer’. Tem letras que dizem que [...] ‘é só pegar todas porque eu não sou de ninguém’ [...] mostra que se pode ter o que quiser na mão. Outra coisa que acho estranho é que na maior parte das músicas falam para a mulher descer até o chão” (LUANA).

Vale destacar que, nessas falas dos participantes, sobre o sertanejo e o funk, eles revelam uma preocupação com o que as letras das músicas defendem e que atuam na contramão daquilo que eles valorizam. Tal postura parece peculiar, considerando

o grande número de fãs desses estilos musicais que os participantes criticam. É possível perceber que a relação estabelecida com a música promove uma consciência do significado que ela desempenha na história de cada um e como ela se conecta, ou não, aos seus valores morais, afetivos e sociais. A música deixa de ser um mero entretenimento, tornando-se repleta de significados relacionados ao estar-no-mundo de cada um dos participantes.

Ficou evidente também que alguns participantes dão preferência à letra da música, enquanto outros valorizam mais o ritmo das mesmas.

[...] “o que gosto é do ritmo, por ser rápida, gosto da melodia, do toque” (FRANCISCO).

[...] “tem letras que não entendo e acabo escutando por conta da batida que soa legal” (LUCIANO).

Para Henrique, a junção letra e música é fundamental para que lhe desperte algum interesse. Roberto, Luana e Rafael também revelaram a importância da junção letra e ritmo. Eles trouxeram à tona que, muitas vezes, apesar de gostar do ritmo de uma música e se sentir atraído por ela, ao se atentar e

compreender a letra da mesma, muitas vezes, terminam por perder o interesse pela música, o que revela a importância que esses participantes atribuem à letra da música.

“Presto atenção na bateria, no ritmo e na letra”
(HENRIQUE).

[...] “gostava do que eu ouvia, porém nunca havia traduzido a música. [...] algumas músicas possuem sentido “idiota”. [...] a letra me fez gostar menos da música” (ROBERTO).

“É a letra e o ritmo. [...] o ritmo é porque parece que ele acompanha a batida de meu coração. A letra já gosto porque fala de coisas que eu gosto, me faz sentir bem. Acho a batida do funk legal, poderiam procurar letras menos agressivas”
(LUANA).

[...] “a música tem que ter ritmo e letra. A música sem letra... apesar de também gostar da música eletrônica que é só ritmo... mas me interessa muito mais pela letra” (RAFAEL).

4.4 Transcendência: música enquanto capacidade de transpor tempo e espaço

Alguns adolescentes entrevistados relataram que a música lhes proporciona transcender tempo e espaço, os aproximando de memórias passadas, de projetos futuros e até mesmo encurtando a distância entre esses jovens e um ser superior.

“Essa música fala: ‘Mudaram as estações, nada mudou, mas eu sei que alguma coisa aconteceu... estamos indo de volta pra casa...’ [...] estou em uma fase de mudança, finalizando o terceiro ano do ensino médio, estou me imaginando saindo de casa. A música também me faz lembrar de situações vividas na minha vida” (ANA).

Clara revelou a capacidade que uma letra de música tem de permitir que ela entre em contato com Deus e se tranquilize. Nesse sentido, ela revela que a música permite que ela transcenda esse espaço e entre em contato com outra dimensão.

“Quando eu cantava [...] ‘Deus vem me socorrer, porque eu nada posso fazer’, eu me emocionava. [...] senti que estava eu e Deus, e minha preocupação foi embora” (CLARA).

O participante Luciano revelou que a música é capaz de despertar algumas recordações, sendo que, ao ouvir uma música, ele consegue se transportar para um momento vivido anteriormente, cuja música serviu de trilha sonora.

[...] “a música é arte e gosto de música para marcar momentos de minha vida. Gosto de me lembrar de situações vividas e relacionar a alguma música. [A música me desperta] Muitas coisas, algumas lembranças que aconteceram comigo onde a música estava tocando” (LUCIANO).

Nos relatos, foi possível notar a importância desse movimento de transcendência, de tal modo que, alguns adolescentes sequer conseguem descrever o que experimentam nesses momentos. Para Pedro e Luana, inclusive, a música aparece como oportunidade de viverem outras coisas, para além da vida real.

[...] “fico viajando em meus pensamentos quando ouço uma música que gosto. [...] o que sinto

nesse outro mundo é tipo inexplicável, não consigo descrever em palavras” (PEDRO).

“É como se eu viajasse no mundo da música, outro mundo diferente deste em que vivo” (LUANA).

4.5 Música enquanto parte de si: dificuldade em traduzir em palavras a importância da música em suas vidas

É evidente que a música permeia a vida desses jovens e desempenha papel importante nas experiências dos mesmos. Alguns participantes, ao descreverem o papel da música na vida deles parecem revelar uma experiência de indissociabilidade entre eles próprios e a música.

“Música para mim é vida, faz parte de mim... é minha, sou eu” (ANA).

[...] “se não existisse a música existiria um vazio em mim. Ela já faz parte de mim” (LUANA).

Diante de tamanha importância, alguns participantes encontraram dificuldades em traduzir em palavras o

que a música significa para eles. Apesar da dificuldade, revelaram o prazer por poder participar deste trabalho, por perceberem a escassez de oportunidades para se comunicar sobre o tema que lhes interessam tanto. Nesse momento, alguns participantes parecem revelar o desejo de serem ouvidos e vistos, de ter pessoas abertas a estar com eles, compartilhando uma parte dos seus mundos.

“Não sei falar muito. Não foi muito fácil responder, tenho vergonha de falar sobre o que penso” (HENRIQUE).

“Achei muito interessante, pois não é todo dia que você encontra alguém interessado neste tipo de assunto. Acho legal debater sobre música, expressar a minha opinião. [...] gosto de conversar sobre mim e sobre a minha visão sobre as coisas. [...] gosto de falar como eu me entendo, o que eu acho para alguém” (LUCIANO).

5. Considerações finais

Pôde se observar que a música permeia a vida dos jovens entrevistados, desempenhando papel importante nas experiências dos mesmos. Alguns

participantes, ao descreverem o papel da música, parecem revelar uma experiência de indissociabilidade entre eles próprios e a música. Diante disso, demonstram dificuldade em nomear o que a música representa para eles. Apesar disso, revelaram prazer por participar deste trabalho, por perceberem a escassez de oportunidades para conversar sobre um tema que lhes interessa tanto. Alguns participantes parecem revelar o desejo de serem ouvidos e vistos, de terem pessoas abertas a estar com eles, compartilhando uma parte de seus mundos.

Segundo o que pôde ser acessado, nota-se que a música representa, para os entrevistados, um meio de experimentar e expressar sentimentos e emoções, dentre eles: alegria, tristeza, prazer, agitação, paz, paixão, amor a Deus. Vale destacar, porém, que os sentimentos mobilizados dependem do tipo de música que se escuta.

Para os entrevistados, a música tem o poder de retratar suas vidas: a música leva-os a pensar na forma como eles se inserem no mundo, tanto em relação ao que já foi vivido, como ao que se vive no presente, bem como trazendo à tona projetos futuros. Nesse sentido, pode-se dizer que a música tem o poder de transcendência, proporcionando transpor

espaço e tempos atuais. Vale destacar que é justamente esse “retrato da vida” que torna uma música significativa para a maioria dos entrevistados. A música retrata conflitos e desafios próprios da adolescência, tem o poder de desvelar o que os adolescentes vivem, servindo como auxílio para lidar com momentos difíceis.

Fica evidente que a música tem o poder de aproximar pessoas e permitir que se compartilhem interesses e vivências. Porém, é sabido que é próprio da adolescência, a necessidade de identificação com o grupo de iguais. O jovem é um ser social, que ocupa determinado lugar na sociedade. As escolhas, as tribos e os gostos musicais das pessoas podem interferir em suas formas de pensar e agir. Vale destacar a importância e a influência que a música tem na vida desses jovens, permeando as relações que eles estabelecem e, até mesmo, evidenciando o quanto os mesmos são influenciáveis. É possível perceber o quanto a adolescência é uma etapa do desenvolvimento permeada por vulnerabilidade, até mesmo pelo poder dado à música de influenciar comportamentos, valores e percepções, segundo relato dos próprios entrevistados.

A preferência musical é passada também de geração a geração, retratando uma cultura, um

momento histórico, sendo também uma forma de proporcionar interação entre o ser e o meio. A maioria dos entrevistados revelou preferência pelo rock, justificando que esse estilo musical lhes serve como estímulo à transformação do mundo. Mais uma vez, nota-se o quanto as músicas servem como retrato da vida desses jovens e da própria adolescência como um todo, pois nesta etapa da vida, os jovens apresentam desejo de afirmarem para si e para o mundo, seus desejos, crenças e convicções.

Para finalizar, vale destacar que a questão norteadora da pesquisa mobilizou alguns participantes a abordar assuntos para além do que foi questionado. Nesse sentido, observa-se que falar de música é falar da vida deles. Além disso, ficou evidente o desejo deles compartilhar suas histórias, mas também de rever e revelar conflitos, de tal modo que coube a pesquisadora, inclusive, cuidar e acolher demandas psicológicas. Diante disso, é preciso ressaltar o quanto adolescência é uma fase do desenvolvimento que requer uma atenção especial visando um cuidado à saúde mental dos jovens.

Referências

- ALVES, Roberta Cancellia Pinheiro. *Vivências de profissionais de saúde na assistência a crianças e adolescentes com câncer: um estudo fenomenológico*. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências), Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.
- BEE, Hellen; BOYD, Denise. *A criança em desenvolvimento*. 12^a ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução n^o 466/12 sobre pesquisa envolvendo seres humanos*. Brasília, 2012.
- CLARET, Martin. *O poder da música*. 1^a ed. São Paulo: Martin Claret, 1996.
- DARTIGUES, André. *O que é fenomenologia?* Tradução Maria José J. G. de Almeida. . 10^aed. São Paulo: Moraes, 2008, 174p.
- DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, n.24, p. 40-52, 2003.

- FORGHIERI, Yolanda Cintrão. *Psicologia fenomenológica: fundamentos, método e pesquisa*. 1ªed. São Paulo: Pioneira, 2009. 81p.
- HURON, David Um instinto para a música: Música é uma adaptação evolutiva? *Em Pauta*, Porto Alegre, v. 20, n.34/35, p. 49-84, 2012.
- ILARI, Beatriz. Música, Comportamento Social e Relações Interpessoais. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.11, n.1, p.191-198, 2006.
- MARTINS, Joel; BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. *A pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos*. São Paulo: Centauro, 2005.
- PAHLEN, Kurt. *História Universal da Música*. 2ª ed. São Paulo: Melhoramento, 1965.
- PEREIRA, Priscila. A utilização de tocadores portáteis de música e sua consequência para a escuta musical de adolescentes. 2010. 116f. Dissertação (Mestrado em Música). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.
- PUCHIVAILO, Mariana Cardoso. *Repercussões clínicas de uma experiência em grupo de Musicoterapia com Pessoas em Sofrimento Psíquico Grave: Um estudo Fenomenológico*. (2014) Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica), Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

SEIBT, Cezar Luís. Heidegger: a obra de arte como acontecimento da verdade. *Acta Sci. Human Soc. Sci.*, Maringá, v.30, n. 2, p. 189-196, 2008.

SILVA, Carla Regina; LOPES, Roseli Esquerdo. Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. *Cadernos de Terapia Ocupacional da Ufscar*, São Carlos, v.17, n.2,87-106, 2009.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, DIREITOS HUMANOS E JUVENTUDE EVANGÉLICA: A REDE FALE

Caio César Sousa Marçal³⁹
Morgana Lickteneld Boostel⁴⁰

RESUMO: A participação dos evangélicos na política brasileira tem alvo de constantes debates, especialmente no que tange as questões relacionadas aos Direitos Humanos e defesa de direitos de grupos historicamente marginalizados no Brasil. Frequentemente vistos como parte dos setores mais reacionários e conservadores, há grupos de evangélicos que tem uma agenda que busca uma fé engajada e comprometida com Justiça Social. Nosso trabalho busca preliminarmente compreender a natureza e formação que marcam a trajetória história da Rede Fale, um rede evangélica predominantemente de jovens. Buscamos perceber quais são os discursos teológicos que orientam e motivam sua práxis. O trabalho, de conteúdo qualitativo, é baseado em levantamento e análise de dados sobre a atuação da Rede Fale, seus membros e

³⁹ Graduado em Teologia (Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix) e graduando em Pedagogia pela Universidade do Estado de Minas Gerais – caioabu@gmail.com

⁴⁰ Graduada Psicologia (UFES) e pesquisadora do Observatório Capixaba de Juventude -morganaboostel@gmail.com

parceiros, por meio da análise de documentos, textos e material jornalístico relacionadas a Rede Fale.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude, Religião, Participação Política, Evangélicos, Diversidade

Introdução

Num mundo secularizado, apesar de se levar a crer que é o sujeito o responsável por marcar seu lugar, são diversas as instituições e modos de subjetivação que produzem formas de estar no mundo, não ficando claro aos sujeitos de onde vem essa definição, evidenciando a grande secularização que atingiu a sociedade.

Ser jovem na modernidade manifesta uma variedade de caminhos e possibilidades. A religião se torna mais um aspecto da vida do jovem, e como grande elaboradora de significado na história, ainda se oferece como uma experiência de agregação desse sujeito multifacetado pela sociedade contemporânea. Contudo, em distintas situações, se apresenta como mercadoria, que busca a satisfação do sujeito em todas as suas necessidades.

A juventude, ainda que não sendo a única etapa da vida sensível aos implicações modernizantes

na vida religiosa, trabalha com essas demandas de forma diferente, pois sua aversão a novidade e a grande circulação de informações já é adaptada. Além disso, tem maior acesso aos modos diversificados de comunicação e assim a outros produtores de sentido e a formas criativas de expor essas novas experiências.

É entre os grupos religiosos que se encontra o maior número de jovens organizados. De acordo com o estudo “O que nos une e nos separa”⁴¹, realizado pela Unesco, dos 13 milhões de jovens que participam ou já participaram de organizações sociais (27,3% da juventude brasileira), 81,1% indicaram que fazem ou já fizeram parte de grupos de cunho religioso, totalizando cerca de 10 milhões de jovens (Fonseca e Novaes, 2007). Este apontador de mobilização que a religião desenvolve entre os jovens é ambicionado por diversos movimentos, como o estudantil, por exemplo. Não deixa de ser revelador que é nesse campo da religiosidade seja um espaço onde o jovem se organiza, criando vínculos de pertencimento que dão significado diferenciado na vivência do mundo juvenil.

⁴¹ [Estudo realizado a pela UNESCO, no período entre 01 e 12 de julho de 2004, em diferentes regiões do Brasil, e envolveu mais de 10.000 jovens entre 15 e 29 anos. (Abramovay e Castro, 2006).

Uma questão importante é sobre presença desses jovens religiosos na esfera das militâncias políticas, sobretudo nos temas relacionados aos Direitos Humanos. Frequentemente vistos como apolíticos, avessos ou contrários as agendas de Direitos Humanos, nossa interrogação se mostra em torno da juventude evangélica progressista. Frente as transversais “juventude” e “religião”, nosso intuito é analisar a trajetória de grupos de evangélicos que tem uma agenda que compatibilizar sua fé com engajamento com Justiça Social, como é o caso da Rede FALE, um movimento de jovens de matriz evangelical que promove campanha campanhas de Direitos Humanos a mais de uma década.

Juventude evangélica e movimentos juvenis evangélicos

Pesquisas que esquadrinharam o perfil da juventude evangélica em estados como Minas Gerais e Rio de Janeiro⁴² não evidenciaram uma forte

⁴² As pesquisas mencionadas são referentes a pesquisa “**Jovens do Rio: circuito, crenças e acessos**” (Novaes e Mello, 2002), realizada pelo ISER em 2002 e a “**Religião, Cultura e Política entre a juventude de Minas Gerais**” (Perez, et all, 2009) realizada por pesquisadores da UFMG e UFJF em 2001.

relação de engajamento político dessas juventudes organizadas pela religião, no entanto a nova configuração dos evangélicos com o espaço público cria um novo lugar para essa juventude. Curioso é observar que em pesquisas sobre o perfil dos grupos organizados em ideais políticos, grande parte dos seus membros teve o primeiro contato com a militância a partir do envolvimento religioso, como evidenciado pela pesquisa “Quebrando mitos”, que apresentou o perfil dos jovens presentes a 1ª Conferência Nacional de Juventude.

Talvez, ao que pareça, a juventude envolvida em atuações de viés político não apresente na religião o seu eixo balizador primário e renegue a esta apenas o espaço de importância em sua formação no lidar com grupos. Contudo, existem grupos que sendo religiosos por essência, se envolvem em processos de incidência política. Grupos que conseguem conjugar a sua fé com a participação política,

Os novos modelos de participação social têm no “Fórum Social Mundial (FSM)” uma referência. Espaço múltiplo de encontro dos movimentos sociais, viu efervescer a participação juvenil que

passou a dar a “cara” do FSM. Movimentos se articularam e sistematizaram demandas de um grupo em emergência, diversidades se encontraram e dialogaram. Política, cultura e religião conviveram de forma pacífica e intencional, produzindo novos encontros possíveis.

Novaes (2012) destaca que

Nos espaços onde se demanda “Políticas Públicas de Juventude” encontram-se jovens das Pastorais de Juventude Católica e dos grupos evangélicos de diferentes denominações e movimentos (como a Rede FALE e Aliança Bíblica Universitária), movimentos de jovens negros que reavivam referências religiosas de matriz africana (como do movimento denominado “Povos dos Terreiros”, grupos de Hip-Hop, coletivos de juventude negra), jovens de diferentes grupos étnicos que reivindicam direitos acionando cosmologias religiosas (tais como povos indígenas e ciganos); jovens que destacam a espiritualidade no seu engajamento em lutas ambientalistas; jovens que participam de redes e movimentos ecumênicos e inter-religiosos que se envolvem em lutas contra a violência e

pela paz. No Conselho e nas Conferências de Juventude – duas modalidades previstas no modelo da almejada democracia participativa – **jovens religiosamente motivados, são vistos como parte da “sociedade civil organizada”**.
(grifo nosso)

Essa diversidade foi percebida em várias iniciativas e desdobramentos. Um desses foi a criação do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) em 2005, que passou a ser referência no debate de políticas públicas relacionadas a juventude no Brasil, e que, de forma complementar, se torna um possível espelho do cenário dos movimentos e organizações juvenis no Brasil, expressando uma grande parte dessa diversidade.

Desde o seu estabelecimento, nove organizações religiosas compuseram as gestões do conselho, destas apenas duas se referem a grupos denominacionais, sendo ligados aos católicos (Pastoral da Juventude – PJ) e batistas (Juventude Batista Brasileira – JBB), duas de identidade ecumênica (Rede Ecumênica da Juventude – REJU e Associação Cristã de Moços – ACM) e as demais de orientação evangélica, mas com amplo diálogo entre as denominações desse escopo (Movimento

Evangélico Progressista – MEP⁴³), Aliança Bíblica Universitária do Brasil – ABUB, Jovens com uma missão – JOCUM e Rede Fale).

Novaes destaca dois campos que se tornam possíveis nesse contexto, um que amplia o isolacionismo e cria uma atuação corporativista, por outro lado, surge um grupo que valoriza o “reconhecimento da diversidade” e que “tem contribuído para aumentar o peso de valores e pertencimentos religiosos por meio de uma afirmação ética que prega ‘a paz e justiça’ e evoca universais ‘direitos humanos’” (Novaes, 2012).

No contexto do CONJUVE, os grupos religiosos não parecem ter uma agenda política determinada pelos interesses do próprio segmento, como é o caso dos ambientalistas, mulheres, trabalhadores/as, negros/as, entre outros. Sua agenda atravessa a destes também, e sua interlocução se dará de forma difusa. No entanto, a própria constituição desses grupos é muito diversa, e configuram

⁴³ O MEP, apesar de formalmente ter constituído o CONJUVE, na verdade protagonizou uma coalizão de organizações, apresentando a chancela de participação dos grupos evangélicos na primeira gestão, que não foi eleita, mas indicada pela presidência da República. Os conselheiros representantes eram vinculados a Rede FALE e ao setor de juventude do Conselho Latino Americano de Igrejas – CLAI.

universos de atuação muito amplos. Segue quadro comparativo destas:

Organização	Missão / Objetivos	Quem?
Aliança Bíblica Universitária do Brasil – ABUB	“A Aliança Bíblica Universitária do Brasil (ABUB) é uma organização missionária evangélica que existe para compartilhar o Evangelho de Jesus Cristo nas escolas e universidades brasileiras, através da iniciativa dos próprios estudantes. O treinamento e formação de estudantes e profissionais, visando o testemunho cristão e o serviço à Igreja e à sociedade, completam nossa missão.”	Estudantes evangélicos de ensino médio e superior organizados em grupos.
Associação Cristã de Moços – ACM	“ACM é um movimento cristão, ecumênico, voluntário e mundial a serviço de todos; mulheres e homens, jovens e velhos, e que procura compartilhar o ideal cristão de construir uma comunidade humana	Associados de todas as idades. Em geral os associados são vinculados a práticas esportivas e de voluntariado.

	de justiça com amor, paz e reconciliação com plenitude para a vida e para toda criação.”	
Jovens com uma Missão – JOCUM	“Jovens Com Uma Missão é uma Missão internacional e interdenominacional, empenhada na mobilização de jovens de todas as nações para a obra missionária.”	Entre os missionários podem ser encontrados jovens, famílias, aposentados, graduados, pessoas de mais de 100 países e de distintas denominações evangélicas.
Juventude Batista Brasileira – JBB	“O papel da JBB é mobilizar, equipar e preparar líderes e suas juventudes para o cumprimento da missão local/integral. Os principais objetivos são: equipar jovens para o ministério da juventude na igreja local; desenvolver atividades criativas utilizando estratégias contemporâneas que leve a juventude a reflexão e aprendizado; desafiar jovens e adolescentes para uma vida de santificação, discipulado e envolvimento com atividades missionárias;	Jovens e adolescentes participantes de igrejas ligadas a Convenção Batista Brasileira.

	desenvolver publicações (revistas, livros, etc) para atendimento das necessidades da juventude e criar ações que mobilizem jovens e adolescentes para juntos contribuírem para a transformação da sociedade.”	
Movimento Evangélico Progressista – MEP	“O MEP é uma associação civil, sem fins lucrativos, de Cristãos Evangélicos comprometidos com um projeto de ação político-social da perspectiva da ética cristã.”	Evangélicos inseridos em movimentos sociais, partidos políticos e organizações de incidência pública.
Pastoral da Juventude da Igreja Católica – PJ	“A Pastoral da Juventude é uma ação organizada de jovens católicos, com participação leiga e clériga, com vistas a aprofundar a vivência de sua fé e evangelizar outros jovens com opção evangélica preferencial e consciente pelos	Jovens católicos ligados às comunidades de base (CEB’s) e paróquias de todo o Brasil.

	<p>sistemas juvenis das classes populares e pelos novos marginalizados, em vista da construção de um mundo com mais fraternidade , com justiça e com paz a fim de que se transformem em novos homens e novas mulheres com total dignidade humana, sendo, pois agentes da construção da nova sociedade, guiados por Jesus Cristo, Maria de Nazaré e pelos critérios evangélicos.”</p>	
<p>Pastoral da Juventude do Conselho Latino Americano de Igrejas – PJ/CLAI</p>	<p>“A Pastoral de Juventude do Conselho Latino Americano de Igrejas tem como objetivo principal garantir a presença ativa dos jovens na vivência espiritual, no trabalho diaconal, testemunho político e</p>	<p>Setores juvenis das igrejas ligadas ao CLAI.</p>

	ação missionária e ecumênica das Igrejas.”	
Rede Ecumênica de Juventude – REJU	“A REJU busca e se articula – a partir do protagonismo juvenil – para o fortalecimento político das ações das juventudes; o apoio e intercâmbio para a garantia de direitos juvenis; o estímulo, a capacitação e articulação das juventudes para que ocupem espaços de protagonismo em meio à institucionalidade governamental e não-governamental; e a organização de reflexão sobre a violação e superação dos direitos de juventude.”	Jovens que se articulam a partir de diferentes vivências de espiritualidade.
Rede FALE	“O Fale é uma rede de pessoas que oram e agem contra a injustiça em nosso país e no mundo, com especial atenção para os aspectos econômicos e seus efeitos na desigualdade e na ampliação da miséria. Nossa proposta é produzir informações	Jovens evangélicos com diferentes vínculos denominacionais, que se articulam em temas de incidência pública.

	<p>regulares para a ação e oração em campanhas de pressão pública através de envio de cartões postais (Ore & Envie). São promovidas atividades, debates e eventos públicos em diferentes cidades para a disseminação das campanhas anuais. Também produzimos o boletim Respondendo ao Chamado com experiências, artigos analíticos, notícias e informações do movimento, das campanhas, das atividades dos grupos em todo o Brasil e informações sobre as organizações e movimentos parceiros.”</p>	
--	---	--

Entre as organizações que já participaram do CONJUVE apenas três possuem como elo principal a articulação política, a saber MEP, REJU e Rede FALE. A primeira, apesar de ter exercido um importante papel de articulação e fomento a discussão não é constituída principalmente por

jovens, e atualmente se encontra em forte processo de desarticulação.

As duas redes então se apresentam como grupos juvenis de incidência pública a partir da sua fé. Jovens que se organizam em um modelo também jovem de mobilização social e se utilizam de aspectos de sua espiritualidade. No entanto, a REJU apresenta um caráter de diálogo ecumênico/inter-religioso, diferente da Rede FALE que apesar de estar presente em muitos espaços desse segmento se afirma como evangelical⁴⁴, setor comumente classificado como mais conservador.

Se faz necessária uma flexibilização dos campos identitários, e reconhecer as múltiplas identidades que atravessam esses jovens, identidades que se forjam a partir de histórias pessoais e de contextos específicos. Desta feita, “deve-se evitar esquemas empobrecedores que se ancoram em substantivação de identidades como se fossem únicas e fixas.” (Novaes, 2012).

⁴⁴ Conforme classificação do campo protestante apresentada por Neto (2002).

A Rede Fale

Pelo desafio de delimitação do campo de pesquisa, foram escolhidos como sujeitos de pesquisa os jovens ligados a Rede FALE. De acordo com o blog-site[5] do grupo, a rede se define como um grupo com incidência em defesa de direitos, atuando em campanhas de mobilização e pressão em questões de injustiça social. Tal definição é muito ampla, e essa amplitude se expressa na variedade de temas que assumiu em seu histórico de campanhas. A Rede Fale tem como eixo a Teologia de Missão Integral (TMI). Essa teologia tem como marca a noção de que a vivência da fé evangélica está em servir ao próximo, especialmente para aqueles que estão em situação de vulnerabilidade social. Se boa parte do discurso evangélico na América Latina foi baseado numa teologia escapista em favor de “ir para o céu”, a TMI entende que a vocação cristã passa pela dimensão da solidariedade humana e defesa de Justiça Social, sem abrir mão da confessionalidade (PADILLA, 1992).

O grupo que marca o início de suas atividades no ano de 2002, a partir da inquietação de jovens cristãos evangélicos, que participando de encontros

juvenis de mobilização política sentiam a necessidade de associar sua fé da militância, aproximando esses dois “mundos”, essas duas “identidades”. No início, por certo, reúne jovens estudantes evangélicos com preocupações na temática social e ligados a movimentos religiosos, em sua maioria já com características interdenominacionais, como a Aliança Bíblica Universitária do Brasil (ABUB) e Mocidade Para Cristo (MPC). Inicialmente a Rede FALE começou gerando informações para a ação e oração em campanhas de pressão pública através de envio de cartões postais, onde autoridades que tivessem responsabilidade sobre determinada questão que a rede quisesse incidir.

Nos primeiros 5 anos de atuação desenvolvem 17 campanhas nos variados temas, mobilizando pessoas de todas as regiões do país. Suas ações, apesar de pouco sistematizadas conseguem mobilizar, a cada novo tema mais agentes, e o grupo vai crescendo. Em 2006 sentem a necessidade de realizar encontros presenciais de escuta, formação, definição de funções e o estabelecimento de uma coordenação.

A partir desses encontros (um realizado na cidade de São Paulo/SP e o outro em Natal/RN) se

define a coordenação nacional e há uma aposta no modelo de rede, com o desejo de tornar os processos de decisão horizontais e partilhados. É nesse ano também que se opta por um modelo de trabalhar com menos temas de forma mais perene, trabalhando com a mesma temática por mais tempo. Nos cinco anos seguintes foram realizadas apenas cinco campanhas nacionais, com duração e metodologia diferenciados.

Nesse mesmo período surgem os grupos locais organizados, que funcionam como núcleos autônomos, que podem apenas trabalhar com a agenda nacional, ou podem desenvolver campanhas locais, alguns grupos desenvolveram campanhas que se tornaram de atuação nacional, por exemplo: “FALE por saneamento Ambiental em Marabá/PA” (2009), “FALE pela ampliação da Rede de Atenção DST/AIDS no sertão da Paraíba” (2010) e “FALE contra o voto de cajado” (2012). Em 2013, a rede liderou uma mobilização contra a indicação de Deputado Marco Feliciano, do Partido Social Cristão (PSC), para ocupar o cargo da presidência de na Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal:

É fundamental que a Presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados seja ocupada por alguém com

profundo compromisso com os Direitos Humanos inscritos na Constituição, além do enfrentamento da tortura, do tráfico de pessoas, do trabalho escravo, da violência e corrupção policial, bem como a proteção de pessoas ameaçadas de morte. A Rede FALE entende que o Deputado Marco Feliciano não possui estas características e por isso consideramos inaceitável que ele assumira este cargo (CHANGE.COM, 2013)⁴⁵.

Também em 2013, movimento protagonizou a Campanha “Fale Contra Redução da Maioridade Penal” em coalizão com Monitoramento Jovem de Políticas Públicas (MJPOP), vinculado a Visão Mundial (Organização não governamental cristã que tem foco em desenvolvimento local e ações com crianças carentes). No documento intitulado “Carta aberta à sociedade Brasileira acerca das discussões sobre a Maioridade Penal”, a coordenação nacional e os articuladores locais da Rede FALE empregam um tom crítico sobre a possibilidade de a mudança da idade penal:

⁴⁵ Change.com - Fale por Direitos Humanos na Câmara - Disponível em: <https://www.change.org/p/fale-por-direitos-humanos-na-c%C3%A2mara> - acesso em 29 de abril de 2016

”É trágico perceber que, infelizmente, o assunto da mudança da maioria penal só é retomado quando um crime é cometido por um adolescente pobre. O que se observa é que no Brasil, o encarceramento serve como uma política de segregação social, que se propõe a dividir a elites do resto da população que enfrenta dificuldades múltiplas todos os dias. (...) Queremos, de forma obstinada, conchamar nesta carta nossas irmãs e irmãos à radicalidade no compromisso de reverter tais males, na certeza da caminhada em prol da concretização do Reino de Deus e de seus valores, como sinal da realidade da ressurreição de Jesus, O Cristo”⁴⁶.

Essas iniciativas da Rede FALE é uma mostra evidente que suas ações não tem uma postura corporativista em relação a bancada evangélica, que

⁴⁶ Rede FALE. CARTA ABERTA À SOCIEDADE BRASILEIRA ACERCA DAS DISCUSSÕES SOBRE A MAIORIDADE PENAL - Disponível em <http://redefale.blogspot.com.br/2013/09/carta-aberta-sociedade-brasileira.html> - acesso em 10 de abril de 2016

tem notoriamente agenda conservadora⁴⁷. Esse dissenso revela que há também uma disputa dentro do mundo evangélico, onde diferentes grupos se afirmam, inclusive como modos de participação na esfera pública de forma conflituosa.

O grupo nasce e cresce no período de explosão da internet e redes sociais. Nelas coloca sua aposta, mas não é o único lugar de atuação. Essas são consideradas ferramentas para a ação, e parece haver uma percepção de que esses não são ambientes suficientes para mobilização, sendo recorrentes os pedidos de encontros presenciais para além dos virtuais, e de ações de “rua” para além das mobilizações virtuais, ainda consideradas elitistas pelos próprios participantes do grupo.

A rede não possui um número preciso de participantes, mas contabiliza grupos em mais de 30 cidades espalhados pelas cinco regiões brasileiras, aproximadamente 26 organizações parceiras, um cadastro com mais de quatro mil pessoas e por volta de 30 pessoas envolvidas na gestão dos processos nacionais. Os grupos locais não apenas participam das campanhas nacionais da Rede FALE, mas tem a

⁴⁷ A bancada evangélica assumiu posição tanto a favor de Marco Feliciano em disputa da eleição para presidência da Comissão de Direitos Humanos, quanto na mudança da idade penal.

liberdade de promover ações coletivas com foco em sua realidade local.

Em termos gerenciais o grupo se organiza pelo entrelaçamento de diversas instâncias. Há uma coordenação geral composta por quatro membros mais antigos. Seu papel é gerenciar as questões de ordem prática administrativa. São quem acompanham a secretaria executiva, composta de dois funcionários em tempo parcial.

Há ainda a Coordenação Nacional, que é responsável por deliberações de questões mais de longo prazo. São divididos em eixos temáticos e em cada eixo não há um número pré-definido de participantes. A última instância é o Conselho de Referência, o único grupo adulto. Tal grupo tem caráter apenas consultivo e é composto de lideranças religiosas reconhecidas. Desse grupo se espera apoio institucional e, em especial, legitimidade. Há no entanto uma fragilidade dos espaços deliberativos, não ficando evidente para novos participantes como se dão os espaços de decisão.

Caminhos e questões sobre identidade do jovem evangélico

Esses jovens provém das mais diversas histórias de filiação religiosa, e não há consenso entre eles sobre o papel das instituições eclesásticas na ação da cidade, mas todas as ações comportam facetas de espiritualidade e incidência, sendo a marca religiosa sempre presente no grupo.

Ao que parece, esses jovens engajados em causas sociais se apresentam com uma agenda cada vez mais próxima dos direitos coletivos e dos direitos humanos, fortalecendo uma luta, inclusive, de liberdade religiosa. Novaes destaca a necessidade de não categorizar esses grupos, mas realizar uma aproximação real que inclua novas categorias, e que dialoguem de fato com a juventude deste tempo e suas demandas, agendas e pertencimentos. (Novaes, 2012).

E essa questão nos leva ao controverso tema da “identidade”. Pesquisas recentes tem demonstrado que, em suas atuações no espaço público, os jovens somam “causas”, sobrepondo diferentes identidades. Múltiplas

causas e experiências de discriminação podem se somar na vida de um mesmo jovem (ser jovem, ser negro, ser favelado, ser homossexual, ser mulher, se lésbica e “ser cristã”...). (Novaes, 2012, p 199)

E nessa realidade em que muito tem se produzido sobre o perfil de participação dos evangélicos (Machado, 2006; Burity et al, 2008; Freston, 2006), cabe se perguntar sobre a homogeneidade desse grupo, em especial nos segmentos juvenis. Como se dá essa participação dos jovens e como se articula com os demais anseios da sociedade, que vive sua revolução de identidades e da comunicação? Existem especificidades, ligadas ao senso de pertencimento e responsabilidade social desses jovens? Como os jovens evangélicos percebem essas suas incursões participativas? Seria essa uma crítica ao modelo religioso em que as instituições se apresentam com uma rigidez maior?

Nesse cenário, definir-se apenas como “evangélicos” pode ser também uma outra maneira para contornar conflitos e proibições. Reafirmando eles com este universo religioso, mas não se sentindo presos a

denominações, jovens evangélicos (genéricos) inserem mais uma possibilidade no repertório dos modos de estar e se movimentar no espaço público. (Novaes, 2012)

Entre esses destaca a presença de “evangélicos genéricos”, que não possuindo amarras institucionais fortes com denominações, sentem uma maior liberdade e fluidez no processo participação no espaço público, pois perde grande peso da amarra institucional, em especial dos pastores.

Construindo um campo evangélico progressista

A agenda política dos evangélicos no Brasil e em todo o mundo tem sido marcada pela forte presença de grupos fundamentalistas. Tal presença é ressaltada por diversos autores, entre eles Castells (1999) e Bauman (1998). A agenda desses grupos se mostra conservadora e com grande foco sobre as questões de uma moral sexual e em defesa de um determinado modelo familiar. No Brasil essa percepção é reforçada pela atuação da chamada “Bancada Evangélica”, que segundo Robinson

Cavalcanti em seu livro “Cristianismo e Política“, Cavalcanti (2009, p. 240) é notoriamente conhecida pelo conservadorismo político, fisiologismo, por ter um discurso anticomunismo e pela falta de ética. Conforme Alonso (2013, p 205), essa bancada demonizar determinados grupos com a finalidade de impor a “moral cristã“ ao Estado.

Tais posicionamentos geram controversas entre o grupo político evangélico, não sendo consenso o apoio a essas questões. Ao recuperar um pouco da história dos evangélicos, lembramos de alguns momentos importantes, como o movimento “Igreja e Sociedade”, que gerou um grande envolvimento dos evangélicos em temáticas sociais ou da União Cristã Estudantes do Brasil (UCEB). Outra contribuição importante é do Setor de Responsabilidade Social da antiga Confederação Evangélica Brasil, responsável pelo Congresso “Cristo e o processo revolucionário Brasileiro”, realizado na cidade de Recife e cuja intenção era de articular e mobilizar as igrejas evangélicas em agendas de transformação social, como reforma agrária, por exemplo. Essas iniciativas foram pesadamente perseguidas pelo regime ditatorial iniciado em 1964 (BITTENCOURT FILHO, 2013).

Com a volta da democracia ao país, ressurgiu nesse espaço de tensão um novo espaço de articulação progressista evangélica. Os militantes ou simpatizantes da esquerda começam a se unir

(...) criando espaços para uma discussão sobre ética. Além da postura política, para marcar diferença, procuram manter o caráter religioso, como forma de impedir uma generalização sobre os critérios de participação política da comunidade evangélica. (Machado, 2011, p. 65)

E para remontar o cenário em que se estabelece o momento político dos evangélicos, repassemos a quando esse segmento se inseriu no espaço público. No caso brasileiro, tal presença começou a ser mais evidente a partir da assembleia constituinte de 1988, que elegeu 32 deputados evangélicos, dentre os quais 18 pentecostais. Esse grupo, composto ainda por dois suplentes, se organizou como grupo, e é aí que surge a “bancada evangélica” (Machado, 2011). Esse grupo se elegeu com a responsabilidade de “barrar” uma imaginada ameaça a fé evangélica.

Um dos primeiros a discutir sobre a grande influência do segmento evangélico nos processos eleitorais foi Paul Freston, para ele são três os princípios que orientaram a ação política da bancada, sendo o primeiro a defesa dos direitos institucionais dos evangélicos, o segundo uma atitude de defesa do estado e por fim uma defesa dos valores religiosos nas questões comportamentais, como o rechaço ao aborto, homossexualidade, pornografia. As questões sociais não são consideradas, e para estas, cada um estaria livre para votar conforme sua convicção ou mesmo conveniência (Freston, 1993).

Machado (2011) destaca que a entrada dos evangélicos para o espaço político institucional se dá não de forma programática, mas devido ao potencial eleitoral de sua base, havendo um alinhamento com aqueles grupos já no poder, sendo frequentes os escândalos sobre benefícios pessoais ou mesmo para as comunidades de fé dos políticos evangélicos.

A partir do descontentamento latente de alguns, surgem organizações que se tornaram influentes na conformação desse novo grupo políticos evangélico, destacamos a Associação Evangélica Brasileira (AEVB), que sendo desenvolvida num contexto de construção ética da atuação evangélica, é articulada por organizações

paraeclesiásticas e um grupo de pastores ainda jovens, muito influenciados pelo paradigma e espírito do Pacto de Lausanne⁴⁸. A AEVB passa a ampliar o debate acerca de temas não convencionalmente ligados a agenda evangélica.

Outros grupos se organizam, como comitês evangélicos que apoiavam candidatos com alinhamento a esquerda política brasileira, como o “Movimento Evangélico Pró-Lula”, na eleição de 1989 ou ainda “Evangélicos com Brizola”, entre outros.

Evidente nesses grupos é que, apesar de serem marcados por uma ação no campo político mais progressista, assumem no campo da fé uma “teologia conservadora, mantendo as ênfases tradicionais do mundo evangélico na Bíblia, na oração, na conversão pessoal e na preocupação missionária.” (Machado, 2011, p. 103). De uma forma geral, mantém a militância no campo eclesiástico e no campo externo ao tradicionalmente eclesiástico.

Não há também, como aponta Machado (2011) uma clareza sobre, em termos teóricos clássicos, que

⁴⁸ O movimento Lausanne foi iniciado no I Congresso de Evangelização Mundial. O mesmo teve grande influência de jovens teólogos latino americanos. Foi lançado ao seu final o Pacto de Lausanne, que é o marco de referência para a Teologia da Missão Integral (Bosh, 2002).

tipo de socialismo se defende. Há, sim, um compromisso com pautas de reformas amplas.

(...) por progressismo eles entendem uma postura política que assuma a denúncia (voz profética da igreja) das causas que impedem a promoção da vida, um engajamento nas causas populares e uma adesão as propostas apresentadas pelos partidos populares que se situa entre a social democracia e o socialismo democrático. Além disso, advogam uma abertura cultural e um aprendizado histórico dos movimentos libertários, e o compromisso com uma cultura política que privilegie o caráter participativo (Machado, 2011, p. 76).

Outrossim, essa “politização evangélica” não aconteceu sem embates e tensões, uma vez que exigiu além de ações novas reflexões e definições sobre a relação entre fé e política, igreja e sociedade. Esses embates se deram tanto no espaço eclesiástico, já que muitos outros modelos de missão também se afirmavam, bem como no espaço político partidário, em que a presença dos evangélicos ainda é vista com muita desconfiança.

Esse cenário se intensifica nos anos seguintes, e a presença de grupos não progressistas no campo político partidário também se amplia. Em 2010, nas eleições presidenciais, mais uma vez os temários de defesa de uma moral comportamental parecem decidir a existência de um segundo turno, não obstante a focos de resistência e vários manifestos dos grupos progressistas, mas claramente se reconhecem esses grupos como marginais ao sistema.

Uma juventude evangélica progressista?

Durante a realização da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude foi realizada uma pesquisa do perfil dos participantes, e por meio de questionários e grupos focais foram apreendidos novos conceitos e o perfil da juventude que se inseriu nesse espaço participativo. A pesquisa não se afirma como reveladora de toda a juventude brasileira, mas se revela como uma excelente ferramenta no processo de reconhecer a diversidade das juventudes que se apropriam dos espaços políticos e se engajam em movimentos sociais (Abramovay e Castro, 2009).

Dentre os 1854 respondentes, 297 (16,1%) se declararam

evangélico/protestante/batista/metodista/presbiteriana/pentecostal, sendo um grupo menor apenas que o número de católicos (45,7%) e de sem religião (17,3). Além disso, 24,5% dos participantes declararam participar de organizações religiosas (Abramovay e Castro, 2009).

No grupo focal com os evangélicos foi evidenciado pelos participantes o potencial mobilizador dos evangélicos, por mais que muitas vezes essa mobilização não se dê para fins de construção de políticas públicas. Parece que entre esses há uma certa necessidade de se afirmar enquanto grupo, apesar de não expressivo no segmento, mas que tem uma participação e potencial, fato não necessário em outros grupos apresentados como jovens articulados em movimentos estudantis ou mesmo da pastoral da juventude da Igreja Católica (Abramovay e Castro, 2009).

Com o objetivo de analisar os elementos de participação da juventude evangélica nesses mesmos espaços, Nigri (2010) discute a participação dos grupos religiosos na construção das políticas públicas de juventude e reconhece que além da religião ter um forte papel agregador desses jovens engajados, já existe uma forte presença de grupos religiosos no processo de construção dessa política de forma

direta, por meios das organizações. Esses grupos também tem agido de forma articulada e numa luta por direitos transversais a todos os jovens, desconsiderando barreiras de sexo, cor, gênero, classe ou orientação sexual, barreiras impensáveis para setores mais conservadores que esses mesmos grupos representam. Como destaca Nigri (2010),

(...) ao agirem desta maneira, os jovens evangélicos ajudam a derrubar muros, desconstruir representações pejorativas (de ambos os lados), desnaturalizar preconceitos arraigados na sociedade e promover novos diálogos que ultrapassam as paredes das igrejas e dos templos (Nigri, 2010, p. 44).

A partir de uma pesquisa realizada entre jovens envolvidos em projetos e movimentos sociais no Rio de Janeiro, as autoras investigam a agenda e fatores mobilizadores dos jovens a participação social, e relembram o papel agregador da religião e seu impacto como princípios. Para os jovens a militância se dá de forma muito altruísta no discurso, mas muitas vezes busca a satisfação pessoal. É o caso, muitas vezes, da participação em espaços religiosos. (Rizzini et al, 2010).

As pesquisadoras se atrevem a nomear algumas das principais agendas de militância dos grupos juvenis como a violência, o desemprego, a educação e a pobreza/desigualdade. (Rizzini et al, 2010).

Novaes destaca o avanço das comunicações e tecnologia como uma grande ferramenta de “globalização do campo religioso”, para a autora, em nossa sociedade “as crenças circulam, são apropriadas e reapropriadas” (Novaes, 2004). Nesse artigo também é destacado o papel agregador e mobilizador das organizações religiosas. Conforme a Novaes (2004)

As instituições religiosas continuam produzindo grupos e espaços para jovens onde são construídos lugares de agregação social, identidades e formam grupos que podem ser contabilizados na composição do cenário da sociedade civil. Fazendo parte destes grupos, motivados por valores e pertencimentos religiosos, jovens têm atuado no espaço público e têm fornecido quadros militantes para sindicatos, associações, movimentos e partidos políticos (NOVAES, 2004, p. 328).

Novaes (2012) retoma a discussão de jovens evangélicos no espaço público e destaca a forte mudança nos modos de incidir no espaço público e as alterações da própria definição desse espaço, agora mais flexível e com territórios menos rígidos. A religião se mistura com o espaço político, e ambos se formam e se ampliam (ou diminuem).

Dois campos se tornam possíveis nesse contexto, um que amplia o isolacionismo e cria uma atuação corporativista, por outro lado, surge um grupo que valoriza o “reconhecimento da diversidade” e que “tem contribuído para aumentar o peso de valores e pertencimentos religiosos por meio de uma afirmação ética que prega ‘a paz e justiça’ e evoca universais ‘direitos humanos’” (Novaes, 2012). Semelhante ao que aconteceu no processo de consolidação dos evangélicos no cenário político tradicional brasileiro, durante a década de 1990.

Entre essa juventude evangélica progressista, destaca a presença de “evangélicos genéricos”, que não possuindo amarras institucionais fortes com denominações, sentem uma maior liberdade e fluidez no processo participação no espaço público, pois perde grande peso da amarra institucional, em especial dos pastores. De algum modo, esses “evangélicos genéricos” parecem viver ao seu modo

o conceito do Princípio Protestante de Paul Tilich (1992), que entende que um dos elementos próprios da natureza protestante é não permitir se subjugar por nenhuma entidade humana que se julgue sagrada, inclusive suas próprias denominações religiosas. Esse grupo se apresenta como uma novidade nesse cenário, e nos remete a um novo modelo organizativo da sociedade.

Nesse cenário, definir-se apenas como “evangélicos” pode ser também uma outra maneira para contornar conflitos e proibições. Reafirmando eles com este universo religioso, mas não se sentindo presos a denominações, jovens evangélicos (genéricos) inserem mais uma possibilidade no repertório dos modos de estar e se movimentar no espaço público (Novaes, 2012, p. 194).

Novaes rememora o imperativo de não enrijecer os campos identitários e reconhecer as múltiplas identidades que atravessam esses jovens, identidades que se traçam a partir de histórias individuais e de contextos particulares. Desta feita, “deve-se evitar esquemas empobrecedores que se ancoram em substantivação de identidades como se fossem únicas e fixas.” (Novaes, 2012).

Os jovens que se engajam em causas sociais se apresentam com uma agenda cada vez mais próxima dos direitos coletivos e dos direitos humanos, fortalecendo uma luta, inclusive, de liberdade religiosa. Novaes ainda destaca a necessidade de não categorizar esses grupos, mas realizar uma aproximação real que inclua novas categorias, e que dialoguem de fato com a juventude deste tempo e suas demandas, agendas e pertencimentos. (Novaes, 2012).

Conclusão

A temática da juventude é de uma riqueza ímpar e as pesquisas que se desdobram para discutir esses sujeitos tem feito um trabalho necessário para a sociedade brasileira, pois se desdobram em compreender esses a partir de suas complexidades. Em meio a tanta pluralidade nessa campo de pesquisa, a relevância da transversal da religiosidade desvela um lugar de vivência ainda é pouco explorado.

Se a visão romântica ou estereotipada da juventude é superada com novas leituras que complexificam esse momento da vida, isso não é diferente imaginar em torno da transversal da

religiosidade e manifestações de crenças que também são expressadas pelos jovens. A atuação de um grupo de jovens evangélicos que se mobilizam em campanhas de Direitos Humanos e participam ativamente de espaços de formulação de políticas públicas de juventude, como é o caso da Rede FALE, dão um novo tom para discutir tanto a diversidade existente entre os entre os evangélicos brasileiros. Sendo o motivo de atuação tem um caráter de obediência aos valores de suas crenças ou teologia, é preciso se perguntar quais são esses argumentos de fé que orientam sua participação política. Frequentemente a Rede FALE faz com que os diversos temas de Direitos Humanos dialoguem com textos bíblicos em suas campanhas, onde esses textos são usados como suporte e meio para motivar outros jovens igualmente evangélicos tomem partido em favor dessas iniciativas.

Ainda no que tange aos jovens evangélicos progressistas, cabe dizer que esses trazem um dado importante: Não há uma cosmovisão evangélica una, porém muito dessa pluralidade também pode se dar pelas diferentes transversais que também ajudam a compor suas identidades. Em suma: esses jovens são sim evangélicos, mas estão abertos a diferentes espaços que agregam também algum tipo de valor

para suas vidas. O que se revela é que essa juventude evangélica progressista não sente necessidade de escolher entre sua fé e sua atuação política, mas preferem fazer uma síntese entre sua religiosidade e sua militância.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. **Juventude, juventudes: O que une eo que separa**. UNESCO, Representação no Brasil, 2006.

ALONSO, Leandro Seawright. Entre Deus, Diabo e Dilma: as narrativas evangélicas fundamentalistas nas eleições 2010. **Estudos de Religião**, v. 27, n. 1, p. 202-218, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BOSCH, David. **MISSÃO TRANSFORMADORA—Mudanças de paradigma na teologia da missão**. Editora Sinodal, 2002.

BITTENCOURT FILHO, José. **Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro: A conferência do Nordeste 50 anos depois**. Mauad Editora Ltda, 2013.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. CAVALCANTI, Robinson. **Cristianismo e política**. Editora Ultimato, 2009.

FONSECA, Alexandre B.; NOVAES, Regina. **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**, Juventudes Brasileiras, Religiões e Religiosidade: uma primeira aproximação. 2007.

FRESTON, Paul. **Religião e política, sim igreja e estado, não: os evangélicos e a participação política**. Ultimato, 2006.

BURITY, Joanildo A. Religião. política e cultura. **Tempo Social, São Paulo**, v. 20, n. 2, 2008.

MACHADO, Ziel. **Sim a Deus, Sim à Vida: Evangélicos redescobrem sua cidadania**. Novos Diálogos Editora, Rio de Janeiro, 2011.

NETO, Luiz Longuini. **O Novo Rosto da Missão: os movimento ecumênico e evangelical no protestantismo latino-americano**. Editora Ultimato, 2002.

Nigri, Sara D. **Juventude e religião em debate: um estudo sobre a participação dos jovens evangélicos na construção de políticas públicas de juventude**. (Monografia, Vitória, Universidade Federal de Minas Gerais). 2010

- NOVAES, Regina. Youth, religion and public space: examples" good to think" times and signs. **Religião & Sociedade**, v. 32, n. 1, p. 184-208, 2012.
- NOVAES, Regina. Os jovens" sem religião": ventos secularizantes," espírito de época" e novos sincretismos. Notas preliminares. **Estudos avançados**, v. 18, n. 52, p. 321-330, 2004.
- NOVAES, Regina; MELLO, Cecília Campello do A. **Jovens do Rio: circuitos, crenças e acessos**. ISER, Instituto de Estudos da Religião, 2002.
- PADILHA, C. René. **Missão integral**. São Paulo: Temática Publicações, 1992.
- RIZZINI, Irene, CALDEIRA, Paula, CALDEIRA, Alessandra e BARROS, Denise. **Juventude e participação cidadã**. XXVII International Congress of the Latin American Studies Association (LASA 2009) Rethinking Inequalities. (publicado em 2010).
- PEREZ, Léa Freitas; TAVARES, Fátima; CAMURÇA, Marcelo. **Ser jovem em Minas Gerais: religião, cultura e política**. Argumentum, 2009.
- TILLICH, Paul. **A era protestante**. São Paulo/S. Bernardo do Campo, Ciências da Religião, 1992.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE: ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA CASAS DAS JUVENTUDES - PE

Ana Karina Araújo de Moraes⁴⁹

Jenifer Maria Miranda de Sousa Pinheiro⁵⁰

Mariana Bezerra Lyra⁵¹

Rubén Oscar Pecchio Vergara⁵²

RESUMO: Este artigo apresenta informações sobre os desafios e aprendizagens da implementação de Políticas Públicas de Juventude (PPJs) a luz do estudo de caso do Programa Casa das Juventudes de Pernambuco. Para uma melhor compreensão, aborda: um breve histórico do marco legal das PPJs no Estado de Pernambuco, e um pequeno diagnóstico da realidade dos jovens pernambucanos. Em seguida,

⁴⁹ Nos últimos tempos atuou Sócia-empREENDEDORA da CoMNecta – Empresa de Consultoria em Gestão, Desenvolvimento Institucional e Humano; Gestora e Professora do Ensino Superior, nas disciplinas de Empreendedorismo, Marketing Estratégico e Planejamento e Gerenciamento de Projetos.

⁵⁰ É certificada como Ouvidora pela Associação Brasileira de Ouvidores/Ombudsman. Fundadora e membro do Coletivo Juventude Arretada (www.juventudearretada.com.br). Atualmente é Chief Executive Officer da Lico e Jeni Empreendimentos ME

⁵¹ Trabalha na área de desenvolvimento social desde 2002 englobando as temáticas: fortalecimento de iniciativas juvenis, cidades sustentáveis e políticas públicas de juventude. Os últimos 03 anos trabalhou como gestora de Políticas Públicas de Juventude. É colaboradora da Universidade da Juventude; fundadora e integrante do Coletivo Juventude Arretada

⁵² Sócio Diretor da PLANEAR – Planejamento e Gestão e consultor de várias empresas do setor. Diretor Técnico do INTG – Instituto de Tecnologia em Gestão e professor da Universidade Católica de Pernambuco.

apresenta o Programa Casa das Juventudes, a sua proposta de intervenção no território, sua relação com o poder municipal e com a sociedade civil. E por fim, faz uma análise dos desafios e oportunidades para avançar no desenvolvimento territorial das PPJs com qualidade.

Palavras-chave: juventude, políticas públicas de juventude, programa casa das juventudes.

Introdução

Apesar da Organização das Nações Unidas (ONU) ter em 1985 pautado os países membros sobre juventude e a emergência de políticas públicas, o Brasil apenas inicia ações mais dirigidas à população jovem⁵³ em meados da década de 1990 (ANDRADE, 2012; SPOSITO e CARRANO, 2003). Destaca-se a necessidade de focar o desenvolvimento da política pública de juventude (PPJ), na articulação de ações, na realização de pesquisas, implantação de programas para o desenvolvimento integral do jovem e da institucionalização dos direitos sociais desse público.

⁵³ Neste artigo adotaremos a definição de ser jovem para o Conselho Nacional de Juventude – Conjuve: “(...) ser jovem no Brasil contemporâneo é estar imerso –por opção ou por origem – em uma multiplicidade de identidades, posições e vivências. Daí a importância do reconhecimento da existência de diversas juventudes no país, compondo um complexo mosaico de experiências que precisam ser valorizadas no sentido de se promover os direitos dos/das jovens (NOVAES, 2006, p.5)”.

Considerando que o jovem⁵⁴ representa o principal fator para o desenvolvimento da sociedade contemporânea, cabe aos agentes públicos e privados proporcionar possibilidades de participação e construção de autonomia no fortalecimento do papel estratégico da juventude, com oportunidades, garantia de direitos e a valorização da diversidade juvenil. O desenvolvimento da política pública contribui com a busca pela equidade entre os direitos sociais, políticos, culturais, econômicos dos diversos atores sociais. Ele exige uma postura propositiva, facilitadora e resolutiva do Estado, de acordo com os anseios da população e os consensos em torno de direitos e deveres dos cidadãos (LEON, 2009).

Conforme destaca-se o Ibase e o Instituto Polís (2006, p. 8), PPJs constitui:

(...) o conjunto de princípios, estratégias e ações que contempla as distintas realidades dos (as) jovens, estabelece seus direitos e responsabilidades e afirma suas identidades e potencialidades. A política é pública quando pertence a todos (as) e é construída por toda a sociedade. Assim, as políticas devem criar

⁵⁴ O termo o jovem no artigo compreende o gênero feminino e masculino.

condições para que os (as) jovens participem da vida social, econômica, cultural e democrática do país.

As PPJs devem atuar em distintos eixos de prioridade dos jovens, tais como: grupo de riscos, sujeitos de direitos, atores estratégicos no desenvolvimento socioeconômico e em construção do capital social. Deve focalizar sua operacionalização no reconhecimento de formas culturais e estilos de vida próprios da juventude; na transição para a vida adulta e no empoderamento dos jovens como cidadãos (LEON, 2009).

No Brasil a discussão institucional do marco legal das PPJs iniciou-se apenas em 2003 e só se formalizou com a sanção do Estatuto Nacional da Juventude em agosto de 2013. Além de incipiente, a implementação da PPJ é desafiada a incorporar gestão participativa; capilaridade e relações entre as diversas instâncias da federação, monitoramento das ações da política; composição dos quadros técnicos e responsabilização das instâncias sobre o padrão de financiamento.

Oriundo de uma experiência da sociedade civil e legitimado na 1ª Conferência Estadual de Juventude, o Programa Casa das Juventudes (PCJ) é

abordado neste artigo para analisar os principais desafios, aprendizagens e resultados desta experiência de política estadual. Criado em 2010, com o intuito de ser um espaço para o desenvolvimento integral do jovem no âmbito local, focalizando na garantia de direitos, na vivência de ser jovem e na preparação deste para a etapa da fase adulta.

Metodologia

Para a discussão realizada neste artigo utilizou-se como método o estudo de caso (LAVILLE e DIONNE, 1999; GOLDEMBERG, 2002), adotando-se a metodologia da observação participante e da experiência prática na gestão dos autores deste artigo (VERGARA, 2010). A intenção é aprofundar o entendimento do PCJ e do desenvolvimento de uma PPJ no âmbito estadual e municipal. O estudo também se soma à abordagem quantitativa, de dados secundários de pesquisas de instituições de referência, além de dados publicados pelo governo federal e Estadual⁵⁵, com cruzamentos de dados,

⁵⁵ Ministérios – Saúde, Educação e Justiça; Secretaria Nacional de Juventude; DIEESE, IBGE, PNAD, Relatórios de Gestão SCJ, FUNASE, entre outras, citadas detalhadamente nas referências desse artigo.

gerando informações mais consistentes. O objeto de análise foi o PCJ do Estado de Pernambuco para colaborar na compreensão e exploração intensa do fenômeno, utilizando-se a abordagem qualitativa, para efeito de análise dos desafios, aprendizagens e resultados⁵⁶.

A técnica utilizada na investigação foi, conforme Lakatos e Marconi (2001): Documentação indireta: através de pesquisa documental e bibliográfica especializada. Do ponto de vista teórico foram abordadas uma análise do histórico do marco legal estadual das políticas públicas de juventude, um breve diagnóstico, a partir de dados secundários, da juventude pernambucana e a síntese dos resultados da proposta do PCJ.

Análise de discussão dos resultados Síntese Histórica de Políticas Públicas de Juventude em PE

Em 2007, o Governo de Pernambuco, respondendo à demanda da sociedade civil e à

⁵⁶ Compreende-se avaliação como “processo de delimitação, obtenção e fornecimento de informações úteis ao julgamento de alternativas de decisão sobre determinado objeto.” (MARINO, 2003).

situação de vulnerabilidade da juventude pernambucana, criou a Secretaria Especial de Juventude e Emprego (SEJE). Esta realizou ações e projetos em parceria com Ministérios e Sociedade Civil, tais como: Qualifica Pernambuco – Primeiro Emprego, “Juventude em Movimento” (Protejo), Juventude Cidadã, Projovem entre outros. Destaca-se também a realização do Projeto Dialogando em 12 Regiões de Desenvolvimento com a participação de 2.500 jovens. No mesmo ano, instituiu o Comitê Intersetorial de Juventude pelo decreto nº 30.966 de 31 de outubro de 2007 e a promulgação da lei nº 13.325, de 23 de outubro que definiu a Semana Estadual da Juventude, sempre a quarta do mês de outubro. Outro marco legal, é o Decreto 30.874, de 10 de outubro de 2007, que instituiu o Programa Vida Nova para acolher a população jovem em situação de rua.

Cabe salientar que Pernambuco foi pioneiro em estabelecer um Plano Estadual de Juventude – (PEJ), denominado Pacto pela Juventude, Lei nº 13.608, de 03 de outubro de 2008. Destaca-se a criação do Conselho Estadual de Políticas Públicas para a Juventude, pela Lei 13.607, de 31 de outubro de 2008. No mesmo ano, a PEC nº 05 inseriu o

jovem como prioridade na Constituição pernambucana.

No ano de 2009, foi realizada a publicação do Guia de PPJs de Pernambuco, o qual sistematizou 30 ações desenvolvidas pelo Estado, de relação direta para a juventude. E em 2010, foi adotado o projeto Casas das Juventudes para o desenvolvimento integral do jovem como ação de política pública. Nos anos de 2008 e 2011 realizadas, respectivamente, I e II Conferências Estaduais de PPJ.

Em janeiro de 2011, foi criada a Secretaria da Criança e da Juventude (SCJ), planejada para política de atenção integral à população de 0 a 29 anos, isto é, 53% da população do Estado. E, no mesmo ano, através da lei nº 14.577 de 28 de dezembro, regulamentação do PCJ, uma ação para a Juventude com a co-responsabilização dos entes, por meio do pacto federativo entre Estado, Município e Sociedade Civil. Além disso, ocorreu o I Encontro do Programa Casas das Juventudes, com o tema: “Políticas Públicas de Juventude: avanços e perspectivas para os pequenos municípios, reunindo 101 gestores de PPJ.

Em 2012, foi realizado o II Encontro do PCJ, com o tema: “Redes de mobilização e articulação juvenil” e participaram 128 gestores de PPJ. E ainda,

iniciada a Capacitação Regionalizada em Fundamentos de elaboração e gestão de projetos para 230 jovens e gestores de PPJ de Pernambuco, nas cidades de Olinda (2012), Sertânia, Floresta, Carpina e Caruaru (2013). Nos anos de 2013 e 2014, destacam-se ainda, o I Seminário: O estatuto é nosso! e as formações aos Conselheiros Municipais de Juventude. Em 2015, o programa passa a integrar a nova Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude.

Breve Perfil da População Juvenil de Pernambuco

Conforme o Censo IBGE/2010, a juventude pernambucana consiste em 2.397.712 indivíduos, situados na faixa etária de 15 a 29 anos correspondendo a 27% da população do Estado de Pernambuco. É válido salientar que 80% da população jovem de Pernambuco é urbana, sendo os outros 20% rural. O percentual de jovens dos sexos feminino e masculino, respectivamente, são 51% e 49%.

Juventudes: Educação e Situação Ocupacional

Como atesta a avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), no ensino médio, Pernambuco de 2011 a 2013 despontou da média de 3,4 para 3,8, abaixo da meta de 3,9. Dados do MEC/INEP registraram o contexto de jovens pernambucanos, em 2010 e 2013, no que concerne à distorção idade-série dos que cursaram ensino médio, houve uma redução positiva de 49,1% para 40,1%. As taxas de abandono escolar do ensino médio no Estado, tiveram queda significativa de 11,2% para 4,7%. Em 2011, 15,7% dos estudantes com 15 ou mais anos frequentaram a escola, mas em condição de analfabetismo. Possui cerca de 330 mil, que não estudam e nem trabalham. O Anuário da Juventude 2010-2011 do DIEESE aponta que a juventude em condição de atividade e ocupação na faixa etária de 16 a 29 anos na Região Metropolitana do Recife (RMR) equivale a 2.169. Em condição de desemprego, 27,5% do total da população jovem da RMR, destes 29% são negros e 23% são oriundos de outros grupos étnicos.

Vulnerabilidade Juvenil

1. Homicídios juvenis e Mortalidade de jovens negros

Os jovens têm muitas vezes seus direitos violados, principalmente as juventudes negras, sendo no Brasil, em 132 municípios, os jovens negros do sexo masculino vitimizados em mais de 70% dos homicídios. Em Pernambuco, 13 municípios integram essa lista do Plano Juventude Viva (PJViva), conforme dados SNJ/SEPPIR/DATASUS (2010, p.32).

2. Violência contra jovens mulheres

No âmbito dos atendimentos por violência no SUS, conforme Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAM/SVS do Ministério da Saúde em 2014 foram atendidos em Pernambuco 826 jovens, sendo a maioria do sexo feminino, total de 712. Desses casos, 29% são reincidência e 56,29% ocorreram na residência das vítimas. Os principais tipos de violência atendidos pelo SUS são: 76% Física, podendo ocorrer agregada, 30%

Psicológica/Moral, 11% Sexual, 9% Envenenamento e 6% Arma de Fogo.

3. Jovens em conflito com a Lei: sistema penal e sistema socioeducativo

Conforme dados InfoPen, do Ministério da Justiça (2012), 548.003 pessoas estão no Sistema Penitenciário Brasileiro, e 266.237 são jovens situados entre 18 e 29 anos, totalizando 48% do montante. Em PE, o percentual de jovens encarcerados é de 56%, equivalente a 16.027, sendo 14.997 jovens homens e 960 jovens mulheres. Os cinco crimes mais praticados são: tráfico de entorpecentes, homicídio simples, roubo simples, furto simples e roubo qualificado. Já no Sistema Socioeducativo de Pernambuco, conhecido como FUNASE, a maioria dos jovens situam-se na faixa etária de 15 a 20 anos, equivalente a 1.434 do total de 1.565 em outubro de 2014. No cumprimento de medidas socioeducativas, temos: 65% internação; 17% internação provisória; e 10% semiliberdade. Principais atos infracionais: 39% roubo/roubo qualificado, 24% associados ao tráfico de entorpecente, 13% homicídio/ homicídio qualificado/

5% tentativa de homicídio e 19% demais atos infracionais.

Destaca-se que para a melhoria da situação social e econômica da juventude pernambucana, é fundamental integração e investimento em recursos humanos e financeiros do poder público e da iniciativa privada. Inexpressivos ou não difundidos, por exemplo, são dados estatísticos atualizados sobre empreendedorismo juvenil. E tantos outros dados que colocam o jovem na posição de liderança de feitos relevantes e positivos para a sociedade.

Análise e discussão dos resultados do PCJ

O PCJ é uma iniciativa pioneira do Estado de Pernambuco, em parceria com os municípios, amparado em novo paradigma na instituição de PPJ que apresenta o jovem como um agente estratégico de desenvolvimento e sujeito de Direitos⁵⁷. Ou seja:

⁵⁷ Entendem-se sujeitos de direitos, de acordo com a Convenção Iberoamericana dos Direitos da Juventude, como indivíduos com direitos, como atores estratégicos no desenvolvimento e pessoas capazes de exercer, responsabilmente, os direitos e liberdades. E o conceito de liderança que adotamos está em consonância entre Gardner e Greenleaf, o primeiro trata líder como agente de transformações, criador de uma narrativa contundente sobre as missões de sua organização ou comunidade política, incorpora essa narrativa em sua própria vida e é capaz, por meio

jovem como líder da sua própria história e agente transformador da comunidade que se insere. Compreendemos como líder servidor conforme Ribeiro e Bento (2013): “ser líder servidor consiste em determinar um propósito, compartilhar a aprendizagem, elevar o obstáculo, fortalecer o relacionamento e desenvolver as pessoas”.

Em 2007, lideranças juvenis de organizações da sociedade civil, de quatro municípios da região da Bacia do Goitá, no Estado de Pernambuco, participaram da construção do Projeto Casa das Juventudes. A iniciativa, foi realizada com apoio da *WW Kellogg Foundation*, com objetivo mobilizar e articular esforços para superar os desafios da conjuntura do desenvolvimento local da região, fortalecendo a participação de jovens líderes na condução do seu destino, da sua organização política e da inovação dos arranjos institucionais conjugando talentos e saberes locais distintos.

da persuasão e do exemplo pessoal, de mudar pensamentos, sentimentos e comportamentos daqueles que busca liderar. O segundo acredita que grandes líderes agem como servidores, colocando as necessidades dos outros membros da organização e da comunidade como primeira prioridade.

Em 2010, a partir de conquistas e avanços no movimento dos jovens como sujeitos políticos, como exemplo: realizações de audiências públicas sobre a importância de se constituir um marco legal da juventude e a sua realidade local; pesquisas sobre os jovens, a exemplo da “Juventude é Atitude! Qual é a sua?” do Fórum das Juventudes Recife/PE; e produção de documentos reivindicatórios para a gestão pública, como a “Carta Pernambuco” de recomendações para a produção do Plano Nacional de Juventude e o Estatuto Nacional da Juventude. A iniciativa Casa das Juventudes (CJ) foi uma demanda da sociedade civil, através das escutas do Projeto Dialogando e da 1ª Conferência Estadual de Juventude de Pernambuco.

A experiência foi implantada inicialmente para 51 municípios do Estado de Pernambuco, executada mediante parceria da SEJE e os municípios do Estado. A partir da criação da SCJ, em 2010, o Projeto Casa das Juventudes, é implantado em mais 42 municípios, e mais 07 em 2014, atingindo 100 CJ em 99 dos 184 municípios pernambucanos.

Já em 2011, o Projeto foi elevado ao status de Programa a partir da sanção da lei nº 14.577 de 28 de dezembro, que regulamenta a CJ e estabelece os critérios de implantação nos municípios, instalação

do equipamento e sua dinâmica de promoção das juventudes.

Os critérios legais de implantação são: 1) População de até 40.000 habitantes; 2) População em área rural; 3) Possuam Comunidade Tradicional reconhecida pelo Poder Público; 4) Sejam integrantes do Governo Presente (Áreas de maior índice de Crimes Violentos Letais Intencionais-CVLIs); 5) e sempre que houver Interesse Público. A lei também destaca eixos de atuação, como norte do desenvolvimento do PCJ, no território: Eixo de Promoção Cultural; Eixo de Educação e Qualificação Profissional; Eixo de Participação Social e Vivências Democráticas; Eixo de Prevenção dos Agravos e Promoção da Saúde e Eixo de Preservação do Meio Ambiente.

Outro ponto válido na Lei, é a co-responsabilização do Estado, Município e Sociedade Civil, com os deveres de:

- **Estado:** disponibilizar equipamentos e mobiliários para os municípios pelo prazo de 05 (cinco) anos; assessorar os municípios no pensamento estratégico de suas políticas e programas; capacitar os agentes técnicos da CJ; monitorar e avaliar o PCJ; realizar cooperação técnica e mobilização de recursos

junto ao ente municipal; fazer concursos de projetos, para cofinanciar municípios para realização de ações no âmbito da CJ; contribuir com o fortalecimento da Política Pública de Juventude;

- **Município:** liderar a implantação da PPJ em seu território; mobilizar coletivos/movimentos/organizações juvenis na apropriação do equipamento público; produzir diagnóstico do retrato da juventude, mapear os grupos juvenis; identificar, adequar e disponibilizar imóvel para abrigar as funcionalidades do PCJ; arcar com as despesas de manutenção e custeio do imóvel, bem como das ações desenvolvidas da CJ; disponibilizar equipe mínima de 03 (três) agentes técnicos: sendo 01 (um) coordenador, 01 (um) auxiliar de serviços gerais e 01(um) monitor de informática; e instalar e promover a manutenção dos equipamentos da CJ;
- **Sociedade Civil:** Participar em projetos, experiências e atividades de construção coletiva com as redes de jovens e gestão pública com propostas e ações dirigidas a juventude ativamente envolvidas na discussão

sobre PPJ: conselheiros de juventude, movimento estudantil e aos jovens negros, mulheres, ambientalistas, estudantes, trabalhadores rurais, indígenas, quilombolas, empresários, com deficiência, vinculados aos movimentos culturais do campo e das periferias, do movimento LGBT, membros de organizações religiosas entre outros.

Destaca-se negativamente, na Lei do PCJ, a falta de olhar sistêmico de articulação das PPJs, com foco em questões técnicas, e com poucas orientações metodológicas. Por exemplo, não prevê a elaboração de Projeto Político Pedagógico orientador da implementação das CJ, o qual não existe até o momento.

Conforme a Nota Técnica Estação Juventude (SCJ): alinhamento das ações de Pernambuco e suas prioridades, de 11 de novembro de 2012, o trabalho desenvolvido com o PCJ é norteado por alguns princípios, a saber:

Jovem Sujeito: reconhece a participação ativa, a partir da integração e envolvimento em seu território. Nesse sentido, ações de fortalecimento da cidadania, da informação e

da formação são prioritárias; com a música, o repertório, a estética juvenil e a voz do Jovem; fortalece o jovem como ator político autônomo - "Líder de seu tempo";

Institucionalização/Legalização: promove ferramentas de apoio jurídico e de regulamentação da política.

Co-responsabilização/Descentralização: instituído nos territórios com definição de responsabilidades compartilhadas entre Estado, Município e Sociedade Civil;

Politização e Desenvolvimento de Novas Lideranças nos territórios: como meio de fortalecer a incidência política dos jovens em seus territórios, do particular ao complexo, com movimentos, redes e alianças;

Identidade Espacial e Autonomia: as CJ devem ser o lugar livre de impedimentos e barreiras para acesso; da ação colaborativa e propositiva; para reavivar o sonho de ter um projeto de vida próprio.

O PCJ é observado como um referencial no cenário brasileiro para operacionalização da Política Pública de Juventude. Cabe ressaltar que de um total de 145 municípios com população até 40 mil

habitantes, o Programa atingiu, até Julho de 2014, 59% destas localidades. Outro enfoque do PCJ é sua atuação em contribuir com o resgate da Juventude nas áreas de municípios denominadas Governo Presente (estas apresentam maior índice de Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLIs). Do total de cidades que se inserem nesse contexto, o PCJ atingiu até o mês de janeiro de 2013, 50%⁵⁸. Cabe destacar que existem casas em municípios que têm população tradicional, seja quilombola, ou mesmo indígena para integrar as juventudes mais excluídas das ações de Política Pública. Em Julho de 2014, aquela chegou a 54% e 63% respectivamente.

Desafios e Aprendizagens sobre o Programa

Pode-se observar que o Programa ao longo dos seus quatro anos e meio de execução tem alguns desafios, seguem os mais relevantes, segundo amadurecimento dos autores e suas experiências com o programa:

⁵⁸ Fonte: Governo de Pernambuco. Balanço da Secretaria da Criança e da Juventude 2011/2012.

Qualificação da gestão local das Casas

Os órgãos Federais, Estaduais e Municipais ainda investem pouco em qualificação das equipes. O Estado de Pernambuco, na gestão da SEJE, realizou curso piloto sobre PPJs e Controle Social para 30 lideranças juvenis. A maioria destes exerce cargos de destaque na área pública, inclusive na atuação com a juventude. Na segunda gestão Eduardo Campos, a SCJ investiu em formações: 02 encontros estaduais de planejamento e formação do PCJ (2011 e 2012); capacitação em projetos para 230 jovens (2012/2013); e dois seminários para formação de conselheiros municipais de juventude.

Mais influência na defesa de Direitos da Juventude

As principais dificuldades do PCJ observadas são: baixa clareza de como se dá a cooperação entre o Estado e o Município, por falta de informação ou de planejamento de uma ou de ambas as instâncias; carência de equipe qualificada em nível local para gestão da CJ; pouco ou nenhum orçamento direcionado no PPA para execução de PPJs

municipais; problemas de comunicação do Estado com as equipes municipais; e as prefeituras não conseguem desenvolver com plenitude o programa, por falta de Plano Político Pedagógico ou por dificuldade de garantir a estrutura mínima regulamentada para a sua execução.

Participação e Mobilização Juvenil

Há no Brasil uma visão institucional de participação política de juventude ainda bastante limitada, inclusive porque desta forma se reforça a manutenção dos projetos políticos de grupos de interesse pelo poder. Destacam-se três visões que consagram clichês de um pensamento comum entorno deste tema: 1) A juventude que lutou pela democratização do país contra a ditadura tinha mais valores, ideologia, princípios e causas que as de hoje; 2) Deve-se permitir a participação dos jovens nos partidos e campanhas porque a juventude dá voto e consome 3) A juventude proveniente de partidos políticos deve ser majoritária nas esferas como conselhos e fóruns para se garantir o controle a favor de quem está no poder.

Como pode ser observado em diversas pesquisas, como exemplo: Juventude Brasileira e

Democracia: participação, esferas e políticas públicas de 2006; Sonho Brasileiro de 2009 e Agenda Juventude Brasil de 2013, os jovens dizem não acreditar nas formas tradicionais de participação e política, mas sabem da importância do seu papel enquanto ser político e acreditam nas mudanças através das ações cotidianas exercendo a cidadania e ética, com relações mais horizontais. Na medida em que for maior, a diversidade de jovens, participando de programas como o PCJ ou de outros espaços institucionalizados, maior será a legitimidade deles, e menor o descompasso entre a adesão às ações e programas desenvolvidos pelos gestores públicos e as reais demandas dos distintos segmentos da juventude.

Articulação e fortalecimento de Redes de Juventude

As redes emanam alicerces de novas formas de se relacionar em ambientes não hierárquicos, com modelos descentralizados de poder, gerando multilideranças, com mais autonomia e liberdade de ação; coordenação e democracia; e existência de comunhão de propósitos (MORAES, 2009).

O PCJ precisa ter uma equipe que compreenda o sentido de trabalhar em rede, para conseguir mobilizar, articular a juventude local e fortalecer a PPJ. E com isso, trabalhar as dimensões da participação política e estimular o jovem a assumir ou aprimorar o seu papel de cidadão ativo.

Monitoramento e avaliação do Programa

A avaliação periódica, contínua e eficaz é um instrumento fundamental para alcançar melhores resultados e ser assertivo na utilização e no controle dos recursos aplicados, além de fornecer aos formuladores de políticas sociais e aos gestores de programas, dados importantes para o desenho de políticas públicas mais consistentes. (COSTA&CASTANHAR, 2003)

Percebe-se a dificuldade em monitorar e avaliar de maneira contínua e adequada o PCJ, pelos seguintes motivos: equipe reduzida (três pessoas para acompanhar 100 Casas em 99 municípios); falta de capacitação das equipes municipais e estadual na referida temática; instrumentais primários para obter os dados de análises mais precisas, que colaborem no direcionamento estratégico da política; ausência de

avaliação externa; falta de controle social; e inexistente monitoramento do Governo Federal a respeito da Política Pública Estadual.

Aprendizagens

A relação Estado, municípios e sociedade civil: papéis e responsabilidades

Há muitos obstáculos à execução municipal das políticas no território: baixa qualificação dos gestores; fragilidades na execução orçamentária com responsabilidade fiscal e transparência; dependência do orçamento federal, devido à baixa arrecadação; ausência de políticas estaduais de desenvolvimento local e a necessidade da reforma do sistema político brasileiro. É necessário fomentar meios de investimento social privado na agenda pública, a responsabilidade social vinculada ao desenvolvimento das políticas públicas.

Quanto ao PCJ, é preciso estabelecer uma estratégia de manutenção: infraestrutura, pessoal, ações, projetos, recursos financeiros, com maior apoio estadual e federal, almejando atendimento integral da PPJ. E a existência do controle social, que

colabora no equilíbrio dos poderes e no processo dialético de se construir a política pública. Observa-se o desafio da sociedade civil se sentir integrante participativo na execução do PCJ.

Interiorização do Desenvolvimento da Política de Juventude Local

O Estado priorizou o acesso ao PCJ aos municípios de até 40.000 habitantes, deu capilaridade às 12 regiões do Estado, mostrando a necessidade de investimento nas PPJs municipal e estadual. Mas agora, é iminente atuação na RMR e suas periferias, com altos índices de morte da juventude negra, apontados pelo PJViva. Por isso, a gestão Estadual precisa ter visão estratégica para implantar o PCJ nos grandes centros urbanos. Logo, é preciso desenhar uma metodologia que abrace as dimensões multifacetadas do PCJ.

A questão da Intersetorialidade: uma condição para a sustentabilidade da política

A administração da PPJ deve envolver ações e diálogos estruturadores e duradouros com os diversos setores da sociedade para se alcançar as metas e

resultados esperados. A Juventude abarca discussões específicas, de direito à educação, direito à saúde de qualidade, direito ao trabalho digno, direito à participação social, direito à habitação, direito à cultura, entre outros direitos sociais, com o olhar transversal para diversos segmentos, como o da mulher, negros, indígenas e camponeses. Com isso, é enfática maior qualidade de PPJs com atuação intersetorial. Tanto no âmbito da política estadual de juventude quanto no âmbito municipal e do próprio PCJ é embrionário o trabalho em parceria estado, mercado e terceiro setor. Além disso, soma-se o desafio de se desenvolver uma discussão intragovernamental em relação ao sistema de juventude, orçamento, fundos de apoio, estratégias de diálogo entre governos, pautas fundamentais para inclusive os comitês setoriais e conselhos existentes, que precisam ser enfrentadas e estimuladas.

Destaque para alguns importantes resultados

- ***O PCJ ser reconhecido pelo jovem como um espaço para a juventude se encontrar***, defende a importância do conceito do Programa;

- ***Avanço na institucionalização da política de juventude nos municípios***, ter alguém que responda pela juventude no município, mesmo sem a existência de um órgão específico, é um avanço. Notou-se que estes gestores, que respondem pelo PCJ, tem ligação com a juventude, reconhecimento e consegue estabelecer um bom diálogo. O Programa impulsionou a criação de instâncias de juventude em alguns municípios.
- ***O Programa estabeleceu grande capilaridade***, alcançando 100 municípios de Pernambuco dos 184 existentes, defendendo sua razão de existir;
- ***Prefeituras avançaram ao conseguirem desenvolver ações e projetos específicos para a juventude local***. O PCJ possibilitou a construção e realização de ações pensadas para os jovens, de acordo com as suas demandas;
- ***Diversidade do Programa na sua implementação em âmbito local***. Apesar da fraqueza dos instrumentos e diretrizes orientadoras para a implementação e execução do PCJ, conseguiu-se encontrar formas diferentes de alcançar os objetivos almejados, respeitando as especificidades locais.

- **Valorização da juventude de infraestrutura para o espaço.** O telecentro e a internet são ressaltados pelos jovens como fundamentais e necessários na estrutura do PCJ.

Conclusão

É importante destacar o momento histórico no Brasil, com uma população aproximada de 51 milhões de jovens, com grande potencial transformador econômico e social, ainda em segundo plano com direitos subjugados, quando se observa o histórico da juventude brasileira e os avanços concretos de mudança na vida desta. Por isso, o PCJ tem um grande potencial de ser uma PPJ que alcance resultado de transformação no território. Vale destacar as seguintes potencialidades:

- A abrangência territorial do programa, sendo o Programa Estadual de Juventude de maior capilaridade do Brasil;
- Tem como premissa a ação do jovem como sujeito da ação política;
- Como Programa estadual deve orientar o conjunto básico das ações, porém estimula a

autonomia e o desenvolvimento local de políticas da juventude;

- A participação dos jovens não tem um caráter limitado, é aberto a todos os jovens, suas linguagens, visões e repertórios;
- Apesar do PCJ se estruturar a partir da concessão de equipamentos ligados a tecnologia da informação e mobiliários, que atentem à necessidade da conectividade das juventudes, esse é só um aspecto do conjunto de premissas do Programa;
- Prioriza os segmentos de juventude localizados em territórios de maior fragilidade, tanto em municípios pequenos, como em territórios de grande vulnerabilidade.

No entanto, observou-se ao longo da análise do Programa, a necessidade de pensar o como ações já existentes, como é o caso do PCJ, podem ser apoiadas e ao mesmo tempo favorecer a estruturação do Sistema Nacional de Juventude, colaborando com os processos e o alcance de resultados positivos: evitando a descontinuidade administrativa com as mudanças de governo; mantendo recursos humanos qualificados, fortalecendo a institucionalidade e a

gestão das Políticas Públicas; colaborando no diálogo transversal da temática juventude e construindo de fato, as relações intersetoriais necessárias.

Referências

ALEPE. Assembleia Legislativa de Pernambuco. Legislação Estadual – LEGISPE. **Lei 13.205, de 19 de janeiro de 2007**. Disponível em: <http://legis.alepe.pe.gov.br>. Acesso em: 07/12/2014.

_____. **Lei nº 14.577 de 28 de dezembro de 2011** que regulamenta o Programa Casas das Juventudes. Disponível em <http://legis.alepe.pe.gov.br> – Acesso em: 07/12/2014.

ANDRADE, Carla. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. Revista Desafios do Desenvolvimento. Nº 60, 2012.

BOX1824. **O sonho brasileiro**. São Paulo: 2009. Disponível em: <http://migre.me/ooTEJ> Acesso em: 07/12/2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Brasília: MEC/INEP, 2012. Disponível em: <http://migre.me/ooTKk> Acesso em: 07/12/2014.

_____. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. INFOPEN. **Relatórios Estatísticos / Analíticos do Sistema**

Prisional do Estado do Pernambuco – mês de referência 12/2012. Acesso em: 10/01/2015. Disponível em: <http://migre.me/ooPur>

_____. Secretaria Nacional da Juventude. **Agenda Juventude Brasil: Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013**, Brasília - DF, 2013.

COSTA, F.L.; CASTANHAR, J.C. **Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos**. RAP. Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 969-92, set./out.2003.

DIEESE/IBGE/PNAD. **Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2010-2011**. São Paulo: DIEESE, 2011. 102pp. Disponível em: <http://migre.me/ooTqY> Acesso em: 10/01/2015

GARDNER, Howard. **Cinco mentes para o futuro**. Trad. Costa, Cataldo Roberto. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GOLDEMBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2002.

GOVERNO DE PERNAMBUCO. **Programa Vida Nova**. Disponível em: <http://migre.me/ooTBA> Acesso em: 10/01/2015

_____. **Nota Técnica Estação Juventude: alinhamento das ações de Pernambuco e suas**

prioridades. Recife: Secretaria da Criança e da Juventude, 2012.

_____. **Relatório de Atividades da Secretaria da Criança e da Juventude 2011/2012.** Recife: B52 Desenvolvimento Cultural, 2012, 83pp. Disponível em: <http://migre.me/ooPw4>

Acesso em: 07/12/2014

_____. SEJE. **Projeto Dialogando faz retrato da juventude pernambucana.** Disponível em: <http://migre.me/ooTwT> Acesso em: 10/01/2015

_____. FUNASE. **Formulário Estatístico das Unidades** - mês base: 10/2014. Acesso em: 10/01/2015. Disponível em: <http://migre.me/ooTxM>
GREENLEAF, K. Robert. **El liderazgo del servidor: un viaje al interior de la naturaleza del poder y grandeza legítimos,** Ed. Spears: 2002.

IBASE e PÓLIS. **Diálogo nacional para uma política pública de juventude.** [elaboração Eliane Ribeiro e Patrícia Lânes; ilustrações Beto Vieira]. - Rio de Janeiro: Ibase; São Paulo, SP: Pólis, 2006.

IBGE. **Resultados do Censo 2010.** Disponível: <http://migre.me/ooTCE> Acesso: 07/12/2014.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** 4ª ed. Ver. E ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEON, Alessandro de et al. **Políticas Públicas de Juventude** .Curso de formação, capacitação e atualização política – Escola de Formação Política Miguel Arraes – Fundação João Mangabeira : Brasília, DF, 2009.

MARINO, Eduardo. **Manual de avaliação de projetos sociais**. 2ed. São Paulo: Saraiva, Instituto Ayrton Senna, 2003.

MORAES, Ana Karina e COSTA, Maria Aparecida Craveiro. **Redes Sociais: Desafios, Limites e Possibilidades**. In: MORAES, Ana Karina (Org.) Os múltiplos retratos das organizações. Recife: Ed. dos Organizadores, 2009. p.19-39.

ORGANIZAÇÃO IBEROAMERICANA DE JUVENTUDE. **Ata final da Convenção Iberoamericana dos Direitos dos Jovens**. Badajoz – Espanha, 2005.

SINAM/DATASUS. **Violência Doméstica, Sexual E/Ou Outras Violências**. Acesso em: 10/01/2015. Dados de Janeiro a Agosto 2014. Disponível em: <http://migre.me/ooTz9>

SNJ/SEPP/IR/DATASUS. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Juventude**

Negra. 2010. Acesso em: 07/12/2014. Disponível em: <http://migre.me/ooTzX>

SPOSITO, M. & CARRANO P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação.** N.º. 24, Dez 2003.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 12 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JUSTIÇA JUVENIL RESTAURATIVA: POR UMA NOVA ABORDAGEM DO ATO INFRACIONAL COM ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI⁵⁹

Rafael Antônio Rodrigues⁶⁰

Antonio Milton de Barros⁶¹

RESUMO: Este artigo analisa a responsabilização dos adolescentes em conflito com a lei pela perspectiva do Estatuto da Criança e do Adolescente. A responsabilização é vista por duas vias distintas, a da mera culpa e a da autodeterminação humana. Busca-se, desse modo, desconstruir o estigma que pesa sobre os adolescentes no tocante à atribuição a estes da realidade de violência e criminalidade. Neste sentido, através da observação da Lei 12.594/2012, percebe-se a indicação de práticas ou medidas que sejam restaurativas. Outro dispositivo que indica o uso das práticas restaurativas é a Resolução 225/ 2016, do CNJ, que dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa

⁵⁹ O presente artigo revela-se como resultado parcial da pesquisa de Iniciação Científica intitulada: “Análise da viabilidade do uso de práticas restaurativas no âmbito do sistema penal brasileiro”, realizada na Faculdade de Direito de Franca, no biênio 2015/2016.

⁶⁰ Graduando em Direito pela Faculdade de Direito de Franca. Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPQ) – rafael.rantonio@gmail.com.

⁶¹ Professor Titular de Processo Penal, na Faculdade de Direito de Franca. Especialista em Processo Penal, pela Universidade de Salamanca – Espanha, Mestre e doutor em Processo Penal pela PUC – SP.

no âmbito do Poder Judiciário. Assim, busca-se apresentar o conceito de Justiça Restaurativa e as possíveis modalidades de sua aplicação aos adolescentes perante a sociedade brasileira. Desta forma, para que a Justiça Restaurativa obtenha êxito no tocante à justiça juvenil, objetiva-se lançar através de exposições conceituais de autores nacionais e internacionais, bases à concretização desta ideia no Brasil.

PALAVRAS-CHAVES: justiça restaurativa; ato infracional; adolescente; responsabilização; comunidade.

Introdução

Apoiado na concepção de que aos adolescentes é garantida uma forma específica de resposta ao ato infracional, através da aplicação das medidas, intituladas socioeducativas, presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente, percebe-se, no entanto, que ainda prevalece sobre esta faixa etária uma visão preconceituosa que atribui a estes a responsabilidade pela criminalidade atual.

Perante esta realidade, a Justiça Restaurativa manifesta-se como um mecanismo alternativo à justiça tradicional, ensejando a responsabilização do autor da infração, mas também a restauração, reconstrução, refazimento dos laços sociais rompidos. Parte-se da ideia de revalorização do

sentido da vivência comunitária e da corresponsabilidade.

Assim, o presente artigo, alicerçado em uma relação sócio jurídica, apresenta, inicialmente, as medidas socioeducativas presentes no ordenamento jurídico e os entraves de sua aplicação, percebidos pelo preconceito e descrédito atribuídos à responsabilização diferenciada aos adolescentes.

Em um segundo momento, é exposta a Justiça Restaurativa, o sentido atribuído a ela e suas principais bases de apoio. Por esta linha de raciocínio, vê-se a distinção da significação de crime para a justiça retributiva tradicional e a justiça restaurativa.

Ao final, indica-se a possibilidade de aplicação da Justiça Restaurativa ao âmbito da justiça juvenil. Destaca-se a previsão legal das práticas restaurativas através do disposto no art. 35, da Lei 12.594/2012, bem como estrutura-se esta possibilidade por intermédio das cinco dimensões principais para as ações restauradoras, cunhada por Gordon Bazemore.

Justiça juvenil segundo o modelo vigente

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), reafirma em seu art. 104 a inimputabilidade penal dos menores de dezoito anos, conteúdo já previsto no art. 27, do Código Penal. Desse modo, os adolescentes⁶² ficam sujeitos às medidas socioeducativas (art. 112): advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; internação em estabelecimento educacional; bem como qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

Contudo, ainda que a previsão de tratamento especial aos adolescentes em conflito com a lei não garanta um modelo totalmente eficaz, nota-se que a partir de 1990, com a vigência do ECA, foi adotada a doutrina da proteção integral, renunciando à antiga doutrina da situação irregular (LEAL, 2014, p. 201), a fim de que aos adolescentes seja facultado o “desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade”, conforme prescreve o art. 3º deste estatuto.

⁶² O art. 2º da Lei 8. 069, de 13 de julho de 1990 (ECA) estabelece a distinção etária entre criança, a pessoa até doze anos de idade, e adolescente, aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Neste contexto, Alvíno Augusto de Sá, ao questionar a realidade de privações, afirma a necessidade de se combater a “cultura da prisão”, que credita a esta medida a solução, como punição ou repressão. Além disso, sustenta que a sociedade habituou-se a associar “responsabilidade com culpa, culpa com imputabilidade, imputabilidade com punição, punição com prisão [...] e (inconscientemente) com vingança” (SÁ, 2007, p. 93/103).

A responsabilidade juvenil na esteira da autodeterminação humana

Na ótica da responsabilidade juvenil, nota-se a possibilidade de dois caminhos: o primeiro, afeito à ideia da culpa, que conduz ao sentido da imputabilidade, da punição, repressão, predominante na opinião pública. O outro caminho conduz à capacidade de autodeterminação humana, uma vez que não existem caminhos prontos (SÁ, 2007, p. 103-104).

Em vista disso, para que se possa perceber o infrator além de sua falta, evidencia-se a necessidade de uma transformação jurídico-cultural, que valorize não a punição, mas a reconstrução dos laços sociais.

Uso de práticas restaurativas a partir da resolução 225 CNJ

Por este viés, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), através da resolução 225, de 31 de maio de 2016, apresenta aos tribunais brasileiros a Justiça Restaurativa, como forma diferenciada de abordar a questão do crime na sociedade brasileira atual.

Segundo o art. 1º da resolução, “a justiça restaurativa constitui-se como um conjunto ordenado e sistêmico de princípios, métodos, técnicas e atividades próprias, que visa à conscientização sobre os fatores relacionais, institucionais e sociais motivadores de conflitos e violência [...]”.

Nesta lógica, Zehr diferencia o conceito de crime para a justiça retributiva e para a justiça restaurativa. Para a primeira, “o crime é uma violação contra o Estado, definida pela desobediência à lei e pela culpa.”. Para a segunda, “o crime é uma violação de pessoas e relacionamentos [...]. A justiça envolve a vítima, o ofensor e a comunidade na busca de soluções que promovam reparação, reconciliação e segurança” (ZEHR, 2008, p. 170-171).

O crime assume uma dimensão maior, uma vez que afeta não apenas o ofensor e o ofendido, mas muitos outros indivíduos que compõe o tecido social do ambiente de convivência destes indivíduos. Assim, o crime abrange violações em quatro perspectivas distintas: à vítima; aos relacionamentos interpessoais; ao ofensor e à comunidade (ZEHR, 2008, p. 172-173).

Em vista disso, a Justiça Restaurativa apoia-se em três pilares: o foco no dano cometido; os males ou danos que resultam uma obrigação e a promoção do engajamento ou participação. Quanto ao primeiro, evidencia-se a necessidade de cuidado e atenção à vítima e suas necessidades. Em relação ao segundo, enfatiza-se a necessidade de imputar a responsabilidade devida ao ofensor, mas para isso, entende-se necessário a compreensão por parte daquele que praticou a ofensa, das consequências advindas de sua conduta. Já quanto ao terceiro, concebe-se a necessidade da interação entre as partes, para que a solução assuma sua função de reparação e restauração dos laços sociais (ZEHR, 2012, p. 34-35).

No tocante ao engajamento, salienta-se a necessidade de que às partes sejam conferidas todas as informações necessárias, uma vez que de posse do

conhecimento necessário, bem como do envolvimento harmonioso, chegue-se ao empoderamento das partes.

O empoderamento e o exercício da palavra são formas de lidar com a liberdade de sermos humanos [...]. O empoderamento possibilita o mecanismo de confrontação com os próprios atos e com os do outro, sua identidade, suas necessidades e seus interesses. Fora da dinâmica da confrontação [...], alguém poderá ocultar o que é e precisa, impossibilitando assim sua participação na vida pública e nos procedimentos restaurativos. Consequentemente, faz parte de uma cidadania emancipada assumir a responsabilidade pelo bem e pelo mal que foram feitos, uma vez que isso é uma possibilidade de nossa condição humana (BOONEN, 2011, p. 178).

Contudo, como já ressaltado, a relação para que revele seu propósito restaurativo, deve conceder às partes liberdade para que optem ou não pelo procedimento restaurativo. Neste sentido, a resolução 225 do CNJ, estabelece em seu art. 2º,

parágrafo 2º: “é condição fundamental para que ocorra a prática restaurativa, o prévio consentimento, livre e espontâneo, de todos os seus participantes, assegurada a retratação a qualquer tempo, até a homologação do procedimento restaurativo”.

A construção de um novo paradigma: a Justiça Juvenil Restaurativa

Em 2009, participantes de 63 países reuniram-se na cidade de Lima, no Peru, para o Primeiro Congresso Mundial de Justiça Juvenil Restaurativa, organizado pela Fundação Terre des Hommes. Como resultado deste congresso, foi cunhada a Declaração de Lima sobre Justiça Juvenil Restaurativa, que enfocou a necessidade de aplicação de práticas restaurativas aos adolescentes. (LIMA, 2014, p. 357).

Embora o ECA não faça menção à Justiça Restaurativa, a Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), estabelece em seu art. 35, inciso III, “a prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas”.

Contudo, diante da oportunidade encontrada tanto na Lei 12.594/2012, quanto na Resolução 225/2016, do CNJ, percebe-se a urgente necessidade de reafirmação dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana e a revalorização dos laços sociais, como base à construção de uma justiça que restaure o sentido de socialidade.

Gordon Bazemore⁶³, sustenta a concretização das práticas restaurativas juvenis através de três princípios básicos: a reparação do dano; o envolvimento das partes interessadas e a transformação na comunidade, papéis do governo e relacionamentos (BAZEMORE, 2006, p. 605-606; 609).

Partindo-se da premissa de que o crime envolve a violação de pessoas e de relacionamentos, as relações prejudicados carecem de tratamento, que envolvam as partes, a que lesou e a que foi lesada, já que são os detentores principais do interesse pela efetivação da justiça (ZEHR, 2012, p. 77).

Nesta órbita, o compromisso [...] com a reparação do dano significa que a intervenção não

⁶³ Conteúdo traduzido de: BAZEMORE, Gordon. Young people, trouble and crime: restorative justice as a normative theory. *Youth and Society*, Victoria, BC, Canada, The Centre for Youth & Society, University of Victoria, v. 33, n. 2, p. 199-226, Dec. 2001.

pode ocorrer exclusivamente sobre o infrator, em última instância ela deve ser motivada, em cada caso, pelas necessidades da vítima, do infrator e da comunidade (BAZEMORE, 2006, p. 605).

Dimensões principais para as ações restauradoras

Para Gordon, é possível identificar cinco dimensões da justiça restaurativa, a partir da esfera de aplicação das práticas.

A primeira alude à reparação como recompensa, conferida aos indivíduos e à comunidade em razão da ofensa e suas possíveis consequências, partindo da concepção já exposta de que o crime propaga seus efeitos a todo o contexto social em que se encontram envolvidos os indivíduos diretamente afetados (BAZEMORE, 2006, p. 609).

A segunda dimensão refere-se à reparação no sentido de satisfação dos interesses suscitados pelas partes. O sentimento de satisfação garante o alívio da tensão gerada e a redução do medo, ante a situação fática. Quanto à terceira, neste viés, o reparo atua como afirmação da norma, expressando a desaprovação por parte da comunidade frente à

conduta delituosa (BAZEMORE, 2006, p. 609). Aqui, atenta-se à urgência da compreensão de que o adolescente também é responsabilizado, ainda que de forma distinta ao disposto no Código Penal, ao contrário do que as opiniões de massa apresentam.

A atribuição da responsabilidade ao adolescente é um componente central de seu direito a uma plena cidadania, pois, ser sujeito de direito também significa ter capacidade jurídica e social e constitui-se como um atributo indispensável ao exercício do valor máximo representado pela liberdade – não se pode exercer liberdade sem limite, sem respeito, sem responsabilidade perante o outro (CDHEP, 2015, p. 69)

A quarta expressão da reparação atua na perspectiva da reconstrução dos laços sociais, “geralmente medido pelo desenvolvimento do respeito mútuo e de conexões entre os indivíduos e suas respectivas comunidades” (BAZEMORE, 2006, p. 609).

Por último, a quinta maneira de manifestação da reparação diz respeito à prevenção do crime, “medido, por exemplo, pela redução na reincidência

e pelo desenvolvimento da capacidade comunitária de prevenir e controlar o crime de um modo geral” (BAZEMORE, 2006, p. 609). Contudo, revela-se pertinente, neste âmbito, a alerta feita por Ana Gabriela Mendes Braga: “mais do que alcançar resultados pontuais - como a redução da criminalidade- a justiça restaurativa busca reduzir o impacto dos crimes na sociedade”. (BRAGA, 2012, p. 40).

Considerações finais

Partindo da premissa de que o homem vive em sociedade, e que suas atitudes só assumem significado justamente pela interação com outros indivíduos, foi possível perceber, frente ao exposto, que a efetivação da Justiça Restaurativa só ocorrerá a partir do momento em que o individualismo ceder lugar à reafirmação do apreço pelo outro e suas necessidades, bem como pela revitalização da cooperação e da corresponsabilidade. Neste contexto, porém, faz-se de suma importância atentar-se à realidade de que a Justiça Restaurativa deve conhecer seus limites, ou seja, pelo crime envolver uma violação também emocional, não será

possível sua aplicação em todo e qualquer caso, de forma indiscriminada.

Quanto ao cenário jurídico, evidencia-se que a Justiça Restaurativa confrontará um modelo enrijecido e antigo. Somado a isto, tal modelo enfrentará a necessidade de desconstruir a ideia de ineficácia ou até mesmo de sensacionalismo que os opositores das práticas restaurativas apresentam. Para tanto, o primeiro passo foi dado, através do empenho do Conselho Nacional de Justiça em analisar a viabilidade do uso dos procedimentos alternativos, materializado pela Resolução 225/2016. Contudo, percebe-se a necessidade de uma estruturação doutrinária que apresente bases sólidas à expansão desta perspectiva de justiça.

Portanto, o caminho da consolidação da Justiça Restaurativa deverá ser trilhado, pautado sempre na observância dos direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal. Ainda, especificamente no contexto dos adolescentes em conflito com a lei, a pauta deverá abranger também o esforço pela retirada do estigma que pesa sobre este grupo humano, no sentido dos efeitos das infrações. Assim, devolvendo ao adolescente a ideia de um ser em construção, impregnado de direitos, mas também de responsabilidades, poder-se-á

chegar a um discurso imparcial e atento realmente à situação da violência, que consiga atribuir a cada um a porção de responsabilidade cabível.

Referências Bibliográficas

BAZEMORE, Gordon. Os jovens, os problemas e o crime: justiça restaurativa como teoria normativa de controle social informal e apoio social. In: SLAKMON, Catherine; MACHADO, Maíra Rocha; BOTTINI, Pierpaolo Cruz (Org.). **Novas direções na governança da justiça e da segurança**. Brasília: Ministério da Justiça, 2006. p. 597-620.

BOONEN, Petronella Maria. **A Justiça Restaurativa, um desafio para a educação**. 2011. 260 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Sociologia da Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. Cultura da Paz, Mediação e Justiça Restaurativa: Ferramentas para Repensar a Relação Sociedade-Cárcere. In: BENTES, Hilda Helena Soares; SALLES, Sergio de Souza (Org.). **Mediação e Educação em Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012. p. 27-43.

CNJ. Resolução 225, de 31 de maio de 2016. Brasília, 2015. Disponível em: <www.cnj.jus.br>. Acesso em: 24 jul. 2016.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, p. 118-123, 2015

_____. Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, p. 148-176, 2015.

_____. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015

CDHEP. Relatório Final do Projeto Novas Metodologias de Justiça Restaurativa com Adolescentes e Jovens em Conflito com a Lei: Justiça Restaurativa Juvenil: conhecer, responsabilizar-se, restaurar. São Paulo: Cdhep, 2014.

LEAL, César Barros. **Justiça Restaurativa: amanhecer de uma era:** Aplicação em prisões e centros de internação de adolescentes infratores. Curitiba: Juruá, 2014. 436 p.

LIMA. Declaração de Lima sobre Justiça Juvenil Restaurativa. In: LEAL, César Barros. **Justiça Restaurativa: amanhecer de uma era:** Aplicação

em prisões e centros de internação de adolescentes infratores. Curitiba: Juruá, 2014. p. 353-361.

SÁ, Alvino Augusto de. **Criminologia clínica e psicologia criminal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. Prefácio de Carlos Vico Manãs.

ZEHR, Howard. **Justiça Restaurativa**. São Paulo: Palas Athena, 2012. Tradução de: Tônia Van Acker.

_____. **Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça**. São Paulo: Palas Athena, 2008. Tradução de: Tônia Van Acker.

A LINHA, O ANZOL E A REDE DE PESCAR: UM ESTUDO DE CASO DO PROJovem INTEGRADO EM NATAL/RN*

Luana Isabelle Cabral dos Santos⁶⁴

Ilana Lemos de Paiva⁶⁵

Marlos Alves Bezerra⁶⁶

RESUMO: Nesse artigo, relata-se a análise do funcionamento e gestão de três modalidades do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem Integrado) – Programa voltado para jovens entre 15 e 29 anos, em situação de vulnerabilidade social –, do município de Natal/RN. Realizou-se análise dos documentos oficiais das modalidades

* Este artigo é um recorte da pesquisa de mestrado apresentada pela autora para obtenção do grau de mestre em Psicologia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 2013. A pesquisa se intitula “A relação juventude-trabalho no Projovem Integrado do Município de Natal/RN/BR” e foi aprovada na sessão de defesa pública, ata 17 de maio de 2013.

⁶⁴ Mestre, doutoranda em psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pesquisadora do Observatório da População Infantojuvenil em Contextos de Violência (OBIJUV) e membro do Grupo de Pesquisas Marxismo & Educação (GPM&E). Email: luanaiacsantos@gmail.com. Agência de Financiamento: CAPES

⁶⁵ Doutora, Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, coordenadora do Observatório da População Infantojuvenil em Contextos de Violência (OBIJUV) e do Grupo de Pesquisas Marxismo e Educação (GPME). Email: ilanapaiva@hotmail.com

⁶⁶ Doutor, Professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, coordenador do Observatório da População Infantojuvenil em Contextos de Violência (OBIJUV). Email: marlosdoc@yahoo.com.br

(Projovem Adolescente, Trabalhador e Urbano), observações nos núcleos e três entrevistas semiestruturadas com as gestões das mesmas. Percebeu-se problemáticas como consequência da fragmentação dos programas e políticas e dificuldades diretamente relacionadas à gestão municipal e estadual, no que se refere aos recursos humanos e infraestrutura, além de questões mais amplas – como o acesso à escola, como lócus de ensino formal – que se refletem na permanência e, conseqüente, evasão dos jovens das modalidades estudadas. Aponta-se a necessidade de se pensar sobre políticas públicas de juventude que sejam capazes de entender as reais necessidades desse público e que dialoguem e superem o passado histórico que previa uma atenção baseada no controle e repressão desse grupo, bem como a realização de outros estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento do campo.

Palavras-chave: ProJovem Integrado, política pública, gestão, juventude.

Introdução

Atualmente, as respostas do Estado aos jovens, oriundos das camadas populares, estão se dando por meio dos programas e políticas de qualificação profissional, com alguns destes unindo aspectos da formação básica. Porém, na atual conjuntura socioeconômica, propomos discutir o papel desempenhado por esses programas, que acabam,

muitas vezes, inserindo os jovens em funções que reforçam a reprodução da desigualdade social, com caráter de precarização e subalternização. É nesse sentido, que buscamos entender como o Projovem Integrado tem buscado operacionalizar essa relação, trazendo elementos críticos que possam contribuir com sua melhor efetividade.

Diversos são os autores que discutem a noção de Juventude, definindo-a como ambígua, diversa e por vezes controversa (Trassi, Malvassi, 2010; Jaccoud, Hadjab, Rochet, 2009; Sposito, 2003). Consideramos, assim como Freitas (2005), ser possível entendê-la a partir de diversos aspectos, seja como uma faixa etária, um período de transição da vida, um contingente populacional, uma categoria social, uma geração. Apesar do caráter de transição conter em si uma noção de ambiguidade, pela existência de uma etapa que precede e outra que acontece posteriormente, isso não significa que a condição juvenil não possa ser assinalada de modo singular, que não tenha significados próprios. Ao contrário, na sociedade atual, ela se reveste de conteúdos muito particulares e de grande intensidade social (Freitas, 2005). O conceito de juventude pode, então, ser considerado uma definição imprecisa, historicamente construída e em permanente mutação,

indicando “percursos não-lineares”, marcados por imprevisibilidades e reversibilidades (Pais, 2001). Além disso, em virtude da diversidade de situações socioeconômicas e culturais que afetam os indivíduos nessa etapa do ciclo de vida, tem sido recorrente a importância de se tomar a ideia de juventude em seu sentido plural – juventudes – (Sposito, 2003).

Em termos etários, atualmente, no Brasil, existia uma tendência para localizar tal faixa etária entre os 15 e 24 anos, de acordo com critérios estabelecidos pelas Nações Unidas e pelo IBGE. No entanto, a Secretaria Nacional de Juventude, assim como documentos oficiais (o Estatuto da Juventude, por exemplo), consideram como jovens o grupo situado na faixa etária entre os 15 e 29 anos. De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013), os jovens brasileiros com idade entre 15 e 29 somam 50 milhões de pessoas, o que representa $\frac{1}{4}$ da população total do país. Apesar dessa porcentagem considerável, a juventude ainda enfrenta uma série de problemáticas que dificultam a entrada e permanência desses jovens na escola e no mercado de trabalho.

Sobre política pública, vemos que a sua definição ou conceito é complexo e controverso. Rua (1998) considera as políticas públicas como “conjuntos de decisões e ações destinados à resolução de problemas políticos” (p. 731), isto é, são ações de cunho predominantemente político engendradas para a resolução de situações consideradas conflituosas na/para a sociedade ou demandas oriundas desta. Pereira (2008) diz que, por ser arena de conflitos e interesses, as políticas públicas possuem aspectos positivos e negativos, carregando em si processos complexos e contraditórios. O aspecto conflituoso da política é o que permite a formação de contrapoderes, isto é, o estabelecimento de forças que atuam na contracorrente, lutando por direitos e pela ampliação e amadurecimento da cidadania. Há, ainda, duas visões acerca das políticas públicas, uma em que o Estado é tido como produtor exclusivo da política e outra que privilegia a relação dialeticamente contraditória entre a sociedade e o Estado, tendo a primeira um papel ativo e decisivo.

As políticas públicas apresentam como principais características: a concretização dos direitos sociais que foram conquistados pela sociedade e passaram a fazer parte da lei; são guiadas pelo

princípio do bem coletivo, visando satisfazer as necessidades e demandas sociais; devem ser fáceis de acessar; e são orientadas por uma racionalidade coletiva, na qual tanto a sociedade quanto o Estado possuem papéis ativos (Pereira, 2008). Esses princípios norteadores das políticas públicas, se não são bem aplicados na formulação e execução dos programas, geram uma série de consequências, como o aprofundamento da desigualdade social.

Podemos considerar o ano de 2004 como marco no que se refere a ações mais efetivas para a juventude. Nesse ano, inicia-se um amplo processo de diálogo, entre governo e movimentos sociais, sobre a necessidade de se instaurar uma política de juventude no país. Tal processo concede projeção nacional à temática da juventude e, entre as iniciativas mais importantes, destacam-se: a criação do Grupo Interministerial ligado à Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR); a realização do Projeto Juventude, do Instituto Cidadania; o encaminhamento do Projeto de Lei (PL) propondo a criação do Estatuto de Direitos da Juventude (Lei n. 12.852/2013); o encaminhamento de PL versando sobre o Plano Nacional de Juventude (PL n. 4.530/2004), que estabelece os objetivos e as metas a

serem alcançados pelos governos para a melhoria das condições de vida dos jovens brasileiros.

O Grupo Interministerial, criado em 2004, mapeou a existência de 45 programas executados por 18 Ministérios ou Secretarias de Estado, dos quais 19 são específicos para o público jovem do grupo etário de 15 a 24 anos. Grande parte desses programas tem como foco jovens “excluídos” ou na condição que se tornou usual conceituar, em “risco social”. Esse mapeamento inicial contribuiu para mostrar a frágil institucionalidade, fragmentação e sobreposição das políticas federais de juventude, assim como a necessidade de criação de uma instância de coordenação e de articulação que combata o paralelismo e a fragmentação dos programas (Silva & Andrade, 2009).

Como forma de resolver essas questões levantadas pelo mapeamento, em 2005, é criada a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), com objetivos que vão desde formular e coordenar políticas para a juventude, até desempenhar atividades da Secretaria Executiva; o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), órgão de articulação entre o governo e a sociedade civil, consultivo e propositivo; e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), um “programa de

emergência”, voltado para jovens entre 18 e 24 anos que estavam fora da escola e do mercado de trabalho. Esse novo desenho institucional busca colocar em prática a proposta de uma nova agenda que leva em conta: a especificidade e pluralidade da condição juvenil; a criação de espaços para a participação e influência direta dos jovens; e a associação de aspectos de proteção com os de promoção de oportunidades e desenvolvimento.

Especificamente sobre o Projovem, apesar de uma proposta bem articulada, com uma estrutura institucional diferenciada do que se tinha até então, o Programa possui grandes desafios, como por exemplo, a meta de inclusão dos jovens de baixa renda que poderia promover sua “inserção” na sociedade por meio da melhoria da formação e da qualificação profissional. Essa meta tem como objetivo construir e fortalecer processos de democratização social, política e econômica, no entanto, há um passado que pressupõe o cuidado e a atenção com a juventude a partir de uma concepção ou cultura de tutela, vigilância e assistencialismo que precisa ser rompido (Blanco, 2009) em primeiro lugar, para que se possa assegurar o direito ao trabalho para os jovens, por meio da profissionalização digna e de qualidade. Outro

desafio do programa era, justamente, a construção de uma cultura de direitos e cidadania capaz de superar a herança histórica de políticas sociais para a infância e juventude baseadas em uma cultura de caridade (Blanco, 2009).

O ProJovem tem como finalidades: oferecer uma formação básica que contribuiria para a elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental; qualificar profissionalmente, com certificação inicial; e promover a participação cidadã, com a promoção de experiência de atuação social na comunidade. Caracteriza-se, portanto, como um Programa emergencial – atendendo um segmento em situação de vulnerabilidade social – e experimental, pois, baseia-se em uma proposta de currículo integrado que articula a formação básica à qualificação profissional e à ação comunitária (Salgado & Jardim, 2010).

Em 2008, o ProJovem ganha uma nova versão, as ações passam a se dividir em quatro modalidades, na tentativa de articular melhor as esferas de vida do jovem promovendo uma maior efetividade das ações, são elas: Adolescente – serviço socioeducativo, Trabalhador, Urbano e Campo – saberes da terra, na tentativa de integrar programas já existentes que tinham focos no trabalho (urbano e rural), na

educação e na ação comunitária, mas que não dialogavam, muitas vezes.

O ProJovem Adolescente – serviço socioeducativo consiste na reestruturação do Programa Agente Jovem, atendendo jovens de 15 a 17 anos. Essa modalidade tem por objetivos complementar a proteção social básica à família; oferecer mecanismos que garantam a convivência familiar e comunitária; e, criar condições de “inserção”, “reinserção” e permanência do jovem no sistema educacional. A modalidade se estrutura a partir de dois ciclos (I e II), que compõem o percurso socioeducativo, incorporando discussões sobre participação cidadã, convivência social e mundo do trabalho (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009).

A modalidade ProJovem Trabalhador, unifica os Programas Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica. Essa modalidade tem como metas a preparação dos jovens para o mercado de trabalho, assim como possibilidades de ocupações alternativas geradoras de renda, atendendo jovens entre 18 e 29 anos, em situação de desemprego e membros de famílias com renda per capita de até um salário mínimo, durante seis meses (Salgado & Jardim, 2010).

A modalidade ProJovem Campo – saberes da terra, busca fortalecer e ampliar o acesso de jovens agricultores familiares no sistema educacional, valendo-se do da alternância dos ciclos agrícolas. Essa modalidade prevê a elevação da escolaridade, a qualificação profissional e o exercício da cidadania. Por fim, a modalidade ProJovem Urbano, surge com a perspectiva de atuar no campo da educação, por meio da elevação da escolaridade; do trabalho, a partir da ideia de qualificação profissional e, no campo social, através de ações de cunho comunitário, atendendo jovens de 18 a 29 anos que sabem ler e escrever, mas que não concluíram o ensino fundamental, podendo estar trabalhando ou não, em um período de dezoito meses. Essa modalidade apresenta as mesmas finalidades do ProJovem original, se tornando mais específica em alguns pontos que vão desde a “reinserção” dos jovens no processo de escolarização; passando pela capacitação do jovem para o mundo do trabalho; até chegar a ampliação do acesso dos jovens à cultura e a inclusão digital (Salgado & Jardim).

Analisando o conjunto de programas federais voltados para o público jovem, percebemos que a Política Nacional de Juventude (PNJ) tem a orientação de dialogar com a dívida social do país, na

medida em que é preciso entender mais o contexto no qual a juventude vive e as suas reais problemáticas para, a partir disso, pensar soluções concretas. Nessa política, executam-se programas voltados para qualificação profissional e aceleração da aprendizagem como ações compensatórias aos jovens de baixa renda, com objetivo de contribuir para melhorar as condições de vida dessa população, elevando os índices de alfabetização, principalmente, além de oportunizar a possibilidade de se inserir no mercado de trabalho em melhores condições.

Dessa forma, o presente trabalho visa contribuir para o debate e discussão acerca do funcionamento e operacionalização de uma política pública – Projovem Integrado –, investigada a partir da gestão das modalidades do programa.

Método

Realizamos um levantamento dos documentos oficiais que regulamentam o ProJovem Integrado, seu funcionamento e operacionalização; assim como, documentos que apresentam a metodologia adotada nas modalidades e as concepções de juventude, trabalho e qualificação preconizadas. Vale salientar que, na época da realização da pesquisa, no

município de Natal as modalidades que existiam eram: Adolescente (PJA), Urbano (PJU) e Trabalhador (PJT), no entanto, esta última ainda se encontrava em processo de organização, uma vez que o convênio entre o município e o governo federal não havia sido oficializado, nesse sentido, só havia sido definida a coordenação a modalidade.

Os documentos analisados foram: a Lei n. 11.692/2008, que regulamenta e oferece diretrizes para a implementação das modalidades; a Resolução do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (CD/FNDE) n. 60/2011, que se refere às normas e recursos para o funcionamento do PJU; o Traçado Metodológico do PJA, que apresenta uma série de orientações para o funcionamento do mesmo; o Termo de Referência (TR) do PJT, que, por sua vez, estipula objetivos e metas, além de direcionar o funcionamento da modalidade.

No segundo momento, mapeamos os núcleos das modalidades em funcionamento no município de Natal-RN, sendo realizadas três visitas em um núcleo do PJA e uma no núcleo do PJU – localizados em bairros que apresentam altos índices de vulnerabilidade social juvenil. Assim, realizamos três entrevistas semiestruturadas com a coordenação geral

de cada modalidade pesquisada (PJA, PJU e PJT) – gravadas em áudio –, para discutir a implantação da modalidade, a gestão e funcionamento das mesmas. Até o momento da pesquisa, como dissemos, o PJT se encontrava em processo de licitação para a contratação da instituição que faria a gestão e monitoramento da modalidade. Após esse mapeamento, no passo seguinte, realizamos observações, com o auxílio do diário de campo, que nos possibilitou ir um pouco além da aparência imediata dos conceitos e percepções revelados pelos coordenadores e pelo contexto no qual eles se inserem. Acompanhamos algumas questões referentes ao cotidiano de trabalho dos educadores e facilitadores culturais, assim como, relacionadas às dificuldades, aos limites e às possibilidades das modalidades.

Durante esse momento, firmamos, com cada um dos participantes, um *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*, e para os momentos de observação nos núcleos propomos a assinatura, por parte da gestão do programa, de uma carta de anuência em que se permite a realização da pesquisa nos núcleos.

Procedimentos de análise

Para uma leitura mais próxima da realidade, foi utilizada a união de três ferramentas de coleta de dados (análise documental, observações e entrevistas semiestruturadas). A construção dos eixos de análise *se baseou* no Método Comparativo Constante (MCC). É importante compreender que o MCC, utilizado como auxiliar na categorização, busca as diferenças e semelhanças, através da análise dos incidentes encontrados nos dados. O que caracteriza o MCC é que, desde o início, o pesquisador codifica e reflexiona sobre o tipo de dado que está coletando. Em uma primeira fase, as categorias são desenvolvidas por uma codificação aberta, a partir da leitura cuidadosa das entrevistas, gerando códigos que conceitualizam o conteúdo.

Na presente pesquisa, com base nessa proposta metodológica e em consonância com o referencial teórico, não desenvolvemos nenhuma categoria anterior aos procedimentos de coleta em campo; dessa forma, as categorias surgiram a partir da leitura sistemática das entrevistas que realizamos e da comparação entre as respostas oferecidas, e complementadas pelas observações e análises dos documentos. Para a depuração das entrevistas,

utilizamos o *software* para análise qualitativa *Qualitative Data Analysis Software (QDA-Miner)*, que nos auxiliou a organizar as transcrições e promover as análises das entrevistas, a partir do processo de codificação e visualização de fragmentos textuais em conjunto.

Os dois blocos de análise que seguem se referem à gestão e ao funcionamento das modalidades do ProJovem Integrado, a discussão central do trabalho que ora se apresenta.

Avaliando a linha e o anzol: a gestão das modalidades do ProJovem Integrado

De acordo com a Lei n. 11.692/2008, a execução do PJI ocorria por meio da parceria entre a Secretaria Geral da Presidência da República (SGRP), Ministério da Educação (MEC), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), garantindo-se a participação de demais órgãos da administração pública federal e a intersetorialidade. Nesse mesmo documento é instituído o Conselho Gestor do ProJovem, composto pelos Secretários-Executivos dos Ministérios referidos e coordenado

pela SNJ. As coordenações nacionais das modalidades ficam a cargo dos Ministérios, já mencionados, e em 2012, o PJU muda de coordenação, ficando a cargo do MEC, assim como o ProJovem Campo – Saberes da Terra.

O primeiro passo é pensarmos de que forma a própria gestão se estrutura, discutindo quais as funções e competências da equipe, assim como a sua composição. O PJU apresenta na equipe gestora uma coordenadora geral e uma assistente pedagógica, além dos educadores nos núcleos – cinco professores da educação básica, um orientador social e um orientador profissional. O PJA apresenta uma equipe composta por uma coordenadora geral, uma psicóloga, uma assistente social, um técnico, um auxiliar administrativo – que são lotados na Secretaria – e cada núcleo tem a sua equipe composta por um coordenador de núcleo, um orientador social e três facilitadores culturais. Até o momento da pesquisa, esse núcleo estava sem o orientador profissional. Já o PJT tem uma coordenadora geral e os coordenadores que fazem parte da instituição contratada para gestão e monitoramento da modalidade, são eles: pedagógico, monitoramento, inserção e supervisores.

Identificamos que é de responsabilidade da gestão desde a formação dos educadores até a avaliação e monitoramento do funcionamento dos núcleos das modalidades, e também o suporte aos núcleos ou às instituições que executam o programa, sempre que necessário. Dessa forma, é possível percebermos que, muitas vezes, ainda que não exista um suporte necessário da Secretaria responsável pela modalidade no município, as gestões se preocupam em assessorar e acompanhar de perto a execução do programa.

Também identificamos que a equipe gestora compreende sua função, especificamente, em relação a aspectos “burocráticos” do ofício, mas não nos foi possível perceber e avaliar sua compreensão quanto ao seu papel político, de busca por mudanças mais efetivas na realidade em que trabalha. Nos trechos que destacamos abaixo, é evidente o foco da equipe em atividades burocráticas, deixando em segundo plano os aspectos relativos à política e ao cumprimento das metas traçadas para o programa. São mencionados pelos entrevistados: “*Funções burocráticas, de seleção dos núcleos, seleção dos educadores, avaliação e monitoramento do programa*” (coordenadora do PJU); “*A competência [da equipe gestora] é de supervisionar, acompanhar*

e monitorar todas as ações, desde a licitação à prestação de contas e ela contribui também com a questão da inserção no mercado de trabalho dos jovens” (coordenadora do PJT). Entendemos que cabe à gestão avaliar como, operacionalmente, o programa está sendo executado e se é necessário criar novas estratégias para o funcionamento da modalidade em questão.

O manual de implementação do PJT apresenta uma série de recomendações e obrigações para as entidades executoras, que vão desde o cadastramento dos jovens que participarão dos cursos, passando pelos encaminhamentos dos mesmos para as qualificações e chegando ao encaminhamento para uma vaga de emprego. Os jovens podem ser encaminhados, desde que tenham uma frequência mínima de 75% e tenham concluído, no mínimo, 80% do curso.

As dificuldades relacionadas à operacionalização da modalidade, internamente e de forma geral, foram mencionadas em todas as entrevistas, com algumas especificidades. O PJA, por exemplo, fala-nos da dificuldade de que as famílias dos adolescentes compreendam a finalidade do programa; também ressaltam dificuldades de ordem prática, como conseguir um carro para ir aos núcleos:

“Às vezes, a própria família. Eles querem que o jovem vá trabalhar para aumentar a renda de casa. Às vezes, dificuldades mesmo rotineiras... Um carro para a gente fazer visitas” (coordenadora do PJA).

Não se problematiza o porquê existe essa dificuldade das famílias, nem se propõe qualquer tipo de ação com esse público ou, por exemplo, uma atuação em conjunto com o CRAS, principal instituição da Proteção Social Básica, para aproximar as famílias da modalidade. Vale lembrar que o PJA se apoia no pilar da matricialidade familiar – um dos pilares que compõe o SUAS, que se divide em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial –, que considera a capacidade socializadora e protetiva da família no cuidado e atenção aos seus membros (MDS, 2009). Além disso, em muitos casos, o PJA funciona nas dependências do CRAS, o que facilitaria a comunicação e articulação.

No PJU, a principal dificuldade é a frequência dos jovens, que é bastante oscilante e que, com o decorrer do ano, culmina na evasão, propriamente dita. Além disso, existe falta de compreensão das direções das escolas acerca da permanência do PJU nas mesmas, como algo que não deveria ser parte da escola e parte da estratégia de educação.

A dificuldade é a frequência dos alunos, como já é característica dos EJAs. Esse aluno é um aluno que já é trabalhador e ele tem uma frequência oscilante, isso é uma dificuldade. Outra dificuldade que a gente está tendo é o próprio compromisso da direção da escola com o programa. [...] (coordenadora do PJU).

Diferente do PJA, a coordenação do PJU pensa em algumas estratégias para reverter essas dificuldades, como obter um transporte para que os jovens de outros bairros possam participar e, minimamente, pulverizar o programa para o máximo de jovens que dele necessite e não apenas os que moram pela região na qual os núcleos se localizam. O PJT também se refere à evasão como uma das principais dificuldades do programa e que pareceu ser bem acentuada nos anos em que essa modalidade estava funcionando – mesmo não sendo possível termos acesso a esses dados. A gestão problematiza que, mesmo com a bolsa do programa no valor de R\$ 100,00, fornecida aos jovens que estão com a frequência em dia, há desistência ao longo do curso. Ainda que a equipe levante essa questão, não há uma reflexão acerca dos “determinantes” da evasão, pelo contrário a justificativa caminha no sentido de

culpabilização dos jovens usuários, indicando, em certa medida, a dificuldade de entender tais indivíduos como sujeitos de direitos no lugar de usuários passivos da política.

Durante as entrevistas e nas conversas informais nos núcleos das modalidades, pudemos perceber que os gestores e educadores se preocupam com essa realidade, contudo, nenhuma estratégia foi desenvolvida para minimizar essa situação. De acordo com Blanco (2009) e Moreira (2009), há várias interpretações sobre os determinantes da evasão dos jovens, como a prioridade pelo trabalho, o uso de drogas, e/ou outras substâncias entorpecentes, e questões relacionadas à falta de adequação dos conteúdos à realidade dessa população.

Segundo o Relatório Parcial de Avaliação do ProJovem (Brasil, 2010), o grande desafio do programa é criar mecanismos para a permanência e o interesse dos jovens. É nesse sentido que o programa visa fornecer um subsídio material (R\$ 100,00/por mês) para os jovens que tenham a frequência mínima exigida e as atividades em dia. Contudo, como avaliado posteriormente, o incentivo financeiro não funciona como o esperado, pois não garante a adesão dos jovens ao programa. Já a avaliação da

qualificação profissional resulta nesse módulo como importante elemento para o interesse e a permanência do jovem no programa. O relatório sobre o ProJovem revela que 57% dos jovens matriculados desistem (37%) ou evadem (20%) do programa.

De acordo com esse estudo, os motivos enunciados para a elevada percentagem de evasão são: a falta ou insuficiência das aulas de informática, o atraso no pagamento das bolsas, a violência na vizinhança, a falta de dinheiro para o transporte, a impossibilidade de conciliar o trabalho com as aulas, e a distância entre a residência do jovem e a sede do núcleo (Brasil, 2010). É curioso notar que levando em conta unicamente o núcleo do PJA do Bairro das Quintas, provavelmente, a distância e o deslocamento não sejam o principal motivo de evasão, tendo em vista que, os jovens residem próximos ao núcleo.

Observamos também que existem muitas dificuldades na volta dos jovens à escola. Os bancos escolares e o próprio ambiente estão repletos de lembranças que, muitas vezes, sugere o “fracasso” do jovem, por não ter conseguido concluir o ensino básico. São muitos os sentimentos e emoções que perpassam a juventude nessa travessia de volta à escola e, além disso, cada vez mais, a juventude tem

contribuído com o sustento da família e não há “tempo hábil” para continuar de forma adequada os estudos, pois os jovens já vêm de jornadas extenuantes de trabalho, nos quais o cansaço e a fadiga imperam. Nesse sentido, os coordenadores entrevistados por Pereira (2007) sustentam a ideia de que o ProJovem ajuda a cobrir um déficit exigido pelo mercado de trabalho, mas um déficit de diploma, apenas.

A burocracia é outro aspecto mencionado pela gestão como comprometedor e gerador de dificuldades na execução da modalidade – problemática que se repete em outros programas sociais. Também percebemos que os problemas de ordem política afetam o planejamento e a execução das modalidades, interferindo na gestão das mesmas. Isso se expressou na nossa pesquisa, visto que, diversas vezes, entramos em contato com as coordenações para o início da coleta de dados nos núcleos e tivemos que aguardar novos prazos para o início das atividades, até que conseguimos realizar as visitas e observações no PJU e no PJA; ainda assim, não foi possível realizarmos visitas a nenhum núcleo do PJT, como dissemos. Neste, sabemos que são 475 vagas ofertadas, turmas com até 25 alunos e cinco arcos ocupacionais, quais sejam: administração,

esporte e lazer, telemática, turismo e hospitalidade, e transporte.

A categoria “sobreposição de ações” aparece apenas na entrevista com o PJT, que identifica muito claramente a sobreposição como uma problemática que eles enfrentam e que, de modo geral, faz parte da cultura de política pública gestada no país ao longo dos anos. Para essa coordenação, a articulação de programas com os mesmos objetivos, finalidades e público é melhor, pois une instituições e Ministérios em uma mesma proposta, fazendo com que esta tenha mais força e seja mais eficiente – quebrando com a trajetória de programas parcializados e segmentados: *“O governo vendo que era melhor, mas é a mesma ação, ele uniu. É bom, porque, justamente, não há essa sobreposição de ações”* (coordenadora do PJT).

No entanto, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (Castro, Aquino & Andrade, 2009) –, o insucesso na execução das metas, especificamente no que refere à permanência dos jovens no Programa, também pode ter relação com a baixa integração e sobreposição entre as modalidades. Até mesmo os EJA que atendem ao ensino fundamental entram na “disputa” dos jovens a partir dos 14 e 15 anos de idade, o que

não só dificulta a participação dos jovens nas modalidades que lhes são mais interessantes como cria uma “rixa” entre os programas e no ambiente escolar, tendo em vista as modalidades que funcionam nas escolas, como o PJU.

É justamente com o objetivo de evitar a fragmentação das ações e a desarticulação entre as instituições, serviços, políticas e órgãos, que o governo federal pensa em uma integração entre programas. Contudo, o ideal de gerir os programas, a partir da união entre os entes, ainda é bastante distante da realidade, como indicam as avaliações realizadas que demonstram que os programas continuam a ser geridos de forma independente pelos diferentes Ministérios, como aconteceu com o ProJovem. Há, ainda, muitos limites e dificuldades nesse tipo de gestão, pois não se consegue uma forma de unificação que garanta uma gestão eficiente, menos burocrática e capaz de chegar a todos a que os programas se destinam. Unificam-se alguns programas e outros permanecem de fora, mesmo possuindo características semelhantes, como foi o caso dos Contratos de Aprendizagem e os Parceiros da Aprendizagem (Gonzalez, 2009).

Soma-se a isso a necessidade de avaliarmos se esta integração está permitindo aos jovens

deslocarem-se de um programa/modalidade a outro, a depender de suas necessidades e faixas etárias, o que também é um dos propósitos da unificação. Outro aspecto importante refere-se à faixa etária, pois, ao contemplar também os chamados jovens adultos, alargando o público atendido para aqueles com idades entre 15 e 29 anos, novos desafios se apresentam para o ProJovem, uma vez que, especialmente com relação ao trabalho e à escola, as diferenças são muito significativas e representam dificuldades e relações com o ensino diferenciadas (Organização Internacional do Trabalho, 2009).

A categoria “expectativas” possibilita-nos discutir como é possível a modalidade contribuir para a vida dos jovens. Vimos que as expectativas se sustentam tanto na possibilidade de oportunizar aprendizagem e reflexão quanto na possibilidade de inserção laboral – guardadas as devidas proporções entre as modalidades. Nas três entrevistas, há reflexões sobre as expectativas, na direção de oportunizar espaços de reflexão e diversidade ou ainda de uma “aceleração na história de vida” do jovem, por meio das oportunidades oferecidas e pelo fato de que estando no programa é mais difícil o envolvimento deles com a “criminalidade” e as “drogas”.

Então, as modalidades são concebidas, também, como “portas da esperança”: se o jovem aproveitar tudo que lhe é oferecido, a vida dele pode mudar; caso contrário, o programa cumpre seu papel, e é o jovem quem não sabe aproveitar as oportunidades, caracterizando uma perspectiva meritocrática de educação e trabalho – uma vez que, deposita-se nos jovens todas as expectativas e responsabilidades, sem levar em consideração os determinantes socioeconômicos e culturais envolvidos: *“A principal expectativa é essa: qualificar o jovem e inserir no mercado de trabalho. Se nós conseguirmos qualificar e inserir no mínimo os 30%, nós alcançamos nosso objetivo”* (coordenadora do PJT).

As dificuldades apontadas nos chamam a atenção para a falta de estratégias das coordenações para lidar com problemáticas que se repetem tanto entre as modalidades quanto em outras políticas e programas, indicando-nos, no mínimo, uma falta de comunicação entre as mesmas e a ausência de discussões e reflexões de cunho mais político. Muitas problemáticas são reflexos da situação caótica da atenção às políticas públicas no nosso estado, indicando a falta de investimento e suporte das Secretarias e dos Ministérios correspondentes.

Além das dificuldades, que já nos chamam bastante a atenção, interessou-nos ouvir as coordenadoras falando sobre as expectativas que depositam nas modalidades. As respostas nos dão indício do caráter “salvacionista” do ProJovem, um programa que objetiva romper o ciclo de reprodução da desigualdade social, a partir da melhoria educacional e profissional dos jovens, promovendo a possibilidade de uma mobilidade social e de transformação da realidade. No entanto, esse caráter “salvacionista” se relaciona também com a possibilidade de controle do tempo livre dos jovens, pois, ao estarem na modalidade, eles deixam de frequentar as “ruas”, ocupam um tempo considerado ocioso e passam a frequentar o programa, o que, na concepção da equipe, os *“impedem” de ser absorvidos pelo mercado do tráfico de drogas e pela “criminalidade”*, por exemplo.

Seria a culpa da rede ou do mar?: Analisando o funcionamento e operacionalização das modalidades do Projovem Integrado

A Resolução CD/FNDE n. 60/2011 fornece as diretrizes que o plano de implementação do PJU deve contemplar, quais sejam: informações relativas

ao processo de matrícula; à data de início das aulas; aos locais onde funcionarão as turmas, núcleos, polos e coordenação local; à seleção de pessoal; ao processo de formação continuada dos educadores, desde a sua primeira etapa; à oferta de qualificação profissional; além de outras questões relativas à implementação das ações propostas.

Nessa direção, cabe à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, vinculada ao MEC (SECADI/MEC), a partir de 2012, acompanhar, coordenar e monitorar a implementação do PJU, por meio dos instrumentos que considerar apropriados para o acompanhamento das ações e para a avaliação da consecução das metas físicas. Além disso, cabe à SECADI analisar, aprovando ou não, alterações nos termos de adesão e nos planos de implementação. O plano de implementação no PJU é o que define a forma como o programa deve funcionar e o planejamento a ser executado/criado. O município deve se comprometer a gerir os recursos orçamentários – repassados pelo Governo Federal – com eficiência e transparência, visando à efetividade das ações planejadas (Salgado & Jardim, 2010).

Nesse aspecto, em Natal, o PJU é gerido pela Secretaria Municipal de Educação (SME); o PJA é

gerido pela Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTAS); enquanto o PJT é gestado pela Secretaria Estadual de Trabalho, Habitação e Assistência Social (SETHAS). Durante o processo de viabilização do ProJovem foram recomendadas extinções, readequações ou fusões de ações e programas com as mesmas características e público, todavia, essas orientações encontraram grandes resistências institucionais até que se decidiu não extinguir e sim abrigar todos os programas sob o mesmo “teto”: o PJI.

Ainda assim, foi possível identificarmos um processo de desarticulação ou descontinuidade administrativa entre as Secretarias – nível Estadual e Municipal – e os Ministérios envolvidos na consecução das modalidades e programas. A descentralização pode ser considerada um aspecto positivo, pois garante maior autonomia para as secretarias estaduais e/ou municipais executarem os mesmos, contudo, sem a devida integração e diálogo entre os Ministérios e Secretarias, várias dificuldades passam a fazer parte do cotidiano do serviço.

Para Rua (1998), e de acordo com o nosso entendimento, as demandas da sociedade necessitam da articulação e cooperação de diferentes órgãos e agências setoriais, visto que essas demandas são

oriundas de uma problemática macrossocial, que expressa as refrações da “questão social”, estando relacionadas e, portanto, sugerindo que as respostas devam ser também articuladas. A integração dos programas e modalidades é algo desafiador para a Política Nacional de Juventude, que precisa tentar romper com essa característica da política pública no nosso país, que é segmentada e parcializada.

Sobre o funcionamento das modalidades, os dados coletados apontam uma descrição geral da execução das mesmas, em alguns aspectos quantitativos, como pode ser visualizado na Tabela abaixo.

Tabela 1

Caracterização das modalidades do PJI

Característica	PJA	PJU	PJT
Quantidade de núcleos	10	3	5 ^a
Número previsto de jovens	2.000	600	475
Quantidade de educadores	1 coordenador de núcleo, 3 facilitadores culturais e 1 orientador Social	5 educadores da educação básica, 1 orientador profissional e 1 orientador social	Não especificado
Carga horária	600h para o ciclo I e 240 para o ciclo II	20h semanais, durante 18 meses	350 horas, divididas por 6 meses

^a Os núcleos aqui considerados são as ONGs que realizam os arcos ocupacionais do PJT.

Com esse quadro de funcionamento, vemos que o tempo dedicado aos conteúdos varia de acordo com os objetivos e metas estabelecidos e com a duração da execução da modalidade. No PJU, observamos que, em virtude da falta de merenda, as aulas estavam com a duração reduzida (30 minutos) e os jovens sendo liberados mais cedo das atividades do programa. Ao final da coleta, o horário estava normalizado, mas persistia o atraso e a ausência dos

alunos. Para termos uma ideia, cada núcleo deve ofertar 200 vagas, porém, durante as visitas, pudemos perceber que compareciam em torno de 70 a 100 jovens (no núcleo visitado).

No PJA, percebemos aspectos de funcionamento semelhantes ao PJU, com certa morosidade para o início das atividades e número reduzido de jovens. Além disso, no momento da pesquisa, a equipe estava com defasagem de orientador profissional (como é nomeado pela coordenação do PJA) ou facilitador da formação técnica geral (conforme o traçado metodológico).

É importante refletirmos sobre a execução das modalidades de acordo com o previsto nos documentos oficiais, pois são essas normativas que possibilitam perceber avanços, dificuldades e retrocessos dos programas e políticas. No entanto, como as determinações são dadas para todo o país, sem observar as particularidades de cada contexto, cabe à gestão a tarefa de adequar as propostas – sintetizadas no plano de implementação – à realidade dos municípios e estados, em termos de infraestrutura, recursos humanos, demandas, entre outros indicadores. O plano de implementação de cada modalidade é avaliado e, se for considerado

adequado, exequível e eficiente, os entes executores passam a operacionalizar a modalidade em questão.

No que se refere à composição da equipe responsável pela formação dos jovens nas modalidades (educadores – orientadores e facilitadores – e coordenadores de núcleo), vimos que todas as equipes realizam uma formação, podendo ser mais ou menos superficial ou contínua. O PJU faz uma formação inicial de 36h e encontros sistemáticos com a equipe; já no PJA, os profissionais são treinados pela própria coordenação, durante três dias, antes do início das atividades; e no PJT a coordenação realiza uma formação em conjunto com a instituição encarregada da gestão e monitoramento.

É interessante destacarmos a importância dada a esse aspecto. O PJU e o PJA apresentam uma proposta pedagógica com duração de 18 a 24 meses, mas o investimento em formação é totalmente diferente entre as modalidades. A formação dos profissionais é prevista na Lei n. 11.692, que não explicita se a formação deve ser contínua ou não. Dos documentos mais específicos das modalidades, a Resolução do PJU prevê formação de modo contínuo para os professores e a gestão, o que permite a

apropriação do projeto pedagógico integrado que lhe dá sustentação.

De acordo com o Manual para formação de gestores, os profissionais envolvidos no PJU devem promover reflexões sobre o modo de ser no mundo e circular no plano institucional e no das relações, além de produzir alternativas e/ou ações (coletivas e individuais) para intervenções efetivas. Esses elementos pretendem que o educador seja não só “reflexivo”, mas sim “crítico reflexivo”, ampliando a perspectiva do profissional como sujeito político comprometido (Salgado & Jardim, 2010).

O processo de formação é contínuo e, nesse sentido, as melhores estratégias de atuação em sala de aula vão sendo traçadas com o objetivo de integrar aspectos do ensino fundamental com a qualificação e a participação cidadã. Essas estratégias são previstas nos documentos oficiais, mas não necessariamente a integração dos conteúdos funciona da forma mencionada. Integrando esses aspectos, espera-se que o público atendido se aproprie de novos conhecimentos e formas de interação social; além da possibilidade de que eles possam reelaborar as próprias experiências, expandindo a visão de mundo e reavaliando o seu lugar como ser social (Féres et al., 2008).

Outro ponto desse processo é que os educadores não podem perder de vista é que os jovens já carregam experiências e conhecimentos que não podem e nem devem ser ignorados. Recomenda-se que os educadores considerem essa “bagagem” que os alunos carregam para se relacionar com a turma e definir as formas pelas quais os conteúdos vão ser trabalhados, visto que a sala de aula é o lugar no qual a proposta pedagógica se concretiza.

O PJA também prevê a formação e o aperfeiçoamento das práticas socioeducativas no seu traçado metodológico. O processo começa com uma seleção de profissionais, que deve contemplar as exigências de experiência e formação para compor a equipe (MDS, 2009). Apesar de prever a formação contínua, não há detalhamento de como isso pode ocorrer. Dessa forma, acreditamos que fica a cargo das coordenações estabelecerem a agenda de formação dos profissionais, de acordo com as necessidades que são percebidas em cada contexto.

Já o PJT não apresenta indicativos sobre formação continuada nos seus documentos. Essa formação pode não ser prevista devido ao tempo de execução do PJT, que é de seis meses, e à seleção dos profissionais, que já devem ser habilitados nos cursos que ofertam. Também porque a instituição

responsável deve prever no seu projeto toda a infraestrutura física e de recursos humanos necessários para o funcionamento dos cursos.

As gestões realizam o monitoramento e avaliação das modalidades, basicamente, por meio de relatórios e algumas visitas aos núcleos. Principalmente no PJU e no PJA, há o acompanhamento do que está acontecendo em cada núcleo e, com isso, é possível a gestão intervir, caso o núcleo apresente algum problema ou dificuldade na execução.

É contínuo, né? Nós temos um assistente pedagógico que se desloca para as escolas nesse acompanhamento. Há também, nesse sábado, de 15 em 15 dias, nós temos duas horas que são para esse monitoramento, essa avaliação constante desse processo, enquanto equipe [...] Mas, durante toda a semana, nós nos deslocamos, tanto a coordenação pedagógica quanto nós [coordenação], vamos diretamente aos núcleos para fazer o acompanhamento (coordenadora do PJU).

No caso do PJU, evidenciamos um retorno da avaliação e monitoramento ao longo dos encontros de formação, a cada quinze dias. No entanto, nas

outras duas modalidades, nós não identificamos o que é feito com os relatórios que devem ser enviados aos Ministérios correspondentes, com certa frequência, assim como, não visualizamos em que medida eles podem servir para a melhoria das modalidades, subsidiando ações e/ou intervenções. No caso do PJT, a situação é diferenciada, pois a avaliação e o monitoramento são realizados por uma instituição contratada. Não ficou claro como essa instituição faz o repasse das informações para a coordenação geral da modalidade, com que frequência os relatórios são enviados e como são tratadas as informações colhidas nos mesmos.

Por fim, perguntamos aos gestores sobre a finalidade e/ou contribuição que eles acreditam que a modalidade em questão pode oferecer aos jovens. Apresentaremos conjuntamente finalidade e contribuição, tendo em vista que as respostas se misturam e se repetem quando as participantes respondem separadamente às categorias. Vimos que os entrevistados referem-se a um “resgate” da juventude, justamente aquela que não tem “oportunidades” ou que corre o risco de ir para caminhos “desviantes”, contribuindo para a aquisição e o desenvolvimento de habilidades, e de alguma

forma prepará-los para a sociedade e para o mundo do trabalho, como visualizado no seguinte trecho:

A gente oferece orientações sociais, a gente trabalha a questão de ética, cidadania, combate às drogas, prostituição, mostra para o jovem a formação cidadã dele [...]. Além disso, a gente também tem a questão das nossas parcerias: a Petrobrás, a gente inseriu agora 36 adolescentes naquele programa de primeiro emprego, têm adolescentes nossos que foram contratados pela C&A, pela Riachuelo... (coordenadora do PJA)

As modalidades funcionam e operam de acordo com o previsto com as principais diretrizes, ainda que não exista completude na apropriação de alguns aspectos, como a formação continuada da equipe e o uso dos documentos oficiais como parâmetros para execução do programa. A gestão aparenta cumprir com seu papel de coordenar o funcionamento do programa, mas como não há uma sistematização dos relatórios e demais momentos de avaliação e monitoramento, alguns problemas e/ou dificuldades não são percebidas e quando o são, as

coordenações não possuem estratégias para lidar com essas questões/situações.

No caso do PJU, há defasagem na equipe que compõe a gestão, o que limita a atuação e dificulta o processo de monitoramento dos núcleos. O processo de monitoramento e avaliação durante a execução das modalidades é que cria indicadores e condições de reajustar as modalidades ou fazer as mudanças e alterações necessárias para o bom funcionamento das mesmas, garantindo aos jovens a possibilidade de vivenciar mais ativamente os espaços públicos de participação. De modo geral, com relação à contribuição das modalidades, a perspectiva “salvacionista” de resgate da juventude nos parece pretensiosa para um programa extremamente fragmentado e que é gerido, sob muitos aspectos, de forma precária.

Concluindo: seria loucura conversar com os peixes?

Dada a diversidade das experiências juvenis e a admissão da condição do jovem como *sujeito de direitos*, não devemos perder de vista que as políticas sociais universais precisam caminhar em paralelo

com os programas emergenciais. Nesse cenário, é necessário reconhecermos que o Brasil tem avançado na discussão da temática da juventude e elaboração de ações voltadas para esse público, apesar da dificuldade de se implementar políticas integradas e dos problemas de operacionalização dos programas nos três níveis de governo. O que colocamos como questão é a conformação de um modelo de programa emergencial que, muitas vezes, não se articula com as políticas universais e permanece, assim, atacando os problemas da juventude de forma muito particular e focal, sem conseguir, por uma série de limites, provocar mudanças e transformações que sejam mais duradouras.

Nesse sentido, a implementação e execução das políticas públicas ainda encontram resistências e dificuldades, nos indicando a sua fragilidade em um contexto marcado pelos princípios e ideais do capital em detrimento do acesso aos direitos de modo integral. Visualizamos a possibilidade de avançar em direção ao público diretamente envolvido, isto é, perguntar aos jovens o que eles buscam, quais suas reais demandas e como eles avaliam a política pública de juventude hoje, uma vez em que constatamos uma cultura de ausência de pesquisas e estudos que levem em consideração a voz do público

a qual se destina. Percebemos ainda que os desafios estão lançados e que a execução dos programas e políticas públicas, especialmente as voltadas para a juventude, carregam um passado histórico recente, no qual se mesclam modelos de políticas voltados para o controle social do tempo livre dos jovens e modelos que veem o trabalho como “salvador da pátria”, considerado a principal forma de enfrentamento à criminalidade e melhoria de vida dos jovens.

Por fim, consideramos que é importante não perder de vista a forma fragmentada como as políticas são construídas e implementadas e que, muitas vezes, os próprios gestores locais desconhecem ou ignoram essa realidade contribuindo para a permanência desse modelo ao invés do seu enfrentamento e substituição. No entanto, também entendemos que a política social atua nos limites do sistema capitalista. O que colocamos em questão é o que é possível realizar, considerando os limites estruturais desse modelo, no sentido de construir respostas que sejam socialmente justas e que dialoguem com a herança histórica de invisibilidade e desrespeito aos direitos dessa população.

Referências

- Blanco, D. M. (2009). *À luz do dia, nem todos os gatos parecem pardos: percepções de jovens sobre os limites e possibilidades do ProJovem Urbano* (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre).
- Castro, J. A., Aquino, L. M. C., & Andrade, C. C. (2009). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: IPEA.
- Féres, M. J. V., Cury, C. R. J., Barbosa Filho, R., Noaves, R. C. R., Salgado, M. U. C., Rangel, C. M., Figueira, E. ... Passos, M. S. (2008). *Textos complementares para a formação de gestores*. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens: ProJovem Urbano. Recuperado de http://www.projovem.gov.br/userfiles/file/formacao/Textos%20Comp1%20Formacao%20Gestores_FINAL_baixa.pdf
- Gonzalez, R. (2009). Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída? In J. A. Castro, L. M. C. Aquino & C. C. Andrade (Orgs.), *Juventude e Políticas Sociais no Brasil* (pp. 109-128). Brasília: IPEA.

Lei n. 11.692, de 10 de Junho de 2008. (2008, 10 de junho). Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, instituído pela Lei n. 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis n. 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências. Recuperado de

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111692.htm

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2009). *Traçado Metodológico*. Recuperado de

http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/projovem/seminario-do-projovem-adolescente-2013-2010/mesa-final-do-seminario/Vitoria_ES.pdf

Moreira, E. A. (2009). *Políticas públicas para educação básica de jovens e adultos na Região Metropolitana de São Paulo – RMSP: o caso do ProJovem* (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo).

Organização Internacional do Trabalho. (2009). *Trabalho decente e juventude no Brasil*. Brasília:

Autor. Recuperado de http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/youth_employment/pub/trabalho_decente_juventude_brasil_252.pdf

Pereira, L. (2007), *Juventude, participação e direitos: um olhar para as percepções de jovens do Rio de Janeiro sobre sua participação no PROJOVEM (Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária)* (Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro).

Presidência da República. (2010). *Avaliação da Execução do Programa PROJOVEM – URBANO* (Série diagnósticos, Vol. I). Recuperado de <http://www.secretariageral.gov.br/ciset/avaliacao-projovem-urbano>

Resolução CD/FNDE n. 60. (2011, 09 de novembro). Estabelece os critérios e as normas de transferência automática de recursos financeiros ao Distrito Federal, aos estados e a municípios com cem mil ou mais habitantes, para o desenvolvimento de ações do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, para entrada de estudantes a partir de 2012. Recuperado de <https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublica>

sAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000060&seq_ato=000&vlr_ano=2011&sgl_orgao=CD/FNDE/MECRua, M. G. (1998). As Políticas Públicas e a Juventude dos anos 90. In Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (Org.), *Jovens acontecendo nas trilhas das políticas públicas* (pp. 731-752). Brasília: Autor.

Salgado, M. U. C. & Jardim, L. B. (2010). *Manual do Educador: Orientações Gerais*. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano.

Silva, E. R. A., & Andrade, C. C. (2009). A Política Nacional de Juventude: avanços e dificuldades. In J. A. Castro, L. M. C. Aquino, & C. C. Andrade (Orgs.), *Juventude e Políticas Sociais no Brasil* (pp. 41-70). Brasília: IPEA.

Trinidad, A. R., Carreiro, V. P., & Soriano, R. M. M. (2006). *Teoría Fundamentada “Grounded Theory”*. *La Construcción de la teoría a través del análisis interpretacional*. Madrid: Centro de investigaciones sociológicas.

COMO O ESTADO BRASILEIRO RESPONDE AO EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA?

Gabriel Miranda⁶⁷

Joana Tereza Vaz de Moura⁶⁸

RESUMO: O presente artigo consiste em uma pesquisa exploratória que apresenta como objetivo analisar de que maneira o Estado brasileiro, no que concerne ao nível federal, atuou no combate ao extermínio da juventude negra, utilizando como recorte temporal o período entre os anos de 2005 e 2015. O percurso metodológico compreende análise documental dos marcos legais das políticas que contemplam em seu desenho institucional o enfrentamento ao extermínio da juventude negra, o Plano Juventude Viva e o Programa

⁶⁷ Gabriel Miranda é bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2015) e atualmente é aluno do curso de mestrado em Psicologia pela mesma instituição. É membro do Grupo de Pesquisas sobre Marxismo e Educação (GPME) e do Observatório da População Infantojuvenil em Contextos de Violência (OBIJUV). Apresenta interesse pelos seguintes temas: teoria social marxiana; Estado penal e segurança pública; classes sociais no Brasil contemporâneo; análise e avaliação de políticas públicas; dinâmicas da assimetria racial; e experimentações da condição juvenil.

⁶⁸ É Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e atualmente é professora do Departamento de Políticas Públicas do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Apresenta interesse pelos seguintes temas: políticas públicas; relações entre Estado e sociedade civil; desenvolvimento rural; democracia e participação; e agricultura familiar.

Estação Juventude. Após caracterizar a condição da juventude negra no Brasil contemporâneo, as políticas supracitadas são analisadas, de modo a apresentar como elas se propõem a enfrentar o extermínio da juventude negra.

Palavras-chave: juventude negra; racismo; políticas públicas Programa Estação Juventude; Plano Juventude Viva.

Introdução

A pergunta que dá título a este texto carrega em si uma afirmação: no Brasil há um estado de extermínio da juventude negra. Os dados disponibilizados pelo Mapa da Violência (2014) subsidiam a veracidade dessa afirmação quando mostram que, no ano de 2012, foram registrados 30.072 homicídios na população com faixa etária entre 15 e 29 anos, sendo 23.160 vítimas negras (77% do total). Embora o Mapa da Violência constitua uma das principais fontes de dados sobre a violência no Brasil, este documento não é a única ferramenta que expõe o cenário enfrentado pela juventude negra. Na atual dinâmica do capitalismo brasileiro dependente, tanto nos relatórios, jornais e estudos científicos quanto nas ruas, escolas e praças, o alerta é: a condição juvenil imposta aos jovens

negros de camadas populares tem manifestado inúmeras problemáticas.

O atual contexto de violações de direitos enfrentados pela juventude brasileira, especialmente pelos jovens negros, que constituem-se como principais vítimas de homicídio, evoca a necessidade da constante investigação acerca das particularidades deste grupo social e das políticas públicas que para este grupo são direcionadas. Com o propósito de garantir o direito à vida do referido segmento juvenil, o Estado deve atuar no processo de formulação e implementação de políticas públicas específicas aos jovens negros em situação de vulnerabilidade à violência. O presente estudo se constitui em uma pesquisa exploratória que apresenta como objetivo analisar de que maneira o Estado brasileiro, no que concerne ao nível federal, atuou no combate ao extermínio da juventude negra, utilizando como recorte temporal o período entre os anos de 2005 e 2015.

De acordo com Rua (1998), as políticas de juventude, ainda na década de 1990, se tratavam de políticas destinadas a todas faixas etárias, ou seja, eram ações que não contemplavam a especificidade do grupo juvenil. Deste modo, políticas endereçadas especificamente à juventude representam a

configuração deste grupo como categoria presente na agenda de decisões do governo⁶⁹. Por se tratar de uma temática ingressa na agenda no início dos anos 2000, as pesquisas relacionadas a essas políticas tornam-se ainda mais relevantes para a comunidade acadêmica. Dentro do universo das políticas de juventude que estão implementadas no Brasil, iremos analisar aquelas que contemplam em sua proposta o enfrentamento ao extermínio da juventude negra, e de que maneira a sociedade civil atuou no processo de consolidação dessas políticas.

Os procedimentos técnico-metodológicos para a construção deste trabalho compreendem pesquisas bibliográficas sobre as áreas de políticas públicas, juventude e racismo, que subsidiam as discussões teóricas realizadas neste artigo, além de análises documentais dos marcos conceituais das políticas públicas analisadas e dos relatórios produzidos pelas Conferências de Juventude, ocorridas em 2008 e 2011, e pelo 1ª ENJUNE. Algumas das discussões desenvolvidas ao longo deste artigo também foram inspiradas em dados quantitativos coletados através do Censo Demográfico do IBGE (2010), da Pesquisa

⁶⁹ Utilizo o termo agenda de decisões no sentido proposto por John Kingdon (2006).

Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE (2012), e do Mapa da Violência (2014).

O presente artigo está estruturado em três capítulos. O primeiro contém uma discussão sobre a condição juvenil, as dinâmicas da assimetria racial no Brasil, e o papel do Estado e das políticas públicas, fornecendo o aporte conceitual para a compreensão do cenário vivenciado atualmente pela juventude pobre e negra e do modo pelo qual o Estado deve intervir a fim de garantir os direitos dessa população. Em seguida, o segundo capítulo propicia uma breve caracterização sobre a participação popular no processo de consolidação da juventude negra como uma temática prioritária na agenda de decisões do governo. E por fim, o terceiro capítulo apresenta uma análise sobre as principais políticas brasileiras que contemplam em seu desenho institucional o enfrentamento ao extermínio da juventude negra: o Plano Juventude Viva e o Programa Estação Juventude.

Espera-se que os resultados encontrados, bem como as discussões desenvolvidas ao longo deste estudo contribuam para o fortalecimento das estratégias de enfrentamento ao extermínio da juventude negra, bem como para dar visibilidade ao debate a respeito da condição juvenil que é imposta

para a juventude brasileira negra e pobre, e com isso ampliar as reflexões a respeito das políticas públicas direcionadas a juventude negra.

1. Juventude, racismo e políticas públicas

Este capítulo apresenta como objetivo situar discussões essenciais para o desenvolvimento deste artigo, tais como: a problemática em torno da condição juvenil, a questão racial no Brasil, e a função das políticas públicas. Inicialmente, é desenvolvida, na seção 1.1, uma discussão sobre as peculiaridades da fase denominada juventude e as diferentes experimentações desta fase. Como referencial teórico para composição desta seção, são utilizadas obras de Helena Abramo, Marília Pontes Sposito, Karl Mannheim, Regina Novaes, Mario Margulis, Marcelo Urresti, entre outros.

Posteriormente, as seções 1.2 e 1.3 irão apresentar uma breve discussão sobre as dinâmicas da assimetria racial no Brasil. A primeira, apresentará uma discussão teórica sobre o racismo no Brasil, referenciada sobretudo em Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes e Emerson Rocha. Já a seção 1.3 apresentará, a partir da análise de dados quantitativos secundários, algumas das implicações do que

significa ser jovem, negro e pobre no Brasil. Por fim, na seção 1.4, é apresentada uma discussão sobre as políticas públicas e seu ciclo, suscitando o debate sobre como um Estado democrático de direito deve atuar na superação ou manutenção das expressões da “questão social”. Sustentam esta discussão obras de Enrique Saravia, Jonh Kingdon, Celina Souza, Jean-Claude Thoenig, entre outros.

1.1 juventude e juventudes

Este item, que não aparece no início deste artigo de maneira acidental, apresentará uma discussão conceitual sobre a categoria juventude, propiciando um momento para a reflexão e lapidação de ideias sobre este termo. Em seu artigo “Condição juvenil no Brasil contemporâneo”, Helena Abramo (2005) inicia o texto constatando que “juventude é desses termos que parecem óbvios, dessas palavras que se explicam por elas mesmas e assunto a respeito do qual todo mundo tem algo a dizer” (p. 37). Mas afinal, o que é juventude?

De acordo com o Estatuto da Juventude⁷⁰, a categoria juventude corresponde ao universo de

⁷⁰Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013

indivíduos com faixa etária entre 15 e 29 anos, mas como veremos nos próximos parágrafos, a noção de juventude não se restringe apenas à faixa etária. Há de se imaginar que esse universo de jovens se trate de um grupo amplo e diverso, e por este motivo deve ser considerado em seu plural – juventudes (SPOSITO; CARRANO, 2003). E embora compreendam o mesmo período cronológico da vida, cada juventude (ou cada grupo juvenil) possui características e necessidades próprias, e assim, constroem identidades diversas. Este estudo tratará de uma juventude específica: os jovens brasileiros, negros e em situação de exposição à violência.

Correndo o risco de parecer óbvio ou repetitivo, gostaria de enfatizar a validade de pensarmos as juventudes levando em consideração o contexto histórico e social no qual elas estão inseridas (MANNHEIM, 1961). Afinal, se a juventude de condição socioeconômica média/alta não experimenta esta fase do mesmo modo que a os (as) jovens de camadas populares, a juventude negra e considerada pobre na década de 30 também não é a mesma juventude negra e considerada pobre na presente data.

Sendo assim, juventude será entendida neste artigo como uma categoria em constante processo de

construção e desconstrução, podendo assumir diferentes significados, dado o contexto histórico-político-social em que é abordada. E, embora neste trabalho tenha sido adotada a classificação etária de juventude proposta pela Secretaria Nacional de Juventude, é válido destacar que não há consenso na delimitação desta faixa etária, sendo esta adotada de maneiras diversas em diferentes países e instituições (AQUINO, 2009).

Conforme León (2005), é equivocado construir uma definição de juventude baseada sumariamente em limites etários, haja vista os outros fatores apresentados nos parágrafos anteriores, que também são centrais para a compreensão dessa categoria. Portanto, entende-se juventude como uma condição social específica – a condição juvenil-, vista e caracterizada de formas distintas durante o curso da história, ora como “o futuro do amanhã” ora como “o problema de hoje” (ABRAMO, 2007; MANNHEIM, 1968).

Mas afinal, o que difere o período da vida denominado juventude dos demais? A princípio, podemos destacar os aspectos biológicos – alterações hormonais, por exemplo-, como pontua Novaes (2007). Mas não menos importante, a autora também apresenta a metáfora do jogo de espelhos para

distinguir melhor esse grupo heterogêneo dos demais grupos etários. De acordo com Regina Novaes “as relações entre juventude e sociedade se fazem como uma espécie de jogo de espelhos: ora apenas retrovisor, ora retrovisor e agigantador” (NOVAES, 2007, p. 2-3).

Ao utilizar a metáfora do jogo de espelhos, a autora deseja transmitir a ideia de que os jovens comumente refletem o cenário cultural e social em que estão inseridos. Isto implica dizer que cada sociedade irá moldar o jovem à sua imagem, determinando vulnerabilidades e potencialidades, de forma mais acentuada na juventude do que em outras faixas etárias.

Na atual dinâmica do capitalismo neoliberal, a juventude é encarada como uma etapa de transição para a vida adulta, onde o jovem tem sua adolescência prolongada para se preparar para o mercado de trabalho. Para esta etapa, dá-se o nome de moratória juvenil (MARGULIS; URRESTI, 1998). Com o intuito de melhor compreender o conceito de moratória juvenil, será utilizada como referencial teórico a obra de Margulis e Urresti⁷¹, onde os autores utilizam como ponto de partida uma

⁷¹ Cf. Margulis e Urresti, 1998.

ideia de moratória já proposta anteriormente, e admitem a condição socioeconômica como um fator determinante para que esta moratória seja ou não concedida para o jovem. Para os autores, há basicamente dois tipos de experimentação dessa moratória⁷².

Uma primeira experimentação corresponde ao jovem de camadas socioeconômicas médias/altas, em que a moratória juvenil é concedida, podendo inclusive ser alongada por tempo indefinido. E outro tipo de experimentação, própria das camadas populares, em que a moratória juvenil não é concedida ou é concedida em tempo limitado. Transformando em um cenário concreto, podemos imaginar um primeiro caso, onde a família concede esta moratória ao filho através da “compra” do tempo livre do jovem. E um segundo caso, onde diante da escassez de recursos, o jovem se vê obrigado a procurar algum meio para manutenção de sua existência/obtenção de seus anseios, seja através da venda de sua força de trabalho ainda pouco especializada, da prática de pequenos delitos, ou outra ação que sua criatividade permita.

⁷² Tempo concedido ao jovem para que este possa adiar sua entrada na vida produtiva, podendo dedicar mais tempo à especialização de sua força de trabalho.

1.2 Brasil, a quem teu passado condena?

Não é novidade o fato de que, no Brasil, a população negra fora submetida a um regime de escravidão durante séculos. Ainda assim, por vezes, as consequências dessa configuração social – escravista – são invisibilizadas e apresentadas como algo desconexo do nosso cotidiano. Esta seção tem como objetivo apresentar uma breve discussão sobre a questão racial no Brasil.

Falar do racismo no Brasil sem abordar o contexto histórico da formação do Estado brasileiro é tornar a questão menos complexa do que realmente é. É, portanto, necessário refletir acerca dos impactos provocados pelo colonialismo e escravidão, que impuseram aos negros e negras condições sub-humanas durante séculos (RIBEIRO, 1995).

Pode-se dizer que no Brasil as leis abolicionistas caminharam a passos lentos. Após mais de trezentos anos de escravidão, no ano de 1850 fora promulgada primeira lei abolicionista: a Lei Eusébio de Queirós, dando continuidade vieram a Lei do Ventre Livre (1871), Lei dos Sexagenários (1885) e finalmente a Lei Áurea, em 1888, que põe fim a escravidão e marca o Brasil como o último país do continente americano a abolir a escravatura. Além

de representarem avanços abolicionistas, tais leis representaram também o cinismo do Estado brasileiro. Agora livres do capataz, os negros seguiram sem nenhum tipo de indenização necessária para possibilitar a criação das condições necessárias para a integração da população negra na sociedade brasileira. Nas palavras de Darcy Ribeiro:

Os ex-escravos abandonam as fazendas em que labutavam, ganham as estradas à procura de terrenos baldios em que pudessem acampar, para viverem livres como se estivessem nos quilombos, plantando milho e mandioca para comer. Caíram, então, em tal condição de miserabilidade que a população negra reduziu-se substancialmente (RIBEIRO, 1995, p. 221).

Então, conforme supracitado, o ano de 1888 marca o fim da escravidão no Brasil. Entretanto, a abolição não fornece as condições materiais e simbólicas necessárias para que o ex-escravo pudesse se inserir na sociedade de classes. E durante o intervalo de 128 anos, desde 1888 até o presente momento, o racismo ainda se encontra presente no seio da sociedade brasileira, em grande medida como herança do período escravocrata. Para Florestan

Fernandes (1972), após a abolição há uma reconfiguração do racismo, onde este passa a funcionar como ferramenta de desqualificação do negro como concorrente no mercado competitivo. Ainda de acordo com Fernandes (1972, p. 40), “o padrão brasileiro de relação racial, ainda hoje dominante, foi construído para uma sociedade escravista, ou seja, para manter o “negro” sob a sujeição do “branco”.

Como forma de enfrentamento a essas práticas cotidianas, a Constituição de 1988, em seu artigo 5º, inciso XLII diz que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”. Entretanto, apesar da Constituição criminalizar o racismo, a prática se encontra enraizada, tanto no plano simbólico quanto estrutural, se expressando através dos postos de trabalho, do acesso à educação, da sub-representação no parlamento e da super-representação nas estatísticas sobre o sistema prisional e a violência física letal, entre outros.

A história da formação do Estado brasileiro nos mostra que, de maneira explícita ou implícita, a hierarquização entre brancos e negros sempre esteve presente e que, portanto, na corrida social, negros e brancos não tem o mesmo ponto de partida. Não é

possível que brancos e negros comecem a vida do mesmo patamar, pois são herdeiros não apenas de patrimônio material, mas também de patrimônio histórico e cultural. Deste modo, faço citação ao economista Ricardo Henriques, quando diz que “nascer negro no Brasil está relacionado a uma maior probabilidade de crescer pobre” (HENRIQUES, 2001, p. 17).

No livro “A ralé brasileira – quem é e como vive”, Emerson Ferreira Rocha (2012) escreve um dos capítulos onde, analisando a dimensão simbólica do racismo, tece uma reflexão, possibilitada através de pesquisas etnográficas e profunda reflexão sociológica, sobre a experiência de ser negro (a) no Brasil. Para o autor, apesar da vasta produção acadêmica sobre a questão racial, ainda não há uma definição precisa sobre o racismo “brasileiro”, e essa dificuldade se dá pela insistência em produzir análises comparando o racismo estadunidense com o racismo brasileiro. Tal comparação contribui para um olhar pouco sensível as particularidades da discriminação racial presente no Brasil. E completa destacando a fragmentação das áreas do conhecimento na compreensão do racismo, para Rocha (2012, p. 369) “sempre se aborda o tema pela metade”.

Aproveitando a contribuição que o autor apresenta para o debate sobre discriminação racial, serão enfatizadas duas ideias desenvolvidas por Emerson Rocha, a primeira diz respeito a tese de que a dimensão estética é uma variável central para a compreensão do racismo brasileiro (ROCHA, 2012). De forma a complementar esta ideia, o autor comenta “Temos aqui a chave de todas essas experiências desconcertantes com o branco pobre e com o preto rico, com o *belo* que não é *bom* e com o *bom* que não é *belo*.” (ROCHA, 2012, p. 371). Este critério estético de avaliação social impõe aos negros um padrão de beleza branco – que pode ser percebido através da mídia, brinquedos infantis, difusão da ideia de que o cabelo crespo é “*ruim*”, entre outros-. Para Rocha (2012):

A hipocrisia do racismo brasileiro é um produto do fato de que, nesse tipo de discriminação, o racismo age menos antecipando o movimento do que reagindo a ele, ou seja, efetivamente ninguém costuma ser (no sentido de agir como) racista até que o

negro se mova contra a doxa estética⁷³
(ROCHA, 2012, p. 372)

A segunda contribuição a ser destacada diz respeito a ideia defendida pelo autor que “pode-se, contudo, perceber sociologicamente o quão determinante os efeitos do racismo são, de acordo com a posição de classe”⁷⁴ (ROCHA, 2012, p. 375). O autor destaca que não se trata de medir a dor moral das vítimas de discriminação racial, mas que se um indivíduo não possui outras bases para sustentar sua autoconfiança, a depreciação estética surte efeitos mais intensos (ROCHA, 2012). Ora, abordando essa discussão dentro do contexto deste estudo podemos concluir que um jovem negro de classe média possui mais ferramentas –materiais e imateriais- para enfrentar e superar o racismo do que um jovem negro que é pertence aos setores mais pauperizados da classe trabalhadora.

1.3 Ser jovem, negro e pobre faz a diferença

De acordo com o último censo demográfico do

⁷³ Faz referência a ideia de “padrão de beleza”.

⁷⁴ O autor compreende a posição de classe como o *habitus*, o modo de vida.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), divulgado no ano de 2010, 26,9% da população brasileira compunha o grupo social da juventude, ou seja, aqueles que possuem entre 15 e 29 anos. E do total de jovens brasileiros, 53,5% se declaram pretos ou pardos, compondo a categoria étnicorracial dos negros.

Já no que diz respeito a maior expressão da violência física, de acordo com o Mapa da Violência (2014), no ano de 2012 foram registrados 56.337 homicídios no território brasileiro, sendo 41.127 vítimas negras (73% do total). Observando os índices que se referem à juventude, foram registrados 30.072 homicídios na população com faixa etária de 15 a 29 anos, sendo 23.160 vítimas negras, o que representa 77% do total dos homicídios entre jovens. Em síntese, do total de homicídios ocorridos no Brasil durante o ano de 2012, 53,4% das vítimas foram jovens e 41,1% jovens e negros.

A tabela abaixo, disponibilizada no Mapa da Violência (2014) nos apresenta o quantitativo de homicídios na população jovem brasileira, segundo a cor do indivíduo, no período que compreende os anos de 2002 até 2012. Através da observação dos dados, nota-se que no período de dez anos, a vitimização de jovens negros aumenta enquanto a de

jovens brancos diminui, totalizando em 2012 o número de 2,7 jovens negros assinados para cada um jovem branco.

TABELA 01 – Homicídios, taxas (por 100 mil) e vitimização segundo raça/cor. População jovem. Brasil. 2002/2012.

Ano	Branca	Preta	Parda	Negra*	Ama-rela	Indi-gena	Total
2002	10.072	2.598	14.902	17.499	46	34	27.652
2003	10.067	2.977	15.326	18.303	96	33	28.499
2004	8.869	2.656	15.382	18.038	65	33	27.006
2005	7.984	2.418	15.845	18.263	34	51	26.332
2006	7.884	2.439	16.405	18.844	41	47	26.815
2007	7.165	2.443	16.409	18.852	13	74	26.104
2008	7.184	2.391	17.795	20.185	23	76	27.469
2009	7.216	2.299	18.215	20.514	18	54	27.803
2010	6.746	2.365	18.785	21.150	29	53	27.978
2011	6.540	2.349	18.503	20.852	26	54	27.472
2012	6.823	2.524	20.636	23.160	24	65	30.072

Fonte: SIM/SVS/MS. Produção: WAISELFISZ (2014, p.133) *soma das categorias preta e parda.

Os dados quantitativos supracitados já bastariam para evidenciar que, no Brasil, ser jovem e negro faz a diferença quando estamos tratando de potenciais vítimas de homicídio. Mas há algo que os dados quantitativos não dizem: por que a maioria dos jovens assassinados são negros? Por que a maioria da população carcerária é composta por jovens e

negros?⁷⁵ Por mais que não seja possível responder tais perguntas neste estudo, a busca por essas respostas nos leva a refletir sobre a estrutura na qual está inserida o jovem negro vítima de homicídio.

O que desejamos afirmar é que os homicídios que provocam o extermínio da juventude negra são “apenas” o resultado de um processo marcado por vários fatores, entre eles: a formação de um Estado com raízes escravocratas, a negação de direitos básicos em um território onde a cidadania não foi universalizada⁷⁶, a abissal desigualdade socioeconômica, a negação do acesso à determinados bens de consumo, a discriminação racial, entre outros. Em outras palavras, o extermínio da juventude negra não é um processo linear onde o jovem negro nasce e morre. Ou morre por obra do acaso. O jovem negro nasce, e encontra um universo onde está dado uma série de obstáculos que o são impostos pela sua cor e posição de classe, e essas dificuldades potencializam a probabilidade deste jovem tornar-se uma vítima de homicídio.

⁷⁵ De acordo com dados do InfoPen, do Ministério da Justiça, no ano de 2014, cerca de 56% da população carcerária brasileira era composta por jovens que possuíam idade entre 18 e 29 anos. Estima-se que 68,2% dos apenados sejam negros.

⁷⁶ Cf. Souza (2003)

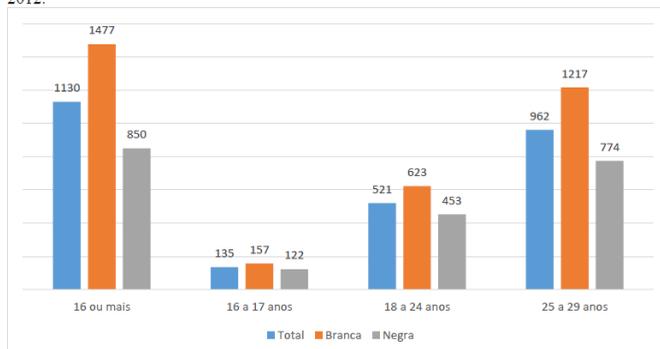
Em estudo intitulado “A juventude negra”, Gevanilda Santos et al. (2005, p. 291) defendem a ideia de que “relações sóciorraciais é um pressuposto analítico para significar o cotidiano da juventude negra na sociedade brasileira que é marcada por grande desigualdade social combinada com a discriminação racial”. Deste modo, as autoras contribuem com a noção de que a condição socioeconômica deve ser levada em consideração no estudo da juventude negra. Afinal, as consequências da discriminação racial tornam-se ainda mais acentuadas quando associados aos efeitos da discriminação e das limitações socioeconômicas. E alertam que:

A composição social do Brasil tem a base bastante larga e o ápice estreito. Há, porém, uma característica ainda mais marcante: as camadas sociais vão embranquecendo na medida em que sobem na pirâmide social, logo se identifica a pobreza e quando se fala em pobreza no Brasil está-se falando principalmente da população negra e da discriminação racial. (p. 292).

A fim de reforçar a ideia apresentada no parágrafo anterior, o gráfico a seguir, construído a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), do ano de 2012, apresenta a remuneração média dos jovens brasileiros, de acordo com a cor da pele.

GRÁFICO 01 – Remuneração total da população brasileira entre 16 e 29 anos de idade, por cor, 2012.

GRÁFICO 01 – Remuneração total da população brasileira entre 16 e 29 anos de idade, por cor, 2012.



Fonte: Microdados da PNAD, 2012.

A desigualdade de remuneração entre negros e brancos é notória, e indica uma das várias expressões da desigualdade social e do racismo, aquela que diz respeito à apropriação da renda. Tal desigualdade, que se agrava à medida em que a faixa etária aumenta, tem raízes históricas, e a inação ou ação do Estado via políticas públicas se apresenta como a

possibilidade, em um Estado democrático de direito, para agravar/manter ou diminuir a desigualdade econômica entre brancos e negros.

1.4 E o estado com isso?

Esta seção tem como objetivo tecer uma discussão sobre o conceito e o ciclo das políticas públicas, que são os instrumentos que permitem ao Estado atuar a fim de alterar, atenuar ou manter um determinado cenário, neste caso, o do extermínio da juventude negra. Em seu poema “Versos Íntimos”, Augusto dos Anjos considera que “a mão que afaga é a mesma que apedreja”. Neste caso, a mão que apedreja é a mesma que afaga, o apedrejamento durou séculos, e ainda persiste, por exemplo, através da participação policial⁷⁷ no homicídio de jovens negros e no esfacelamento do Estado de bem-estar, mas o “afago”⁷⁸ através das políticas públicas é recente e tem limites bem definidos.

⁷⁷ Cf. Folha de São Paulo (2012); Cf. (Brasil. Sítio eletrônico do Senado Federal, 2015); Cf. Paim (1996).

⁷⁸ Utilizo o termo *apedreado* pois a implementação de políticas públicas direcionadas a grupos que sofrem violações de direitos não deve ser considerada como um favor ou afago, e sim como dever do Estado. A palavra *afago* é utilizada neste contexto apenas para demonstrar que políticas públicas destinadas a um grupo social historicamente esquecido

Dunn (1994), utiliza o exemplo do Código de Hamurabi para defender a ideia de que as políticas públicas são tão antigas quanto a civilização. Outro exemplo que denota o caráter longínquo das políticas públicas são os mandamentos proferidos por Moisés ao povo hebreu. Entretanto, mesmo que sua origem possa ser datada desde o início das civilizações, o estudo sistemático sobre a área de políticas públicas nasce no período pós segunda guerra mundial, com o fortalecimento das políticas sociais, possibilitada pelo que ficou conhecido como “tempos de ouro do Estado de bem-estar social”, que durou de 1945 até 1973 (SARAVIA, 2006).

Mas, afinal, o que são políticas públicas? Políticas públicas podem ser entendidas como ações ou inações do Estado que visam alterar ou manter um determinado “estado de coisas”. Hill (1997) contribui para a ideia de pensar políticas públicas como escolhas deliberadas de agir ou não agir. Entretanto, embora esta seja a definição que norteará este trabalho, não é a única possível para definir o termo “política pública”. Diante da variedade de definições, Souza (2006, p. 24) aponta que “não existe uma

representam uma maior preocupação do Estado com esse grupo, apenas isso.

única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública”. Com o propósito de reforçar a ideia de política pública, Thoening (1985) elenca cinco características gerais de uma política pública, são elas:

Um conjunto de medidas concretas; decisões ou formas de alocação de recursos; ela esteja inserida em um „quadro geral de ação“; tenha um público-alvo (ou vários públicos); apresente definição obrigatória de metas ou objetivos a serem atingidos, definidos em função de normas e de valores (THOENING, 1985, p.7).

Easton (1953) contribui com a ideia de que uma política pública é composta por etapas. Estas etapas formariam um ciclo, e embora não haja consenso acerca das fases que compõe este ciclo, iremos tomar como referencial analítico cinco processos principais: formação da agenda governamental, formulação da política, aprovação, implementação e avaliação, respectivamente. Importante destacar que o sucesso em uma etapa não garante necessariamente o sucesso na próxima e todos esses processos envolvem escolhas técnicas e

políticas.

A primeira etapa corresponde ao momento em que a questão passa a ser vista pelos órgãos governamentais como um problema político e, por isso, passa a compor a agenda governamental. Alguns fatores como a pressão dos movimentos sociais podem acelerar esse processo. A segunda, corresponde ao momento em que a política está sendo “desenhada”, ou seja, definição dos marcos legais, objetivos, metas e demais procedimentos. Para que a política realmente atinja os interesses do público-alvo, é recomendado que haja a participação de setores da sociedade civil neste processo.

A aprovação, terceira etapa do ciclo, corresponde, no caso de políticas públicas brasileiras federais, à transição e aprovação da política pelo Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado) e Presidência. Nesse momento, a política pode ser sancionada ou vetada. A implementação diz respeito à execução da política, ou seja, o momento de executar o que estava proposto nos documentos norteadores da política. Em linhas gerais, a última etapa, a avaliação, consiste no momento de perceber se e como a política atingiu seus objetivos, além de prestar contas com a sociedade, mas esta etapa também pode ocorrer antes ou depois do processo de

implementação, a depender daquilo que se deseje avaliar.

2. A participação popular e a luta por direitos: uma abordagem cronológica

Com clareza acerca da definição de políticas públicas, este capítulo irá possibilitar uma análise sobre a participação da sociedade civil no processo de conquista de direitos da juventude negra, ao mesmo tempo em que verificamos a localização do tema juventude na estrutura administrativa do Estado brasileiro. Para isso, serão apresentados os principais espaços de participação da sociedade civil que contribuíram para que o extermínio da juventude negra fosse encarado como um problema político que demandava uma ação imediata por parte do Estado.

Pode-se dizer que a democracia brasileira é jovem, visto que, desde a redemocratização ainda não completamos três décadas. E em um Estado marcado pela ampliação dos mecanismos de participação popular, institucionais ou não, a organização da sociedade civil caracteriza-se como uma categoria importante no estudo das políticas públicas. Através da obra “Agenda, Alternatives and Public Policies”, Jonh Kingdon (1984) apresenta a

organização da sociedade civil como elemento central na resposta de perguntas como: por que determinados temas entram na agenda governamental e outros não? Ou, por que algumas alternativas recebem mais atenção do que outras?

Como visto na seção 1.2 deste artigo, o abolicionismo foi um processo que durou décadas, se desenvolvendo através de leis que, paulatinamente, suprimiam a sociedade escravista, embora essas leis não permitissem que o negro conseguisse efetivamente inserir-se na sociedade de classes, como aponta Fernandes (1972). Angela Alonso (2011), estudando a historiografia do abolicionismo brasileiro, nos mostra que, desde 1840 até 1888, atuaram mais de 100 organizações da sociedade civil que tinham em sua pauta o fim da escravidão. Tal estudo nos apresenta que, desde o Brasil oitocentista haviam grupos sociais que fomentavam o debate e denunciavam a violência contra negros, sem contar as rebeliões organizadas pelos quilombos da época, como aponta Azevedo (1945).

Entretanto, os estudos desenvolvidos neste artigo irão explorar os espaços de atuação da sociedade civil a partir do ano de 2005, com ênfase no 1ª Encontro Nacional da Juventude Negra, ocorrido no ano de 2007, e nas resoluções das

Conferências Nacionais da Juventude, ocorridas em 2008 e 2011, buscando perceber como estas contribuíram para colocar a questão do extermínio da juventude negra como prioridade na agenda governamental, pressionando o Governo Federal a formular e implementar políticas públicas direcionadas à juventude negra. Fez-se a opção pelos eventos supracitados por serem os mais expressivos espaços de participação juvenil com caráter reivindicatório que antecederam a formulação do Plano Juventude Viva e do Programa Estação Juventude

Para Maria da Glória Gohn, movimentos sociais são “ações coletivas de caráter sócio-político e cultural, que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (Gohn, p. 335, 2011). Os parágrafos seguintes irão apresentar alguns espaços de participação, possibilitados pela promulgação da Constituição Federal de 1988, que também se constituem em espaços de atuação dos movimentos sociais. Espaços estes que não existiam em um passado⁷⁹ onde o Estado não precisava legitimar suas ações,

⁷⁹ Referência ao governo ditatorial civil-militar, que compreende o período entre 1964 e 1985.

governando de modo centralizado e autoritário.

O ano de 2005 marca uma nova fase a representação da juventude brasileira no aparelho jurídico-burocrático estatal. O que permite tecer tal afirmação é a sanção da Lei 11.129/2005, que institui a Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República (SNJ/SG/PR), o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE). O ingresso do tema juventude em uma Secretaria Nacional representa que o Estado atribuiu, a partir deste momento, um lugar específico para o desenvolvimento de ações que objetivassem enfrentar problemas enfrentados pela juventude brasileira.

O CONJUVE expressa um canal de diálogo entre o governo federal e representantes da juventude, sendo composto por 1/3 de representantes do poder público e 2/3 da sociedade civil, totalizando 60 membros. De acordo com o sítio eletrônico da Secretaria Nacional de Juventude, este Conselho exerce a função de desenvolver pesquisas sobre a realidade socioeconômica da juventude brasileira, além de formular e propor diretrizes direcionadas às políticas públicas de juventude. Utilizando Avritzer (2008) como referência, pode-se afirmar que o

CONJUVE se trata de uma instituição participativa, pois incorpora cidadãos na deliberação sobre políticas públicas. Ainda com todas as críticas que possam ser endereçadas a efetividade do CONJUVE, este representa um avanço, ainda que limitado, para a incipiente democracia brasileira.

Em dezembro de 2014, nove anos após a implementação do CONJUVE, a equipe SNJ publicou um documento onde apresenta uma análise da última gestão. No referido momento, a Secretaria Nacional de Juventude (2014a) ilustra a atual situação do CONJUVE: com representação de 66 entidades da sociedade civil nas 40 cadeiras do Conselho. Segundo o documento, o CONJUVE:

Teve papel essencial na mobilização e organização da II Conferência Nacional de Juventude, incidindo nos processos participativos e propositivos. Desenvolveu também a Matriz de Monitoramento de Políticas Públicas de Juventude, fortalecendo o controle social das políticas públicas de juventude. Atuou fortemente na elaboração e incidência para a aprovação do Estatuto da Juventude, bem como no desenvolvimento das propostas relacionadas a ele (BRASIL.

Secretaria Nacional de Juventude, 2014a, p. 42).

Durante 2007 e 2008, ocorreu o processo de mobilização para a 1ª Conferência Nacional de Juventude, que se constituiu em um período de oito meses, onde foram mobilizadas cerca de 400 mil pessoas em conferências municipais e regionais. Fruto desse trabalho, em abril de 2008, ocorre a etapa nacional, reunindo cerca de 2,5 mil participantes. Durante a etapa nacional, foram estabelecidas 22 prioridades para as políticas públicas de juventude, sendo a primeira delas:

Reconhecimento e aplicação, pelo poder público, transformando em políticas públicas de juventude as resoluções do 1º Encontro Nacional de Juventude Negra (ENJUNE), priorizando as mesmas como diretrizes étnico/raciais de/para/com as juventudes (1ª Conferência Nacional de Juventude, 2008).

O I Encontro Nacional da Juventude Negra (ENJUNE) ocorreu no ano de 2007 e reuniu cerca de 700 pessoas, entre delegados, representantes da juventude do Movimento Negro Brasileiro,

palestrantes, observadores, entre outros participantes. O documento a que se refere as resoluções do I ENJUNE trata-se do relatório final do encontro, onde apresenta como prioridade o combate às altas taxas de mortalidade da juventude negra, por meio da campanha “Contra o Genocídio da Juventude Negra”. O ENJUNE se apresenta:

Como uma proposição, feita por jovens militantes do movimento negro, como um momento de convergência entre os grupos e indivíduos, uma oportunidade de análise das ações do movimento negro brasileiro e de construção de novas perspectivas no panorama étnico/racial. O Encontro se consolidou como um espaço nacional que se mostra como ferramenta reivindicatória e de intervenção efetiva rumo à construção de novas perspectivas de atuação social por jovens militantes do movimento negro (ENJUNE, 2010, p. 5).

Durante o ano de 2011, ocorre a 2ª Conferência Nacional de Juventude, com o tema “Juventude, desenvolvimento e efetivação de direitos”. De acordo com a Secretaria Nacional de

Juventude (2014a), a etapa nacional reuniu cerca de dois mil delegados eleitos em mais de mil municípios brasileiros, e findou com a aprovação de um documento contendo 44 objetivos, que deveriam nortear as próximas políticas públicas de juventude. Um desses objetivos se referia à aprovação imediata do Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra, o que demonstra que, mais uma vez a temática do extermínio da juventude negra aparece como uma demanda colocada pelos representantes da juventude brasileira na CNJ.

Também durante o ano de 2011, ocorre a aprovação⁸⁰ do Estatuto da Juventude na Câmara Federal, embora o Estatuto seja sancionado, pela então presidenta Dilma Rousseff, no ano de 2013. Fruto de um longo processo de mobilização social, o Estatuto da Juventude⁸¹ caracteriza-se como uma forma de reconhecer o jovem com mais de 18 anos⁸² como sujeito de direitos, apresentando diretrizes para políticas públicas destinadas à juventude. O Estatuto representa um avanço para a juventude brasileira,

⁸⁰ A regulamentação do Estatuto da Juventude também foi uma das resoluções da 2ª Conferência Nacional de Juventude.

⁸¹ Instituído pela Lei 12.852/2013.

⁸² O jovem com idade entre 15 e 18 anos é, desde 1990, reconhecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente como sujeito de direitos.

pois assegura aos jovens direitos nas áreas de saúde, educação, diversidade e igualdade, e acesso à justiça, por exemplo. Entretanto, a garantia desses direitos em lei não garante a efetivação dos mesmos, abrindo espaço para a permanência de violações de direitos básicos.

Evidente que este estudo não poderia abarcar todos os instrumentos de participação social juvenil e movimentos sociais que possibilitaram o ingresso da temática do extermínio da juventude na agenda de decisões do governo. Do mesmo modo que não se pode provar que esta temática ganhou destaque exclusivamente pela pressão popular⁸³, entretanto é possível afirmar que o envolvimento da sociedade civil organizada nos espaços de participação supracitados são indicativos que podem ter impulsionado a preocupação com o enfrentamento ao extermínio da juventude negra por parte do Estado.

3. O plano juventude viva e o programa estação juventude

Através da discussão realizada na seção

⁸³ Para Kingdon (1984), em alguns casos, não são as motivações racionais que levam um tema a ganhar espaço na agenda de decisões.

anterior, foi explicitado que houve um longo caminho até que o extermínio da juventude negra impulsionasse as autoridades a formularem políticas públicas com o propósito de atenuar/enfrentar esse cenário. A seção que se inicia busca responder a pergunta dá título a este artigo. Como visto na seção 1.4 deste artigo, a resposta que o Estado pode dar para alterar um “estado de coisas” é através da implementação de políticas públicas. Deste modo, apresentarei o Plano Juventude Viva e o Programa Estação Juventude, lançados no ano de 2013⁸⁴, ao mesmo tempo em que é explicitado como estas duas políticas se propõem a contribuir no enfrentamento ao extermínio da juventude negra.

Os próprios instrumentos de participação popular – Conferências, Conselho de Juventude e Fóruns de Juventude Negra-, ou até mesmo outras ações do Estado que não estavam direcionadas especificamente à juventude negra, mas que a incluíam de algum modo, podem ser apontados como estratégias de enfrentamento ao extermínio da juventude negra. Entretanto, interessa a este estudo analisar as políticas públicas que foram pensadas

⁸⁴ Apesar de terem sido lançados oficialmente no ano de 2013, ambas políticas já estavam em processo de implantação desde meados de 2012.

para atuar no combate ao alto e crescente índice de homicídios de jovens negros.

3.1 O juventude viva: Plano de prevenção à violência contra a juventude negra

O homicídio de 28 mil jovens com idade entre 15 e 29 anos durante o período de um ano, sendo 20 mil destes, negros, aparece como cenário que impulsiona a formulação e implementação do Plano Juventude Viva. Este Plano consiste em uma política pública desenvolvida pelo Governo Federal que tem como objetivo combater as causas da violência contra a juventude negra, bem como criar condições que possam atuar na superação desse quadro (BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude, 2014c).

De acordo com o Guia do Plano Juventude Viva (2014), as duas Conferências Nacionais de Juventude foram importantes marcos para a definição do enfrentamento à violência contra a juventude negra como prioridade. Destacando também a importância do Fórum de Direitos Humanos⁸⁵, onde

⁸⁵ De acordo com o Guia do PJV, este Fórum é uma instância do Governo Federal destinada a promover a articulação política e gerencial das ações que visem à garantia e expansão do exercício da cidadania e do desenvolvimento sustentável e foi coordenado pela Secretaria-Geral da

a violência contra jovens negros foi eleita como uma das questões prioritárias a serem enfrentadas pelo país. É então que, em julho de 2011, é dado início ao processo de formulação do Plano Juventude Viva (PJV), que contava inicialmente com oito ministérios⁸⁶ envolvidos e uma ampla participação de entidades da sociedade civil, através do CONJUVE.

No tocante às políticas públicas, a participação popular no processo de formulação é oportuna para que não haja o risco de ser criada uma política pública descolada das reais necessidades do público-alvo. E não apenas durante a formulação, a participação social é um elemento central também no processo de implementação, monitoramento e avaliação. No PJV, a participação popular é contemplada através da Rede Juventude Viva, da Articulação Nacional, dos FOMPIs (Fórum de Monitoramento Participativo Interconselhos), dos Comitês Gestores e dos Núcleos de Articulação

Presidência da República, com a co-coordenação das Secretarias de Direitos Humanos, Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial. Discutir a letalidade juvenil neste espaço evidencia que o governo está investindo algum tipo de atenção à temática.

⁸⁶ Atualmente, o Plano conta com a participação de 11 ministérios, os oito que participaram do processo de formulação e outros três que se integraram no ano de 2013.

Territorial que, além de instrumentos de participação, são peças centrais para a vitalidade do Plano. Embora importante, a análise desses instrumentos não será aprofundada, visto que não é necessária para o entendimento da questão central deste artigo.

O Plano Juventude Viva se caracteriza como uma política de responsabilidade compartilhada entre os entes da federação, o que demonstra a necessidade do constante diálogo federativo e que não se trata de uma política verticalizada, podendo adequar-se as particularidades dos municípios envolvidos. Inicialmente, o PJV estabeleceu 132 municípios⁸⁷ para implementação prioritária, seguindo como critério de escolha os municípios com maior índice de letalidade entre jovens negros e as capitais dos estados. De acordo com os dados de mortalidade de 2010, divulgados pelo SIM/DATASUS, esses municípios aglutinavam cerca de 70% dos homicídios entre jovens negros no país (BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude, 2014c).

No entanto, a definição de localidades prioritárias não impede a adesão de outros

⁸⁷ No ano de 2013, são incorporados 10 municípios prioritários, totalizando 142.

municípios que vivenciam o problema e estão dispostos a se integrar nesta agenda governamental. Ou seja, qualquer município pode solicitar adesão voluntária e criar seu Plano Municipal de Prevenção/Enfrentamento à Violência Contra a Juventude Negra. É também considerada indispensável a participação da sociedade civil, especialmente das organizações de jovens ligadas à promoção da igualdade racial e enfrentamento ao racismo bem como dos seus demais segmentos (BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude, 2014c, p.5).

De acordo com o Guia do Plano Juventude Viva (2014), o processo de implementação do Plano Juventude Viva no município acontece por meio de sete etapas, sendo elas: pactuação e adesão⁸⁸; constituição do comitê gestor municipal; elaboração do diagnóstico local; elaboração do plano local de enfrentamento à violência; criação do núcleo de articulação territorial; desenvolvimento do plano; e

⁸⁸ A adesão não implica repasse direto de recursos. Para captação de recursos federais os municípios ou estados devem apresentar propostas e concorrer nos editais ou resoluções dos ministérios, ou fazer adesões a cada ação/programa específico. (Guia do Plano Juventude Viva, 2014)

monitoramento e avaliação. A descrição de cada um dos processos mencionados pode ser vista no anexo 1 deste artigo.

Para cumprir o objetivo de reduzir a exposição de jovens negros à violência e prevenir a ocorrência de homicídios, o Plano Juventude Viva apresenta uma estratégia de integrar e facilitar o acesso à 43 políticas públicas já existentes, norteados por quatro eixos estruturantes, sendo eles: Eixo 1 – Desconstrução da cultura de violência; Eixo 2 – Inclusão, Emancipação e Garantia de Direitos; Eixo 3 – Transformação de Territórios; e Eixo 4 – Aperfeiçoamento Institucional. Faremos, então, uma breve análise sobre estes eixos e apresentaremos alguns dos programas que os compõe.

Para Trassi e Malvasi (2010), os jovens das classes médias são vistos como “excêntricos”, à medida que os pobres são vistos como “delinquentes”. Desse modo, há uma tolerância social maior quando os primeiros se envolvem em atos infracionais. Já quando o jovem em questão é pobre, este “é visto como o bandido merecedor de prisão – aliás, quanto mais cedo, melhor; quanto mais punitiva a prisão, melhor; quanto mais tempo ficarem lá, melhor” (ZAMORA, 2005, p.85). Certo que a exposição acima leva em consideração apenas

a variável socioeconômica, mas é possível afirmar que se a variável etnicorracial fosse acrescida, a análise não sofreria prejuízo, visto que soma-se o estigma da pobreza ao preconceito racial.

Nesse sentido, o primeiro eixo do PJV tem como objetivo conquistar a opinião pública no debate sobre a desconstrução da banalização da violência física e simbólica, pautando a necessidade da valorização da vida da juventude, o direito a ter direitos, e realizando um enfrentamento à cultura de naturalização e tolerância à violência, enfatizando qual é o grupo juvenil mais vulnerável. São exemplos de programas e ações deste eixo: campanhas nos meios de comunicação; o projeto Mulheres da Paz, que capacita mulheres atuantes em comunidades para que possam intervir no fortalecimento de práticas socioculturais e políticas; e a Rede Juventude Viva, que além de visar a mobilização de diversos atores, também conta com um informativo que circula entre as organizações cadastradas na Rede.

O jovem que habita um território vulnerável, em alguns casos esquecido pelo próprio poder público, enfrenta constantes obstáculos para traçar trajetórias de vida isentas da execução de atos infracionais e pequenos delitos com o fim de complementar sua renda ou obter algum tipo de

inclusão na sociedade de mercado, dada a dificuldade de inserção no mercado de trabalho. (WACQUANT, 2004). Assim, o segundo eixo do PJV apresenta como objetivo facilitar o acesso de jovens em situação de vulnerabilidade aos programas educacionais existentes, e deste modo, promover trajetórias de inclusão no mercado de trabalho e autonomia financeira. São exemplos de programas que compõe este eixo: PROJOVEM, PRONATEC e PROUNI, por se tratarem de ações que facilitam o acesso dos jovens às instituições de ensino técnico e superior. De acordo com o Guia do Plano Juventude Viva (2014):

As dificuldades econômicas reforçam as dificuldades educacionais, que, por sua vez, impedem a alteração da realidade econômica dos indivíduos negros, o que acontece também com pessoas não negras em situação de grande vulnerabilidade social (BRASIL, Secretaria Nacional de Juventude, 2014c, p. 43).

A educação formal e profissionalizante pode ser entendida como uma ferramenta com o potencial de reduzir as vulnerabilidades do sujeito envolvido que se envolve processo de ensino-aprendizagem,

desde que garantida as condições materiais e psicológicas necessárias para que o indivíduo possa se dedicar-se aos estudos, mas conferir à educação o caráter de panaceia que irá promover uma mudança radical na vida do jovem é um equívoco comumente presente no discurso de autoridades políticas. Ora, se hoje todos os cidadãos brasileiros tivessem o diploma de conclusão do ensino superior, haveria postos de trabalho não precarizados para todos? Evidente que não. Portanto, não podemos reduzir responsabilizar a educação pelas vulnerabilidades dos jovens brasileiros e tirar de cena as outras dimensões da vida social, como a economia e a política.

Para Brenner et al (2005), o lazer, na fase da juventude, deve ser considerado como um momento de construção de identidades, descoberta de potencialidades e inserção efetiva nas relações sociais. Deste modo, a oferta de espaços de lazer para a juventude localizada em áreas vulneráveis se constitui como uma alternativa essencial para possibilitar ao jovem práticas saudáveis de lazer e socialização. Afinal, como afirma Beatriz Carlini-Marllat (2005, p. 303), “em tempos de pouquíssimo espaço para escolhas, optar por ser fumante, beber e eventualmente fumar um baseado constituíam uma

das poucas práticas disponíveis de afirmação de nossas individualidades.”⁸⁹

Diante do exposto, o terceiro eixo do Plano Juventude Viva apresenta o objetivo de ampliar a oferta de serviços públicos e espaços de convivência, permitindo a prática de atividades de cultura, esporte, lazer e assistência à saúde aos jovens localizados em áreas com alta vulnerabilidade à violência. Este eixo também visa o fortalecimento da escola como um espaço mais atrativo para o jovem e que, ao mesmo tempo, contribua para superar a cultura da violência. São exemplos de programas que integram este eixo: Mais Educação, Estação Juventude, Programa Saúde na Escola, Programa Segundo Tempo e o Centro de Artes e Esportes Unificados.

O Plano Juventude Viva enfatiza que o objetivo do quarto eixo é o combate ao racismo institucional⁹⁰. Ou seja, desconstruir as práticas de

⁸⁹ Tal afirmação não tem intenção de legitimar um discurso moralista a respeito do uso de drogas. Entretanto, o uso de drogas -lícitas e ilícitas-, principalmente em um contexto de escassez de recursos, pode caracterizar-se como uma prática que põe em risco a saúde dos jovens.

⁹⁰ O racismo institucional é o fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância. Em qualquer caso, o

discriminação racial presentes nas instituições, em especial, aquelas que se relacionam com os jovens: escolas, sistema de saúde, sistema penitenciário, polícias e sistema de justiça. Para alcançar o objetivo deste eixo, o Plano prevê ações educativas junto aos profissionais de segurança pública e profissionais da saúde, além da realização de oficinas de identificação e abordagem do racismo institucional. Espera-se como resultado dessas ações a diminuição da letalidade policial, o fortalecimento dos mecanismos de controle externo e interno das polícias, e a coibição dos autos de resistência⁹¹ (BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude, 2014c).

Em linhas gerais, os quatro eixos que compõe o Plano atuam no processo de publicização e conscientização sobre as violações de direitos enfrentadas pela juventude negra, garantia de direitos –através da oferta de outras políticas públicas- aos jovens historicamente envolvidos em processos de exclusão e marginalização, e enfrentamento as

racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações. (CRI, 2006, p.22)

⁹¹ O auto de resistência é amparado pelo artigo 292 do Código de Processo Penal. É uma medida questionada pois através dela a polícia pode alegar que praticou homicídio em legítima defesa, e na maioria dos casos o processo não é investigado. Cf. Misse (2011).

práticas do próprio Estado que contribuem com o extermínio da juventude negra, como a atuação da polícia, por exemplo.

O modo de atuação do PJV merece destaque por integrar políticas de diferentes áreas a fim de atingir o objetivo de reduzir os índices de violência contra a juventude negra, atestando a relevância da multidisciplinaridade e intersetorialidade na atuação de políticas públicas. Ora, a problemática do extermínio da juventude negra só pode ser combatida de forma efetiva quando se une diversas áreas do conhecimento, justamente por tratar-se de uma questão que não envolve apenas a área da segurança pública, mas também da educação, cultura, saúde, comunicação, trabalho e emprego, lazer, desenvolvimento social e direitos humanos. Entretanto, é necessário um questionamento: se as políticas que o Plano integra já existiam e não obtiveram efetividade em reduzir os índices de letalidade juvenil, o que faz pensar que agora elas obterão êxito?

Até a presente data, não foram publicados estudos sobre a efetividade desta política, o que nos impede de conhecer quais os efeitos concretos do PJV sobre a juventude negra, ou até mesmo se houve algum efeito. Entretanto, o Balanço da Gestão da

SNJ, publicado em dezembro de 2014, oferece algumas informações sobre o processo de implementação do Plano.

De acordo com a Secretaria Nacional da Juventude (2014a), 100 dos 142 municípios prioritários realizaram adesão ao Plano, e esses municípios abarcam cerca de 45,8% dos homicídios no país. Além disso, outros 215 municípios solicitaram adesões voluntárias. Algumas das ações do Plano recebem destaque no documento, tais como: a Campanha Juventude Viva, que atuou em diversos meios de comunicação de massas; a Rede Juventude Viva que, até 2014, contava com três mil pessoas ligadas a 1158 instituições; e as mobilizações realizadas em 2013 e 2014 pela aprovação do PL 4471/2012, que dispõe, entre outras medidas, sobre a obrigatoriedade da investigação de homicídios cometidos pela polícia.

3.2 – o programa estação juventude

O Programa Estação Juventude possui uma relação próxima com o Plano Juventude Viva. Além de constituir uma das principais ações do terceiro eixo do PJV, um dos critérios para a escolha dos

entes federados que irão executar o programa é que estes façam parte da lista de estados/municípios com maiores taxas de homicídios contra a juventude negra –ou seja, aqueles priorizados pelo Plano Juventude Viva-, de acordo com a Nota Técnica do PEJ (2013). A seguir, veremos quais os procedimentos para implantação desta política e de que forma ela é executada.

A execução do Programa Estação Juventude é desenvolvida através de convênios com estados e municípios, com vigência mínima de dois anos. Para conveniar, o município ou estado deverá apresentar uma proposta contendo o Plano de Trabalho, que será submetida a um processo de análise e avaliação. Caso a proposta seja aprovada, o valor do convênio será de 633 mil reais para a modalidade itinerante, e 258 mil reais para a modalidade complementar.

De acordo com a Nota Técnica do PEJ (2013), os principais objetivos do Programa Estação Juventude são: ampliar o acesso de jovens de 15 a 29 anos – principalmente aqueles que vivem em áreas vulnerabilizadas – a serviços e ações públicas existentes no município que assegurem seus direitos de cidadania e ampliem a sua capacidade de inclusão e participação social; oferecer tecnologia social para o desenvolvimento de Políticas para Juventude

permanentes; e criar redes para emancipação da juventude, em especial para os jovens de territórios com dificuldades de garantia de acesso aos direitos.

O Programa Estação Juventude pode atuar na modalidade complementar ou itinerante (rural ou urbana). A primeira, geralmente localizada em um espaço físico de um equipamento público preexistente⁹², abrange o território composto pelo município ou apenas uma região deste. Já a modalidade itinerante, atua em veículos adaptados, cumprindo um percurso determinado previamente. Independente da modalidade, o programa segue uma perspectiva territorial, atuando em áreas vulneráveis, com limites geográficos delimitados previamente através de um diagnóstico. (BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude, 2014b).

Além do Programa Estação Juventude priorizar municípios com maiores índices de violência contra jovens negros, os marcos legais da política preveem que a atuação do programa dentro destes municípios deve acontecer no território (bairro, distrito, zona administrativa) onde estão

⁹² No município de Maracanaú-CE, o PEJ foi implantado no mesmo prédio onde estava alocada a Diretoria Municipal de Juventude. Já no município de Patos-PB, o EJ foi instalado no espaço em que funcionava um Telecentro do Centro de Referência de Assistência Social.

concentrados os jovens dos estratos mais precarizados e marginalizados. Tal preocupação com a dimensão territorial, representa uma maneira de atuar na redução das taxas de homicídios contra jovens negros, à medida que o programa facilita o acesso a direitos por vezes negados a esse grupo juvenil.

O Estação Juventude tem como premissa contribuir para que os jovens das camadas mais pobres e excluídas da população tenham ampliadas suas possibilidades de acesso e participação nos territórios em que vivem (BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude, 2014b, p.14).

Entendendo que o Programa deverá atuar junto aos jovens das camadas mais pobres e excluídas, e a herança do colonialismo escravista impôs e impõe aos negros uma condição de exclusão, pode-se entender que, ainda que o documento supracitado não faça referência a uma atuação junto ao jovem negro inserido em um contexto de potencial exposição a violência, este está contemplado indiretamente dentro do grupo dos “jovens das camadas mais pobres e excluídas”.

O PEJ, independente da modalidade –

itinerante ou complementar-, deve funcionar como um espaço que possibilite aos jovens informações sobre as políticas públicas juvenis e como elas podem ser acessadas. Como sugere o próprio nome, o Estação é um lugar “de passagem”, mas não deve ser confundido com um balcão de informações, deve funcionar como um espaço de convivência entre as juventudes e contar com uma equipe preparada para lidar com situações que envolvam desde o fornecimento de determinada informação ou situações que exigem um maior grau de complexidade e sensibilidade. (BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude, 2014b).

O Guia do Gestor do PEJ (2014), também dispõe sobre o funcionamento do Estação, sugerindo que o equipamento deva funcionar em dez turnos semanais, de modo a contemplar horários que facilitem o acesso dos diversos segmentos juvenis e se constitua em “um espaço onde possam se expressar as várias expressões da juventude, onde cabem estilos e linguagens diversas”. (2014, p. 46). Sobre os requisitos para o acesso ao Estação:

O programa pode ser utilizado por qualquer jovem que chegue até ele, sendo inaceitáveis restrições de acesso derivadas de questões

políticas e religiosas ou fruto de qualquer tipo de discriminações (raça, gênero, local de moradia, modo como se veste, linguagem utilizada, orientação sexual, etc.) (BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude, 2014b, p.14).

Além disso, o Guia do Gestor (2014, p.44) recomenda que “para encontrar e mobilizar os jovens a fim de que participem do Estação Juventude, será necessária fazer uma Busca Ativa no território”. Isso significa dizer que o programa Estação deva estabelecer parcerias com espaços/instituições que reúnam jovens, tais como: escolas, associações de jovens, Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), dentre outros. Com isso, o PEJ objetiva aumentar o alcance ao público juvenil.

Dentre as várias atividades que podem ser desenvolvidas no espaço do Estação Juventude (debates, oficinas de teatro, apresentação de filmes, etc), as *Oficinas de Percurso* se constituem como atividades indispensáveis no processo de reversão do percurso de exclusão juvenil. O objetivo da oficina consiste em fazer com que os jovens se apropriem do seu passado escolar e laboral, se repositionem diante das oportunidades presentes, e então planejem metas

para o futuro (BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude, 2014b). Entretanto, é um equívoco afirmar que a proposta da *Oficina de Percurso* garante a possibilidade do jovem reverter seu processo de exclusão. Afinal, como afirmou Marx no início d’o 18 de Brumário de Luís Bonaparte:

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhe foram transmitidas assim como se encontram (MARX, 2011, p. 25).

Como visto na seção anterior, a estratégia de atuação do Plano Juventude Viva consiste em integrar e facilitar o acesso à políticas públicas juvenis. O Programa Estação Juventude representa uma peça fundamental para a consolidação dessa estratégia, uma vez que funciona como um “portal de acesso” para as políticas juvenis, em outras palavras, os jovens que tem acesso ao Estação Juventude devem encontrar um espaço forneça um “mapa” que aponte e estabeleça relações entre as diversas políticas destinadas aos jovens no território.

Como forma de efetivar o acesso a essas

informações, o Estação Juventude utiliza uma ferramenta denominada *Central de Informações (CI)* que consiste em uma base de dados disponível na internet onde constará todas as políticas do território endereçadas – direta ou indiretamente - aos jovens. Esta plataforma pode ser alimentada pelos gestores do Estação, mas os jovens também podem utilizá-la para realização de pesquisas e elaboração de críticas sobre as políticas dispostas na plataforma.

A proposta de implementação do PEJ também prevê a criação de uma *Rede de Apoio à Emancipação*, que consiste na articulação entre políticas públicas de diversas áreas, coletivos jovens da região, organizações da sociedade civil presentes no território da EJ, espaços públicos e canais de participação social, indústrias ou empresas que oferecem oportunidades de inserção profissional aos jovens, e a Estação Juventude. O objetivo desta “teia” de atores sociais é buscar novas formas de garantir mecanismos de atenção aos jovens, em especial aqueles em situação de vulnerabilidade. (BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude, 2014b).

Por se tratar de uma política concebida para atuar em territórios vulneráveis de estados e municípios com elevada exposição de jovens negros a violência, contribuir para a efetivação plena do

Plano Juventude Viva, promover oficinas de percurso para jovens em contextos de exclusão, pode-se então afirmar que o Programa Estação Juventude é uma ação que, em seu desenho institucional, procura atuar no combate ao extermínio da juventude negra. Ainda que não tenha sido uma ação pensada exclusivamente para sanar a problemática da violência contra a juventude negra, ela foi formulada levando em consideração a problemática da condição juvenil imposta aos jovens negros e pobres, e busca atuar diretamente na garantia dos direitos deste grupo.

Assim como no caso do Plano Juventude Viva, ainda não foram publicados estudos sobre a efetividade do Programa Estação Juventude e portanto nenhuma base técnico-científica que possa assegurar que as ações pensadas pelo Programa estão causando algum efeito na redução dos obstáculos que se apresentam aos jovens negros pertencentes aos setores mais pauperizados da classe trabalhadora. O único documento disponível, uma publicação da Secretaria Nacional de Juventude, demonstra que, em dezembro de 2014, havia 11 Estações Juventude em funcionamento, todas na modalidade complementar, e em territórios priorizados pelo Plano Juventude Viva, ou seja, com alto índice de homicídios contra jovens negros. Além destas, havia 50 Estações

Juventude na modalidade itinerante em processo de implantação. (BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude, 2014a).

Considerações finais

Ao longo deste artigo, a sociologia, a antropologia, a história, a psicologia, e os dados estatísticos construídos a partir da realidade social, mostraram que a juventude é um período singular do ciclo da vida, e que no Brasil, a experimentação desse período irá ser influenciada por variáveis como a condição socioeconômica e a cor da pele. Por ser recorrentemente apontada em estudos quantitativos como o segmento juvenil mais afetado pela violência urbana e reprodução da desigualdade, a juventude negra e pobre recebeu destaque ao longo deste estudo.

Com base na análise desenvolvida no decorrer deste texto, foi possível perceber que de maneira explícita ou implícita, a hierarquização entre brancos e negros é uma marca no Estado brasileiro. E embora, hoje, a ordem jurídica garanta a igualdade etnicorracial, o ciclo cumulativo de desvantagens iniciado com o período escravista, e discriminação racial presente em práticas cotidianas, continuam

impondo uma série de obstáculos aos jovens negros, sendo um deles, a violência física letal, que no ano de 2012, somou 23.160 vítimas, representando 77% do total de homicídios na faixa etária entre 15 e 29 anos. Buscamos, então, perceber se o Estado brasileiro, em nível federal, estaria atuando de alguma maneira no enfrentamento a esse cenário de extermínio.

Inicialmente, foi apresentada uma breve contextualização sobre a participação popular e a luta pelos direitos da juventude, em especial, da juventude negra, tomando como referência o ano de criação da Secretaria Nacional de Juventude, 2005. Logo após, foram apresentados o Plano Juventude Viva e o Programa Estação Juventude, ações do governo federal que se constituem como a resposta do Estado brasileiro ao extermínio da juventude negra.

O Plano Juventude Viva apresenta como central a questão da desconstrução da cultura de invisibilização da violência contra a juventude negra, e propõe medidas para a superação do alto índice de letalidade entre os jovens negros localizados nas áreas mais vulneráveis à violência, assinalando avanços no campo das políticas públicas para juventude e de igualdade racial.

O Programa Estação Juventude representa uma ação pensada para oferecer aos jovens “de camadas mais pobres e vulneráveis” (Guia do Gestor, 2014, p. 14), a oportunidade de acesso as políticas públicas disponíveis no território, além de se constituir em um espaço para o convívio juvenil e expressão das individualidades de cada um. O Programa também compõe parte do Plano Juventude Viva, e representa uma peça fundamental para a efetivação plena deste.

De certa forma, toda e qualquer política a qual o jovem negro em situação de vulnerabilidade tenha acesso é uma ação do Estado de combate ao extermínio da juventude negra, ainda que indireta e com efeitos limitados. Neste estudo, foram apresentados o Programa Estação Juventude e Plano Juventude Viva por se tratarem de ações pensadas pelo Estado como resposta às Conferências Nacionais de Juventude, espaços que pautavam o extermínio da juventude negra como questão essencial para a política de juventude, além de conterem em seu escopo a preocupação com o jovem negro e pertencente aos setores mais pauperizados da classe trabalhadora.

Por fim, destaca-se que tanto o Plano Juventude Viva (PJV) quanto o Programa Estação Juventude (PEJ) representam avanços no campo das

políticas juvenis, pois colocam como central a atenção a grupos de jovens historicamente excluídos. A análise das políticas nos mostra que o modo como elas se propõem a atuar possibilita que sejam entendidas como respostas ao extermínio dos jovens negros, ainda que incipientes e permeadas por limites comuns a todas as políticas públicas implementadas no Estado burguês. É mister destacar que, por se tratarem de políticas recentes, ainda não há estudos de avaliação de efetividade que possam comprovar os efeitos dessas políticas sobre a diminuição dos índices de letalidade da juventude negra.

Bibliografia

ABRAMO, H. W. (2005). *Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo*. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. Perseu Abramo, Brasil.

ABRAMO, H. W. (2007) Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: FÁVERO, O.; SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C.; & NOVAES, R. R. (Orgs.). *Juventude e contemporaneidade*. Unesco, Brasília

ALONSO, Angela. (2011). *Associativismo avant la*

lettre: as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista. Sociologias, v. 28 (UFRGS. Impresso).

AQUINO, L. (2009). A juventude como foco das políticas públicas. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C.; & ANDRARE, C. C. (Orgs.), *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília: IPEA.

AVRITZER, L. (2008). *Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático*. **Opinião Pública**, v.14, n.1.

AZEVEDO, T. (1975). *Democracia racial: ideologia e realidade*. Vozes, Petrópolis.

BRASIL. (2005) *Lei nº 12.129, de 30 de junho de 2005*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm>. Acesso em: 23 mar. 2016.

BRASIL. (2013) *Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 23 mar. 2016.

BRASIL. (2014). *Departamento Penitenciário Nacional – Sistema Integrado de Informação Penitenciária (Infopen)*. Brasília.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. (2014a). *Balanco da Gestao 2011-2014*. Disponível em < http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/3632/Balanco_Gestao_SNJ_2011-2014.pdf>. Acesso em: 20 de mar. 2016

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. (2014b). *Estação Juventude – Guia do Gestor: preliminar*.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. (2014c). *Guia de implementação e monitoramento de políticas de redução da vulnerabilidade e prevenção da violência contra jovens negros em municípios- O Plano Juventude Viva em seu município. Parte 1 e 2*.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. (2013) *Nota Técnica do Programa Estação Juventude*. Disponível em < http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/3053/Anexo_I_-_Nota_Tecnica_Programa_Estao_Juventude.doc>. Acesso em 15 mar 2016.

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. (2008). 1ª Conferência Nacional de Juventude – Caderno de Resoluções. Disponível em <<http://www.secretariageral.gov.br/arquivos/imagens-publicacoes/29%20Resolucoes%20e%20Balanco.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

BRASIL. Sítio eletrônico do Senado Federal. (2015). *Racismo e violência policial são apontados em CPI como maiores causas de homicídios de jovens*. Disponível em <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/05/25/racismo-e-violencia-policial-sao-apontados-em-cpi-como-maiores-causas-de-homicidios-de-jovens>>. Acesso em: 27 mai. 2016.

BRENNER, A. K.; DAYRELL, J.; CARRANO, P. (2005) Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. Perseu Abramo: Brasil.

CARLINI-MARLLAT, B. (2005) Jovens e drogas: saúde, política neoliberal e identidade jovem. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. Perseu Abramo: Brasil.

CRI. (2011) Articulação para o Combate ao Racismo Institucional. Identificação e abordagem do racismo institucional. CRI, Brasília.

DUNN, William. (1994) *Public Policy Analysis*, 2. Ed., Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall.

EASTON, David. (1953). *The Political System: An Inquiry into the State of Political Science*. New York: Alfred A. Knopf

ENJUNE. (2008) Encontro Nacional de Juventude Negra: Novas perspectivas na militância étnico/racial. Tiragem: 1ª edição – 1000 exemplares. Edição, elaboração, distribuição e informações: Coordenação Nacional ENJUNE. Disponível em <[http://br.groups.yahoo.com/group/ENJUNE/files/Impresso no Brasil.](http://br.groups.yahoo.com/group/ENJUNE/files/Impresso%20no%20Brasil)> Acesso em: 13 mar. 2016.

FERNANDES, Florestan. (1972) *O negro no mundo dos brancos*. Difusão Européia do Livro, São Paulo.

FOLHA DE SÃO PAULO. (2012). *Países da ONU recomendam o fim da Polícia Militar no Brasil*.

Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1097828-paises-da-onu-recomendam-fim-da-policia-militar-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 27 mai. 2015

GOHN, Maria da Glória. (2008). *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. 2. ed. Cortez: São Paulo.

HENRIQUES, Ricardo (2001). *Desigualdade Racial no Brasil: Evolução das Condições de Vida na Década de 90*. Texto para discussão nº 807. Rio de Janeiro.

HILL, Michael. (1997). *The policy process: a reader*. Hertfordshire: Harvester Wheatsheaf.

IBGE. (2010). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico.

IBGE. (2012). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

KINGDON, J. (1984). *Agendas, Alternatives and Public Policies*. Harper Collins Publishers, New York.

KINGDON, J. (2006). Como chega a hora de uma idéia?. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete, (orgs.), *Políticas Públicas*, vol. I, ENAP, Brasília.

LEÓN, O. D. (2005). Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In: M. V. Freitas (Org.) *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. Ação Educativa: São Paulo.

MANNHEIM, K. (1961). *Diagnóstico de nosso tempo*. Zahar, Rio de Janeiro.

MANNHEIM, K. (1968) O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITO, S. *Sociologia da juventude I*. Zahar, Rio de Janeiro.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. (1996) *Juventud es más que una palabra: ensaios sobre cultura e juventude*. Biblos: Buenos Aires.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. (1998) La constitucion social de la condición de juventude. In: CUBIDES, Humberto et al (Orgs.). *Vivendo a toda: jovens, territórios culturais e nuevas*

sensibilidades. Siglo del Hombre, Bogotá.

MARX, Karl. (2011). O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. Editora Boitempo, 2011.

MISSE, Michel. (2011). “AUTOS DE RESISTÊNCIA”: UMA ANÁLISE DOS HOMICÍDIOS COMETIDOS POR POLICIAIS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (2001-2011).

Disponível em <

<http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/images/R>

[elatorio%20final%20Autos%20de%20Resist%C3%A2ncia.pdf](http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/images/R)>. Acesso em 22 mar. 2016.

NOVAES, R. (2007). *Juventude e sociedade: jogos de espelhos, sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas*. Revista Sociologia Especial, v. 1: Ciência, São Paulo.

PAIM, J.; COSTA, M. C. N. et alii. (1996) *Mortes violentas em crianças e adolescentes de Salvador. Bahia*, Análise e Dados, v.6, n.1, Salvador.

RIBEIRO, Darcy. (1995). *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. 2 ed. Companhia das Letras, São Paulo.

ROCHA, E. (2009) COR E DOR MORAL: Sobre o racismo na “ralé”. In: SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Editora UFMG, Belo Horizonte.

RUA, M. G. (1998) As Políticas Públicas e a

Juventude dos Anos 90. In: CNPD - Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (Org.). *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*. CNPD, Brasília.

SANTOS, G.; SANTOS, M. J. P.; & BORGES, R. (2005) A juventude negra. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. Perseu Abramo: Brasil.

SARAVIA, Enrique. (2006). Introdução à Teoria Política Pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (orgs). *Políticas Públicas*, vol. I, ENAP: Brasília.

SOUZA, Celina. (2006) *Políticas Públicas: Uma Revisão da Literatura*. Sociologias, (UFRGS), v. 8, n.16, Porto Alegre.

SOUZA, Jessé (2003). *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Editora da UFMG, Belo Horizonte.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. (2003) *Juventude e políticas públicas no Brasil*. Revista Brasileira de Educação, v. 24, São Paulo.

THOENIG, Jean-Claude, MENY, Ives. (1985). L'analyse des politiques publiques. In: GRAWITZ, Madeleine; LÉCA, Jean. *Traité de science politique*:

Les politiques publiques. PUF: Paris.

TRASSI, M. L.; MALVASI, P. A. (2010). *Violentamente pacíficos: desconstruindo a associação juventude e violência*. Cortez, São Paulo, SP.

WACQUANT, Loic. (2003). *A aberração carcerária à moda francesa*. Dados – Revista de Ciências Sociais, v. 47, n. 2 Rio de Janeiro.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. (2014). *Mapa da Violência: Os jovens do Brasil*. Brasília.

ZAMORA, M. H. (Org.). (2005). *Para Além das Grades: Elementos para a Transformação do Sistema Socioeducativo*. Edições Loyola/PUC-Rio, São Paulo/Rio de Janeiro.

ANEXOS

ANEXO I: Etapas da implementação do Plano Juventude Viva



JUVENTUDE RURAL E ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE SERRARIA (PB)⁹³

Gustavo José Barbosa⁹⁴

RESUMO: A juventude rural representa uma parcela da sociedade brasileira que vivencia problemas sociais como violência, pobreza, desemprego e falta de acesso à educação. Uma das ferramentas de permanência do jovem no campo é a disponibilização de políticas públicas que garantam um espaço de oportunidades no rural. A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) preconiza nas suas diretrizes que a juventude rural seja um público com acompanhamento sistemático da extensão rural. A EMATER-PB desenvolve ações junto a juventude rural do município de Serraria (PB) que oportunizando o acesso a programas como o crédito rural (emissão de Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP, crédito rural, Garantia-Safra e o fomento do Plano Brasil Sem Miséria) assistência técnica e extensão rural e comercialização da produção através do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) e da Feira da Agricultura Familiar. Na produção agrícola do município destaca-se o plantio de feijão-comum, milho, feijão-fava, mandioca, macaxeira, inhame, banana e citros. Na pecuária a criação de bovinos, suínos,

⁹⁴ Mestrando em Ciências Agrárias (Agroecologia) e Extensionista Rural da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER-PB). E-mail: gustavoufpb@outlook.com

ovinos e aves são as espécies mais destacadas. O acesso as políticas para a juventude rural tem sido um importante passo na sucessão rural pois sinaliza um cenário promissor para o campesinato.

PALAVRAS-CHAVES: Campesinato, sucessão, agricultura familiar.

INTRODUÇÃO

A juventude brasileira apresenta uma série de problemas no campo social como a violência, pobreza, desemprego, dificuldades de acesso a educação, entre outros entraves de inclusão que poderão ser amenizados com acesso de políticas públicas; não obstante todos os percalços acima citados são bem maiores para os jovens camponeses que, paulatinamente estão sendo ouvidos pelo Estado (CASTRO et al. 2013).

Lima et al. (2013) destacam que embora de forma lenta, a questão da juventude campesina vem sendo discutida nas instâncias decisórias do Estado e construídas políticas públicas de acordo com as características e necessidades desta fatia da sociedade. Para Menezes et al. (2014, p. 15) “é central que os jovens, que assim desejarem, possam

permanecer no campo e nas florestas, em condições dignas e com oportunidades equivalentes às dos jovens dos centros urbanos”.

No campo sindical a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) possui uma instância de direção que trata desta demanda, a Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras, responsável por coordenar as demandas desta parcela da população camponesa. Dentre as políticas públicas que a Comissão de Jovens destaca como importantes para consolidação da juventude rural estão: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF – linha Jovem), o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF – linha Nossa Primeira Terra) e o Consórcio Social da Juventude Rita Quadros (CONTAG, 2007).

Wesheimer (2005) identificou 14 denominações diferentes que confluem na definição de juventude do meio rural: alunos rurais, jovens, jovens agricultores, jovens do campo, jovens do interior, jovens do sertão, jovens empreendedores rurais, jovens empresários rurais, jovens filhos de agricultores, jovens rurais ribeirinhos, jovens sem terra, juventude em assentamento rural e juventude escolar.

Com frequência ao tratarmos da temática da juventude do campo somos impelidos a refletir sobre o processo migratório deles do campo para cidade, não obstante como salienta Castro (2009) faz-se necessário aprofundar os motivos que levam os jovens a tomarem esta decisão e por consequência a formação de sua identidade social.

Dentre os problemas que podem determinar a saída do jovem do campo destacam-se falta de atividades que gerem renda, ausência de entretenimentos nas comunidades rurais, indisponibilidade de espaços de ensino, baixo retorno financeiro e tarefas árduas na produção agropecuária (GODOY et al., 2010). Lopes e Carvalho (2015) em pesquisa realizada no Assentamento Vale da Esperança, em Teresina (PI), identificaram que existe uma forte identidade dos jovens com o espaço social onde vivem, denotando um apego pela vivência no rural, apesar de todas as dificuldades enfrentadas.

Metodologia

O município de Serraria (PB) está localizado no Território da Borborema e encontra na produção agropecuária a principal fonte de ocupação e renda da população, com destaque para agricultura

familiar. Peterson et al. (2002, p. 30) tratando da região do Brejo, onde o município está inserido “encontra-se nas cotas mais altas e corresponde a antiga zona produtora de cana-de-açúcar (para rapadura), hoje substituída pela fruticultura (banana, manga, caju, cítricos), pelos cultivos de feijão-de-arranque, feijão-macázar, batata-doce e mandioca, pela pecuária e, em alguns casos, pela olericultura”.

As informações apresentadas neste trabalho são oriundas das atividades desenvolvidas pela Unidade Operativa da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER-PB) do município no tocante a oferta do Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) nos anos de 2011 a 2015.

As ações trabalhadas pela EMATER-PB não são exclusivamente destinadas a juventude rural, mas a um conjunto de beneficiários de políticas públicas para os agricultores familiares em comunidades tradicionais e assentados da reforma agrária, onde também estão inseridos os jovens camponeses.

Desenvolvimento

Com a formulação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (2004) o

Estado passou a olhar com mais clareza para um setor do campo, a juventude rural, com destaque nas diretrizes deste documento:

Viabilizar ações de Ater dirigidas especificamente para a capacitação e orientação da juventude rural, visando estimular a sua permanência na produção familiar, de modo a assegurar o processo de sucessão (BRASIL 2004, p. 7).

Neste contexto o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) organizou ao longo da última década um arcabouço de ações que orientaram as empresas que prestam serviço de ATER. As ações direcionadas a população do campo referem-se a demanda por crédito rural, assistência técnica e extensão rural, comercialização, dentre outras. Assim, destacam-se as políticas públicas trabalhadas pela EMATER-PB no município de Serraria com a juventude rural.

1 – Crédito Rural

1.1 – Emissão de DAP

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) atua em todo o país na oferta de crédito rural. Para ter acesso as inúmeras políticas públicas voltadas para agricultura familiar o cidadão precisa ter a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP).

Dentre as Entidades que possuem habilitação para emissão de DAP no município de Serraria (PB) estão a EMATER-PB e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR). Quando o jovem rural solicita a emissão da Declaração na EMATER-PB do município, o extensionista rural realiza uma visita técnica a propriedade para colher dados que comprovem o enquadramento do agricultor nas normativas do PRONAF.

Logo em seguida a solicitação de emissão da DAP é pautada numa reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) e entregue ao requerente. Destaca-se para a juventude rural a emissão de DAP tipo B, e em menor

quantidade a “Jovem” que é vinculada a Declaração dos pais.

1.2 – Crédito Rural

O crédito rural do PRONAF está estruturado em inúmeras linhas (B, Mais Alimentos, Jovem, Mulher, dentre outros), os jovens do município acessam em sua maioria a linha B através do Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste do Brasil, o Agroamigo, da agência de Solânea (PB).

Destacam-se no município de Serraria a produção de fava (*Phaseolus Lunatus* L.), feijão-comum (*Phaseolus vulgaris* L.), inhame (*Dioscorea Trifida* L.), milho (*Zea mays*), macaxeira e mandioca (*Manihota esculenta* Crantz); na produção animal trabalha-se a bovinocultura de corte, suinocultura, ovinocultura e avicultura. Em geral a produção é destinada ao autoconsumo das famílias e o excedente comercializado quando obtém-se uma colheita satisfatória.

1.3 – Programa Garantia-Safra

O Programa Garantia-Safra destina-se aos agricultores familiares da região Nordeste que produzem em regime de sequeiro feijão, milho e mandioca, dentre outras culturas, e que após terem aderido a programação perderem a produção por estiagem ou excesso hídrico.

Um considerável contingente de jovens rurais, dentre as centenas de inscritos anualmente, estão inseridos no Garantia-Safra cabendo ao extensionista rural da EMATER-PB realizar inscrição e emissão de laudos de verificação de perda.

1.4 – Fomento Rural

A EMATER-PB trabalhou na execução de um contrato com o MDA (039/2012), o Plano Brasil Sem Miséria, que ofertou a 100 agricultores familiares em situação de pobreza extrema, um fomento de R\$ 2.400,00 para investimento em atividades nas Unidades Familiares de Produção (UFP).

Do universo de agricultores contemplados cerca de 15% eram de jovens rurais das comunidades

tradicionais: Alagoinha, Tapuio, Matinha, Salamandra, Pau Barriga, Lagoa do Mato e São Geraldo. Estes jovens participaram de atividades de ATER ao longo de três anos com visitas técnica na UFP's e em atividade coletivas.

2 – Assistência Técnica e Extensão Rural

Um trabalho sistemático foi realizado pela EMATER-PB junto a agricultura familiar, com destaque a participação da juventude do campo: Assistência Técnica Continuada. Este contrato (82/2010) que a Empresa celebrou com o MDA e atendeu a 180 agricultores familiares do município de Serraria entre 2011 a 2014.

Nesta atividade foram trabalhadas o diagnósticos das UFP's, organização sociais, organização para comercialização e transição agroecológica. Estas ações “possibilitaram uma presença sistemática dos extensionistas rurais nas UFP's, e um avanço no processo de empoderamento dos camponeses acompanhados sobre inúmeras políticas públicas voltadas para agricultura familiar” (BARBOSA 2016, p. 4).

3 – Comercialização

No mercado institucional alguns jovens rurais estão comercializando seus produtos através do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) nas Redes Municipal e Estadual de Educação, ofertando a comunidade escolar alimentos saudáveis e de qualidade. Os produtos vendidos no Programa são: banana, inhame, macaxeira, alface, coentro, jerimum e batata doce.

Outro avanço significativo no campo da comercialização foi a criação da Feira da Agricultura Familiar em 2015 articulada pela EMATER-PB, STTR e pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. Os jovens camponeses participam com regularidade das vendas no município acompanhado os pais ou como membros efetivos da feira.

Conclusões

Este conjunto de políticas públicas trabalhadas pelas EMATER-PB e entidades parceiras, embora precisem ser ampliadas, já sinalizam um avanço para

a juventude rural inserida no processo de desenvolvimento rural sustentável e como protagonista de sua história na sucessão do campo.

Um fator de estrangulamento no campo e que ameaça a permanência das famílias nas comunidades rurais é a violência. Se não houver ações dos órgãos de segurança pública que garanta um ambiente pacífico no campo, haverá uma enorme migração dos camponeses para as cidades e a sucessão rural estará ameaçada.

Referências bibliográficas

BARBOSA, G. J. Assistência Técnica Continuada na Agricultura Familiar de Serraria (PB). **Revista Práxis: saberes da extensão**. João Pessoa, v. 4, n. 7, p: 03 – 08, 2016.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA, 2004. 22 p.

CASTRO, A. M. G. de.; LIMA, S. M. V.; SARMENTO, E. P. de M.; VIEIRA, L. F. **Juventude Rural, Agricultura Familiar e Políticas de Acesso à Terra no Brasil**. Brasília: MDA, 2013. 56 p.

CASTRO, E. G de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator

político. **Revista Latino-americana de Ciências Sociais, Niñez y Juventud**, v. 7, n. 1, 2009.

CONTAG. Políticas Públicas: vencendo obstáculos. **Revista da Juventude Rural**, p. 27-29, jul. de 2007.

GODOY, C. M. T.; PÉREZ, F. I. C.; WIZNIEWSKY, J. G.; MORAES, C. dos S. **Juventude rural, envelhecimento e o papel da aposentadoria no meio rural: A realidade do município de Santa Rosa/RS**. In: 48º Congresso SOBER, Campo Grande, 2010.

LIMA, S. M. V.; VIEIRA, L. F.; CASTRO, A. M. G. de.; SARMENTO, E. P. de M. **Juventude Rural: Políticas e Programas de Acesso à Terra no Brasil**. Brasília: MDA, 2013. 184 p.

LOPES, L. G. R.; CARVALHO, D. B. de. Dinâmica Temporal do Assentamento e os Projetos de Vida da Juventude Rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v. 53, n. 4, p: 571-588, dez. 2015.

MENEZES, M. A. de.; STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS, S. B. (Orgs). **Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014. 268 p. (Coleção juventude. Série estudos; n. 1).

PETERSEN, P.; SILVEIRA, L.; ALMEIDA, P. Ecosystemas naturais e Agroecosistemas tradicionais no Agreste da Paraíba. In: SILVEIRA,

L.; PETERSEN, P. SABOURIN, E. (Orgs.). **Agricultura Familiar e Agroecologia no Semi-Árido**: avanços a partir do Agreste da Paraíba. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002. p: 29-32.

WEISHEIMER, N. **Juventudes Rurais**: mapa de estudos recente. Brasília: MDA, 2005. 76 p. (Estudos NEAD; 7)

PROMOÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL NA ADOLESCÊNCIA UTILIZANDO A MÍDIA SOCIAL INSTAGRAM E OUTRAS FERRAMENTAS DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR

Haydée S. Lanzillotti⁹⁵

Maria Elisa Barros⁹⁶

Maria Tereza F. Cury⁹⁷

Ana Lúcia V. Rego⁹⁸

Marcela H. Carvalho⁹⁹

Luna X. Sardinha¹⁰⁰

Victória F. C. Lemos¹⁰¹

Catarina C. R. Macedo¹⁰².

RESUMO: Introdução: A prevalência de excesso de peso vem aumentando progressivamente em adolescentes brasileiros. Dados da POF 2008/2009, demonstraram que a prevalência de sobrepeso/obesidade no Brasil é de 25%, sendo maior para os meninos (27%) quando comparados com as

⁹⁵ Professora do Instituto de Nutrição/UERJ.

⁹⁶ Professora do Instituto de Nutrição/UERJ.

⁹⁷ Professora do Instituto de Nutrição/UERJ.

⁹⁸ Pós-doutoranda do Instituto de Nutrição Josué de Castro da Universidade Federal do Rio de Janeiro (INJC/UFRJ);

⁹⁹ Nutricionista da Policlínica Piquet Carneiro/UERJ

¹⁰⁰ Bolsista de Extensão/UERJ;

¹⁰¹ Bolsista de EIC/UERJ

¹⁰² Aluna voluntária/UERJ

meninas (23%), e, em especial, nas regiões Sul (35%) e Sudeste (32%). O tratamento desta condição é de difícil adesão. As redes sociais podem se tornar excelente ferramenta de educação nutricional e nutrição em saúde pública. Objetivo: Utilizar a mídia social *on line* na customização de práticas alimentares saudáveis. Metodologia: Trata-se de pesquisa de ação, realizada com adolescentes do atendidos no ambulatório de Atenção Básica do Núcleo de Estudo da Saúde do Adolescente. Utilizou-se um aplicativo gratuito *Instagram*, com a conta @grupoamigosuerj, que permite tirar fotos com *smartphones*. As fotos postadas no *Instagram* são simultaneamente postadas no *Facebook* do Grupo. A divulgação dessa ferramenta é feita em todos os contatos com adolescentes e familiares, em atendimento individual, em salas de espera e na própria rede social, que permite *feedback* das informações entre alunos e seguidores para aprimoramento das postagens, acolhimento de sugestões e esclarecimento das dúvidas. Outras estratégias desenvolvidas foram: degustação de produto a base de biomassa de banana verde e chocolate amargo e *stand* de hortaliças e frutas em consonância com o “Programa Cinco ao Dia”. Resultados: 290 postagens 262 seguidores, 3083 curtidas e 80 comentários. Conclusão: A utilização do *Instagram* de forma customizada vem transformando-a em uma ferramenta que pode ser considerada efetiva na disseminação de práticas alimentares saudáveis, dirigida a grupos de interesse.

PALAVRAS-CHAVE: obesidade, adolescente, mídias sociais.

Introdução

A prevalência de excesso de peso aumenta progressivamente, independentemente da faixa etária, do sexo, da renda e da região em que os brasileiros vivem. Em adolescentes, segundo dados da POF 2008/2009, a prevalência de sobrepeso/obesidade no Brasil é de 25%, sendo maior para os meninos (27%) quando comparados com as meninas (23%), e, em especial, nas regiões Sul (35%) e Sudeste (32%) (BRASIL, 2010). A adolescência é um período crítico ao desenvolvimento e permanência dessa condição em virtude da adoção de hábitos alimentares inadequados, irregularidade nos horários das refeições e sedentarismo (WHO, 2012). Não se pode negar, ainda, a constante pressão social, veiculada na mídia, sobre a ditadura do estilo delgado entre os jovens, a qual está na contramão das necessidades reais dos adolescentes que se encontram em plena fase de crescimento e desenvolvimento físico, sexual e psicossocial (WHO, 2012)

Nesta fase, é particularmente difícil conseguir adesão ao tratamento de controle do peso. Estudos têm demonstrado baixa adesão ao tratamento e a influência do estilo parental em relação ao consumo

alimentar de seus filhos (COSTANZO & WOODY, 1985; HILL & WYATT, 2002; BERKEL et al., 2005; HEYMSFIELD et al., 2007). A Estratégia Global de Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde, assinada pelo Brasil durante a 57^a Assembleia Mundial de Saúde, ocorrida em 2004, aponta duas ações necessárias para evitar o risco de doenças não transmissíveis: a alimentação saudável e a atividade física (ESTRATÉGIA..., 2013). Dentre as diretrizes da Política Nacional de Promoção da Saúde, é possível destacar duas de interesse para a estratégia proposta: “Reconhecer na promoção da saúde uma parte fundamental da busca da equidade, da melhoria da qualidade de vida e de saúde” e “Fortalecer a participação social como fundamental na consecução de resultados de promoção da saúde, em especial a equidade e o empoderamento individual e comunitário” (BRASIL, 2010: p.19). Analogamente, nas diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (BRASIL, 2012: p. 25), lê-se: “Promoção da Alimentação Adequada e Saudável”.

Transformar diretrizes da Política Nacional de Promoção da Saúde em práxis requer um conjunto de conhecimentos que vai muito além dos pressupostos de uma alimentação saudável. Exige um fazer conjunto inspirado no poeta Antonio Machado, ou

seja, “*Caminante, no hay camino, se hace camino al andar*”. Edgar Morin (1987) com ousadia sugere que nada é melhor do que arriscar uma mudança de olhar acerca da realidade que nos circunda, uma vez que o autor não aponta um caminho, mas sugere à luz de Machado, que se faça um caminho caminhando.

Acredita-se que este caminho se construa sob o conceito da transdisciplinariedade, de tal forma, que as ligações entre as disciplinas sejam incentivadas fazendo com que sejam axiomáticamente dependentes entre si. Desta forma, estabelece-se um conjunto de práticas propostas por ideias que traz uma nova perspectiva de vida. Sob esta ótica idealizou-se o projeto de Extensão Agentes Multiplicadores de Informações Gerais sobre Obesidade e Saúde - “Grupo AMIGOS”, cujo objetivo é implementar um grupo de apoio interdisciplinar para cuidar de adolescentes obesos, o qual possibilita aos alunos da graduação e da pós-graduação conviver com o problema *in loco* estando em contato com o grupo de interesse.

Atualmente, os adolescentes frequentam e utilizam cada vez mais as redes sociais, as quais possibilitam estratégias para o compartilhamento de informações entre os atores que as integram, podendo se tornar uma excelente ferramenta para a

Educação Nutricional e a Nutrição em Saúde Pública. Na rotina didática da formação dos nutricionistas dificilmente é possível utilizar essas novas tecnologias que permitem aprofundar os conteúdos programáticos previstos nas disciplinas (CORREA, 2013). Na busca de se proporcionar aos alunos uma formação acadêmica mais holística e humanizada, fazendo com que estes interajam com a realidade que os circunda, a qual inclui diferentes atores sociais, propôs-se utilizar a mídia social *on line* na customização de práticas alimentares saudáveis.

Metodologia

Trata-se de pesquisa de ação (THIOLLENT, 2008), realizada com adolescentes frequentadores do ambulatório de Atenção Básica do Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente (NESA) e que participam do projeto de Extensão desenvolvido na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) chamado Grupo AMIGOS - Agentes Multiplicadores de Informações Gerais sobre Obesidade e Saúde. O NESA é um núcleo da UERJ responsável pela atenção integral à saúde do adolescente na faixa etária entre 12 e 20 anos de idade funcionando como

unidade docente assistencial nos níveis de atenção primária, secundária e terciária. A interação entre unidade de ensino, unidade de saúde e sociedade na atenção básica se realiza na Policlínica Piquet Carneiro da UERJ-

Selecionou-se um aplicativo gratuito *Instagram* a partir de novembro de 2014 , com a conta @grupoamigosuerj, que permite tirar fotos com *smartphones* e compartilhar entre amigos que podem curtir e comentar as postagens. As fotos postadas no *Instagram* são simultaneamente postadas no *Facebook* do Grupo. A divulgação dessa ferramenta é feita em todos os contatos com adolescentes e familiares, em atendimento individual, em salas de espera e na própria rede social, que permite *feedback* das informações entre alunos e seguidores para aprimoramento das postagens, acolhimento de sugestões e esclarecimento das dúvidas.

A consolidação da conta do *Instagram* foi efetivada com postagens incluindo a cada dia da semana temas de alimentação e nutrição como, receitas saudáveis (segunda feira); qualidade dos alimentos da receita (terça feira); dia temático conforme o calendário anual (quarta feira); sucos e/ou sopas de acordo com a estação do ano (quinta

feira); substituição de alimentos (sexta feira); informações sobre rotulagem de alimentos (sábado); dietas da moda (domingo). Foi utilizado o *dropbox*, programa de armazenamento de dados, para o compartilhamento de informações entre os membros da equipe. A sua atualização foi feita com referencias bibliográficas referentes aos temas abordados. A avaliação da iniciativa foi realizada pelo monitoramento do número de acessos ao *Instagram* e foram realizadas reuniões semanais para decidir temas a serem postados, e ainda, procura dos subsídios para preparo da postagem, correção do texto e publicação. Paralelamente o projeto desenvolve atividades de educação coletiva e presencial a fim de promover a alimentação adequada e saudável. Destaca-se a degustação de preparações saudáveis e não habituais e apresentação *in loco* de feira hortaliças, pouco aceitas pelo publico jovem em consonância com a Segunda Diretriz da Política Nacional de Alimentação (PNAN) (BRASIL 1012) o “Programa Cinco ao Dia” (INICIATIVA, 2005). A avaliação da feira de hortaliças foi feita pelo número de acertos das diferentes hortaliças expostas.

Resultados e Discussões

Desde a implantação do *Instagram* foram feitas, de forma ininterrupta, 306 postagens. Até maio de 2016 totalizou-se 307 seguidores, 3145 curtidas e 81 comentários. O avanço deste se encontra discriminado na Figura 1.

O número de acessos permite acreditar que investir nas mídias sociais traz, estímulo à criatividade e participação efetiva dos alunos, que necessitam romper com a justaposição de várias disciplinas (multidisciplinaridade) e buscar uma síntese dos conteúdos que permite avançar na democratização do saber nutricional, fundamentado em pressupostos científicos.

Serra & Santos (2003), ao analisar matérias de uma revista *Teen online*, ressaltaram que hábitos e práticas alimentares são construídos com base em determinações socioculturais. Reconhecidamente, a mídia é capaz de construir e reconstruir atitudes frente ao consumo dos alimentos. Ressalta-se a possibilidade do discurso midiático transvestir os discursos científicos, uma vez que é apenas generalizante, descontextualizado, destituído de

identidade, não havendo filtro ou canal para questionar a informação recebida (SERRA; SANTOS, 2003). As autoras vão mais além quando alertam que o profissional de saúde e nutrição não pode estar alheio ao que se passa no mercado midiático, particularmente em se tratando de adolescentes, sob o risco de incorrer numa alienação e num afastamento do público/cliente a quem atende.

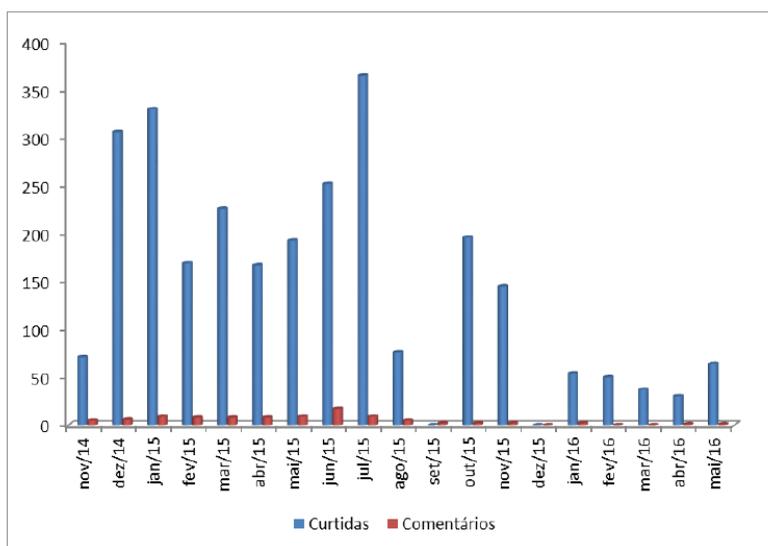


Figura 1- Número de curtidas e comentários acerca do instagram @grupoamigosuerj no período de novembro de 2014 até maio de 2016.

O número de acessos permite acreditar que investir nas mídias sociais traz, estímulo à criatividade e participação efetiva dos alunos, que necessitam romper com a justaposição de várias disciplinas (multidisciplinaridade) e buscar uma síntese dos conteúdos que permite avançar na democratização do saber nutricional, fundamentado em pressupostos científicos.

Serra & Santos (2003), ao analisar matérias de uma revista *Teen online*, ressaltaram que hábitos e práticas alimentares são construídos com base em determinações socioculturais. Reconhecidamente, a mídia é capaz de construir e reconstruir atitudes frente ao consumo dos alimentos. Ressalta-se a possibilidade do discurso midiático transvestir os discursos científicos, uma vez que é apenas generalizante, descontextualizado, destituído de identidade, não havendo filtro ou canal para questionar a informação recebida (SERRA; SANTOS, 2003). As autoras vão mais além quando alertam que o profissional de saúde e nutrição não pode estar alheio ao que se passa no mercado midiático, particularmente em se tratando de adolescentes, sob o risco de incorrer numa alienação e num afastamento do público/cliente a quem atende.

No entanto, não se pode garantir que os hábitos alimentares irão mudar com as informações advindas da mídia. Bandura alerta que “o nível de motivação, os estados afetivos e as ações das pessoas se baseiam mais no que elas acreditam do que do que no que é objetivamente verdadeiro” (2009, p.102). Neste sentido, além do foco em conteúdos de alimentação e nutrição, existem outros tais como, a razão intrínseca de adotar uma alimentação saudável, o aspecto prazeroso da comensalidade e o comportamento assertivo de mudar hábitos alimentares, que são compulsivamente esquecidas por razões da vida moderna. Macedo (1999) esclarece que os temas relacionados à saúde, quando expostos na mídia, não promovem comportamentos saudáveis. Em contrapartida, Beltrán (2001) ao considerar aspectos da comunicação ressalta que a comunicação é fundamental para atuar na preservação da saúde.

A postagem das receitas saudáveis, qualidade dos alimentos das receitas, dia temático conforme o calendário anual, sucos e/ou sopas de acordo com a estação do ano, sugestões de substituição de alimentos, informações sobre rotulagem de alimentos e dietas da moda, podem ser facilmente vistas a partir de *smartphones*, desde que tenha o aplicativo

baixado no aparelho. Para entrar nesta conta o caminho é digitar @grupoamigosuerj.

Em relação a atividades educativas coletivas a escolha por um produto de matéria prima não habitual, prende-se a qualidade nutricional da biomassa da banana verde, com casca, e do chocolate amargo. A banana verde contém grande quantidade de amido resistente, que ao ser fermentado pela microbiota bacteriana no interior do intestino grosso, produz ácidos graxos de cadeia curta, podendo ser considerado, por esta função, como um simbiótico, mesmo na ausência da suplementação com probióticos. O amido resistente ainda melhora o trânsito intestinal, diminuindo o tempo de exposição de substâncias tóxicas com a mucosa. O consumo do amido resistente pode estar associado com o melhor controle de diabetes e ainda favorece a redução dos níveis séricos de colesterol e triglicérides, através do aumento da excreção dos ácidos biliares, a redução na absorção do colesterol total e no aumento dos receptores de LDL (PERUCHA, 2005). A opção pelo chocolate amargo justifica-se por ser um alimento rico em flavonoide com forte ação antioxidante. Revisão sistemática, realizada por Rodrigues (2007), sobre a ação do chocolate e outros alimentos ricos em flavonoides na saúde cardiovascular revelou que

o chocolate foi o alimento, cujos estudos apresentaram maior efeito na saúde, dado a sua melhora do perfil lipídico e menor oxidação do LDL colesterol. O chocolate amargo, contendo no mínimo 50% de massa de cacau, é rico em magnésio, em concentrações de 300mg/100g, suprimindo a quantidade diária deste nutriente, que por sua vez tem ação antagônica ao cálcio, favorecendo o controle da pressão arterial. Chocolates amargos com 70% de cacau ou mais são os recomendados para o tratamento ou prevenção de doenças cardiovasculares. Os chocolates amargos contêm potássio, cloro, fósforo, cálcio, sódio, magnésio, ferro, cobre e zinco e vitaminas A, B1, B2, B3 e E (FOGAÇA, 2016).

O *stand* de hortaliças (legumes e verduras) foi realizado a fim de incentivar o consumo variado destes alimentos a partir das diretrizes do “Programa Cinco ao Dia” (INICIATIVA, 2005). Participaram do evento 92 visitantes incluindo jovens e familiares com idade média de 47,9 anos, variando de 17 a 81 anos, sendo 95,5% sexo feminino e 4,5% sexo masculino. Apenas 13% identificaram corretamente todas as hortaliças. Este indicador de acertos pode ser considerado insuficiente uma vez que aponta o desconhecimento do público alvo sobre os diferentes

vegetais a disposição no mercado. Este desconhecimento vai de encontro à iniciativa da OMS “Estratégia Global de Alimentação, Atividade Física e Saúde” que visa promover e proteger a saúde orientando o desenvolvimento de ações sustentáveis nos níveis comunitário e regional, de forma a contribuir para reduzir as taxas de doenças e mortes relacionadas à alimentação inadequada e inatividade física nas populações. Uma das consequências deste achado é que se pode inferir que não se aproveita a diversidade das hortaliças e a oportunidade de preços mais reduzido encontrados nos períodos de safra.

Os resultados advindos das estratégias eleitas, tanto o *instagram* quanto as atividades presenciais, procuraram adequar a transmissão do conhecimento científico à atualidade da realidade experienciada pelos adolescentes, utilizando a mídia social *on line* na customização da transmissão do conhecimento que pode proporcionar práticas alimentares saudáveis.

O trabalho apresentou uma estratégia de educação nutricional mais apropriada à atualidade dos jovens que vivem o cotidiano de um mundo virtual e apreciam a velocidade com que a informação pode ser alcançada.

A pesquisa ação, eleita como norteadora do estudo, favoreceu as discussões e a produção cooperativa do Instagram voltada para a realidade alimentar e nutricional vivida pelos adolescentes e ainda permitiu a interação entre educadores nutricionais e adolescentes durante as atividades realizadas. O processo educativo foi construído segundo uma proposta de diálogo, na qual o educador nutricional procurou organizar e sistematizar o conhecimento segundo a realidade vivenciada pelos adolescentes, até porque é preciso ter em mente que a adesão ao tratamento da obesidade não se limita a “fazer dieta”. Observou-se que noções básicas sobre o conceito de uma alimentação saudável, fundamentadas em pressupostos científicos, podem contribuir para a promoção de práticas alimentares saudáveis e mudanças de hábitos de vida, que viabilizam a redução da prevalência de obesidade, demonstrado pelo número de acessos crescentes no *Instagram*.

A utilização da mídia social Instagram, de forma customizada, vem transformando-se em uma ferramenta que pode ser considerada efetiva na disseminação de práticas alimentares saudáveis, dirigida a grupos de interesse.

Referências

- BANDURA A., AZZI R.G., POLYDORO S.A. *Teoria social cognitiva: conceitos básicos*. Porto Alegre: Artmed; 2009. p. 102-108.
- BELTRÁN, L.R. La importancia de la comunicación na promoción de la salud. *Mídia e Saúde*. Co-Edição UNESCO, Universidade Metodista de São Paulo, Faculdades Adamantinenses Integradas. 2001: 355-72.
- BERKEL, L. A et al. Behavioral interventions for obesity. *J Am Diet Assoc*, v.105, n.1, p. 35–43. 2005.
- BRASIL. *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008/2009. Antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil. Análise dos resultados*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.
- _____. *Política Nacional de Alimentação e Nutrição*. Ministério da Saúde, Série B. Textos Básicos de Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 84 p.
- CORRÊA, J.D. *O fenômeno Instagram na Nutrição*. 2013. 38 f. Monografia. Faculdade de Ciências da

Saúde- FACES. Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília, 2013.

COSTANZO, P.R.; WOODY, E.Z. Domain-Specific Parenting Styles And Their Impact On The Child's Development Of Particular Deviance: The Example Of Obesity Proneness. *Journal of Social and Clinical Psychology*, v.1, n.1, p. 425-445. 1985.

ESTRATÉGIA global em alimentação saudável, atividade física e saúde. [tradução não oficial realizada pela CGPAN/MS]. Global strategy on diet, physical activity and health. Fifty-seventh world health assembly [monograph on the Internet] [WHA57.17]. Disponível em:

<<http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/ebPortugues.pdf>>. Acesso em 2 de out. 2013.

FOGAÇA, J.R.V. *Composição química do chocolate: Brasil Escola*. Disponível em <http://brasilecola.uol.com.br/quimica/composicao-quimica-chocolate.htm>. Acesso em 13 abr.,2016.

HEYMSFIELD, S.B et al. Why do obese patients not lose more weight when treated with low-calorie diets? A mechanistic perspective. *Am J Clin Nutr*; v.85, n.2, p.346-54. 2007.

INICIATIVA “5 AO DIA” – RIO. Promoção do Consumo de Frutas, Legumes e Verduras: O

Programa “5 ao Dia”. maio, 2005 Disponível em: www.5aodia.com.br. Visitado em 13 de abril 2015.

MACEDO, M. PósCom acolhe comunicólogos na área da saúde. *Comunicação & Sociedade*. 31, 1999: 262-3.

MORIN E. O MÉTODO: a natureza da natureza. 2ed. Portugal: Publicações Europa-América, 1987. 363p.

PERUCHA, V.F.R. Propriedades Funcionais da Banana Verde. *Brazilian Journal of Functional Nutrition*, v.26, p. 59-65, 2005.

RODRIGUES, U.T.F. Revisão sistemática sobre a ação do chocolate, chá, vinho tinto e café na saúde cardiovascular. *Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 36-46, 2007.

SERRA, G.M.A; SANTOS, E. M. Saúde e mídia na construção da obesidade e do corpo perfeito. *Cien Saude Colet*, v.8, n.3, p. 691-701, 2003.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2008. 132p.

WHO (World Health Organization). Social determinants of health and well-being among Young people: health behaviour in school-aged children (HBSC) study: international report from the 2009/2010 survey. WHO Regional Office for Europe. Copenhagen, 2012.

EXPLORAÇÃO SEXUAL DE ADOLESCENTES E JOVENS NA CIDADE DE NATAL/RN: OS DETERMINANTES DESSA EXPLORAÇÃO A PARTIR DA REALIDADE DO PROJETO VIRAVIDA – SESI/RN¹⁰³

Renata Almeida Leão¹⁰⁴

RESUMO: O presente artigo tem o objetivo de analisar a exploração sexual de adolescentes e jovens na cidade de Natal/RN e os determinantes dessa exploração utilizando como exemplo a realidade vivenciada pelos jovens do ViraVida. Embora seja um fenômeno antigo, a exploração sexual amplia-se à medida em que se acirram as expressões da questão social oriundas da investida capitalista. Nesse sentido, entendemos que o fenômeno tem sido funcional ao processo de desenvolvimento do capital. Para fins de elaboração deste artigo, nos apoiamos em reflexões teóricas da área e complementares. Consideramos, portanto, que a exploração sexual está amplamente relacionada a violação dos direitos de

¹⁰³ Artigo produzido para apresentação oral no Ciclo de Estudos em Ciências Sociais (CESO) no ano de 2014, ocorrido na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

¹⁰⁴ Assistente Social pela UFRN. Especialista em Políticas de Atenção à Criança e ao Adolescente pela Unifacex/RN. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais PPEUR/UFRN. Bolsista CAPES. Membro do Observatório da População Infanto-juvenil em Contextos de Violência – OBIJUV/UFRN.

adolescentes e jovens repercutindo diretamente no seu pleno desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVES: Exploração sexual; Determinantes; Questão social; Investida capitalista; Violação de direitos.

1. Introdução

A exploração sexual consiste em um fenômeno que cresce a passos largos na contemporaneidade. Este fenômeno do qual trataremos neste estudo se constitui como um fenômeno antigo, mas com complexidades e particularidades distintas, de acordo com o acirramento das expressões da questão social nas diversas conjunturas históricas.

A motivação para o debate do tema surgiu a partir da experiência de estágio curricular obrigatório realizado no Projeto ViraVida do SESI/RN. O projeto atua no enfrentamento da exploração sexual, resgatando adolescentes e jovens desse contexto, proporcionando-lhes cursos profissionalizantes e oportunidades de emprego. Essa motivação foi o eixo norteador do trabalho monográfico construído após a conclusão do estágio e aponta-se que este artigo é o resultado da síntese de um dos capítulos da referida monografia.

Desse modo destaca-se que a compreensão dos fatores determinantes da inserção na exploração sexual, assim como a observância da ampla relação deste fenômeno com a questão social é de fundamental importância, para que se possa desmistificar concepções equivocadas, individualizantes, culpabilizantes e preconceituosas acerca do assunto visando desenvolver estratégias, políticas e ações de enfrentamento abrangentes e efetivas, que considerem a dimensão econômica, cultural e social que perpassa o cotidiano e as relações familiares desses sujeitos.

Neste sentido, as reflexões mais aprofundadas em torno do assunto apresentado são indispensáveis para subsidiar o debate e apreensão do problema, de modo a constatar que a exploração sexual não está atrelada apenas a violação de direitos, mas também consiste na violação da integridade e do processo de formação e construção de indivíduos que estão em fase peculiar de seu desenvolvimento. Contudo, esta não é uma questão que remete apenas ao respeito, mas também consiste em uma questão de efetivação, de assegurar direitos que na prática, deveriam ser invioláveis, sendo assim concretizados na vida de todo e qualquer cidadão.

Com maior enfoque nas dimensões que abrangem o cotidiano do público que está inserido no contexto da exploração sexual é possível observar que, apesar da significativa complexidade do fenômeno, que é ainda tão pouco conhecido e debatido, este é um problema que está largamente ligado à histórica investida capitalista sobre a sociedade e suas relações, o que trouxe para o convívio social as noções de mercantilização e banalização dos indivíduos.

Evidencia-se, portanto, que não é possível tornar concreta a extinção do fenômeno da exploração sexual sob os marcos da sociabilidade do capital, pois as mais variadas formas de exploração e opressão que vivenciamos são funcionais ao desenvolvimento capitalista. Assim, a elaboração de políticas públicas e a ampliação dos direitos de cidadania são essenciais para o enfretamento a essa situação degradante, na qual se encontram milhares de adolescentes e jovens no nosso país.

2. A experiência de estágio curricular no projeto Viravida e a origem da pesquisa

Neste espaço é pretendido abordar, ainda que brevemente, a experiência de estágio curricular

realizado no Projeto ViraVida SESI/RN, bem como relatar objetivamente a pesquisa inicial, isto é, o trabalho monográfico que deu origem a este texto, considerando os aspectos mais relevantes de ambos, tendo em vista que aqui sintetizamos uma parte da referida pesquisa inicial.

A pesquisa em questão foi construída com o objetivo de conhecer e analisar os determinantes da exploração sexual de adolescentes e jovens na cena contemporânea. Para tanto, foram analisados cinquenta relatórios de entrevistas realizadas no ViraVida¹⁰⁵ com o objetivo de subsidiar e incrementar as informações descritas no decorrer do trabalho monográfico e desmistificar possíveis equívocos em torno da temática da exploração sexual.

A vivência do período de estágio possibilita ao discente a participação ativa do cotidiano profissional. Partindo desse pressuposto, é possível

¹⁰⁵ Os relatórios de entrevistas fazem parte dos procedimentos adotados durante o chamado Processo de Inserção dos adolescentes e jovens no Projeto ViraVida. A partir dessas entrevistas foram elaborados os relatórios que foram utilizados para a construção de um dos capítulos da monografia, o qual deu origem a este artigo. Em 2013 o Processo de Inserção ocorreu nos meses de Janeiro e Fevereiro e foram realizadas 100 entrevistas, produzindo assim 100 relatórios, dos quais analisamos 50 desses relatórios como amostra para a pesquisa.

que o discente possa vivenciar e articular a dimensão teórica obtida no espaço acadêmico, com a dimensão prática, ou seja, com o cotidiano do profissional. É importante salientar que entendemos ser teoria e prática dimensões indissociáveis da formação e exercício profissional. Portanto, inelimináveis.

A riqueza dos conhecimentos obtidos na academia nos possibilita a aproximação qualificada e crítica da realidade que se mostra nos espaços ocupacionais em que se inserem os profissionais. Realidade essa, que nos inquieta e nos convida a querer conhecê-la, investigá-la, haja vista que, não se mostra em todas as suas contradições com um simples “olhar”. É preciso ir além do que está posto, da aparência fenomênica. Assim, foi o processo de incursão no estágio e de aproximação com a temática da exploração sexual. Uma aproximação nem sempre fácil, de muitas leituras, questionamentos, de superação dos próprios limites pessoais e, sobretudo, do rompimento com paradigmas e padrões estereotipados para a análise de determinados contextos.

A experiência no Vira Vida revelou ainda o descaso com que foram e continuam a serem tratados os adolescentes, jovens e crianças no Brasil, por parte do Estado e da própria sociedade, que deveriam

assumir de fato uma postura protetiva para com esse segmento. O que se observa é que são décadas e décadas de negação das condições mínimas de sobrevivência, de pouca ou nenhuma política pública voltada à problemática, de não efetivação dos direitos legalmente instituídos nos dispositivos legais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e outros dispositivos. Assim, em pleno século XXI a exploração sexual se apresenta como um fenômeno crescente que revela cotidianamente as condições de agravamento de um verdadeiro contexto de desumanização e, principalmente, de violação de direitos.

Como exemplo do crescimento desse fenômeno da exploração sexual, na atualidade, podemos mencionar o turismo para fins de exploração sexual e os chamados megaeventos no Brasil, como a Copa do Mundo de 2014, que contribuem para o aumento da incidência de casos dessa exploração, pois atraem olhares de todo o mundo para o país.

Por tudo isso, o capítulo seguinte trata da descrição do que foi possível conhecer com as análises dos relatórios de entrevistas do ViraVida, em seus aspectos abrangentes e subjetivos, elementos de suma importância para a compreensão dos

condicionantes da exploração sexual de adolescentes e jovens na cidade de Natal/RN, inclusive porque os jovens do ViraVida não se diferenciam da grande maioria dos jovens da cidade de Natal/RN e demais cidades brasileiras, considerando a amplitude que a exploração sexual atinge com proporções mundiais.

3. O perfil dos adolescentes e jovens Do projeto Viravida

Antes de iniciarmos a apresentação dos jovens que serão tema principal deste item, julgo pertinente apresentar um breve resumo do conceito de exploração sexual e o que é o Projeto ViraVida.

De acordo com o dossiê do CEDECA – Casa Renascer 2010¹⁰⁶, o abuso sexual, consiste em uma modalidade de violência sexual praticada dentro do contexto familiar, pelos próprios pais, padastros e/ou parentes próximos. Já a exploração sexual consiste no abuso sexual para fins financeiros e tem como intermediário o aliciador, a pessoa que lucra com a

¹⁰⁶ O Dossiê Infâncias Violadas foi produzido em 2010 pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente de Natal – CEDECA Casa Renascer, com casos emblemáticos da instituição. O texto na íntegra está disponível em: http://www.cedecacasarenascer.org/livros.php?_pagi_pg=2.

venda do corpo de meninos e meninas e organiza as formas de aliciamento e cooptação¹⁰⁷.

Nesse contexto, Faleiros (1998) afirma que:

A violência intra-familiar não é em si, determinante do ingresso da criança e do adolescente na rede de prostituição, mas é uma das mais importantes dimensões de vulnerabilização. A rede de exploração comercial está articulada à rede familiar fragilizada pela pobreza e pela violência e por outras formas diferentes de “ruptura da trajetória familiar e social” como desemprego, separação, migração, mortes, disputas (FALEIROS, 1998, p. 12).

O público alvo do Projeto ViraVida é de adolescentes e jovens com idade entre 16 a 21 anos,

¹⁰⁷ A Exploração sexual de crianças e adolescentes não deixa de ser uma modalidade de prostituição, mas deve ser tratada como exploração, pois os envolvidos tratam-se de menores. Além disso, para eles a exploração sexual não viola seus direitos, que muitos nem sabem quais são. E Quanto aos jovens, que já são maiores e por lei estão na prostituição como atividade legalizada, para estes também temos uma exploração, porque acabam de entrar na vida adulta e igualmente desconhecem as violações das quais foram vítimas e continuam a ser.

(salvo algumas exceções de jovens fora dessa faixa etária), que estejam em situação de exploração sexual. O projeto atua proporcionando-lhes a oportunidade de se profissionalizar e posteriormente, encaminha-os para o mercado de trabalho, considerando suas perspectivas de atuação profissional e as demandas do mercado.

A natureza do projeto é privada e está vinculada ao Conselho Nacional do SESI, surgida com base na responsabilidade social empresarial que envolve o Serviço Social da Indústria – SESI, juntamente com diversas parcerias sejam elas de cunho público ou privado, como é o caso de todo o Sistema S, que faz larga parceria com todas as instâncias do ViraVida.

Trata-se com isso, de um projeto de nível nacional, isto é, o ViraVida apresenta sedes em diversas capitais brasileiras, tais como Recife/PE, Salvador/BA e dentre elas está também a cidade de Natal/RN.

Após essa breve consideração sobre a instituição serão apresentados os jovens do ViraVida, sujeitos de nossa investigação. No primeiro momento serão conhecidos os aspectos mais gerais de sua trajetória, que apesar de representarem dados iniciais, não perdem sua importância. Em seguida, trataremos

de apresentar elementos mais qualitativos, embora que saibamos serem insuficientes, para a apreensão das dimensões da exploração sexual.

Sabemos que na conjuntura atual marcada pela crise estrutural do capital, pelo retrocesso no campo dos direitos sociais, pelo acirramento e aprofundamento das desigualdades sociais, nos deparamos com um contexto que congrega fortemente o individualismo, a competitividade, a mercantilização das mais variadas dimensões da vida social e a desestruturação em vários níveis da nossa formação societária e contextos familiares. Características próprias do modelo societário capitalista vigente que, somados às transformações societárias, produzem processos ideológicos de aceitação da ordem, das desigualdades e do autoritarismo presentes nas relações sociais.

A construção dessas concepções é reproduzida pela indústria midiática (propaganda, televisão, rádios) e dissemina, sobretudo entre os jovens, a necessidade do consumo (cidadania via consumo), a competitividade, de modo a agirem massificadamente para a obtenção das “marcas” impostas por esses novos referenciais, isto é, as marcas impostas pela ideologia dominante. Dessa forma, segundo o que expõe Faleiros (1998) os

sujeitos se colocam conforme as marcas que podem portar e não como sujeitos de relações sociais realmente significativas¹⁰⁸.

Desse modo, analisamos que a sociedade do capital acentua a polarização da sociedade em dois grupos distintos, sendo o primeiro composto pelos poderosos, os que possuem recursos financeiros, informação, segurança, educação e o outro, o grupo formado pelos que amargam a pobreza, o desemprego, a falta de informação e de qualificação profissional e esses fatores produzem implicações reais para a complexificação da exploração sexual na atualidade, expressando com isso, a natureza de classes da sociabilidade vigente.

Não podemos afirmar que a pobreza é por si só determinante da exploração sexual, da mesma forma que não podemos incorrer no erro de criminalizar ou responsabilizar os sujeitos pela condição de vida que vivenciam. Temos plena ciência de que as condições materiais das classes trabalhadoras pauperizadas se constitui fator relevante para as crescentes expressões de violência e opressão nas diversas

¹⁰⁸ Por relações sociais realmente significativas entende-se as relações estabelecidas com afeto e outros sentimentos que independam dos interesses e relações financeiras vigentes na sociedade capitalista.

esferas de sociabilidade, incluindo nesse cenário a exploração sexual. Muitas das quais são naturalizadas no cotidiano dos indivíduos desprovidos de alimentação, moradia, renda, educação, proteção, dentre inúmeras outras, revelando assim que este se configura como um problema de classes e não dos indivíduos que as compõem.

Conforme vimos, o público do ViraVida é composto por jovens que tem entre 16 até 21 anos. Identificamos também, que muitos adolescentes procuram o projeto como uma oportunidade que encontram para saírem da situação de exploração, infelizmente, muitos jovens ainda ficam de fora, uma vez que, embora o projeto quisesse inseri-los, não há vagas para todos os que se inscrevem.

Ainda no que remete a faixa etária de idade com que esses adolescentes e jovens são inseridos na exploração sexual, os relatórios acessados demonstraram que 7,31% deles entraram quando tinham entre 12 e 13 anos de idade; 68,29% quando tinham idade entre os 14 e os 16 anos; 24,39% entre os 17 e os 18 anos e 21,95% não esclareceram esses dados. Podemos perceber que grande parte dos jovens entram no circuito da exploração sexual ainda na fase inicial da adolescência (12 e 16 anos),

período da vida em que o sujeito desenvolve sua própria identidade, sua criticidade, autonomia e autoestima.

No que se refere à escolaridade apresentada pelos jovens, geralmente os níveis são baixos e infelizmente, a baixa escolaridade, ocasionada pela educação precarizada, se constitui como um dos motivos de exclusão de jovens no processo seletivo, pois os níveis de escolaridade tem implicações diretas no acompanhamento dos jovens no curso profissionalizante que é disponibilizado pelo projeto. Contudo, a maioria dos jovens do ViraVida encontram-se cursando o ensino médio. Este é um fator positivo, considerando as condições concretas de inserção no ensino público. Entretanto, não são raros os que estão “em atraso com os estudos”. Muitos encontram-se ainda no ensino fundamental, quando deveriam estar no ensino médio ou até já tê-lo concluído.

Mais um indicador importante é o de que o público da amostra a que tivemos acesso é composto, em sua grande maioria, pelo gênero feminino. Em dados reais vimos que 84% são meninas e apenas 16% são meninos. No entanto, não significa dizer que não ocorra a inserção do público masculino, ou que esta não venha aumentando no decorrer dos

anos. Isto porque, os mecanismos de cooptação para ambos os gêneros têm se tornado ainda mais potentes.

Outro aspecto que identificamos a partir da coleta dos dados é a condição de mãe/pai dos/as jovens do projeto. Não raras vezes, esse elemento condiciona a inserção na lógica da exploração, devido ao aumento das necessidades imediatas e outros agravos. Das jovens que fazem parte do projeto, 40% têm pelo menos um filho. Há também algumas jovens já com dois filhos. Foi possível perceber que a gravidez na adolescência ainda é recorrente nos tempos atuais. Chamou-nos atenção o fato de algumas jovens afirmarem já ter engravidado dos “clientes”.

Identificamos em diversos relatórios que, não raras vezes, as jovens mencionam as necessidades do sustento de seu(s) filho(s) como primeiro condicionante ao mundo da exploração, uma vez que, não possuem outras oportunidades de o fazê-lo. Essas jovens também passam a contribuir com as despesas de suas residências. Grande número delas residem apenas com suas mães e seus parceiros (ou apenas pai das crianças), também responsáveis por assegurar o sustento de seu (s) filho (s) não as ajudam com as despesas das crianças. Atentamos

que, se trata do provimento das necessidades mais imediatas, tendo em vista que as jovens revelaram que os valores do programa se situam entre R\$ 30,00 e R\$ 50,00. Valor insuficiente para suprir todas as necessidades materiais e espirituais dessas jovens e suas famílias.

Aliado a esse fator da falta de recursos, a lógica consumista e mercadológica que perpassa as relações sociais capitalistas, também é identificada nas falas dos sujeitos do ViraVida. Alguns relatam o desejo (alimentado pela ideologia capitalista) em obter roupas, sapatos, irem a festas com os amigos, coisas que suas famílias quase nunca podem satisfazer. Almejam portanto, um padrão de vida “incompatível” com a realidade vivenciada. Momentaneamente, a forma mais rápida de alcançá-lo é a exploração sexual.

Para além disso outra característica a ser expressa é que são diversas as localidades de onde estes jovens são oriundos. Mas um fator predominante, é que todos os bairros situam-se na periferia da Cidade do Natal (Mãe Luíza, Felipe Camarão, Quintas, Alecrim, Passo da Pátria, Dix-Sept-Rosado).

Observamos, por outro lado, que seus sonhos/objetivos ficam distantes; a falta de

perspectiva se evidencia nas falas dos adolescentes e jovens entrevistados, o que consiste em um agravante da condição na qual se encontram e que merece maior atenção dos atores envolvidos no enfrentamento e combate à exploração.

4. Os determinantes da exploração sexual de adolescentes e jovens: particularidades do projeto Viravida

Conforme vimos anteriormente, os adolescentes e jovens do ViraVida, majoritariamente, têm baixo nível de escolaridade, moram em bairros periféricos de nossa cidade, e são filhas e filhos da classe trabalhadora pauperizada. Essa situação não se difere da realidade vivenciada pelos demais jovens da cidade de Natal/RN que também estão inseridos na exploração sexual, os quais não conseguem ser abarcados pelo projeto e não recebem do Estado a proteção e o cuidado que deveriam. Significa que, tais sujeitos em nossa cidade estão circunscritos num ambiente de inúmeras necessidades e precariedades, onde as necessidades financeiras, ou seja, as necessidades imediatas de sobrevivência são urgentes

e a sua resolução, passa diversas vezes pela lógica da exploração.

Nesse sentido e, considerando a conjuntura que vivenciamos de exploração da força de trabalho e de acirramento das expressões da questão social, verificamos que as possibilidades desses jovens alçarem grandes voos e, ampliarem os horizontes de suas conquistas são, concretamente, limitadas.

A partir disso, a exploração sexual se configura como uma problemática que merece nossa atenção, bem como uma análise qualificada e profunda. Ainda, a atenção do Estado na elaboração de políticas públicas efetivas que garantam e reconheçam as crianças, adolescentes e jovens das classes trabalhadoras como sujeitos de direitos, porque ao passo em que são negados os seus direitos, o cuidado e a proteção para com este segmento, a exploração sexual passa a ser vista como uma opção e vai sendo viabilizada na vida desses sujeitos, de maneira que enquanto não houverem alternativas capazes de incidirem diretamente nas determinações que favorecem o fenômeno que temos presenciado, as possibilidades de sua extinção tornam-se cada vez mais distantes.

Somados à falta de oportunidade e à ampliação das expressões da questão social, ainda, podemos

identificar nos relatórios de entrevistas realizadas para a inserção dos jovens no Projeto ViraVida, que a imposição de padrões de consumo, elaborados pela ordem societária vigente, é um fator importante para apreendermos as determinações da problemática da exploração sexual nos tempos contemporâneos, tendo em vista que o desejo de “mudar de vida” (expresso em poder de consumo), foi comum a todos os casos aos quais tivemos acesso, isto é, os jovens entrevistados relataram o seu crescente desejo de mudar a realidade em que vivem e o poder de consumo, segundo eles, representa uma espécie de mudança em suas vidas.

Além disso, esse anseio por modificações em seu padrão de consumo também é incrementado pelo desejo de obterem outras oportunidades na vida, ou seja, condições concretas, materiais de acesso a saúde, educação, lazer e trabalho que os possibilite vislumbrar outros horizontes, que não a exploração sexual.

A sociedade capitalista elabora um padrão de vida e consumo e o reproduz por todos os espaços de sociabilidade. Ainda, mercantiliza e coisifica todas as dimensões da vida: nossos afetos, objetivos, nossos corpos. Nesse sentido, entendemos ser a exploração sexual funcional a lógica de acumulação do capital,

haja vista que, mobiliza um mercado milionário e rotas de turismo sexual ao redor do mundo. O Rio Grande do Norte se inscreve nesse movimento e dinâmica do mercado do sexo.

Entendemos que a inserção na lógica da exploração (mulheres e homens) não se trata apenas de uma opção/escolha, é preciso ir além e identificar os meandros, a dinâmica e as contradições que perpassam o fenômeno, que suas determinações estão intrinsecamente articuladas ao processo de desumanização e barbarização da sociedade vigente, que destitui segmentos sociais inteiros das condições mínimas de sobrevivência. Pudemos identificar essa determinação no anseio de mudança expressa pelos jovens do projeto¹⁰⁹.

Muitas vezes a mudança está atrelada aos filhos e famílias: o desejo de se sentirem exemplos, pois como muitas das jovens já tem filhos, não desejam que estes vivenciem os mesmos sofrimentos e dificuldades pelas quais passaram.

Além de vivenciarem cotidianamente, as mais variadas formas de violação de direitos e, portanto, a

¹⁰⁹ Não raras vezes, é devido a não gostarem da vida que têm com a exploração, não se sentem bem com o que fazem, muitos descrevem até que sentem “nojo” de si mesmo e, por isso, desejam ter uma chance de promover uma mudança realmente significativa em suas vidas.

destituição da condição de sujeitos, ainda sofrem com o preconceito e os estereótipos criados e reproduzidos nas relações sociais (cujas marcas centrais são: o conservadorismo, o autoritarismo e o patriarcado) que atribuem concepções equivocadas aos jovens envolvidos na exploração sexual.

Assim, a esse respeito dos estereótipos que a sociedade impõe para os jovens que estão na exploração sexual, muitos deles citam em seus discursos os preconceitos que sofrem, as críticas das quais são alvos constantes, além da exclusão e do constrangimento que passam por parte de alguns amigos, vizinhos e da própria família, que na maioria dos casos, não apoia quando toma conhecimento da realidade de exploração que esses jovens vivenciam.

A inserção na lógica da exploração sexual possui nuances que não são possíveis de enxergarmos apenas com a observação, pois a problemática na sua fase mais visível e imediata não nos dá os elementos substanciais e indispensáveis à sua apreensão. Assim, faz-se imprescindível analisarmos as formas de cooptação/aliciamento desses jovens, uma vez que essa inserção na exploração sexual ocorre diretamente influenciada pelo contexto de vida de cada um dos adolescentes e jovens, pois diversas motivações surgem a partir da

abordagem a respeito do por que de terem adentrado nessa ótica exploratória e a grande maioria delas relacionadas às condições de vida que apresentam.

Majoritariamente, as jovens citaram que quando começaram realizar os programas não tinham a real dimensão do que representaria em suas vidas. Não sabiam com clareza o que significava “*sair com pessoas em troca de dinheiro*”¹¹⁰, mas que, com o passar do tempo e, não identificando outras formas de sobrevivência, acabaram por naturalizar a situação, haja vista que, as necessidades imediatas da vida precisam de respostas também imediatas.

Nos dados coletados, cerca de 48% das jovens iniciaram sua incursão na exploração sexual influenciadas por pessoas conhecidas (geralmente amigas¹¹¹) que já faziam programas e as apresentavam aos possíveis clientes. As formas são diversas, festas, encontros combinados, contatos. Outras eram apresentadas a aliciadores, nestes casos, eram eles que faziam os contatos, os acordos

¹¹⁰ A expressão em destaque foi observada inúmeras vezes durante o processo de entrevistas com os jovens do ViraVida, o qual acompanhei na condição de estagiária da instituição e isso também se refletiu em alguns dos relatórios analisados para a formulação deste trabalho.

¹¹¹ Leal e Leal (2005) mencionam as mulheres que exercem funções de aliciadoras e afirmam que nem todas tem consciência de que de fato estão realizando uma espécie de aliciamento.

necessários e agendamentos ficando com parte do montante requerido pelo programa.

Não raras vezes, meninas e meninos são envolvidos com o discurso do “dinheiro que era fácil¹¹²” e rápido, o que torna atrativo a primeira vista. Contudo, esse discurso, esconde a face cruel e perversa da exploração: sofrem as mais diversas formas de agressões, vivenciam inúmeras situações igualmente perigosas que põem em risco suas próprias vidas, são humilhadas, e muitas são obrigadas pelos clientes a usarem drogas¹¹³, sob coerção e ameaças constantes¹¹⁴. Este é portanto, um

¹¹² Expressões utilizadas pelos/as aliciadores para envolver as jovens na rede de exploração sexual. Não podemos esquecer que vivemos num mundo capitalista, no qual as relações sociais são cada vez mais coisificadas e reduzidas a aspectos materiais, de modo que o “mercado do sexo” consiste em uma atividade significativamente lucrativa e por isso tem a capacidade de promover a circulação de milhões em dinheiro, por isso o dinheiro pode ser considerado por essas jovens como algo “fácil e rápido”.

¹¹³ Algumas jovens mencionam o envolvimento com drogas. Algumas a dependência é posterior a inserção na exploração sexual, outras a dependência é anterior e se constitui como porta de entrada.

¹¹⁴ Houveram casos acessados em que os jovens revelaram que faziam uso de drogas, bebidas para suportarem a pressão pela qual passavam quando estavam nas ruas realizando programas, pois precisavam permanecer acordados por muitas horas durante a noite e o uso de tais substâncias auxiliava significativamente neste aspecto, inclusive pelo fato de que quando estão nas ruas, normalmente estão acompanhados de grupos, onde

fenômeno que está fortemente atrelado a um outro, que é o da exacerbação da violência.

De acordo com Leal (1999), a exploração sexual consiste em uma construção social reveladora de práticas, atitudes, comportamentos e ideias que demonstram total desconhecimento das questões mais elementares relativas aos direitos humanos e dissemina a dominação do homem sobre a mulher e também a dominação dos mais poderosos sobre os mais despossuídos. Para a autora, esta troca de favores sexuais é capaz de transformar a pessoa prostituída em produto de consumo, que se organiza a partir da oferta e da demanda.

Ainda nessa direção da mercantilização, vimos que há os jovens que possuem clientes fixos, que saem para a realização de programas diariamente e que, inclusive, são os clientes que procuram e agendam os encontros entre eles. Para estes jovens existe uma perspectiva de renda fixa mensalmente, devido à média de programas semanais que realizam. Entretanto, existem os jovens que não possuem clientes fixos, que não desempenham atividade sexual remunerada diariamente. Estes realizam

muitos jovens também faziam uso dessas substâncias químicas e influenciavam uns aos outros.

programas de acordo com a sua necessidade financeira e há medida em que surgem clientes interessados, por isso não possuem uma perspectiva de renda fixa por mês, de acordo com a sazonalidade dos programas.

Outro fato importante que identificamos ao analisarmos os relatórios, se refere ao fato das famílias terem ou não conhecimento sobre a inserção das jovens na exploração sexual. Do total de entrevistas analisadas, 52% das jovens entrevistadas afirmaram que pelo menos um dos membros de suas famílias tinham conhecimento do que ocorria com as mesmas. Outras 26% alegam que seus familiares desconhecem. Expressam que sentem “vergonha” e por essa razão e/ou medo de sofrerem represálias ou preconceito preferem ficar caladas. E, 22% não forneceram essa informação.

Muitas jovens relataram em seus discursos que a situação familiar tornou-se estremecida, ou agravada após a descoberta sobre a atividade sexual remunerada, chegando, em alguns casos, ao rompimento completo do vínculo familiar, uma vez que as famílias, em geral, não admitem que as jovens exerçam esse tipo de atividade para auxiliar nas despesas.

Um outro aspecto de suma importância é a problemática do abuso sexual, pois alguns relatórios revelaram que houveram tentativas de abuso sexual por parte dos pais, padrastos, tios. Em alguns casos as tentativas foram frustradas e em outros foram consumadas, ocasionando traumas que persistiram até os dias atuais, de maneira que era possível perceber o medo e as consequências traumáticas desses atos durante as entrevistas dos jovens ao ViraVida e, conforme vimos no primeiro capítulo deste trabalho monográfico, o abuso sexual não é por si só determinante para a exploração sexual, mas apresenta-se como uma “porta de entrada” para tal atividade, devido ao nível de violações e transtornos já sofridos por estes jovens.

Segundo Faleiros (1998), o abuso sexual não determina necessariamente a inserção da criança ou do adolescente na rede de prostituição, mas por se tratar uma importante dimensão de vulnerabilização acaba se tornando uma espécie de porta de entrada para o ingresso na exploração sexual. Atrelada, sobretudo, as condições de vida e sobrevivência e as redes de aliciadores extremamente articulados que desenvolvem estratégias constantes de cooptação desse segmento.

Corroborando com o autor, Leal e Leal (2005) mencionam os quadros situacionais difíceis das famílias destas jovens, onde ocorre a presença constante de índices de pobreza, vulnerabilidade, fragilização das relações familiares impulsionadas por violência, maus tratos, negligência, abandono, dentre outras formas de desproteção. Desse modo, as autoras afirmam que não devemos considerar apenas a dimensão financeira que cerca o contexto da exploração sexual, pois há os casos em que o cenário familiar, também se configura como um fator de peso na inserção destas jovens na exploração sexual, pois agrava essa conjuntura de fragilidades e vulnerabilidades existente, como uma espécie de resposta impulsionada por sua condição de vida extremamente precária.

5. Considerações finais

Diante do exposto conclui-se, portanto, que também é importante o investimento no aparelho repressivo/punitivo e nos aspectos normativos, enquanto uma dimensão para a construção uma sociedade mais igualitária, que possa proporcionar aos seus sujeitos uma verdadeira universalização e ampliação de direitos, garantindo justiça e equidade,

favorecendo melhores condições de vida para a população, minimizando assim, a barbárie que estamos vivenciando constantemente.

Salientamos que entendemos os limites das políticas sociais no bojo da sociedade burguesa. Entendemos que para a superação das forças de exploração e opressão, dentre as quais, situamos a exploração sexual, só é possível a partir da construção de uma nova sociabilidade para além da propriedade privada. Contudo, não podemos negligenciar a importância, nesse momento histórico, das políticas públicas no enfrentamento as demandas das classes trabalhadoras.

Os níveis de investimentos do governo brasileiro com as políticas públicas não tem se mostrado suficientes para diminuir os índices de pauperização das famílias trabalhadoras. Ainda, que os índices apontem para uma diminuição da miséria, não significou, a redução da concentração de renda e propriedade privada no nosso país, ou seja, as desigualdades sociais mantêm-se de forma acentuada e complexificam-se no contexto de crise do capital e desregimentação do Estado.

Há nos dias de hoje a necessidade latente de haver uma reconstrução e reafirmação da capacidade que o Estado tem para lidar com os “deslocamentos

provocados pela redução de despesas do Estado na área social e urbana e pela imposição do trabalho assalariado precário como nova norma de cidadania” (Wacquant (2007) apud Lolis e Alapanian (2012), ao invés de promoverem uma ocultação da realidade.

Na conjuntura da exploração sexual, essa reconstrução por parte do Estado se expressa na mudança do padrão de investimento na política social, mudanças nas condições precárias de trabalho que são arbitrariamente impostas, o reconhecimento dos indivíduos sociais enquanto sujeitos de direitos, dentre inúmeras outras mudanças que necessitam ser implantadas.

Referências

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069, de 13 de Julho de 1990. Brasília, 1990.
CEDECA, Casa Renascer. Infâncias Violadas: Casos Emblemáticos que Retratam a Realidade do RN. Elaboração: Núcleo de Estudos e Pesquisas do CEDECA Casa Renascer/RN. 1ª ed. Casa Renascer, 2010.

DIÓGENES, Glória. **VIRAVIDA**: Uma virada na vida de meninos e meninas do Brasil. Brasília/DF: SESI, 2010.

FALEIROS, Vicente de Paula. A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário. In: **Indicadores de violência intra-familiar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes**. Relatório final da oficina. Brasília/DF: CECRIA, 1998.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. **A Exploração Sexual Comercial de Meninos, Meninas e Adolescentes na América Latina e Caribe (Relatório Final – Brasil)**. Brasília: CECRIA, IIN, Ministério da Justiça, UNICEF, CESE, 1999.

LEAL, Maria Lúcia Pinto; LEAL, Maria de Fátima Pinto. **Tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial**: um fenômeno transnacional. Lisboa, Portugal: SOCIUS, 2005.

LEÃO, Renata Almeida. **Exploração sexual de adolescentes e jovens na contemporaneidade**: análise das determinações da exploração a partir da experiência no Projeto ViraVida SESI/RN. Natal, RN, 2013. 79f.

LOLIS, Dione; ALAPANIAN, Silvia. A barbarização das relações sociais no Brasil: a crise mundial e a criminalização da pobreza. In: **Políticas Sociais: percursos e desafios interdisciplinares**. São Paulo: Terracota, 2012.

PROJETO VIRAVIDA – SESI/RN. Relatórios de entrevistas do Processo de Inserção do ano de 2013. Natal, 2013.

A ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AOS ADOLESCENTES NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: REVISÃO INTEGRATIVA

Tammy Lucieli Diniz Silva¹¹⁵

RESUMO: A adolescência é conhecida por uma fase de intensas descobertas e desafios para o indivíduo, sendo por isso que o jovem principia esquadrinhar o mundo à sua volta, apregoando seus sentimentos e duvidas, tendo estas atitudes positivas ou negativas. Quando este equilíbrio recai negativamente precisam-se tomar providências quanto aos riscos a sua saúde. Neste contexto a Atenção Primária a Saúde – APS, destaca-se como lócus privilegiado, com a responsabilidade de executar ações de proteção a vida , promovendo saúde e prevenindo doença por meio da Estratégia de Saúde da Família. A partir desse olhar buscou-se, por meio estudo descritivo de abordagem qualitativa, do tipo revisão integrativa, verificar na literatura a assistência de enfermagem ao adolescente na AP. Para o levantamento dos dados, utilizou-se onze trabalhos científicos publicados entre os anos de 2008 e 2014 em periódicos científicos indexados nas bases de dados da Biblioteca Virtual da Saúde. Com base nos resultados observou-se que a assistência prestada ao adolescentes é principalmente baseada na educação em saúde voltadas para temas ligados a sexualidade e prevenção de uso

¹¹⁵ É bacharel em Enfermagem pela Faculdade Santa Terezinha, São Luís-MA. Defendeu sua monografia tendo como orientador o Professor José Adailton Roland Diniz

de drogas e outras vulnerabilidades ligas a idade. Destacam-se ainda criticas a implementação incipiente da Política de Assistência a Saúde do Adolescente, , além de apontar a necessidade de aprimoramento por parte dos profissionais que compõem a equipe de saúde da Família. Além disso, o enfermeiro é apontado como essencial nas ações da Atenção Primária, para uma abordagem direta e acolhedora com o adolescente, especialmente como educador, podendo aproximar o adolescente para o acompanhamento de sua saúde ocasionando a prevenção de morbimortalidade nesta fase.

Palavras-chaves: Adolescente. Cuidados de Enfermagem. Atenção Primária à Saúde.

1 introdução

A adolescência compreende uma fase de intensas transformações e descobertas que afetam os aspectos físicos, hormonais, cognitivos, sociais, culturais e emocionais. Uma fase turbulenta, conflituosa e conturbada, que corresponde ao período de construção da identidade, que sofre influência da cultura e sociedade em que o mesmo está inserido. O período da adolescência é marcado por diversos fatores, mas, sem dúvida, o mais importante é a tomada de consciência de um novo espaço no mundo, a entrada em uma nova realidade que produz

confusão de conceitos e perda de certas referências. (NEVES, 2014)

O enfermeiro é um profissional com simples ingresso na comunidade, especialmente como educador, podendo aproximar o adolescente para o acompanhamento de sua saúde ocasionando a prevenção de morbimortalidade desta fase. (BRASIL, 2008).

Entende-se como Atenção Primária de Saúde (APS) um “nível de atenção à saúde, representado pelos serviços de primeira linha, como clínica médica, pediatria e tocoginecologia, que são de caráter ambulatorial e constituem a “porta de entrada única” do sistema de saúde distritalizado. (REY, 1999).

A APS forma a base e determina o trabalho de todos os outros níveis dos sistemas de saúde, promovendo a organização e racionalização da utilização dos recursos, tanto básicos como especializados, direcionados para a promoção, manutenção e melhoria da saúde. Assim, a APS é aquele nível do sistema de saúde que oferece a entrada do usuário para todas as novas necessidades e problemas, fornecendo atenção sobre a pessoa (não direcionada para a enfermidade), no decorrer do

tempo e para todas as condições. (STARFIELD, 2002).

Como parte do contexto assistencial das famílias estão inclusos os adolescentes com todas as suas peculiaridades relacionadas ao seu momento singular de desenvolvimento. Daí a importância de conhecer as ações assistenciais desenvolvidas junto aos adolescentes na Atenção Primária.

No capítulo 2, conceituou-se adolescência, classificando-a, bem como trazendo informações sobre o desenvolvimento físico e psicossocial, sua vulnerabilidade e assim também sobre a sua saúde.

No capítulo 3 elucidou-se alguns aspectos da Atenção Primária: definição, o papel da enfermagem, as políticas públicas a ela atinentes, bem como seu programa de saúde para o adolescente.

Já o capítulo 4 descreve a metodologia utilizada: trabalho metodologia bibliográfica, do tipo revisão integrativa.

No capítulo 5 descreveu-se os resultados.

O capítulo 6 tange as considerações finais, que soluciona a problemática e aponta alguns pontos marcantes da pesquisa.

Este trabalho tem por motivação satisfazer o desejo de ampliar os conhecimentos sobre a temática, ampliando através do conhecimento, a construção de

estratégias e ações que auxiliem na saúde dos mesmos, bem como a assistência de enfermagem voltada a eles na atenção primária, respondendo a seguinte questão: qual a assistência de enfermagem ao adolescente na Atenção Primária?

Dessa forma, este trabalho visa verificar na literatura a assistência de enfermagem ao adolescente na atenção primária.

2 referencial teórico

2.1 Conceito de adolescência

Etimologicamente, o termo "adolescência" vem do latim *adolescere*, em que *ad* significa "para" e *olescere* significa "crescer", estando implícito que é um processo de desenvolvimento e crescimento que envolve mudanças. Com as grandes transformações ocorridas nessa fase, surgem diversas características e peculiaridades, como alterações na relação de dependência com a família, escolha de um projeto de vida, inserção no mercado de trabalho, além de importantes mudanças físicas e mentais, articuladas a uma reorganização de identidade e papéis sociais. Em decorrência dessas características, que podem acarretar grandes mudanças no comportamento dos

adolescentes, percebe-se o quanto essa fase deve ser valorizada e tratada de modo especial, pois é um grupo de grande vulnerabilidade, com distinta exposição a fatores de risco que podem resultar em algum tipo de problema. (HENRIQUES; ROCHA; MADEIRA, 2009).

De outra parte, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu art. 2º, estabelece que criança é “[...] a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade”. (BRASIL, 1990).

Ao passo que Schoen-Ferreira et al. (2010), traduzindo pensamento da Organização Mundial da Saúde (OMS), dizem que a adolescência é definida como um “período biopsicossocial que compreende, a segunda década da vida, ou seja, dos 10 aos 20 anos e que se inicia com as alterações corporais da puberdade e termina com a inserção social, profissional e econômica na sociedade adulta”.

Diz-se também que a adolescência é uma construção sócia histórica cujas manifestações são fortemente influenciadas pelos fatores socioeconômicos, políticos e culturais onde o adolescente vive”. (BRASIL, 2013).

De outro lado, Aberastury e Knobel (1981 apud SANTOS, 2011, p. 27), afirmam que:

[...] na adolescência, o indivíduo deixa de ser criança, mas ainda não é um adulto; enfrenta mudanças em suas relações com pares, pais e consigo mesmo, que acarretam luto pelo corpo, pela identidade e pelos pais infantis. As mudanças que ocorrem em seu corpo levam os adultos em geral, especialmente os pais, a mudar seu comportamento com ele, podendo ocorrer um distanciamento físico, quando o colo e o abraço podem ser incômodos para o “novo” corpo e para o adulto, que passa a evitar contatos mais íntimos.

Como se vê da transcrição supra, é no período da adolescência que a pessoa deixa de ser criança, não, sendo, porém, ainda adulto. Ou seja, é nesta fase que tem início diversas transformações no se corpo e na sua própria maneira de comportar diante dos outros indivíduos, começando, inclusive, a fase de afastamento dos pais por não se considerarem mais crianças e, portanto, não merecem mais os cuidados dos pais antes a eles dedicados. (SANTOS, 2011)

Salienta-se que nos ensinamentos de Moreira (2008) [...] a adolescência é a fase que se inicia no final da infância e termina no início da fase adulta, é

uma transição, caracterizada por inúmeras mudanças em vários níveis, tais como: físico, mental e social. Uma etapa marcante par o sujeito em transformação, tal qual o distanciamento das brincadeiras e despreocupações, mudanças de comportamento, perdas de privilégios, infantis e ganhos de responsabilidades e deveres, o preparando para a vida adulta, além de um estado de semi independência em relação aos pais. A adolescência faz parte da condição humana. É uma fase confusa de contradições onde o indivíduo encontra-se em busca da sua identidade e autoestima.

Assim, uma série de desafios emerge durante a adolescência, que é um período de transição entre a infância e a fase adulta que se estende dos 13 aos 18 anos de idade. (DAVIDOFF, 2012, p. 464).

E essa transição significa “crescer para a maturidade” e é considerado o processo psicológico, social e maturacional iniciado pelas mudanças púberes. O crescimento somático e o desenvolvimento de habilidades psicomotoras se intensificam e os hormônios atuam intensamente levando a mudanças relevantes de forma e expressão, tais como as mudanças biológicas, psicossociais, cognitivas, morais e, até mesmo espirituais. (LIMA; RODRIGUES; COSTA. 2014).

Vários critérios podem ser utilizados para delimitar a adolescência, dentre eles a idade cronológica, as fases do desenvolvimento físico e as características psicológicas e sociais. “Mas se deve ressaltar que a adolescência não pode ser analisada com ênfase somente em um aspecto, pois todos são fundamentais nesse ciclo da vida”. (HENRIQUES; ROCHA; MADEIRA·2010).

2.2 Classificação da adolescência

A adolescência recebe três classificações, (CHIPKEVITCH, 1998 apud FIGUEREIDO, 2003, p. 45) são elas:

Adolescência inicial: (retirar sublinhado de todos) compreendida entre os 10 a 13 anos, é quando se inicia o processo da puberdade, também chamada de fase hormonal, caracterizada pelo comportamento que expressa dúvidas, incertezas, curiosidades, raciocínio ainda concreto, autoerotismo e a formação de grupos unissexuais.

Adolescência média: compreende a idade entre 14 a 16 anos, nesta fase os grupos tornam-se heterossexuais, a imagem corporal consolida-se marcada pela insatisfação, os pais são afastados, tem

preferências pelos amigos, pensamento abstrato, namoros e experiências sexuais.

Adolescência final: corresponde a idade entre 17 e 20 anos, estabilização da identidade, da ideologia pessoal e da autoimagem, as relações tornam-se mais profundas significativas, a opção profissional torna-se necessária, prevalecendo o relacionamento a dois em relação ao grupo, ampliando-se os interesses, o idealismo e o altruísmo.

2.3 Desenvolvimento físico e psicossocial

A puberdade engloba o conjunto de modificações biológicas que transformam o corpo infantil em adulto.

Desse modo, a puberdade é constituída pelos seguintes padrões: crescimento físico: aceleração, desaceleração, até a parada do crescimento (2º estirão); maturação sexual; desenvolvimento dos órgãos reprodutores e aparecimento dos caracteres sexuais secundários; mudanças na composição corporal; desenvolvimento do aparelho respiratório, cardiovascular e outros, considerando assim a puberdade como parâmetro universal e semelhante em qualquer indivíduo. (REATO, SILVA E RANNÃ, 2006).

Na adolescência, as mudanças no aspecto emocional são relevantes para o desenvolvimento de fatores como autoestima e autocrítica e, por sua vez, essas características influenciam nas decisões dos adolescentes sobre sua saúde. Nessa fase, o indivíduo interage com o mundo a sua volta de forma mais independente, porém com menos responsabilidades que os adultos e se vê em uma situação onde não pode mais agir como criança, mas não possui autonomia total sobre sua vida. (LIMA; RODRIGUES; COSTA, 2014).

Em relação aos aspectos emocionais, a ambivalência de sentimentos torna o adolescente vulnerável aos diversos tipos de riscos à sua saúde física, emocional e social. Neste período, o indivíduo ainda não alcançou sua maturidade psicológica. É uma fase onde ocorre a necessidade de percorrer um longo caminho em busca da organização interior para chegar ao autoconceito. (FERNANDES; FERREIRA; CABRAL, 2010).

Para Erikson (1972 apud SANTOS, 2011, p. 28) a identidade é um processo psicossocial, que preserva algumas características essenciais, mas, que de maneira geral se modifica no tempo, de acordo com os desafios que cada fase do desenvolvimento apresenta [...]; cada período apresenta uma crise, ou

seja, um momento em que as respostas não mais atendem às necessidades frente aos desafios que se apresentam, e que é preciso estabelecer novas maneiras de se colocar diante das dificuldades e das tarefas a serem realizadas. Concentra-se a atenção na crise da identidade manifesta durante a adolescência, porém, ela é uma continuidade no processo de desenvolvimento, que obriga a resolver várias crises, desde o nascimento.

Na infância os amigos eram preferencialmente do mesmo sexo e os grupos eram formados com maior influência dos pais como consequência dos ambientes que os filhos eram levados a frequentar, como o clube, os centros religiosos, a comunidade onde moravam e a escola, por exemplo. Com o passar do tempo, os próprios adolescentes começam a escolher as pessoas com as quais querem passar a maior parte de seu tempo livre, na maioria das vezes outros adolescentes. Os primeiros grupos são do mesmo sexo, na parte inicial da adolescência, e aos poucos se tornam mistos, com adolescentes de ambos os sexos. (SANTOS, 2011).

O sentimento de ser um estranho no próprio corpo é compartilhado com outros adolescentes, nos grupos, onde existe maior identificação e o jovem se sente acolhido e seguro, na maioria das vezes. Em

alguns casos a identificação no interior do grupo é tão intensa que ao jovem parece impossível separar-se do grupo, além de sentir que pertence mais ao grupo que à sua própria família. Mesmo nos casos em que as atuações do grupo e suas decisões podem ser opostas às dos pais, de modo que o adolescente pode participar desse grupo como uma maneira de tentar diferenciar sua identidade da dos pais, num período em que luta para ser independente, mas no qual os pais ainda desempenham papel muito importante em sua vida. (ABERASTURY, 1981 apud SANTOS, 2011)

Constata-se que há uma gama de elementos que exerce influência direta no comportamento e no desenvolvimento dos adolescentes, os quais devem ser considerados em qualquer pesquisa ou discussão sobre o tema. Deve-se destacar, também, que a adolescência é uma fase do desenvolvimento humano tão importante como qualquer outra. A compreensão do desenvolvimento psicológico emocional dos adolescentes é de grande relevância para os profissionais de saúde, pois dará subsídio para o entendimento do comportamento dessa população, que, mesmo sendo um grupo heterogêneo e multifacetado, possui características em comum que

devem ser levadas em consideração. (HENRIQUES; ROCHA; MADEIRA, 2010).

2.4 Vulnerabilidade da adolescência

Nos últimos anos, a noção de vulnerabilidade de crianças e adolescentes vem sendo mais empregada, expressando distintas perspectivas de interpretação nos meios acadêmico e governamental. Na América Latina, a noção de vulnerabilidade social é recente, foi desenvolvida com o objetivo de ampliar a análise dos problemas sociais, ultrapassando a referência à renda ou à posse de bens materiais, para incluir a população em geral. Desta forma, pode-se dizer que esta noção está relacionada às concepções do estado de bem-estar social, cuja intervenção muitas vezes acontecia baseada no cálculo e na possibilidade de prevenção dos riscos. Não obstante, a percepção do risco social tem se modificado ao longo dos anos, contando que foi construída com base na identificação da questão social ou de um problema de disfunção familiar, passando a ser interpretada como uma questão de relacionamento. Assim, a situação começa a ser analisada tomando como ponto de partida a interação social. (BRÊTAS et al., 2009).

É de se destacar que:

A sexualidade é uma dimensão fundamental de todas as etapas da vida de homens e mulheres, envolvendo práticas e desejos relacionados à satisfação, à afetividade, ao prazer, aos sentimentos, ao exercício da liberdade e à saúde. A sexualidade humana é uma construção histórica, cultural e social, e se transforma conforme mudam as relações sociais. No entanto, em nossa sociedade, foi histórica e culturalmente limitada em suas possibilidades de vivência, devido a tabus, mitos, preconceitos, interdições e relações de poder. Para adolescentes e jovens, esta dimensão se traduz em um campo de descobertas, experimentações e vivência da liberdade, como também de construção de capacidade para a tomada de decisões, de escolha, de responsabilidades e de afirmação de identidades, tanto pessoais como políticas. A sexualidade se destaca como campo em que a busca por autonomia de projetos e práticas é exercida de forma singular e com urgência próprias da juventude (ORGANIZAÇÃO DAS

NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO,
A CIÊNCIA E A CULTURA, 2003).

Um fato marcante na adolescência, em nossa sociedade, é o início prematuro da vida sexual, contribuindo para o aumento da suscetibilidade de infecção pelas DST como também uma gravidez indesejada, fato ainda mais preocupante quando relacionada à maternidade precoce. Pelas diversas formas de comunicação possíveis, como, por exemplo, diálogos, mídia, folder, fórum de discussão, é importante explicar aos adolescentes, os que possuem vida sexual ativa ou não, a necessidade do uso de preservativo nas relações sexuais. (BEZERRA; PINHEIRO; BARROSO. 2008).

É ainda o momento em que as drogas se fazem mais hodierno. Estudos agregam fatores socioeconômicos e envoltura familiar como fatores de risco para o consumo de álcool e outras drogas. Múltiplos fatores se integram ao excesso de álcool na juventude, começando pelos ares sócio históricos, como o desenvolvimento e a urbanização de décadas atuais. (SADOCK, 2012).

Por ser um período marcado de vulnerabilidades, uma vez que é uma etapa da vida com conflitos em âmbito social, psicológico, físico,

entre outros. A descoberta do prazer sexual muitas vezes se dá nessa época, quando há a necessidade de ações de educação em saúde para orientar esses adolescentes sobre os riscos de contaminação com doenças sexualmente transmissíveis. (BEZERRA; PINHEIRO; BARROSO. 2008)

O uso de drogas ilícitas, sendo a *cannabis* o indicador mais forte de uso de cocaína. Também é rotineiro o uso de inalantes no começo da adolescência em relação ao seu termino. Em outras palavras há um agravante na dependência e abuso de substancias, intoxicação e abstinência de drogas lícitas e ilícitas na classe adolescente. (SADOCK, 2012).

Nessa fase o indivíduo interage com o mundo a sua volta de forma mais independente, porém com menos responsabilidades que os adultos e se vê em uma situação onde não pode mais agir como criança, mas não possui autonomia total sobre sua vida. Nesse impasse, os adolescentes acabam adotando atitudes de risco para sua saúde e integridade física. Os adolescentes expressam um sentimento de imortalidade e não demonstram preocupação com as consequências futuras de seus atos em relação à saúde, ou a qualquer outro aspecto de suas vidas. Por isso, adotam atitudes como uso de drogas lícitas e

ilícitas e manutenção de atividade sexual desprotegida e com múltiplos parceiros aumentando sua exposição às doenças infectocontagiosas e outros agravos. (LIMA; RODRIGUES; COSTA, 2014).

O convite dos elementos de comunicação incita o uso de drogas lícitas, como álcool e tabaco, bem como a concordância social e aprovação familiar para o dispêndio destas, semelha creditar em seu emprego o conceito de rito de passagem para a existência adulta. Instigam a entrada dos adolescentes a essas substâncias, como ampla disponibilidade, especialmente de drogas permitidas, em estabelecimentos comerciais e a ausência de inspeção apropriada para sua venda, constituindo corriqueira a aquisição por menores de 18 anos. (SADOCK, 2012).

Esse comportamento está associado, entre outros motivos, à susceptibilidade à pressão negativa de seus pares, sensação de invulnerabilidade, imortalidade e dificuldades em associar comportamentos de risco atual e consequências futuras. Além disso, influências culturais e de amigos, histórico de castigos disciplinares, família, meios de comunicação e o próprio ambiente escolar podem influenciar

na adoção de um comportamento de risco individual. (LIMA; RODRIGUES; COSTA. 2014)

Questões de ordem social podem afetar de modo marcante a saúde do adolescente, tais como: altos índices de evasão escolar e a inserção precoce no mercado de trabalho, sem as garantias previstas em cláusulas de proteção ao desenvolvimento físico e intelectual dos jovens, além de estarem vivendo numa sociedade de crescentes índices de violência e empobrecimento, muitos adolescentes estão “abandonados” no espaço público – a rua. (Manual de Atenção à Saúde do Adolescente, 2006).

Todos esses aspectos devem ser, portanto, incorporados às análises de vulnerabilidade. Trata-se do componente mais complexo e heterogêneo, no qual o pressuposto básico é o de que fatores coletivos, sociais influenciam fortemente na vulnerabilidade individual e programática. Nesta dimensão de análise, incluem-se: aspectos econômicos – em contextos de desigualdade, há grande contingente de pessoas sem acesso aos recursos mínimos para a sobrevivência;

violência – em contextos muito violentos, nas quais a morte por causas externas é muito expressiva, as atitudes de autocuidado perdem sentido, já que se está permanentemente ameaçado pela perspectiva de morrer repentinamente; acesso à educação – em contextos em que o índice de evasão escolar é muito grande, não se criam condições para o exercício efetivo da cidadania; desigualdades de gênero, raça/etnia e outras – são criados grupos com menor poder de negociação e de voz; ausência de participação coletiva nas decisões políticas da comunidade. (BRÊTAS; OHARA; JARDIM; MUROYA, 2009).

Como se vê, a vulnerabilidade do período da adolescência se traduz em um estágio de descobertas, não somente do próprio corpo, como também da personalidade do indivíduo, que procura se adaptar às novas mudanças porque passa o seu corpo e sua mente; buscando, assim, entrar no mundo dos adultos e a ele a se enquadrar.

2.5 Saúde do adolescente

Devido à vulnerabilidade e ao comportamento inapropriado de indiferença ao seu estado de saúde, os adolescentes estão cada vez mais expostos a doenças infectocontagiosas e desconsidera, muitas vezes, a orientação dos profissionais da saúde de atualizar o cartão de vacinas, usar métodos contraceptivos e de não fazer uso de drogas lícitas e ilícitas, entre outros. (LIMA; RODRIGUES; COSTA. 2014).

As mudanças sofridas pelos adolescentes são intensas. Eles constituem grupo heterogêneo com características individuais, não cobertas pelos critérios técnicos. A adolescência é, portanto, fase de importantes transformações biológicas e mentais, articuladas ao redimensionamento de papéis sociais, como mudanças na relação com a família e escolha de projeto de vida. (HENRIQUES; ROCHA; MADEIRA, 2010).

A implementação da política de atenção à saúde do adolescente no Brasil esbarra em diversas dificuldades, e uma delas é a formação dos recursos humanos, já que não existem equipes de saúde suficientes para

atender essa população. Os seus profissionais não estão capacitados e nem sensibilizados para o trabalho com adolescentes, e nem todos se dispõem a trabalhar com esta população. Muitos profissionais percebem os adolescentes como pessoas em formação, que precisam de orientação e não têm maturidade e nem autonomia suficiente para exercer plenamente seus direitos. (TÔRRES; NASCIMENTO; ALCHIERI, 2013).

O enfoque dado a esses fatores são relevantes, uma vez que se constata, com preocupação, o aumento do número de gravidez na adolescência, do consumo de drogas lícitas e ilícitas e de casos de DSTs/AIDS, associados a significativo número de óbitos relacionados às causas externas, destacando-se os acidentes de trânsito, a violência e o suicídio. (HENRIQUES; ROCHA; MADEIRA, 2010).

Os jovens utilizam pouco o serviço de saúde porque são poucas as necessidades interpretadas por este serviço de saúde para eles. Quer pelas condições concretas de estrutura biológica e das condições objetivas de existência, quer pelas características de trabalho do modelo clínico, o fato é que não há, nos serviços de saúde, um recorte mais acabado e próprio

do grupo enquanto objeto para o trabalho. (TÔRRES; NASCIMENTO; ALCHIERI, 2013).

As ações de educativas voltadas para o adolescente devem contemplar a saúde sexual e reprodutiva, dúvidas e medos acerca da temática abordada e, além de tudo, a identificação do contexto cultural o qual está inserido, pois as estratégias devem condizer com sua realidade de modo a serem efetivas. (BEZERRA; PINHEIRO; BARROSO, 2008).

A educação para a sexualidade deve ser trabalhada na atenção primária, e a equipe de saúde tem um papel importante neste aspecto, abordando a gravidez na adolescência, as doenças sexualmente transmissíveis, o uso de drogas e a importância dos estilos de vida na preservação e proteção da saúde, destacando a importância do setor de saúde nessa educação para a sexualidade, não deixando a responsabilidade exclusivamente para a família e a escola. Mas segundo ele, o profissional de saúde deve estar preparado para essa ação, proporcionando um espaço para discussão e não transmitindo valores e experiências pessoais. (TÔRRES; NASCIMENTO; ALCHIERI, 2013).

3 Atenção primária à saúde

3.1 Definição de Atenção Primária à Saúde

A primeira definição sobre a (APS) foi proposta na Conferência Internacional Sobre Cuidados Primários de Saúde, realizada em Alma-Ata. De acordo com a declaração de Alma Ata, a APS corresponde aos cuidados essenciais à saúde, baseados em tecnologias acessíveis, que levam os serviços de saúde o mais próximo possível dos lugares de vida e trabalho das pessoas, constituindo assim, o primeiro nível de contato com o sistema nacional de saúde e o primeiro elemento de um processo contínuo de atenção. (GOMES; et al. 2011).

Esta terminologia de APS representou um marco referencial para o período que antecedeu a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), que apreciava a proposta de mudança do modelo assistencial para a reorganização dos serviços de saúde, indicando a transformação na forma de conduzir os serviços oferecidos à população baseados em atendimentos hospitalares e procedimentos, para ações mais voltadas e disseminadas nos serviços primários, empenhadas

em interferir nos possíveis agravos, e contribuir para promoção da saúde, pois já nesta época se evidenciavam sinais de esgotamento e ineficácia dos serviços de saúde, baseados na lógica curativa. (SILVA; MOTTA; ZEITOUNE, 2010).

No Brasil, o Programa de Saúde da Família (PSF) é a principal estratégia de implementação e organização da APS. Criado em 1994, o PSF foi apresentado no primeiro documento ministerial como um programa, passando, em seguida, a ser considerada uma estratégia de reorientação do modelo assistencial, com potencial caráter substitutivo das práticas convencionais. (GOMES, et al., 2011).

A trajetória das mudanças nas políticas de saúde no Brasil foi sendo construída sob os reflexos dos ideários advindos desde Alma Ata, que se realizou em 1978, em que foi pactuada, com os países participantes, a meta de “Saúde para Todos no ano 2000”, e foi firmado o conceito de Atenção Primária de Saúde (APS) e as estratégias de Cuidados Primários de Saúde. (SILVA; MOTTA; ZEITOUNE, 2010).

No caso brasileiro, o referencial proposto em Alma Ata inspirou as primeiras experiências de implantação dos serviços municipais de saúde e

trouxe aportes conceituais e práticos para a organização dos mesmos. Porém, no passar do tempo e com o desenvolvimento do SUS, principalmente, com o crescimento das implantações das equipes de Saúde da Família, este referencial vem gradativamente sendo substituído pela concepção da Atenção Básica à Saúde, conceito que está sendo mais arrolado aos serviços de saúde de responsabilidade do âmbito municipal. (GOMES, et al., 2011).

A Atenção Básica caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde. É desenvolvida por meio do exercício de práticas de cuidado e gestão, democráticas e participativas, sob forma de trabalho em equipe, dirigidas a populações de territórios definidos, pelas quais assume a responsabilidade sanitária, considerando a dinamicidade existente no território em que vivem essas populações. (BRASIL, 2012).

Deve ser o contato preferencial dos usuários, a principal porta de entrada e centro de comunicação da Rede de Atenção à Saúde. Orienta-se pelos

princípios da universalidade, da acessibilidade, do vínculo, da continuidade do cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social. A atenção básica considera o sujeito em sua singularidade e inserção sociocultural, buscando produzir a atenção integral. (BRASIL, 2012).

3.2 O papel da enfermagem

Atualmente, a promoção da saúde é entendida como o processo no qual indivíduo, comunidades e redes sociais partilham seus conhecimentos com a finalidade de juntos encontrarem melhores condições de saúde numa contínua busca de direitos e de cidadania. A fim de facilitar essa busca pelo estado de saúde do indivíduo, cabe ao enfermeiro contemplar saúde e educação, elaborando práticas e tecnologias voltadas à promoção da saúde. (MARIANO, et al., 2013).

O enfermeiro como principal atuante no programa de saúde do adolescente tem como diretriz o encargo pelo acompanhamento da situação de saúde do jovem de contorno holístico, acatando o sujeito bem como os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. Portanto a enfermagem

deve atentar para a técnica social acoplado à comunidade, entendemos assim que o principal objetivo desse profissional junto ao adolescente é atuar na promoção de sua saúde e prevenção de doenças nesta classe tão vulnerável. Precisando oferecer auxílio à saúde do adolescente com circunscrição interdisciplinar, gerando um trabalho em conjunto com as famílias e as comunidades. (BRASIL, 2009).

Os profissionais de enfermagem têm de modo crescente, dado ênfase às atividades de promoção da saúde e de prevenção de doenças como formas importantes de assistência à saúde. As atividades de promoção de saúde ajudam o cliente a manter-se saudável, melhorando seu nível de bem-estar atual ou futuro. As atividades de prevenção de doenças são direcionadas à proteção do paciente contra as ameaças reais ou potenciais à saúde. Ambas são orientadas para o futuro; as diferenças entre elas envolvem motivações e objetivos. (SILVA; PADILHA; SANTOS, 2011).

Para Whaley; Wong (1999) os adolescentes mostram-se geralmente ávidos para aprender sobre si mesmos. Embasado neste conceito o enfermeiro que se mostrar zeloso genuinamente por eles, os respeitando como sujeitos distintos e se dispondo a

escutar, sem crítica de valor, granjeará sua confiança podendo permutar conhecimentos e experiências. Também deve mostrar-se hábil para debater assuntos pautados sobre sexualidade com os adolescentes de caráter adaptado, havendo não somente uma captação dos ares fisiológicos da sexualidade e uma noção dos valores socioculturais, todavia um acordo de seus próprios costumes, anseios e disposições sobre sua sexualidade.

A promoção da saúde e a educação em saúde são competências fundamentais para que o enfermeiro possa cumprir seu papel de forma efetiva, sendo percebida na prática contínua. Com relação à primeira competência, catalisar a mudança, seria permitir a mudança e a capacitação individual e da comunidade de forma que esta possa melhorar sua saúde. O enfermeiro, como educador no processo de promoção da saúde, tem a responsabilidade de planejar a ação educativa a fim de que esta se torne eficaz no processo de mudança dos indivíduos e da comunidade. (MARIANO, et al., 2013).

Levando em consideração todos os fatores e questões que permeiam o processo do desenvolvimento humano, e a influência externa que crianças e adolescentes são suscetíveis nas relações interpessoais, ressalta-se a importância da inserção

da enfermagem no âmbito escolar, com o intuito de conhecer a realidade em que estes estão inseridos, para que por meio da vivência, promova ações que venham repercutir beneficentemente para o bem viver da população escolar. (BRUM, et al., 2012).

Existem despreparos dos serviços de saúde para trabalhar com adolescentes, para a atenção às peculiaridades e complexidades das suas necessidades, faltando espaços e suporte apropriados às suas demandas, na imaginação social, os adolescentes são desinteressados, rebeldes e até agressivos, um preconceito que reforça a intolerância, sendo assim necessário priorizar investimentos na transformação do profissional de saúde que trabalha com adolescentes. (Manual de Atenção à Saúde do Adolescente, 2006, p. 21).

Acrescenta Geniole et al (2011), que “O enfermeiro é membro essencial da Equipe de Saúde da Família. Suas atribuições são complexas e demandam conhecimento científico acerca das várias interfaces que permeiam a Estratégia Saúde da Família”.

Pode-se dizer que a enfermagem também é um espaço reservado para o atendimento ao adolescente. A abordagem centrada no profissional, interrogativa e informativa deve ser substituída por uma relação favorável à construção conjunta de novos conhecimentos, valores e sentimentos. Nesse sentido, são importantes o estabelecimento de vínculo e uma relação de confiança. A interação entre os envolvidos na consulta deve se basear na troca, e no respeito à privacidade. As observações e posturas do enfermeiro deve traduzir respeito, poupando os juízos de valores, reprovações e imposições. As mensagens precisam ser claras e objetivas e a base da relação deve ser o diálogo sendo estabelecida na escuta livre de pré-julgamentos. (MANDÚ, 2004).

É essencial que o púbere se sinta reconfortado, assistido e estimado para que assim acreditar e principiar seu tratamento, extrair suas imprecisões, pois como afirmam vários autores, a maioria sente vergonha, medo de ser censurado ou receado pelo profissional. Sendo assim, faz-se indispensável que os profissionais de saúde saquem o aspecto sigiloso das informações e a privacidade dos adolescentes, mesmo sendo extraordinário a família durante os atendimentos, o enfermeiro deve sempre lembrar que

o paciente é o jovem e não adulto que o acompanha. (Manual de Atenção à Saúde do Adolescente, 2006)

Segundo a Lei 7498/86 art. 11 alínea "c", o enfermeiro é um profissional que pertence à equipe que atende aos adolescentes e tem como função privativa o planejamento da assistência de enfermagem por meio do processo de enfermagem, o qual favorece estrutura para a tomada de decisão. Utiliza instrumentos básicos para a realização do processo de enfermagem como: comunicação, planejamento, avaliação, método e princípio científico, observação, trabalham em equipe, destreza manual, criatividade e utilização de recursos da comunidade. (BRASIL, 2012)

O acolhimento do adolescente é fundamental, portanto sigilo e respeito são fundamentais. A família deve participar da consulta após concordância do adolescente. É importante garantir confiança e credibilidade com ou sem a família. A linguagem a ser utilizada para obtenção das informações, deve ser simples e clara e o levantamento dos dados não deve ser mais importante que o próprio adolescente. (BRASIL, 2006)

Conforme o Manual de Atenção à Saúde do Adolescente da Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde - CODEPPS - São

Paulo (2006), a unidade básica de saúde deve adequar os serviços às necessidades específicas dos adolescentes com recursos humanos e materiais; verificar e respeitar o perfil epidemiológico da população local; estimular a participação dos jovens nas ações desenvolvidas para a prevenção, proteção e promoção à saúde.

A prática de ações de prevenção e promoção da saúde desenvolvidas pelos enfermeiros no serviço para os adolescentes, algumas das literaturas referem que estas geralmente são individuais, mas, quando desenvolvidas em grupo, são realizadas na comunidade e na escola. Outros enfermeiros enfrentam dificuldades organizacionais e estruturais, dentre elas a equipe incompleta, e dessa forma não conseguem desenvolver atividades grupais. (MANUAL DE ATENÇÃO À SAÚDE DO ADOLESCENTE, 2006, p 24).

3.3 Políticas de saúde

Antes da criação do SUS, o Estado brasileiro era omissor com relação à saúde da população. Na realidade o que se pensava era que o próprio indivíduo deveria cuidar da sua saúde. Só havia uma intervenção estatal em casos graves que não pudesse

ser resolvido pelo próprio cidadão ou que representasse um risco de epidemia a população ou a economia. Com o desenvolvimento do país e a concentração populacional nas grandes cidades, a saúde então despontava como uma questão social. [...] a organização dos serviços de saúde no Brasil antes do SUS vivia em mundos separados: de um lado, as ações voltadas para a prevenção, o ambiente e a coletividade, conhecidas como saúde pública; de outro, a saúde do trabalhador, inserida no Ministério do Trabalho; e, ainda, as ações curativas e individuais, integrando a medicina previdenciária e as modalidades de assistência médica liberal, filantrópica e, progressivamente, empresarial (PAIM, 2009).

De acordo com Reis et al. (2011), em 1982 foi implementado o Programa de Ações Integradas de Saúde (PAIS), que dava particular ênfase na atenção primária, sendo a rede ambulatorial pensada como a “porta de entrada” do sistema. Visava a integração das instituições públicas da saúde mantidas pelas diferentes esferas de governo, em rede regionalizada e hierarquizada. Propunha a criação de sistemas de referência e contra referência e a atribuição de prioridade para a rede pública de serviços de saúde, com complementação pela rede privada, após sua

plena utilização; previa a descentralização da administração dos recursos; simplificação dos mecanismos de pagamento dos serviços prestados por terceiros e seu efetivo controle; racionalização do uso de procedimentos de custo elevado; e estabelecimento de critérios racionais para todos os procedimentos. Viabilizou a realização de convênios trilaterais entre o Ministério da Saúde, Ministério da Previdência e Assistência Social e Secretarias de Estado de Saúde, com o objetivo de racionalizar recursos utilizando capacidade pública ociosa. Podemos reconhecer nas AIS os principais pontos programáticos que estarão presentes quando da criação do SUS.

A primeira proposta do SUS foi apresentada pelo CEBES no I Simpósio de Política Nacional de Saúde da Câmara dos Deputados no ano de 1979; nove anos depois em 1988 foi promulgada a Constituição Federal, chamada constituição cidadã, a qual contemplava os princípios e diretrizes elaboradas pelo CEBES. Estava criado o Sistema Único de Saúde. A partir da constituição de 1988 a saúde passa a ser direito de todos, dever do Estado. Sendo assim, pode-se afirmar que a Reforma sanitária brasileira e o Sistema único de saúde foi criada a partir da sociedade, contudo para virar lei ela

foi debatida no Congresso Nacional, permanecendo seus princípios e diretrizes. (SOUSA, BATISTA, 2012).

É importante ressaltar que o SUS não possui um caráter institucional, ele é um complexo sistema, formado por centros de saúde, ambulatórios, laboratórios, hospitais da iniciativa privada e do poder público, bem como por outros órgãos da União, Estados e Municípios, tendo como gestor central o Ministério da Saúde, todavia participam também da sua gestão os estados, municípios e a comunidade. Portanto, podem-se definir SUS como um conjunto de ações e serviços públicos de saúde, compondo uma rede regionalizada e hierarquizada, organizada a partir das diretrizes da descentralização, integralidade e participação da comunidade. Sendo assim, uma forma de organizar as ações e os serviços de saúde no Brasil, de acordo com princípios, diretrizes e dispositivos estabelecidos pela Constituição da República e pelas leis subsequentes (PAIM, 2009).

No ano 2002 é editada a Norma Operacional de Assistência à Saúde/NOAS-SUS, cuja ênfase maior é no processo de regionalização do SUS, a partir de uma avaliação de que a municipalização da gestão do sistema de saúde, regulamentada e

consolidada pelas normas operacionais estava sendo insuficiente para a configuração do sistema de saúde, por não permitir uma definição mais clara dos mecanismos regionais de organização da prestação de serviços. Como veremos adiante, o Pacto pela Vida tem sua grande força, exatamente em um novo ordenamento dos processos de regionalização do SUS (BRASIL, 2002).

Muitas iniciativas foram tomadas para a implementação do SUS, a partir de 1990, com forte ênfase na descentralização e municipalização das ações de saúde. Este processo de descentralização ampliou o contato de gestores e profissionais da saúde com a realidade social, política e administrativa do país. Evidenciaram-se, com maior clareza, as diferenças regionais, tornando mais complexa a organização de rede de serviços que atenda as diferentes necessidades dos brasileiros. (AMARANTE, SOARES, 2011)

Em princípio, a responsabilidade pela gestão do SUS é dos três níveis de governo e as normas operacionais vinham regulamentando as relações e responsabilidades dos diferentes níveis até 2006, momento em que se instituiu o Pacto pela Saúde, como um conjunto de

reformas nas relações institucionais e fortalecimento da gestão do SUS. O Pacto introduziu mudanças nas relações entre os entes federados, inclusive nos mecanismos de financiamento – significando, portanto, um esforço de atualização e aprimoramento do SUS. Para a adesão dos gestores ao Pacto, é assinado um termo de compromisso, onde se estabelecem compromissos entre os gestores em três dimensões: Pacto pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão. (REIS, et al., 2011, p. 45).

No ano de 2007, por ocasião das disputas em torno da atenção à adolescência e à juventude, foi gerado documento que delinea diretrizes para uma Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e de Jovens. Dessa forma, o Ministério da Saúde preconiza a inserção dos adolescentes e jovens nas ações e rotinas dos serviços de saúde, em vez de se constituir um programa específico para a atenção à saúde desse grupo populacional, pois este documento visa incorporar a atenção à saúde destes à estrutura e aos mecanismos de gestão, à rede de atenção do SUS e às ações e rotinas do SUS em todos os seus níveis. O documento estabelece,

também, que as ações de saúde destinadas à adolescência e à juventude estão inseridas nos blocos do Ministério da Saúde n. 2.084/GM, de 26 de outubro de 2005, além de outros blocos e componentes referidos nos eixos de atenção à saúde. (AMARANTE; SOARES, 2009).

O número de políticas públicas voltadas para os adolescentes e jovens cresce ao longo dos anos no Brasil. Contudo, a quantidade de programas não é significativa quando comparada ao número de jovens contemplados por estes. As políticas públicas voltadas para a juventude devem ser efetivas e não apenas serem postas em pauta nas agendas governamentais ou serem fornecidos maiores gastos públicos sem a efetiva participação destes jovens e adolescentes. (COSTA, 2011).

3.3.1 Programa saúde do adolescente: PROSAD

“Os adolescentes têm direito à proteção integral à sua saúde visando com isso seu desenvolvimento físico, emocional e social, garantindo condições de dignidade segurança e também liberdade” (BRASIL, 1993).

Conforme o Ministério da Saúde, o PROSAD foi criado pela Portaria do Ministério da

Saúde nº 980/GM de 21/12/1989, baseando-se numa política de Promoção de Saúde, de identificação de grupos de risco, detecção precoce dos agravos com tratamento apropriado e reabilitação, respeitada as diretrizes do Sistema Único de Saúde, afiançadas pela Constituição Brasileira de 1988. (BRASIL, 1993).

Em 1989, o Ministério da Saúde oficializou o Programa Saúde do Adolescente (PROSAD), a fim de normatizar as ações de saúde voltadas para a faixa etária de 10 a 19 anos de idade. Também foi criada a ASAJ (Área da Saúde do Adolescente e do Jovem) em 1999, incluindo pessoas entre 10 e 24 anos a fim de criar programas e projetos do Ministério da Saúde que dissessem respeito à adolescência e a juventude. Passando a programar uma política nacional integrada à saúde reconhecendo que as práticas voltadas à saúde do adolescente, falham devido à desarticulação das iniciativas governamentais. (BORGES, 2009).

As ações do Programa Saúde do Adolescente fundamentam-se numa política que visa à promoção da saúde, a identificação de grupos de riscos, assim como a detecção dos agravos a saúde do adolescente, tratamento e reabilitação. O enfoque deste projeto é

atuar de forma preventiva e educativa. (BRASIL, 1993).

O programa atua de forma participativa, contribuindo para que ocorra um bom crescimento e desenvolvimento do adolescente, tendo este como área prioritária, à saúde bucal, reprodutiva, atuando na prevenção de acidentes, violência e maus tratos do jovem, além do cuidado com a família. (BRASIL, 1993).

O enfermeiro no programa de saúde do Adolescente deve ter como diretriz a responsabilidade pelo acompanhamento das suas condições de saúde de forma holística, respeitando o indivíduo, os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. Dessa forma, a enfermagem tem que priorizar a prática social junto à comunidade. Sob essa perspectiva, o trabalho do enfermeiro caracteriza-se pelo cuidado dos adolescentes, famílias e grupos sociais, pelo gerenciamento da assistência prestada ao jovem e pela participação na gestão em saúde do seu município. (BORGES, 2009).

. As atividades de promoção à saúde tendem a motivar o paciente a agir de forma positiva para alcançar o objetivo de um nível superior de saúde e bem-estar. As atividades de prevenção de doenças

são destinadas a motivar o indivíduo a evitar uma condição negativa, mais do que assumir uma ação positiva, com o objetivo de manutenção do nível de saúde. Como enfermeiros, cuidadores e promotores da saúde, devemos nos aproximar da realidade de nossos adolescentes a fim de conhecer o problema e contribuir para a elaboração de políticas públicas e programas de prevenção e tratamento para o uso e o abuso de álcool, visando sempre à manutenção de uma boa qualidade de vida desses adolescentes longe das drogas. (SILVA; PADILHA; SANTOS, 2011).

Atuação do enfermeiro junto aos adolescentes na ESF se deu com o intuito de constituir-se em estratégia política para promover a organização das ações de atenção básica à saúde nos sistemas municipais de saúde, inserido em um contexto de decisão política e institucional de fortalecimento da atenção básica no âmbito do Sistema Único de Saúde, fundamentado em uma nova ética social e cultural, com vistas à promoção da saúde e da qualidade de vida dos indivíduos, famílias e comunidades. (HIGARASHI, et al., 2009).

Objetivos do PROSAD incluem:

promover a saúde integral do adolescente, favorecendo o processo geral de seu

crescimento e desenvolvimento, buscando reduzir a morbimortalidade e os desajustes individuais e sociais; normatizar as ações consideradas nas áreas prioritárias; estimular e apoiar a implantação e/ou implementação dos Programas Estaduais e Municipais, na perspectiva de assegurar ao adolescente um atendimento adequado às suas características, respeitando as particularidades regionais e realidade local; promover e apoiar estudos e pesquisas multicêntricas relativas a adolescência; contribuir com as atividades intra e interinstitucional, nos âmbitos governamentais e não governamentais, visando a formulação de uma política nacional para a adolescência e juventude, a ser desenvolvida nos níveis Federal, Estadual e Municipal.(Manual de Atenção à Saúde do Adolescente, 2006, p.23)

Campos Prioritários de Ação: crescimento e desenvolvimento; sexualidade; saúde mental; saúde reprodutiva; saúde do escolar adolescente; prevenção de acidentes; violência e maus-tratos; família. (REATO, RANNA, 2006)

Segundo o Manual de Atenção à Saúde do Adolescente (2006), as ações de prevenção e de promoção de saúde têm o intuito de estimular o potencial imaginativo e decidido dos adolescentes, incentivando a participação e o protagonismo juvenil para a elaboração de propostas, a fim de que priorizem o comportamento e o autocuidado em saúde da população jovem.

A promoção da saúde é uma das estratégias que busca a melhoria da qualidade de vida da população. Esta deve dialogar com as diversas áreas do setor sanitário, com outros setores do governo e com a sociedade para que sejam participantes no cuidado com a vida, formando redes de compromisso e corresponsabilidade, fortalecendo estratégias Inter setoriais no avanço da qualidade de vida dos indivíduos. (BRASIL, 2012).

4. Considerações metodológicas

Estudo descritivo de abordagem qualitativa, do tipo revisão integrativa. Esta modalidade tem por finalidade reunir e sintetizar os resultados de pesquisas sobre um determinado tema, de maneira

sistemática e ordenada. Tratando-se de um estudo com coleta de dados realizada a partir de fontes secundárias, por meio de levantamento bibliográfico e baseado na experiência vivenciada pelos autores. Sendo esta pesquisa uma revisão de literatura sobre a saúde do adolescente, os fatores de risco e o papel do enfermeiro diante destes. (MENDES, 2008)

Para orientar este estudo, formulou-se a seguinte questão: Qual a assistência de enfermagem aos adolescentes na Atenção Primária à Saúde?

Adotou-se como procedimento para levantamento e análise da documentação bibliográfica: busca, seleção, impressão e análise dos textos. Através dos descritores, realizou-se um levantamento da literatura científica indexada nas bases de dados, LILACS e SCIELO (descrever por extenso essas bases)

Os critérios de inclusão definidos para a seleção das literaturas foram: artigos e literaturas publicados em português, que retratassem a temática e artigos publicados e indexados nos referidos bancos de dados entre os anos de 2008 a 2014. Os artigos foram pesquisados a partir de descritores cadastrados no Descritor em Ciências em Saúde (DeCS), utilizados os seguintes descritores em português: “adolescente”,

“cuidados de enfermagem” e “atenção primária à saúde”.

Os critérios adotados para exclusão no estudo foram: produção científica de enfermagem que não incluíssem a assistência de enfermagem aos adolescentes na saúde primária, estudos sobre adolescentes que não incluíssem prevenção e promoção de saúde, bibliografias em outras línguas, incompletas ou repetidas e trabalhos não disponíveis na íntegra.

Primeiramente foram encontradas as seguintes frequências de produções científicas: 20 (LILACS) e 30 (SCIELO). Seguindo os critérios de inclusão adotados neste estudo foram selecionadas 11 produções científicas que serviram de base para a análise, no entanto estarão sendo referenciadas ao longo deste texto, aquelas consideradas de maior relevância para o presente estudo, conforme os critérios de exclusão. Foram adotadas as seguintes etapas: busca em base de dados, leitura criteriosa e coleta das informações. As demais foram excluídas uma vez que abordavam a saúde do adolescente, entretanto, não estavam diretamente interligadas às atribuições dos profissionais de enfermagem frente à assistência a estes. Vale ressaltar que dois dos artigos

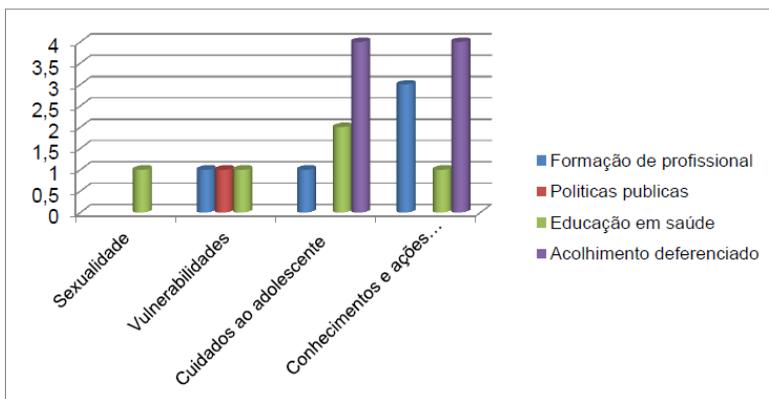
apresentados, pertencem aos mesmos autores e publicados no mesmo ano de 2012.

Para a análise dos dados e síntese dos artigos utilizou-se: autor, título do estudo, ano de publicação, objetivos, tipo de estudo, resultados. Os aspectos éticos foram respeitados, uma vez que os autores consultados foram referenciados no texto, garantindo a fidedignidade dos dados pesquisados. Com relação ao tipo de estudo: (03) descritivo-exploratórios, sendo dois com abordagem qualitativa;(02) revisões bibliográficas, sendo uma com abordagem quantitativa; (01) revisão integrativa; (01) abordagem quantitativa; (01) revisão qualitativa;(01) descritiva qualitativa; (01) qualitativa exploratória e(01) relato de experiência.

5 Discussão dos resultados e síntese do conhecimento

O gráfico abaixo demonstra alegoricamente as principais temáticas discorridas e os resultados mais relatados apresentados pelos artigos analisados.

Gráfico 1 - temáticas e resultados - 2015



Fonte: própria autora do trabalho – 2015

Descreva este gráfico:

O gráfico 1 nos mostra que foram encontrados X artigos com abordagem de vulnerabilidades, Y artigos abordando R

Após a descrição do gráfico, fica explícito que é de suma importância que a saúde primária esteja organizada, tendo atividades voltadas para os adolescentes, sendo este grupo muito vulnerável, ficando exposto a vários fatores de risco. Aliás, é uma etapa que se distingue por ser inexaurível e receptiva ao desenvolvimento de atividades pautadas para sua saúde, assim sendo, deve-se estabelecer o atendimento e estar organizado para receber este grupo. Compete ao enfermeiro ampliar ações

educativas a partir das necessidades identificadas pelo adolescente, considerando o contexto histórico, político, econômico e sociocultural da região.

Sob sua avaliação, fica evidente que a saúde do adolescente tem se tornado uma das prioridades de atenção nas políticas de saúde pública brasileiras. Isto pode ser elucidado por dados quantitativos, visto como temos uma grande população nessa faixa etária. Outro ponto a ser destacado é que a maioria dos problemas de saúde que acometem essa população está diretamente relacionada a questões que podem ser prevenidas em nível primário, como gravidez na adolescência, aumento do consumo de álcool e outras drogas, causas externas, como acidentes automobilísticos, homicídios e suicídios, doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) /AIDS, dentre outros.

Avaliando o cerne da saúde primária, a Estratégia de Saúde da Família compõe uma espécie de ligação entre o profissional e a comunidade, sendo geralmente, a porta de entrada dos jovens que buscam os serviços públicos de saúde. Perante tal situação, sobressai a organização desses serviços para a recepção aos adolescentes como basal, tornando-se cogente o acolhimento, a escuta e a atenção integral para a superação da assistência

despedaçada. Não se pode afirmar ao certo se a referente carência dos adolescentes nos serviços de saúde se deve a escassa oferta de ações voltadas para eles ou se é a pouca busca dos mesmos, já que estes dois fatores jazem conectados e se mencionam para a forma como o serviço de saúde está estruturado recentemente no país e, igualmente, por permanecerem insuficientes estudos sobre tal assunto. (HENRIQUES, et. al. 2009; COSTA, 2011; COSTA, et. al. 2012)

As variabilidades de alterações em ritmos desiguais ainda podem ser categóricas para a manifestação de diversos fatores de risco e para uma série de situações agravantes para a própria saúde, dentre elas: uso de drogas, gravidez não planejada, Motivar os adolescentes à prática da prevenção primária, que abrange desde a verificação do calendário vacinal por parte da enfermagem até a remoção dos fatores de risco que ultimamente são visíveis nos estilos de vida adotados pelos adolescentes, não é tarefa fácil, pois demanda investimentos em diversos setores. No entanto, nota-se a necessidade de atividades preventivas conjuntamente com a família, com as escolas, em ambientes nos quais este público esteja inserido, no propósito de promover a aquisição de hábitos de vida

saudável. (BRASIL, 2008; BRETAS, et. al. 2009; COSTA, 2011).

A promoção da saúde e a educação em saúde são competências fundamentais para que o enfermeiro possa cumprir seu papel de forma efetiva, sendo percebida na prática contínua. Com relação à primeira competência, catalisar a mudança, seria permitir a mudança e a capacitação individual e da comunidade de forma que esta possa melhorar sua saúde. O enfermeiro, como educador no processo de promoção da saúde, tem a responsabilidade de planejar a ação educativa a fim de que esta se torne eficaz no processo de mudança dos indivíduos e da comunidade. (MARIANO, et. al., 2013)

Os resultados foram descritos de acordo com a temática: assistência de enfermagem aos adolescentes na Atenção Primária. (Quadro 1).

Quadro 1 - Síntese de estudos sobre assistência de enfermagem aos adolescentes na saúde primária – 2015

AUTOR/ ANO	TITULO	TIPO DE ESTUDO	OBJETIVO	RESULTADOS
TORRES, TRF; NASCIMEN TO, EGC; ALCHIERE, JC. Et al. 2012	O cuidado de enfermage m na saúde sexual e reprodutiv a do adolescent e	.Exploratór io descritivo	Verificar o cuidado de enfermagem na saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes	Dar ênfase durante o atendimento desta classe, aos outros assuntos além da queixa de principal, manter uma busca ativa desse publico, conscientizá-lo quanto a importância de sua participação em ações de prevenção e promoção de sua saúde, quebrar tabus em relação as questões sexuais, capacitar membros da equipe para trabalhar com os jovens, criar ambientes adequados para

				o atendimento tanto individual como coletivo, trabalhar junto a equipe multiprofissional, implementar o PROSAD
SILVA, SED; PADILHA, MICS; SANTOS, LMS. et al. 2011	A enfermagem estimulando o autocuidado de adolescentes a partir das representações sociais desses sobre as bebidas alcoólicas	Pesquisa descritiva	Identificar as representações sociais de adolescentes sobre as bebidas alcoólicas a fim de promover o estímulo desses ao autocuidado	Trabalhar a prevenção, por meio do processo educativo, mais nomeadamente da educação em saúde, desenvolver ações educativas como palestras, oficinas recreativas para esclarecimentos de dúvidas e divulgação de informações sobre os malefícios de tais hábitos, incentivar a prática de exercícios e alimentação saudável junto a famílias e

				escolas
WEBSTER, CMC; ESPER, LH; PLLON, SC. Et al 2008	A enfermagem e a prevenção do uso indevido de drogas entre adolescentes	Relato de experiência	Prevenir o uso indevido de drogas entre adolescentes de uma comunidade	O profissional de enfermagem deve desenvolver a habilidade de escutar e buscar as histórias e experiências dos adolescentes que o adolescente traz consigo trabalhar não só os aspectos positivos, como também os negativos, reforçar o desenvolvimento de padrões de vidas saudáveis, estimular o diálogo sobre o

				conhecimento e crenças destes jovens, prevenir sobre o consumo de drogas, trabalhar junto aos adolescentes ações educativas, seja na escola, comunidade ou mesmo na unidade de saúde
AUTOR/ ANO	TÍTULO	TIPO DE ESTUD O	OBJETIVO.	RESULTADOS
LIMA PVC, RODRIGUE S AK, COSTA RS et al. 2013	Saúde do adolescent e - conceitos e percepções	Revisão integrativa	Analisar o acervo científico sobre conceitos e percepções de adolescentes e profissionais da saúde sobre saúde do adolescente e o	O cuidado ao adolescente na atenção básica ainda apresenta muitas lacunas, pois as atividades desenvolvidas não contemplam as necessidades dos sujeitos em sua totalidade. Diante disso, o serviço de saúde deve ser

			calendário vacinal	resolutivo e o enfermeiro deve ser um facilitador do processo, incentivando esse jovem na promoção da sua saúde. Estabelecer estratégias capazes de atrair o adolescente para os serviços de saúde, bem como informá-los sobre os diversos aspectos necessários à manutenção da saúde
PESSALACIA, JDR; MENEZES, ES; MASSUIA, D. et al. 2010	A vulnerabilidade do adolescente e numa perspectiva das políticas de saúde pública	Revisão bibliográfica	Trata-se de uma reflexão teórica com o intuito discutir questões relacionadas à vulnerabilidade do adolescente numa perspectiva das políticas	Questionar a adequação das políticas públicas que propõem ações para esse público. Desenvolver e implantar serviços comunitários, subsidiar diretrizes, legislações e políticas

			de saúde pública brasileiras	públicas de saúde para esta faixa etária, treinamento apropriado de recursos humanos para melhor atender esta demanda, formando vínculos de confiança e livre de preconceitos
BESERRA, EP; PINHEIRO, PNC; BARROSO, MGT. Et al. 2008	Ação educativa do enfermeiro na prevenção de DSTs: uma investigação a partir das adolescentes	Estudo qualitativo exploratório.	Investigar a sexualidade das adolescentes a partir da ação educativa do enfermeiro na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis	Constatou-se com esse estudo que são necessárias ações de educação em saúde, como o Círculo de Cultura, que propiciam o jovem expor suas dúvidas e conhecer os meios de prevenção, capacitando-o a repensar condutas, ou seja, a enfermagem deve trabalhar ações de educação em

				saúde, podendo executar esta técnica para trabalhar com as jovens em diferentes setores e segmentos sociais com a meta de isentá-las de riscos
HIGARASHI, I.H., ROECKER, S., BARATIERI, I.T.; MARCON, S.S. Et al. 2010	Ações desenvolvidas pelo enfermeiro junto aos adolescentes no Programa saúde da família em Maringá/PR	Estudo descritivo-exploratório	Caracterizar as ações de prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde dos adolescentes realizadas pelos enfermeiros do PSF no município de Maringá/PR	Dar ênfase no planejamento familiar, educação sexual, por meio de palestras educativas, além de atividades de vacinação e realização de pré-natal às adolescentes gestantes, trabalhar junto a comunidade, escolas e em caráter interdisciplinar com outras profissões da área da saúde em ações de promoção de

				saúde e prevenção de doenças, identificando situações de riscos e agravos
AUTOR/ ANO	TITULO	TIPO DE ESTUDO	OBJETIVO	RESULTADOS
BARBARO, MC; LETTIERE, A; NAKANO, MAS. Et al. 2014	Assistência pré-natal à adolescent e e os atributos da Atenção Primária à Saúde	Estudo quantitativa	Avaliar a atenção pré-natal às adolescentes em unidades de saúde, segundo os atributos da Atenção Primária à Saúde	Diante dos resultados, é importante ressaltar que a formação dos profissionais de enfermagem deve ser mais ampla e contextualizada, de modo a possibilitar que médicos e enfermeiros, que atuam no cuidado pré-natal de adolescentes, tenham: capacidade para reconhecer o contexto de comunicação e acolhimento, de escuta, além de reconhecer e compreender as

				diferenças de valores e a cultura e de mobilizar soluções que integrem a realidade contextual
COSTA, RF; QUEIROZ, MVO; ZEITOUNE, RCG. Et al. 2012	Cuidado aos adolescentes na atenção primária: perspectivas de integralidade	Pesquisa qualitativa	Descrever ações dos gestores e enfermeiros com os adolescentes na atenção primária, baseadas nas perspectivas da integralidade	Através do estudo, elucidase que ações promotoras de acolhimento específicas para adolescentes, ações coletivas voltadas para adolescentes, estratégias para formação de vínculo com os mesmos, promover esclarecimentos e orientações aos adolescentes utilizando abordagem participativa pode facilitar a

				formação de sua autonomia
HENRIQUE S, BD; ROCHA, RL; MADEIRA, AMF. Et al. 2009	O atendimento e o acompanhamento de adolescentes na atenção primária à saúde	Revisão de literatura	Conhecer a organização e as características desse acompanhamento	Promover visitas domiciliares, atendimento individual, atividades em grupo para adolescentes e familiares, ações educativas e de promoção à saúde, participação juvenil e atividades intersetoriais. Distribuição de preservativos, impressos adequados para o atendimento e materiais

				educativos disponíveis. Incentivar participação ativa dos adolescentes no planejamento, no desenvolvimento das ações
COSTA, RF; QUEIROZ, MVO; ZEITOUNE, RCG, et al. 2012	Cuidado ao adolescente: contribuições para a enfermagem	Exploratório descritivo	Analisar a organização da linha de cuidado ao adolescente na percepção dos gestores e enfermeiros da atenção primária	Faz-se necessário que o enfermeiro, além de conhecer a condição de vida do adolescente, discuta e planeje com sua equipe e usuários as estratégias de ações para alcançar determinados objetivos, no caso dos adolescentes o <i>sine qua non</i> apropriar-se desta atividade de planejamento e gestão, incidir o pensar e fazer coletivo,

				pois todos que estão envolvidos no cuidado, devem participar das decisões deste processo
--	--	--	--	--

Fonte: própria autora do trabalho – 2015

Conforme Henriques, Rocha e Madeira (2009), o Ministério da Saúde reforça a necessidade de se realizar o atendimento aos adolescentes, respeitando-se os princípios e as doutrinas do SUS, e estabelece a necessidade de organizar os serviços para garantir o acesso de adolescentes e jovens. Portanto, algumas ações são consideradas relevantes para essa organização. Devem ser levadas em consideração a disponibilidade, a formação e a educação permanente dos recursos humanos, a estrutura física, os equipamentos, os insumos e os sistemas de informação. Essas condições devem ser organizadas de acordo com o grau de complexidade da atenção prestada, essa atenção deve ser ampliada e realizada

de forma integral, visando o conforto e a segurança do adolescente, para uma comunicação mais fluente e estabelecimento de ações mais promissoras na promoção de sua saúde.

Para Silva, Padilha e Santos (2011), a assistência de enfermagem baseia-se no relacionamento entre enfermeiro e usuário, focando não somente em uma perspectiva terapêutica, mas em uma abordagem de confiança e segurança, ao se tratar de adolescentes, o enfermeiro deve compartilhar da organização de ações e cuidados inerentes a estes, exceder ações meramente técnicas e individualistas, e atuar de forma integrativa, humanista, direcionada a valorização da vida, de sua construção como indivíduo, afiançar assim os seus direitos enquanto usuários da atenção primária de saúde.

Henriques, Rocha e Madeira (2009), afirmam que o objetivo de prevenir agravos, reduzir a exposição a fatores de risco e promover a saúde do adolescente, ações em nível primário devem ser realizadas, principalmente de cunho educativo, fortalecendo a autonomia dos sujeitos envolvidos, para que eles sejam inseridos como protagonistas no planejamento na execução e na avaliação dessas atividades. Com isso, será estabelecida uma relação

de vínculos sólidos entre os adolescentes e as equipes envolvidas na assistência, o que facilitará o acompanhamento dessa população.

Conforme Silva, Padilha e Santos (2011), a enfermagem é primordial para a prática de ações de promoção da saúde, principalmente no que pertence à educação em saúde. a informação e a educação são estratégias essenciais para a implementação da promoção da saúde. Compete aludir que a promoção de saúde beneficia a capacitação por meio da educação. O processo educativo é essencial para que uma população tenha suas metas alcançadas, entre essas a saúde. Ação educativa é uma das atribuições mais relevantes da enfermagem, através da ação educativa, é possível prevenir que o adolescente tenha problemas com as bebidas alcoólicas e outras drogas ilícitas.

Para Costa, Queiroz e Zeitoune (2012), ao ampliar o campo de atenção e cuidado, poder-se-á contemplar o adolescente na agenda do serviço de saúde, favorecendo o aumento da procura e, conseqüentemente, o crescimento da oferta de serviços nas unidades básicas de saúde e respectivas áreas de abrangência. Em outras palavras os profissionais de enfermagem necessitam agir de forma a implantar em sua técnica um enfoque total,

envolvendo uma visão mais ampla acerca do conceito de saúde do adolescente, desenvolvendo um trabalho em equipe e mudanças na produção do cuidado, dirigida na focalização das indigências dos pacientes de forma holística.

Barbaro, Lettiere e Nakano (2014), ressaltam que os profissionais de enfermagem que atuam no cuidado pré-natal de adolescentes, tenham: capacidade para reconhecer o contexto de comunicação e acolhimento, de escuta, além de reconhecer e compreender as diferenças de valores e a cultura e de mobilizar soluções que integrem a realidade contextual. Acresça-se, ainda, o trabalho em equipe multiprofissional e a articulação com outros setores. É fundamental que inserir na gestão dos cuidados, intervenções e conhecimentos das necessidades dos adolescentes, bem como reconhecer situações mórbidas na prevenção de agravos e na promoção de saúde desta população.

Costa, Queiroz e Zeitoune (2012), elucidam que nessas concepções, o cuidado da enfermagem deve ser ético, pressupondo habilidades técnicas, conhecimento, sensibilidade e experiências, e guiado por ações que assistam, ofereçam suporte e facilitem ou melhorem a vida de quem é atendido em suas necessidades. Ainda assim, o serviço deve promover

ações que facilitem o engajamento do jovem em seu cuidado nas dimensões preventivas e de promoção da saúde, pois é a partir do acesso e do acolhimento, que os adolescentes constroem suas relações de vínculo com os enfermeiros e, desse modo, alcançam a autonomia para compartilhar a tomada de decisão sobre as possibilidades de preservar sua saúde.

Lima, Rodrigues e Costa (2013), enfatizam que no contexto social em que estes adolescentes estão inseridos, os pais, a enfermagem e os educadores também são responsáveis por informá-los sobre fatores preventivos e promotores de saúde, os quais estão garantidos em lei específica como direitos fundamentais do adolescente. Pois a percepção que o adolescente tem sobre sua saúde e a relação que mantêm com o serviço e os enfermeiros influenciam diretamente nas suas ações levando a atitudes como: desinteresse em atualizar o cartão de vacinas, exposição a fatores de risco como uso de drogas e práticas sexuais desprotegidas e, além disso, deixam de procurar o serviço em busca de informações e orientações sobre sua saúde.

Webster, Esper e Pillon (2008), avaliam que trabalhar a saúde do adolescente na prevenção de riscos e agravos, mostra-se eficaz, com a utilização da educação em saúde, através de oficinas, palestras

e encontros em parcerias com o governo federal, implantando as políticas de saúde voltadas a estes. Porém para tal, deve-se tomar conhecimento de suas vulnerabilidades e riscos a que estes estão exposto, isso somente será possível após um trabalho de reconhecimento de sua área de atuação, bem como o trabalho de sua equipe e com os próprios adolescentes.

Para Costa (et, al, 2012) não se pode programar ações assistenciais aos adolescentes, sem conhecê-los, tomar conhecimento de seus receios, hábitos e conhecimentos que fazem sobre sua saúde, bem como o que esperam do profissional de enfermagem e dos serviços de saúde, dessa forma, as ações de saúde devem ser planejadas de acordo com as necessidades dos adolescentes, atentando para o seu potencial criativo e inovador. É imprescindível que a enfermagem busque cada vez mais conhecer esta população. Estes esforços podem contribuir para o desenvolvimento da profissão e a melhoria da qualidade da assistência aos adolescentes.

Conforme os resultados analisados, a organização da linha do cuidado acontece através da comunicação, negociação e o trabalho conjunto com outras profissões da área da saúde, bem como a associação das práticas e políticas de saúde voltada

aos adolescentes, bem como o planejamento e discussão com a equipe de saúde e seus usuários, para a elaboração de novas estratégias e implementação das existentes, que visem um melhor acolhimento, intitule laços de confiança e interligue o adolescente aos serviços de saúde. (COSTA, et. al. 2012; PADILHA, et. al. 2008; TORRES, et. al. 2012)

Torres, Nascimento e Alchiere, (2012) enfatiza que as ações de prevenção de agravos e assistências de promoção à saúde dos adolescentes, a enfermagem proporcionem atividades educativas, sejam na UBS, escolas ou mesmo na comunidade, além da implementação já preconizada pelo Ministério da Saúde, ofertando assim um acolhimento diferenciado, comunicação clara e simples, empatia, esclarecimento de dúvidas, além da busca ativa desse público alvo, conscientizá-lo sobre a importância de sua participação nas tomadas de decisões sobre as ações de prevenção e promoção de sua saúde.

Bezerra, Pinheiro e Barroso (2008) afirmam que são cogentes ações de educação em saúde, que a enfermagem deve propiciar ações de educação em saúde, podendo executar esta técnica para trabalhar com as jovens em diferentes setores e segmentos

sociais com a meta de isentá-las de riscos, como também incentivar o jovem a expor suas dúvidas e conhecer os meios de prevenção, capacitando-o a repensar suas condutas, favorecendo uma melhor qualidade de vida.

O alvo da atenção primária de saúde é prevenir agravos, diminuir a exposição a fatores de risco e promover a saúde do adolescente, ações assistenciais de enfermagem neste nível devem ser realizadas, sobretudo de cunho educativo, que reforçam a autonomia dos adolescentes envolvidos, para que eles fiquem implantados como protagonistas na concepção, na execução e na avaliação dessas atividades, dessa forma se constituirá uma afinidade de vínculos sólidos entre os adolescentes e as equipes abrangidas na assistência, o que facilitará o acompanhamento dessa população. (HIGARASHI, et. al. 2010; PESSALACIA, et. al. 2010)

Dessa forma, Higarashi, et al. (2010) afirmam que a assistência de enfermagem na prevenção de doenças e promoção de saúde voltadas aos adolescentes, engloba todo o contexto de vida do adolescente, incluindo-se família, escola e comunidade, além do trabalho, em caráter interdisciplinar com outras profissões da área da saúde e instancias sociais, inserindo-se intervenções

educativas e assistenciais, avaliação do calendário vacinal, orientações sobre sexualidade e uso de drogas, ações individuais segundo a procura espontânea das unidades de saúde pelos adolescentes, no âmbito coletivo realiza-se por meio da organização e implementação de atividades sistematizadas direcionadas às escolas e comunidades.

Pessalacia, Menezes e Massuia (2010), reforçam a importância das políticas de saúde como o PROSAD na implementação de estratégias voltadas à saúde do adolescente, que estes devem ser assistidos de forma holística e as ações a eles direcionadas, prestadas de forma integralizadas; ressaltam também a adequação das políticas públicas que propõem ações a eles direcionadas enfatizam também a formação de profissionais aptos para se relacionarem com os adolescentes, a fim de criar vínculos de confiança e respeito com estes, para dispor de uma abordagem livres de preconceitos e estigmas, esclarecidas e segura.

Segundo o Ministério da Saúde o enfermeiro como principal atuante no programa de saúde do adolescente tem como diretriz o encargo pelo acompanhamento da situação de saúde do jovem de contorno holístico, acatando o sujeito bem como os

princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. Portanto a enfermagem deve atentar para a técnica social acoplado à comunidade, entendemos assim que o principal objetivo desse profissional junto ao adolescente é atuar na promoção de sua saúde e prevenção de doenças nesta classe tão vulnerável. Precisando oferecer auxílio à saúde do adolescente com circunscrição interdisciplinar, gerando um trabalho em conjunto com as famílias e as comunidades. (BRASIL, 2006)

Torna-se fundamental que o adolescente pressinta ser aceito, confortado, ajudado e respeitado em todos seus direitos para que assim ele desenvolva alguma confiança nos profissionais e retorne aos serviços de saúde., pois a forma como será recebido forma na unidade e acolhido por todos os profissionais de saúde irá deliberar a conexão que será constituída com os profissionais e com a unidade.(COSTA, et. al. 2012; BARBARO, et. al. 2014)

Vale reforçar que se faz necessário que o profissional, além de conhecer a condição de vida do adolescente, discuta e planeje com sua equipe e usuários as estratégias de ações para alcançar determinados objetivos, no caso dos adolescentes o *sine qua non* (*sem a qual não*) apropria-se desta

atividade de planejamento e congestão, ou seja, incidir o pensar e fazer coletivo, pois todos que estão envolvidos no cuidado, devem participar das decisões deste processo. (COSTA, et. al. 2012; LIMA, et. al.2013)

Diante do exposto, fica explícito que a enfermagem é a categoria da área da saúde com maior proximidade com seus usuários, dessa forma, esta deve estar habilitada para melhor desenvolver ações de prevenção e promoção de saúde na atenção primária, não utilizando apenas atendimentos nas unidades, como também principiar a educação em saúde nas escolas e comunidades, através de palestras, encontros e oficinas, os quais se tem demonstrado proeminentes na assistência aos adolescentes, a informação e a educação são estratégias essenciais para a implementação da promoção da saúde. Enfatiza-se ainda, que os cuidados aos jovens não devem ter enfoco somente nos problemas orgânicos, como gravidez, doenças sexualmente transmissíveis ou dependência química, precisam ser praticados programas que objetivem gerar o desenvolvimento humano e atender à sua saúde de forma integral. (WEBSTER, et. al. 2008; PESSALACIA, et. al. 2010; TORRES, et. al. 2010)

6 considerações finais

Após a análise das literaturas, observou-se que as leis e os programas citados anteriormente, destacam-se um que mais contribuiu para a melhoria da assistência oferecida aos adolescentes, o Programa Saúde Adolescente do (PROSAD), que tem por objetivos: promover, integrar, apoiar e incentivar atividades de promoção da saúde, identificar grupos de risco e fazer a detecção precoce de agravos, afora o tratamento e reabilitação dos indivíduos, baseados na integralidade, na multissetorialidade e interdisciplinaridade.

O enfermeiro é um profissional com mais proximidade da comunidade, especialmente como educador, podendo aproximar o adolescente para o acompanhamento de sua saúde ocasionando a prevenção de morbimortalidade desta fase. Torna-se conciso realizar ações de prevenção e promoção da saúde, com participação dos adolescentes em seu planejamento. A enfermagem precisa estar disponível para ouvir e aberta para acolhê-los, esta atividade é elemento extraordinário para melhoria da qualidade da assistência e troca de experiência entre usuários e profissional de enfermagem.

O enfermeiro necessita requerer um exercício de saúde na comunidade, pelo meio de visitas domiciliares, nas escolas, nas associações e estabelecimentos do tipo sociais contribuindo para uma modificação de costumes danosos à saúde do adolescente, agindo, sobretudo como educador incitando o autocuidado do mesmo em relação ao seu estado biopsicossocial, o enfermeiro deve ser um facilitador bem como um ouvinte que demonstra interesse pelos conhecimentos do adolescente seguindo um caráter complacente dirigindo procurar soluções adjacentes para com família. Em concordância, isto sugere em não somente em levar conhecimento, contudo compartilhar dos apegos socioculturais acoplados entre si que servem de base na construção do jovem.

Agir em caráter interdisciplinar exige um trabalho em equipe com intercâmbio e permuta nos campos de competência e abre a probabilidade de cada um usar todo o seu potencial criativo na relação com o usuário, para juntos realizarem a produção do cuidado. Dessa forma, será preciso ir além do atendimento clínico e buscar sociedades com outros campos a fim de obter melhor e maior efetividade nas ações de atenção à saúde do adolescente.

Nas ações desenvolvidas com adolescentes, bem como em outro plano de atuação, o enfermeiro deve dispor de certos títulos básicos como: ética, privacidade, confidencialidade e sigilo, tais princípios distinguem os adolescentes como seres capazes de adotarem disposições de forma responsável, aumentando assim seu vínculo, de confiança com o profissional de enfermagem. Sendo assim a enfermagem assume um papel essencial junto aos adolescentes no desenvolvimento de práticas educativas tanto individuais como coletivas, aprofundando o aprendizado dos seus direitos humanos, o incremento de sua sexualidade em formato integral e responsável, admitindo a igualdade e o respeito dos gêneros.

Este estudo consentiu em conhecer que a assistência de enfermagem aos adolescentes na área da saúde primária expede ao enfermeiro uma alteração em sua atitude de ação no trabalho, ampliando sua visão de forma mais compreensiva para a concepção das ações desenvolvidas para este público, uma vez que a falta da qualidade na assistência apresentada aos adolescentes na atenção primária colabora para a abdução dos jovens na Estratégia de Saúde da Família.

Referências

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência normal: um enfoque psicanalítico**. Porto Alegre. Artes Médicas, 1091.

AMARANTE, A.G.de M.; SOARES, C.B. **Políticas Públicas de saúde voltadas à adolescência e à juventude no Brasil**. In: BORGES, A.L.V.; FUJIMORE, E.(orgs)

Enfermagem e a saúde do adolescente na atenção básica. Barueri-SP. Manole, 2009.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

_____. Ministério da Saúde. **Saúde do adolescente: competências e habilidades**. Brasília DF, 2008.

_____. Ministério da Saúde. **Organização mundial de saúde**. Brasília, 2005.

_____. Ministério da Saúde. **Programa de saúde do adolescente**. Brasília, 1993.

_____. Ministério da Saúde. **Saúde do Adolescente: competências e habilidades**. 2008. Disponível em:

<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_a

dolescente competencias habilidades.pdf>. Acesso em: 15/12/2015.

_____. Ministério da Saúde. **O SUS de A a Z: garantindo saúde nos municípios** - Ministério da Saúde, Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde. – 3. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 373, de 27 de fevereiro de 2002. **Norma Operacional de Assistência à Saúde/NOAS-SUS 01/2002**, Brasília, DF, 2002. Disponível em: <http://www.ucg.br/ucg/institutos/nepss/arq_doc/noas_sus2002.pdf>.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Área de Saúde do Adolescente e do Jovem**. Disponível em: Acessado em: 11 dez.13.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica** – Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria nº 980 de 21/12/1989**. Programa de Saúde do Adolescente. www.jusbrasil.com.br/diario/pg.79. Acesso em: 10/09/2015

_____. Presidente da República. **Lei 7498/86**. www.jusbrasil.com.br. Acesso em: 20/09/15.

- BRÊTAS, JRS; OHARA, CVS; JARDIM, DP et al. **Conhecimentos de Adolescentes sobre doenças sexualmente transmissíveis: subsídios para prevenção.** ACTA Paulista de Enfermagem. São Paulo, v. 22, n. 6, p. 786-792, Nov – dez, 2009
- BORGES. A. L.; FUJIMORI, E. **Enfermagem e a saúde do adolescente na atenção básica.** São Paulo. Manole Ltda, 2009.
- BRUM, B. L; GUEDES, C.C; MUNHOZ, C.I; et al. **A Enfermagem Promovendo Saúde Na Escola: Uma Revisão Integrativa,** Rev. Eletr. Enf. [Internet]. 2012.
- CHIPKEVITCH, E. **Puberdade e adolescência: aspectos biológicos, clínicos e psicanalíticos.** São Paulo. 1998.
- COSTA R.F, QUEIROZ M.V.O, ZEITOUNE R.C.G. **Cuidado aos adolescentes na atenção primária: perspectivas de integralidade.** Esc. Anna Nery [Internet]. 2012 [cited 2013 Jan 20]; 16(3):466-72.
- COSTA R.F, QUEIROZ M.V.O, ZEITOUNE R.C.G. **Cuidado ao adolescente: contribuições para a enfermagem.** Rev. Enf. Uerj. v. 20. nº 2. 2012.
- COSTA, R. F. **Processo de cuidar do adolescente em unidades básicas de saúde –** Fortaleza, 2011.

DAVIDOFF, L. **Introdução à psicologia**. 3º ed. São Paulo. 2-12; p.464.

FERNANDES, A. C.; FERREIRA, K. R.; CABRAL, M. S.G. **O papel do enfermeiro na saúde do adolescente**. Site de pesquisa virtual Google. São Paulo. 2009.

FIGUEIREIDO, N.M.A. **Ensinando a cuidar da Criança**. 2. ed. São Paulo: Difusão Enfermagem, 2003.

GAUDERER, R. C. **Crianças, Adolescentes e Nós: guia prático para pais, adolescentes e profissionais**. Reventer. 2º ed. RJ. 1998.

GENIOLE, Leika Aparecida Ishiyama et al. **Assistência de Enfermagem por Ciclos de Vida**. 2011. Disponível em: <http://www.saudedafamilia.ufms.br/manager/titan.php?target=openFile&fileId=351>. Acesso em: 15/12/2015.

GOMES, K. O; COTTA, R. M. M.; ARAÚJO, R. M. A.; et al. **Atenção Primária à Saúde a "menina dos olhos" do SUS: sobre as representações sociais dos protagonistas do Sistema Único de Saúde**. Ciênc. Saúde coletiva vol.16 supl.1 Rio de Janeiro 2011. < <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000700020>>. Acesso em: 16/12/2015.

HENRIQUES, B.D.; ROCHA, R.L.; MADEIRA, A.M.F. **O atendimento e o acompanhamento de adolescentes na atenção primária à saúde: uma revisão de literatura.** 2009. Disponível em: <http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/114>. Acesso em: 16/12/2015.

JESUS, M. C. P. **Educação sexual e compreensão da sexualidade na perspectiva da enfermagem.** In: RAMOS, F. R. S. R.; MONTICELLI, M.; NISTCHKE, R. G. Projeto acolher: um encontro de enfermagem com o adolescente brasileiro. Brasília: ABEN, 2000.

KAWAMOTO, E.E; SOUSA, M.T.L.A; FLORIO. A. **O neonato, a Criança e o Adolescente.** São Paulo, E.P.U. 2001

LIMA P.V.C, RODRIGUES A.K, COSTA R.S et al. **Saúde do adolescente - conceitos e percepções.** Português/Inglês Rev enferm UFPE on line. Recife, 8(1):146-54, Jan. 2014 148 ISSN: 1981-8963 DOI: 10.5205/reuol.4843-39594-1-SM.0801201420.

MANDU, E. N.T. Consulta de enfermagem na promoção da saúde sexual. Rev. bras. enferm. Brasília- DF, v. 57, n. 6, Dez 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-

71672004000600020&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15/12/2015.

MARIANO MR; PINHEIRO AKB, AQUINO OS et al. **Jogo educativo na promoção da saúde de adolescentes: revisão integrativa** 272 Rev. Eletr. Enf. [Internet]. 2013 jan/mar;15(1):265-73. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5216/ree.v15i1.17814>>.

MARCELL, A. V. **Adolescência. Nelson Tratado de Pediatria** vol. 1, 18º edição. Ed. Elsevier Kliegman, Behrnan, Jenson, Stanton, 2009. Cap. 12,(p. 60-70).

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C.C. P.; GALVAO, C. M. **Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem.** Texto contexto enferm. Florianópolis, v. 17, n. 4, Dec. 2008. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>>. Acesso em 04/09/2015.

MENDES, Eugênio Vilaça. **O cuidado das condições crônicas na atenção primária à saúde: O imperativo da consolidação da estratégia da saúde da família.** 2012. Disponível em pdf: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cuidado_condicoes_atencao_primaria_saude.pdf>. Acesso em: 15/12/2015.

MOREIRA, Thereza Maria Magalhães. **Conflitos vivenciados pelos adolescentes com a descoberta da gravidez.** Rev. Esc. Enferm. USP, v.42, n.2, p.313, 2008.

NEVES, Keila do Carmo. **Fatores e motivação para o consumo de bebidas alcoólicas na adolescência.** 2014. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-81452015000200286&script=sci_arttext&tlng=es.

Acesso em: 15/12/2015.

OPAS. Declaração de Alma Ata. 1978.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (Unesco). **Juventude e sexualidade.** Brasília, 2003.

PAIM, Jairnilson Silva. **O que é o SUS.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

RAMOS, F. R. S. et al. **Viver e adolecer com qualidade. In: Adolescer: compreender, atuar, acolher.** Brasília: ABEN, 2001.

REIS, D.O; ARAÚJO, E. C.CECÍLIO, L. C. O. **Políticas Públicas de Saúde no Brasil: SUS e pactos pela Saúde.** 2011.

REY, L. – ., Rio de Janeiro: Editora Guanabara-Koogan, 1999.

SADOCK, B. J; SADOCK, V. A. **Manual de psiquiatria clínica**, 5. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

SÃO PAULO, Secretaria de Saúde - **Manual de Atenção à Saúde do Adolescente**/ Secretaria da Saúde, Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde – CODEPPS. São Paulo- SMS, 2006.

SCHOEN-FERREIRA, Teresa Helena. **Adolescência através dos séculos**. 2010. Disponível em pdf:

Acesso em: 16/12/2015.

SILVA, SED; PADILHA, MICS; SANTOS, LMS. **A enfermagem estimulando o autocuidado de adolescentes a partir das representações sociais desses sobre as bebidas alcoólicas**. *Enfermagem em Foco* 2011; 2(3):160-163.

SILVA, J. L. L. **Conhecendo o Programa de Saúde do Adolescente**. Junho /2005 Disponível: <www.uff.br/disicamep/prosad.htm>.

SANTOS, B, R. **Estratégia de saúde da família e o atendimento aos adolescentes- dissertação de mestrado** Santa Maria, RS, Brasil 2011

SILVA, V. G.; MOTTA, M. C. S.; ZEITOUNE, R. C. G. **A prática do enfermeiro na estratégia de**

saúde da família: o caso do município de Vitória-ES. Rev. Eletr. Enf. 2010; 441-448

SOUSA, R. T; BATISTA, F. E. B. POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE NO BRASIL: História e Perspectivas do Sistema Único de Saúde – SUS – VII CONNEPI, 2012.

STARFIELD B. Atenção primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia. Brasília: UNESCO/Ministério da Saúde; 2002.

TÔRRES, T. R. F.; NASCIMENTO, E. G. C.; ALCHIERI, J. C.. O cuidado de enfermagem na saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes. Revista Adolescência e Saúde. Vol. 10 Supl. 1 - Abr – 2013

WHALEY, L. T.; WONG, D. L. Enfermagem pediátrica: elementos essenciais à intervenção efetiva. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

ZAMPIERI, M. F. M. Vivenciando o processo educativo em enfermagem com gestantes de alto risco e seus acompanhantes. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

ATENÇÃO AO ADOLESCENTE: DIREITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

Maria Ambrosina Cardoso Maia¹¹⁶

Jaqueline Silva Santos¹¹⁷

Raquel Dully Andrade¹¹⁸

Jeniffer Stephanie Marques Hilário¹¹⁹

Lays Marcele de Pádua Souza¹²⁰

RESUMO: Estudo teórico reflexivo que busca apresentar uma discussão sobre direitos e atenção à saúde de adolescentes, a partir de documentos governamentais. As buscas foram realizadas em 2016, em sites governamentais e bibliotecas virtuais, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), utilizando-se as palavras-chave adolescente, atenção integral

¹¹⁶ Profa. Dra. do Núcleo de Ciências Biomédicas e da Saúde da Universidade do Estado de Minas Gerais/Unidade Acadêmica de Passos. e-mail: maria.cardoso@uemg.br

¹¹⁷ Doutoranda do Curso de Pós-Graduação Enfermagem em Saúde Pública, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/Universidade de São Paulo (EERP/USP). e-mail: jaque_fesp@hotmail.com

¹¹⁸ Profa. Dra. do Núcleo de Ciências Biomédicas e da Saúde na Universidade do Estado de Minas Gerais/Unidade Acadêmica de Passos. e-mail: raquel.andrade@uemg.br

¹¹⁹ Aluna do Curso de Enfermagem na Universidade do Estado de Minas Gerais(UEMG)/Unidade Acadêmica de Passos. e-mail: jeniffermarques_24@hotmail.com

¹²⁰ Aluna do Curso de Enfermagem na Universidade do Estado de Minas Gerais(UEMG)/Unidade Acadêmica de Passos. e-mail: laysmarcele@hotmail.com

ao adolescente. Estabeleceu-se como critérios de inclusão documentos governamentais, publicados de 2006 a 2015, com temas centrais relacionados à atenção à saúde do adolescente. Organizou-se os conteúdos selecionados em dois temas: Direitos dos adolescentes, Políticas públicas de atenção à saúde do adolescente. Atualmente há um contexto legal, nacional e internacional, que reconhece e legitima os direitos dos adolescentes. No Brasil, as políticas públicas de saúde propostas nos documentos governamentais buscam atrelar orientações aos profissionais a esse arcabouço jurídico em prol da saúde e do pleno desenvolvimento de adolescentes. Apesar dos avanços, esses direitos ainda não são exercidos por todos os adolescentes. Acredita-se na necessidade de consolidação de parcerias, sensibilização de coordenadores e profissionais e sistematização das práticas intra e intersetoriais. Assim, é um imperativo ético o movimento de reflexão e defesa dos direitos e da atenção integral à saúde dos adolescentes pela sociedade.

DESCRITORES: Adolescente; Direitos Humanos; Direito à Saúde; Saúde do Adolescente; Integralidade em Saúde.

Introdução

A adolescência nem sempre foi concebida como uma etapa específica do desenvolvimento (AVILA, 2005). Na atualidade, a adolescência é compreendida como uma construção histórica, com significados e significações (FROTA, 2007),

considerada como uma etapa do desenvolvimento humano marcada por mudanças (cognitivas, físicas e sociais), vulnerabilidades e oportunidades, que necessita de especial atenção e cuidados (FROTA, 2007; SILVA; OLIVEIRA, 2015).

Nesse período, indubitavelmente, ocorrem significativas transformações biopsicossociais, estabelecendo padrões de comportamento que tendem a se perpetuarem ao longo da vida.

Sobre os limites cronológicos da adolescência, pontua-se que eles se configuram como critério utilizado principalmente com propósitos estatísticos e políticos, são definidos entre 10 e 19 anos (*adolescents*) pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e entre 15 e 24 anos (*youth*) pela Organização das Nações Unidas (ONU) (EISENSTEIN, 2005). Para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a adolescência se refere a faixa etária de 12 e 18 anos de idade (BRASIL, 2007, 2008).

Há discursos que descrevem a adolescência como sendo um período difícil tanto para o adolescente quanto para seu entorno (FROTA, 2007). Logo, o adolescente pode ser representado como “problemático” (VIEIRA NETTO; DESLANDES, 2016), um indivíduo que cria conflitos e vivencia crises (FROTA, 2007), o que acentua a percepção da

instabilidade nessa fase da vida (AVILA, 2005). Todavia, pode-se perceber que a adolescência não é vivida da mesma maneira por todos os adolescentes (FROTA, 2007), daí a importância de um olhar direcionado para as singularidades e particularidades de cada adolescente.

Nas discussões, concepções e políticas públicas voltadas ao grupo etário adolescente, prevalece a perspectiva de risco, dando um sentido negativo para essa fase do ciclo vital (BRÊTAS, 2010). Assim, há o risco de conceber negativamente, e de forma fragmentada, tendenciosa e limitante esse período da vida.

Para a superação dessa concepção negativa da adolescência é necessário reconhecer o adolescente como um indivíduo que deve ter suas opiniões e desejos respeitados (AVILA, 2005). Daí a necessidade de reforçar também que essa faixa etária não deve ser vislumbrada somente como uma fase de transição (FROTA, 2007). A adolescência emerge, portanto, como um processo estruturante da identidade de ordem afetiva, corporal sexual e social (AVILA, 2005).

Logo, compreender as alterações, dilemas, vulnerabilidades e potencialidades dessa fase, pode contribuir para um entendimento mais aberto, amplo

e real das vivências nesse momento do ciclo vital, contextualizado com o momento histórico e o ambiente familiar e social do indivíduo, sem dissociá-lo de suas características pessoais.

Destarte, é preciso reforçar a necessidade de falar das adolescências, definidas “por aquilo que está ao entorno, pelos contextos socioculturais, pela sua realidade, situando-as em seu tempo, em sua cultura” (BRÊTAS, 2010, p. 92). Nesse sentido, a adolescência deve ser compreendida “como uma categoria que se constrói, se exercita e se re-constrói dentro de uma história e tempo específicos” (FROTA, 2007, p. 154).

Sobre os direitos dos adolescentes, o ECA, Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, reconhecendo-os como sujeitos de direitos (BRASIL, 1990). Sabe-se que os direitos humanos de adolescentes são vistos como um tema complexo (ARANTES, 2012).

Apesar da legislação avançada, no que se refere aos direitos dos adolescentes, ainda encontra-se arraigado o entendimento de proteção de direitos como assistencialismo, em especial aos adolescentes em situação economicamente desfavorecida (ARANTES, 2012), exigindo um debate que aprofunde as discussões sobre a atenção integral ao adolescente.

No âmbito nacional, a realidade da adolescência é marcada por deficiências na implementação de políticas públicas que focam o seu desenvolvimento (MORAES; VITALLE, 2012). Nesse sentido, resultados de um estudo (FILIPINI et al., 2013) mostram que limitações no nível de conhecimento sobre as mudanças físicas e psíquicas que ocorrem na adolescência, podem contribuir para que os adolescentes vivenciem experiências conflituosas.

Nesse contexto de atenção ao adolescente, reforça-se a importância da promoção da saúde. A promoção da saúde, durante as últimas décadas, tem sido destacada, partindo-se de uma concepção ampliada da saúde (MORAIS et al., 2010).

A promoção da saúde configura-se como uma estratégia promissora para focar os determinantes sociais da saúde e fomentar a qualidade de vida (BOEHS et al., 2011). Para a promoção da saúde é preciso considerar o contexto social, cultural, econômico e político vivenciado pelo adolescente, buscando-se a formação de parcerias e empoderamento na adolescência.

Vale ressaltar que a relevância do empoderamento no âmbito da promoção da saúde, tendo o propósito de promover a autonomia crítica

do indivíduo para decidir sobre práticas e atitudes no sentido da qualidade de vida (MARIANO et al., 2013), estimulando e fortalecendo o protagonismo dos sujeitos.

Para isso, a promoção da saúde propõe a articulação de saberes, a intersetorialidade e a interdisciplinaridade (PINTO et al., 2012). Nesse sentido, pensar intervenções embasadas na promoção da saúde requer mudanças na lógica assistencial, com o trabalho voltado para os determinantes do processo saúde/doença, o acolhimento das histórias e a discussão de projetos de vida, estimulando o exercício da cidadania (MORAIS et al., 2010).

O diálogo sobre os adolescentes e as ideias, documentos e propostas de ações governamentais ou institucionais voltados para esse grupo etário é importante para a desconstrução de conceitos elaborados sobre risco, prevenção, tratamento e acompanhamento, entre outros, quando os mesmos são recolocados sob novas concepções, permitindo a percepção sobre de qual adolescente se está falando (JEOLÁS; FERRARI, 2003).

Deve-se reconhecer que a atenção integral aos adolescentes ainda se apresenta como um desafio para os profissionais de saúde (FILIPINI et al., 2013). Assim, é importante que os serviços de saúde

reflitam sobre o seu papel frente às causas juvenis, considerando sua responsabilidade de promover a saúde no âmbito comunitário.

Por conseguinte, as políticas e programas devem buscar estratégias para atender de forma mais humana e qualificada os adolescentes, considerando-os na sua singularidade (FILIPINI et al., 2013). É preciso, ainda, promover o empoderamento e o protagonismo juvenil (VIEIRA NETTO; DESLANDES, 2016).

Considera-se relevante aqui incluir nas ações institucionais e governamentais voltadas aos adolescentes elementos que contribuam para sua emancipação, melhor uso dos recursos disponíveis na sociedade, favorecendo seu empoderamento pessoal, familiar e comunitário.

O papel dos profissionais de saúde e educadores junto aos adolescentes e seus familiares é essencial para promover acolhimento, orientações, condutas e encaminhamentos que podem contribuir para o seu desenvolvimento em plenitude.

Objetivo

Apresentar uma discussão sobre os direitos e a atenção à saúde dos adolescentes, a partir de documentos governamentais.

Metodologia

O presente trabalho trata-se de um estudo teórico-reflexivo. As buscas foram realizadas no ano de 2016, em sites governamentais e bibliotecas virtuais, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e **Scientific Electronic Library Online** (SciELO).

As palavras-chaves utilizadas foram adolescente, atenção integral ao adolescente. Estabeleceu-se os seguintes critérios de inclusão: documentos governamentais, publicados no período de 2006 a 2015, com temas centrais relacionados à atenção à saúde do adolescente.

Os conteúdos selecionados dos documentos utilizados no presente estudo foram organizados em dois temas, sendo: Direitos dos adolescentes,

Políticas públicas de assistência à saúde do adolescente.

Direitos dos adolescentes

No Brasil, os adolescentes são vistos como sujeitos de direitos. Há o reconhecimento de que esses direitos precisam ser exercidos para que o desenvolvimento integral das potencialidades e o enfrentamento das vulnerabilidades na adolescência sejam possíveis. Entretanto, essa concepção de adolescente é recente e apresenta-se como uma relevante conquista.

A adolescência apresenta-se como fase que envolve um processo amplo e complexo de crescimento e desenvolvimento biopsicossocial (BRASIL, 2007). Assim, é preciso que o adolescente seja compreendido integralmente, considerando-se suas necessidades, singularidades e possibilidades para exercício dos seus direitos.

Sabe-se que o reconhecimento dos direitos dos adolescentes é recente, visto que a história aponta que, até pouco tempo, não existia legislação que contemplasse os direitos e deveres desse segmento populacional (MINAS GERAIS, 2006). No período entre as duas guerras mundiais foram introduzidas

legislações internacionais, todavia, a maioria delas não especificava claramente distinções entre os direitos de crianças e adolescentes e de adultos (UNICEF, 2011). Destarte, as singularidades vivenciadas por crianças e adolescentes ainda não eram contempladas nas legislações.

Com o crescimento do movimento em prol dos direitos da criança, em 1959 foi publicada a Declaração dos Direitos da Criança (UNICEF, 2011). Aqui, deve-se frisar que a principal motivação que impulsionou essa Declaração não foi relacionada aos direitos civis, políticos, econômicos e sociais das crianças, mas sim, ao bem-estar infantil (UNICEF, 2011).

Buscando ampliar os esforços globais para a promoção e proteção dos interesses das crianças e jovens, o ano de 1979 foi declarado como o Ano Internacional da Criança e o ano de 1985 como Ano Internacional da Juventude (MINAS GERAIS, 2006; UNICEF, 2011).

Em 1989, a Convenção sobre os Direitos da Criança, que reconheceu crianças e adolescentes como sujeitos de direitos que necessitam de especial respeito e prioridade absoluta nas políticas públicas, foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas e, em 1990, ratificada pelo Brasil (BRASIL,

2010; UNICEF, 2011). Adotados pela ONU em 2000, os dois Protocolos Facultativos da Convenção visavam o fortalecimento maior dos direitos das crianças (UNICEF, 2011).

Deve-se destacar que a Convenção sobre os Direitos da Criança supera concepções que consideram crianças e adolescentes como objeto de intervenção da família, sociedade e Estado (BRASIL, 2007).

Assim, uma grande mudança de paradigma ocorreu com o reconhecimento das crianças e adolescentes como portadores de direitos e garantias próprias, o que estabeleceu, dentro da Doutrina da Proteção Integral, obrigações diferenciadas para famílias, sociedade e Estado (BRASIL, 2007, 2010). No Brasil, o ECA, fundamentado na Doutrina da Proteção Integral, reafirma o entendimento dos adolescentes como sujeitos de direitos (BRASIL, 2010; MEIRELLES; HERZOG, 2008).

O ECA regulamentou o artigo 227 da Constituição Federal Brasileira de 1988, incorporando princípios e normas da Convenção sobre os Direitos da Criança (BRASIL, 2007). Em uma conjuntura mundial de consolidação dos direitos humanos, no Brasil a Constituição Brasileira (1988) e o ECA (1990), estabeleceram uma base sólida para

a conformação de políticas públicas direcionadas para a juventude (MINAS GERAIS, 2006).

O ECA afirma que crianças e adolescentes gozam de todos os direitos fundamentais inerentes ao ser humano, devendo ser assegurando a esse segmento oportunidades e facilidades para o pleno desenvolvimento, sendo dever da família, comunidade, sociedade e Poder Público (BRASIL, 2008):

[...] assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2008, p. 9-10).

Vale ressaltar que o ECA reformulou o acesso de crianças e adolescentes à justiça com a criação, no âmbito dos Poderes Judiciários Estaduais, da Justiça da Infância e Juventude, além de mecanismos e procedimentos próprios voltados para a proteção judicial e extrajudicial dos interesses individuais, difusos e coletivos deste segmento (BRASIL, 2007, 2010).

Destarte, no que se refere ao reconhecimento dos direitos dos adolescentes, o entendimento é que todos os adolescentes, apesar do termo “adolescente” não ser citado nas convenções, declarações ou tratados internacionais, têm direitos garantidos por legislações como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), bem como por outros pactos e tratados sobre direitos humanos, sendo a maioria deles coberta também pela Convenção sobre Direitos da Criança (1989) (UNICEF, 2011).

Aqui, é preciso ressaltar que é na adolescência, fase de oportunidades que requer proteção especial, que as desigualdades geralmente emergem de forma mais evidente (UNICEF, 2011). Quando não há o exercício de direitos referentes, por exemplo, a cuidados de saúde, educação de qualidade, proteção e participação, o adolescente tem relevante probabilidade de ser excluído, permanecer na pobreza ou empobrecer e não ter poder de manifestação, o que o fragiliza para atingir todas as suas potencialidades (UNICEF, 2011).

Os adolescentes desejam ser ouvidos, vistos como capazes de posicionamentos diante da realidade vivenciada, e reconhecidos em suas potencialidades (BRASIL, 2010). Para que os adolescentes sejam identificados como autores da

própria história, protagonistas, é preciso que ocorra uma mudança em ideias, valores e condutas (MEIRELLES; HERZOG, 2008).

Há de se reconhecer que, indubitavelmente, nas últimas décadas, a participação de adolescentes em fóruns internacionais vem crescendo de forma contínua, o que contribui para a agenda de desenvolvimento internacional sobre questões referentes à adolescência (UNICEF, 2011). As necessidades particulares dos adolescentes também vêm recebendo, ao longo das últimas duas a três décadas, maior atenção da comunidade internacional (UNICEF, 2011).

Especificamente sobre o exercício do direito à saúde na adolescência, percebe-se que a atenção integral à saúde dos adolescentes é contemplada na legislação brasileira (SILVA; RANÑA, 2006), entretanto, a organização dessa configura-se como um desafio (MINAS GERAIS, 2006). Diante do reconhecimento da relevância do desenvolvimento integral e das vulnerabilidades na adolescência, torna-se essencial a implantação de políticas públicas (MINAS GERAIS, 2006) voltadas para a promoção e garantia de direitos.

A Caderneta de Saúde do Adolescente, instrumento de suporte aos profissionais, valoriza o

adolescente como um sujeito de direitos e favorece a estruturação de uma assistência integral a esse segmento (BRASIL, 2013).

Sobre o direito à saúde, a limitação legal dos adolescentes para exercício de direitos, dentre eles o direito à saúde, configura-se como uma temática que vem suscitando dúvidas, criando receios e dificuldades para os profissionais de saúde (BRASIL, 2007). Nesse contexto, é preciso ressaltar que:

O direito à saúde constitui um direito humano fundamental, concebido numa perspectiva integradora e harmônica dos direitos individuais e sociais, um direito tutelar que exclui qualquer outra norma que se mostre prejudicial ao bem juridicamente tutelado à saúde da pessoa humana (BRASIL, 2007, p. 40).

Em função disso, diante dos entraves encontrados na assistência aos adolescentes, muitas vezes envolvendo questões legais e éticas, acredita-se que os profissionais de saúde devam conhecer as legislações referentes aos direitos dos adolescentes,

buscar a formação de parcerias e estabelecer canais de comunicação com outros setores.

Nesse sentido, é importante frisar também que princípios éticos (beneficência, não maleficência, respeito à autonomia, e melhor interesse do adolescente), garantidos no ECA e em códigos de ética de diferentes categorias profissionais, devem pautar as ações e serviços de saúde direcionados para adolescentes (BRASIL, 2013).

Diante do exposto, o entendimento é que, atualmente, apesar de haver um despertar para a importância fundamental dos direitos dos adolescentes, é notável a necessidade de direcionar a essa causa uma concentração maior de recursos, bem como planejamento estratégico e político, buscando-se o cumprimento dos compromissos internacionais existentes (UNICEF, 2011).

O Brasil, apesar dos recentes avanços alcançados, necessita direcionar o olhar para as diversas realidades vivenciadas por adolescentes, reconhecendo que os direitos garantidos nas legislações ainda não são exercidos por uma parcela significativa desse segmento. Assim, torna-se preciso também um movimento de defesa dos direitos dos adolescentes.

Políticas públicas de atenção à saúde do adolescente

Investir na saúde da população de adolescentes e de jovens é custo-efetivo porque garantir a qualidade de vida é garantir também a energia, o espírito criativo, inovador e construtivo da população jovem, que devem ser considerados como um rico potencial capaz de influenciar de forma positiva o desenvolvimento do país (BRASIL, 2010, p. 5).

É com a perspectiva desta citação acima que se inicia a reflexão sobre as políticas públicas de assistência à saúde do adolescente no Brasil.

Os documentos oficiais sobre a assistência ao adolescente compilados neste estudo, demonstram que embora as diretrizes vislumbrem o contrário, as ações definidas para o setor saúde no que se refere à assistência ao adolescente ainda estão bastante focadas no modelo biomédico, mais especificamente na questão das doenças sexualmente transmissíveis e também no risco de gravidez precoce. Assim, apesar do esforço dos documentos existentes, o adolescente ainda não é visto em sua integralidade uma vez que a

política de assistência à saúde na prática não leva de fato em consideração a complexidade e amplitude deste ser.

A adolescência é caracterizada como um estágio da vida onde o sujeito passa por transformações biopsicossociais. Essas transformações por sua vez, levam a um período de dúvidas e enfrentamento com seu próprio eu e com a sociedade.

A preocupação com este grupo etário é antiga e Benincasa (2010) cita Newcombe (1999) que resgata a preocupação de Platão e Aristóteles na Grécia Antiga com os adolescentes. Platão já advertia quanto ao uso de bebida alcoólica antes dos 18 anos, pois em sua compreensão não se deve colocar fogo no fogo, enquanto Aristóteles os considerava apaixonados e inclinados a se deixarem levar por seus impulsos.

Mesmo sendo antiga, segundo Macedo e Conceição (2015), a ideia prevalente nos serviços assume um caráter moral e regulador que visa resgatar adolescentes e jovens de sua inconsequência e ignorância e a ênfase recai sobre o paradigma do risco. Essas autoras destacam as ações voltadas ao controle da gravidez precoce e prevenção de doenças

sexualmente transmissíveis que são centradas em abordagem no risco e na vulnerabilidade.

Fator sócio demográfico, desempenho escolar, estrutura familiar, desenvolvimento psicológico, falta de emprego formam o contexto onde está inserido o adolescente. Os serviços de saúde ao traçar as diretrizes de atendimento ao adolescente devem buscar esta integralidade, pois promover a saúde do adolescente é promover um empoderamento para que o mesmo possa fazer decisões saudáveis e escolhas coerentes.

Conforme Macedo e Conceição (2013) o que deve ser priorizado nas ações dos serviços de saúde é o diálogo entre o saber científico e o saber popular, ao se buscarem soluções para os desafios encontrados, pois essa é a forma de relação que possibilita ao profissional uma nova abordagem à saúde do adolescente.

As autoras citadas acima afirmam que os programas de prevenção a comportamentos de risco dos adolescentes, especialmente na área da sexualidade e DST, não têm alcançado bons resultados, quando o objetivo é promover a mudança de comportamento e argumentam que isso se deve ao fato de ser este um processo complexo, atravessado

por determinantes afetivos, cognitivos, ideológicos que acontecem a médio e longo prazo.

Reconhece-se que a saúde do adolescente tem representado um desafio para os profissionais de saúde que se dedicam a este grupo populacional, uma vez que, trata-se de um grupo com características heterogêneas (RUZANY, 2008).

O documento oficial lançado em 2010, denominado Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde, traz em sua parte introdutória aspectos dos adolescentes como escolaridade, trabalho e situação de saúde. Nesta última, destaca a questão da violência e morte por causas externas (BRASIL, 2010). As estatísticas apresentadas mostram a vulnerabilidade do adolescente e a necessidade de traçar ações de saúde efetivas para este grupo etário, além de tentar estabelecer um novo olhar para a adolescência e a juventude.

Nas próprias diretrizes governamentais fica evidenciado que devido a diversidade dos contextos de vida dos adolescentes e jovens dentro do próprio país a compreensão do ser adolescente e a adequação de ações em cada região podem proporcionar uma

efetividade maior das estratégias de saúde (BRASIL, 2010).

Em 2013, ao definir as orientações básicas para a atenção integral à saúde de adolescentes nas escolas e unidades básicas de saúde, o Ministério da Saúde em sua justificativa cita que as ações estabelecidas devem levar em consideração que:

A adolescência é uma construção sócio-histórica cujas manifestações são fortemente influenciadas pelos fatores socioeconômicos, políticos e culturais do ambiente onde o adolescente vive; que saúde integral é o grau de bem-estar que permite ao adolescente crescer e se desenvolver de acordo com seu potencial biológico, psicológico e social; a atenção integral deve ser vista como o conjunto de esforços organizados em caráter intersetorial e interdisciplinar que visam oferecer respostas adequadas às exigências da adolescência para alcançar e manter a saúde integral (BRASIL, 2013, p. 9).

Com base nas considerações acima citadas, o documento governamental tem como objetivo

contribuir para a resolutividade e efetividade das ações de saúde, articuladas com as escolas, junto à população adolescente de 10 a 19 anos de idade. Por este documento é criada a Caderneta de Saúde do Adolescente, como instrumento para auxiliar os profissionais de saúde e organizar a assistência.

Para Brasil (2013), é responsabilidade da Equipe de Saúde da Família desenvolver ações de atenção primária e organizar a rede de saúde do seu território, bem como promover articulações intra e intersetoriais, estabelecendo parcerias e corresponsabilidades para a elaboração, condução e avaliação de ações destinadas à prevenção de agravos, promoção e assistência à saúde de adolescentes e jovens.

O fato de o documento citar a necessidade de articular ações intersetoriais reafirma que o lidar com o adolescente não se sustenta apenas no setor saúde, é necessário buscar outros atores e serviços para proporcionar resolutividades das ações. Todavia os serviços de saúde reconhecem a dificuldade das parcerias estabelecidas com outros setores se tornarem permanentes, o que muito se assiste são parcerias pontuais.

Para a consolidação das parcerias, torna-se fundamental o interesse e empenho dos gestores dos

municípios, no sentido de sensibilizar os coordenadores e profissionais dos serviços e de sistematizar as práticas intra e intersetoriais.

Em situações especiais, devido a complexidade biológica, social, histórica e cultural de algumas patologias é necessário traçar diretrizes específicas para abordagem do adolescente como o que se tem em relação ao manejo de infecção pelo HIV. O Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Manejo da Infecção pelo HIV em Crianças e Adolescente publicado em 2014 é um exemplo. Nele o Ministério da Saúde mostra as especificidades do manejo clínico e terapêutico do grupo adolescente e traz um capítulo intitulado Adolescentes vivendo com HIV e Aids (BRASIL, 2014), em que destaca a necessidade de uma abordagem diferenciada dos profissionais de saúde em relação ao adolescente que vive com HIV/aids para ser oferecida uma assistência qualificada.

Alguns pontos deste documento mostram esta especificidade:

A fantasia de invulnerabilidade, própria do adolescente, pode dificultar a assimilação do viver com HIV/aids como: seguir um esquema

terapêutico, comparecer ao serviço de saúde, realizar exames laboratoriais, principalmente se ainda não houver sintomas marcantes de doença. Tudo isto, vai de encontro à sua maneira mágica de se relacionar com o tempo e com a ideia de indestrutibilidade e cura.

A atitude contestadora e transgressora e a busca de independência podem dificultar ou mesmo impedir uma boa adesão ao tratamento. Depender de médicos, medicamentos, controles rigorosos de saúde estão na contramão de todo o esforço para a conquista da independência e da autonomia, e esta sempre deve ser proporcionada conforme as capacidades do adolescente.

A necessidade de independência em relação aos pais ou responsáveis pode ser dificultada devido a sua situação de saúde e necessidade de cuidados.

A identificação com o grupo de pares, tão importante nesse período de vida, pode ser prejudicada se o adolescente sente-se ou é visto como diferente.

O uso de drogas lícitas e ilícitas, inclusive anabolizantes, que podem comprometer à saúde do adolescente;

O interesse ou início de vida sexual requer orientação adequada quanto à prática de sexo seguro.

A autoestima pode estar fragilizada pela doença, pela imagem corporal, ou pelos efeitos adversos dos antirretrovirais (BRASIL, 2014, p. 151).

Os documentos reconhecem a fragilidade e dificuldade dos profissionais de saúde na assistência ao ser adolescente. Deve se reconhecer que, se por um lado existem conhecimentos o suficiente para descrever as características e personalidade do adolescente desde muitos anos, por outro lado o adolescente ainda continua com a oferta de uma assistência pública fragilizada. É necessário discutir talvez, o processo de formação dos profissionais de saúde e de outros profissionais envolvidos na assistência ao adolescente, além, é claro, de estabelecer políticas públicas que possam minimizar as diversas variáveis que fragilizam a saúde do adolescente e coloca em situações vulneráveis.

Considerações finais

Diante do exposto, identifica-se que atualmente há um contexto legal, nacional e internacional, que reconhece e legitima os direitos dos adolescentes.

No Brasil, as políticas públicas de saúde propostas nos documentos governamentais buscam articular as orientações aos profissionais a esse arcabouço jurídico em prol da saúde e do pleno desenvolvimento dos indivíduos nessa faixa etária.

Esse contexto apresenta-se como uma inegável e importante conquista, porém ainda constitui-se como um desafio a promoção da proteção integral e da atenção integral à saúde do adolescente nas práticas dos profissionais que atendem essa clientela, destacando-se aqui as lacunas nas relações intra e intersetoriais voltadas a esse grupo etário.

Assim, mantém-se como imperativo ético o movimento de reflexão e defesa dos direitos e da atenção integral à saúde dos adolescentes pela sociedade.

Referências Bibliográficas

ARANTES, E. M. M. Direitos da criança e do adolescente: um debate necessário. **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, p. 45-56, 2012.

AVILA, S. F. O. A adolescência como ideal social. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, 2., 2005, São Paulo. **Proceedings online...**Disponível em:

<http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000200008&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 04 ago. 2016.

BENINCASA, M. **Avaliação da qualidade de vida e uso de drogas em adolescentes no município de São Paulo**, 2010. Tese (Doutorado em Psicologia) Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BOEHS, A. E.; RUMOR, P. C. F.; RIBEIRO, E. M., GRISOTTI, M. Percepções das mães sobre os cuidados à saúde da criança até 6 anos. **REME – Rev. Min. Enferm.**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 114-20, jan./mar. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 3. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para manejo da infecção pelo HIV em crianças e adolescentes**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. **Marco legal: saúde, um direito de adolescentes**. 1 reimpr. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Orientações básicas de atenção integral à saúde de adolescentes nas escolas e unidades básicas de saúde**. 1 reimpr. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em:<

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm

>. Acesso em: 04 ago. 2016.

BRÊTAS, J. R. S. Vulnerabilidade e adolescência. **Rev. Soc. Bras. Enferm. Ped.**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 89-96, dez. 2010.

EISENSTEIN, E. Adolescência: definições, conceitos e critérios. **Adolesc. Saude**, v. 2, n. 2, jun. 2005.

FILIPINI, C. B; PRADO, B. O; FELIPE, A. O. B; TERRA, F. S. Transformações físicas e psíquicas: um olhar do adolescente. **Adolesc. Saude**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 22-29, jan./mar. 2013.

FROTA, A. M. M. C. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. **Estud. Pesqui. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 144-157, jun. 2007.

JEOLÁS, L. S.; FERRARI, R. A. P. Oficinas de prevenção em um serviço de saúde para adolescentes: espaço de reflexão e de conhecimento compartilhado. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 611-20, 2003.

MACEDO, E. O. S.; CONCEIÇÃO, M. I. G. Ações em grupo voltadas à promoção da saúde de adolescentes. **Rev. Bras. Crescimento Desenvol. Hum.**, São Paulo, v. 23, n. 2, p.222-230, 2013.

_____ Significações sobre adolescência e saúde entre participantes de um grupo educativo de adolescentes. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 35, n. 4, p.1059-1073, out./dez. 2015.

MARIANO, M. R.; PINHEIRO, A. K. B.; AQUINO, P. S.; XIMENES, L. B.; PAGLIUCA, L. M. F. Jogo educativo na promoção da saúde de adolescentes: revisão integrativa. **Rev. Eletr. Enf.**, v. 15, n. 1, p. 265-73, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5216/ree.v15i1.17814>>. Acesso em: 04 ago. 2016.

MEIRELLES, Z.; HERZOG, R. A violência na vida de adolescentes e jovens. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde do adolescente: competências e habilidades**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. **Atenção à saúde do adolescente**. Belo Horizonte: SAS/MG, 2006.

MORAES, S. P.; VITALE, M. S. S. Direitos sexuais e reprodutivos na adolescência. **Rev. Assoc. Med. Bras.**, São Paulo, v. 58, n. 1, p. 48-52, jan./fev. 2012.

MORAIS, N. A.; MORAIS, C. A.; REIS, S.; KOLLER, S. H. Promoção de saúde e adolescência:

um exemplo de intervenção com adolescentes em situação de rua. **Psicol. Soc.**, v. 22, n. 3, p. 507-18, 2010.

PINTO, B. K.; SOARES, D. C.; CECAGNO D.; MUNIZ, R. M. Promoção da saúde e intersetorialidade: um processo em construção. **REME – Rev. Min. Enferm.**, v. 16, n. 4, p. 487-93, out./dez. 2012.

RUZANY, Maria Helena. Atenção a saúde do adolescente: mudança de paradigma. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde do adolescente: competências e habilidades**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

SILVA, E. R. A.; OLIVEIRA, R. M. O Adolescente em conflito com a lei e o debate sobre a redução da maioria penal: esclarecimentos necessários. **Nota Técnica**, IPEA, Brasília, n. 20, jun. 2015. 41 p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/notatecnica_maioridade_penal>. Acesso em: 02 ago. 2016.

SILVA, L. N.; RANÑA, F. F. Legislação e a saúde do adolescente. In: SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal da Saúde. Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde

(CODEPPS). **Manual de atenção à saúde do adolescente**. Secretaria da Saúde. São Paulo: SMS, 2006.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Situação Mundial da Infância 2011**. 2011.

VIEIRA NETTO, M. F.; DESLANDES, S. F. As Estratégias da Saúde da Família no enfrentamento das violências envolvendo adolescentes. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 5, p. 1583-95, maio 2016.

CIDADES UNIVERSITÁRIAS: PRODUÇÃO JUVENIL, OPORTUNIDADES SOCIAIS E TERRITÓRIO DE PASSAGENS¹²¹

Otávio Luiz Machado¹²²

Jéssica Mayra Camões¹²³

RESUMO: o texto traz uma discussão sobre a configuração universitária na cidade de Frutal-MG, tendo como objetivo contribuir para o melhor entendimento da dinâmica social a partir da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). É feita uma discussão sobre os significados simbólicos presentes nas cidades universitárias e os mecanismos de participação que geram pertencimentos a esses lugares sociais.

PALAVRA-CHAVE: Universidade; estudantes; sociabilidades.

Introdução

Quando iniciamos o nosso projeto de pesquisa tínhamos como única referência para estudar uma

¹²¹ O texto representa algumas reflexões da pesquisa intitulada “Cidade dos estudantes: culturas juvenis e sociabilidade universitária em Frutal-MG”, que foi financiada pelo Edital 04/2015 – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/UEMG/CNPq.

¹²² Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) na cidade de Frutal. Líder do grupo de pesquisa “Juventudes, Sociedades e Formação Humana. E-mail: otaviomachado3@yahoo.com.br

¹²³ Estudante de Comunicação da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) na cidade de Frutal. Foi bolsista de iniciação científica da citada pesquisa. E-mail: jessicacamoess@hotmail.com

cidade universitária a experiência de pesquisa empreendida por Machado (2013, 2014 e 2015) Estanque (2008).

Ao longo do trabalho que desenvolvemos buscamos respostas para melhor entendermos os reais motivos da UEMG Frutal ter se tornado uma instituição universitária com atratividade significativa de estudantes de outras cidades de Estados vizinhos ou mesmo do interior do próprio Estado.

A grande questão de pesquisa esteve associada à relação universidade e sociedade, principalmente para produzir o entendimento de como os estudantes navegam nesses dois universos, quais os lugares de passagens, quais suas referências de existência no lugar que escolheram para estudar.

Como um trabalho original sobre uma realidade social plural, multifacetada, fragmentada e diversificada, então é preciso esclarecer que as dimensões iniciadas pensadas para o estudo foram modificadas para melhor percebermos os novos elementos que foram postos no debate sobre a “cidade dos estudantes”, principalmente com a mudança da conjuntura universitária com a realização da primeira eleição para a direção e de escolha democrática para os coordenadores de cursos

e chefes de Departamento da Unidade da UEMG em Frutal e os protestos reivindicatórios para melhorias das condições da cidade universitária em 2015.

O ano de 2016 foi enriquecedor para a nossa pesquisa diante de novas situações sociais que passaram pela universidade, pois ocorreu a primeira greve dos professores, a primeira paralisação das aulas pelos estudantes e a ocupação do principal prédio da universidade pelos próprios estudantes, que transcorreu dentro de uma mobilização significativa que se propôs a debater a experiência universitária em profundidade.

Como pesquisadores não podíamos ignorar tais episódios, pois nos davam muitas respostas para pensarmos as condições da cidade de Frutal como cidade universitária, aspectos da culturas juvenis e da sociabilidade universitária.

Os novos episódios que destacamos acima nos permitiu observar melhor aspectos de maior integração dos universitários, inclusive quando ficou aflorado que o projeto universitário vivenciado na UEMG estava sendo identificado pelo conjunto dos estudantes como um projeto inacabado, inconcluso e com possibilidades de cisão.

A grande descoberta do nosso projeto de pesquisa foi a identificação de um sentimento de

pertencimento muito forte dos estudantes com a universidade, o que os levam a perceber o período de permanência para dedicar a um curso da universidade como um momento muito importante da vida deles.

Também vivenciamos ainda uma transição de um modelo de ambiente universitário na cidade de Frutal em que podemos chamar de **abertura democrática** diante do quadro de pouca abertura para o diálogo existente no momento anterior ao mês de abril de 2015.

Os movimentos estudantis ganharam nesse processo de transição universitária entre 2015 e 2016 o status de principal canal de expressão dos sentimentos, insatisfações, perspectivas e expectativas quanto ao projeto universitário, o que foi possível pois trouxe para próximo de si toda uma discussão que era realizada separadamente pelos mais diversos grupos, coletivos ou entidades estudantis.

A construção de um projeto de universidade

Na UEMG Frutal aflorou pelos estudantes a construção de um projeto de universidade de caráter emancipatório. É o que aponta os movimentos reivindicatórios estudados por esse projeto,

considerando que as reivindicações, propostas e ideários estudantis repensou a educação pública ofertada na universidade.

Um dos enfoques de tais movimentos é a questão da formação humana, tendo a busca de ambientes de convivência, de diálogo, de abertura para o contraponto e a manifestação, de aprendizado coletivo e do respeito às diferenças indo de encontro à questão dos direitos humanos, pois o princípio da dignidade humana é discutido sob os mais diversos pontos de vista dentro da pluralidade de vozes existentes e a multiplicidade de temas apresentados.

O que se percebe é a constituição de novas formas de reciprocidade entre os estudantes para a mudança do quadro de estagnação a qual a universidade vem enfrentando nos últimos anos, o que compromete a formação dos estudantes diante das condições a que estão submetidos os que vivenciam a educação em instituições frágeis.

Os estudantes, por sua vez, que buscam interagir numa “cidade dos estudantes”, principalmente reapropriam esses espaços dotando-os de lugares de sociabilidade pública (um importante estudo sobre essa temática pode ser produzido por Malta, 2009), ao transformarem os espaços em que contracenam como os mais diversos

atores como também parte do seu próprio projeto, também tornam a cidade como parte da universidade a que estão ligados.

A universidade passou a ser vivenciada não somente como um espaço de credencialismo profissional via aquisição do diploma universitário, mas como um espaço de formação humana e preparação para a vida, apresentando-se assim novos padrões universitários em que o atendimento das necessidades humanas esteja na ordem do dia.

O projeto de universidade é aliado a um projeto de vida dos indivíduos. A participação cívica torna-se o mecanismo de transformação do desejo à realização de objetivos específicos, sendo que a “viabilidade de suas realizações vai depender do jogo e a interação com outros *projetos* individuais ou coletivos, da natureza e da dinâmica do *campo de possibilidades*” (Velho, 2003, p. 47).

Não existem condições dadas a priori para que os acontecimentos reais se tornem aquilo que foi idealizado e pensado, caso considerarmos o seguinte: “Os *projetos*, como as pessoas, mudam. Ou as pessoas mudam através de seus *projetos*” (*idem*, p. 48). O encaminhamento das demandas que fazem parte das exigências educacionais básicas para o atendimento mínimo para o funcionamento da

universidade traz o princípio da dignidade humana para o centro do debate, pois os indivíduos não podem ser submetidos às condições que violam seus direitos, sua existência e nem suas esperanças de serem seres humanos melhores.

É fundamental salientar a convivência do ambiente universitário precário da UEMG Frutal com a frustração coletiva em torno do projeto da Cidade das Águas (da Fundação Hidroex ligada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Estado de Minas Gerais), cuja situação de abandono nas obras, instalações e equipamentos num claro desperdício de recursos públicos reforça a resistência democrática da comunidade universitária para que se chegue a um bom termo as melhorias da universidade e dos indivíduos que nela estão inseridos, tais como a existência de uma política de assistência estudantil para os estudantes, de atualização do salário dos servidores e do investimento público para que as condições da educação sejam satisfatórias.

Um diálogo com os estudiosos da temática juventudes

A juventude e o papel que a mesma exerce dentro de um contexto histórico e de uma dada sociedade vem sendo objeto de estudo de inúmeros autores (Pais, 1990; Groppo, 2000; Abramo, 1994). Por muito tempo, associou-se à juventude uma visão negativa; talvez pela própria situação, pela própria condição de transição. Seja por seu caráter rebelde, pela agressividade real e simbólica do seu comportamento ou pela negatividade de suas representações do presente e futuro, a juventude mostra-se como agente transformador e propositor de transformações; como sujeito capaz de introduzir mudanças reais na sociedade. Com seu estilo, músicas, encenações, trajes; eles levantam questões buscando respostas sobre sua condição juvenil, sobre a ordem social e sobre o mundo contemporâneo.

A juventude passou então a ser vista como uma categoria social, ou seja, como um grupo capaz de atuar politicamente visando defender seus interesses; como uma categoria propícia para simbolizar os dilemas da contemporaneidade. Nesse sentido, argumentam em relação as tendências

sociais no presente e os rumos que as mesmas imprimem para o futuro. Por muito tempo o estudo sobre a sociedade jovem se ateve somente para os jovens universitários, já que por serem considerados “filhos da classe média”, eles aparecem como figuras centrais, não só pela intensa significação social que a educação adquire, mas também pelo fato de serem os jovens universitários que tomaram parte ativa nas mobilizações sociais que marcam o período, reivindicando o aprofundamento das mudanças em curso. Não só nos anos passados, mas até hoje se observa um campo de atuação destinado aos jovens estudantes universitários. Deve-se considerar que cada juventude é caracterizada pelo contexto histórico em que viveu, diferenciando, assim, os objetivos, os interesses e a “função” social de cada classe juvenil (Abramo, 1994).

Seguindo com o mesmo objeto de estudo de Abramo, Machado Pais (1990) trata a sociologia da juventude juntamente com a sociologia do lazer, pois seria no domínio do lazer que ocorreria maior visibilidade e expressão das culturas juvenis. Este interesse da sociologia da juventude pelo lazer tem originado tendências controversas: uma tendência que acredita que as culturas juvenis são “homogêneas”, dando á juventude à mesma

característica. Há, assim, uma tentativa de dismantelar o mito da “juventude homogênea”, no terreno onde ele se encontra mais enraizado – o do lazer, mostrando que a juventude não se expressa da mesma maneira. Em consequência da primeira tendência surge outra, que trata as práticas culturais juvenis como “marginais” em consequência de um caráter “etnocêntrico”.

Entrando na cidade dos estudantes: os rituais de iniciação

No dia 1 de março, novos rostos chegaram á cidade de Frutal. Mais uma vez Frutal foi, para muitos, o lugar escolhido para se realizar sonhos e cumprir metas. A cidade pacata se tornara então, palco de novas histórias, amizades e crescimentos. Não apenas no âmbito social, mas também no profissional, a UEMG investiu em uma semana repleta de novidades e informações para receptar tanto os calouros quanto os veteranos. A semana ficou conhecida como “Semana Calourosa” e o objetivo de tal evento é promover a interação entre todos os alunos, além de ser uma forma de todos os calouros conhecerem mais sobre a universidade e seus projetos.

A Semana começou com a famosa “Aula Magna”, que corresponde à aula inaugural do semestre. Nesta aula foram apresentados aos calouros os principais representantes e atuantes diretos da universidade, bem como os Centros Acadêmicos, Besouteria, Frente Feminista e Diretório Acadêmico. Mas, a estrela da noite foi o Jornalista e Cientista Social Matheus Pichonelli, também escritor sobre cultura e comportamento no site da Carta Capital. O principal assunto discutido por Pichonelli foi a juventude e sua vivência dentro da sociedade. Antes da palestra, a Besouteria fez uma apresentação para recepcionar todos os alunos.

Enquanto acontecia a Aula Magna para os calouros, os veteranos se preparavam para a realização do trote universitário, que aconteceria após o evento da noite. Muitos dos calouros optaram por não assistir á palestra e aproveitar o tempo para conhecerem mais da universidade e dos colegas; mas mal imaginavam o que esperava por eles.

O trote foi organizado pelas principais repúblicas da cidade, as quais ficaram responsáveis pela “adoção” dos bixos e pelo feitio das famosas “plaquinhas”, que identificam quem é calouro e de qual república este é agregado. As placas contém o apelido que os veteranos dão aos calouros, fator que

também proporciona maior interação entre os alunos, pois muitos ficam conhecidos por seus apelidos pelo resto de sua graduação.

Após o término da Aula, os veteranos organizaram os calouros em duas filas: uma feminina e a outra masculina; para que se pudesse iniciar a “zueira”. Os calouros foram, então, da Universidade até a praça da Matriz da cidade em posição de “elefantinho”, que é clássico nos trotes pelo Brasil. Os calouros são convidados a andar como uma manada afetuosa: por entre as pernas, seus braços se entrelaçam, fazendo a vez das trombas e rabos. No caminho até a praça, os bixos são obrigados a idolatram seus veteranos, gritando: “bixo é burro, veterano é foda”, além de serem vítimas de muita sujeira, como tintas, óleo, café, entre outras coisas que são espalhadas pelo corpo.

Na praça a “zuação” foi maior ainda. Os veteranos aproveitam para sujarem ainda mais os calouros, mas logo depois começa a fase da interação. Mesmo depois da bandalheira os calouros usufruíram do momento para interagirem com os demais. É um momento de muita algazarra, comunicação, convívio e diálogo. É o marco de uma trajetória que nunca será esquecida por quem já viveu.

Após a realização do trote começa a onda das festas de repúblicas; momento para se comemorar a vitória do ingresso em uma universidade, conhecer quem irá conviver com você por alguns anos, quem serão sua “família” em uma cidade que dos seus pais você só pode trazer a saudade. Parece difícil, mas quem aproveita, quem vive o momento, tem o prazer de dizer que cortou o cordão umbilical e abriu as asas para o mundo.

Nesta etapa do nosso trabalho, construímos um questionário aberto para os calouros dos cursos de Direito, Comunicação Social e Administração; os quais se caracterizam por serem os cursos mais ativos da Universidade. O questionário abordou, além dos dados pessoais dos calouros, vertentes como: opção de moradia escolhida; meios de comunicação que informam o que acontece na Universidade; pontos positivos e negativos sobre as repúblicas estudantis; impressão da cidade de Frutal como cidade universitária; o que a UEMG poderia oferecer que ainda não oferece, entre outros assuntos relativos a vida universitária dos alunos.

Ao se fazer uma análise qualitativa dos questionários, podemos observar, sem sobra de dúvidas, que a maioria dos alunos que chegam á Frutal são oriundos de outras cidades; ou seja, não

são naturais de Frutal. Muitos alunos são de cidades próximas á Frutal, como, por exemplo: Planura, Itapagipe e Fronteira; mas uma grande maioria vem de cidades pertencentes ao Estado de São Paulo.

Mais da metade dos alunos que cursam sua Graduação na UEMG/Frutal possuem renda familiar variando entre 1 (um) a 5 (cinco) salários mínimos; visto que Frutal é uma cidade que possui um custo alto de vida, e por isso os gastos para manter o filho estudando na cidade não são poucos.

A maioria dos estudantes escolheu cursar na UEMG/Frutal em virtude da proximidade da cidade com suas respectivas cidades de origem. Frutal localiza-se na divisa entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais; o que faz dela uma cidade prática e de fácil acesso para os estudantes oriundos das regiões próxima. Outro fator que pesou para a escolha da graduação dos alunos foi o fato da UEMG ser uma instituição pública com ensino de qualidade.

No questionário passado aos calouros foi perguntado sobre a opção de moradia escolhida. Muitos disseram que residem em casa, porém não justificaram se a residência é própria ou alugada. No entanto, é visível que a maioria prefere morar sozinho (ou dividir uma kitnet com uma pessoa, no máximo) do que em Repúblicas. Os argumentos dos

alunos foram que as Repúblicas possuem, como pontos positivos, uma facilidade de interação dos calouros com o veteranos e o baixo custo; uma casa dividida entre 4 ou mais pessoas sai mais em conta do que o aluguel de um apartamento, por exemplo. Porém, os pontos negativos da mesma são a falta de privacidade e a desordem (bagunça), a qual pode prejudicar os estudos do aluno.

Com relação aos meios de comunicação que informam o que acontece na Universidade, a internet e as redes sociais têm papel atuante. O grupo do Facebook “BIXOS-UEMG-FRUTAL” auxilia o calouro e também constitui uma forma de interação entre todos os cursos.

Já foi mencionado que a cidade e os estudantes que nela atuam são ambos, muito receptivos. Mais de 90% dos alunos tiveram uma ótima recepção quando chegaram à cidade; fator que constitui um ponto positivo para a cidade. No entanto, os calouros argumentaram que a “primeira impressão” que tiveram da cidade foi que a mesma é uma cidade pequena, com infraestrutura precária e custo alto de vida. A cidade possui transporte público também precário e um índice grande de criminalidade; fatores que se enquadram nos pontos negativos da cidade.

Ao ser perguntado sobre o que a Universidade poderia oferecer e que ainda não oferece, a primeira insatisfação dos alunos é estrada de acesso a UEMG, a qual se encontra esburacada na sua totalidade, dificultando assim a passagem de veículos. Os alunos já pedem por melhorias no acesso ao campus; para a direção, juntamente com a prefeitura, trabalharem no asfaltamento da estrada. Outras duas estruturas a pedido dos alunos são o Restaurante Universitário (R.U) e uma biblioteca com maiores espaços de estudo, mais tecnologia e um acervo maior de livros.

Apesar dos argumentos favoráveis e desfavoráveis, os alunos acreditam que a universidade poderá proporcionar, juntamente com o bom desempenho durante o curso, um mercado de trabalho amplo e com muitas oportunidades. Muitos prestarão concurso público; outros farão especializações na área; porém, acreditam que terão as portas abertas na área de trabalho.

Sentimento de Pertencimento

Os últimos acontecimentos que se propagaram da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Frutal Estado afora, se findam em uma discussão a respeito de seu propósito. Salvo as pautas

dos docentes e as reivindicações estudantis, o ponto central e eixo de todas essas eventualidades é o sentimento de pertencimento à Universidade.

Será que é válido fazer parte de uma instituição e permanecer inerte diante de suas adversidades? A classe estudantil, por ser maioria, deve apenas aceitar o que lhes é imposto vindo das autoridades estudantis? O privado tem mais valor que o coletivo? A Universidade se caracteriza apenas como um local de passagem ou uma experiência para se levar para a vida?

Os movimentos reivindicatórios na UEMG unidade Frutal visam novos rumos para a Educação Pública, um olhar para os direitos humanos e a construção de um projeto emancipatório de Universidade. O título de protagonista desses fatos não é dedicado a uma pessoa em específico; os protagonistas é o coletivo, visto que a Universidade não é formada apenas por um grupo; é uma construção de alunos, professores e funcionários. A questão de tomar o público como seu, e não como algo privado, implica em ganhos para o geral, principalmente para aqueles que ingressarão futuramente no ensino público.

O movimento grevista consolidado primeiramente pelos docentes seguiu-se da

paralisação estudantil, que apesar de ter como esclarecimento o apoio aos professores e ao movimento, expandiu-se a medida que se tornou visível a necessidade dos alunos de fazerem parte de uma instituição em que era possível construir sendo ouvido, fazer acontecer e trabalhar para a consolidação de uma Universidade dita pública e que valoriza seus alunos e professores.

O ano de 2015 foi marcado pela primeira tentativa de pertencimento á UEMG: os discentes se organizaram e fizeram movimentos internos para conseguirem eleições para o cargo de diretor. Após várias tentativas e vozes difundidas campus adentro, pode-se dizer que o Diretor atual da UEMG foi lá colocado de maneira democrática, por votação e por escolha da maioria.

Outro indício da necessidade de expor pensamentos, preocupações, melhorias e do sentimento de “fazer parte” também se verificou no ano de 2015, quando os estudantes fizeram uma espécie de passeata pelas ruas de Frutal pedindo o apoio dos moradores da cidade diante do grande número de furtos que estava ocorrendo na Avenida que liga a cidade á universidade.

Uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos estudantes da UEMG - Frutal e que culmina em

um impasse para o crescimento da própria Universidade é o fato de que a UEMG – Frutal não faz muito sentido para a própria cidade em que ela está inserida. Não há, portanto, a coexistência entre Frutalenses e Universitários, fator que dificulta o diálogo e torna o espaço hierarquizado. Já se vivenciou verdadeiras situações de descaso para com o universitário por parte dos moradores, que culpam a classe estudantil pelas ondas de assalto e tráfico de drogas na cidade.

As expectativas do estudante universitário da UEMG – Frutal não são atendidas em sua totalidade. Após dois meses de greve, o diálogo com as autoridades ainda é muito difícil; pouca coisa se conseguiu com relação à pauta dos alunos, e nenhuma resposta em relação ao aumento salarial dos professores. As condições estudantis continuam precárias e pouco se sabe quando tudo sairá do papel e irá se concretizar; mas o envolvimento com os acontecimentos e a necessidade de melhorias é tamanho, que cada dia é um novo dia para deixar marcas, fazer histórias, ser reconhecido e reconhecer o próximo como alguém que também faz parte da história.

Considerações finais

Ao longo do desenvolvimento desse trabalho fomos a todo momento buscando analisar as condições de transformação a qual estavam postas no ambiente universitário a partir da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), na cidade de Frutal. (resumo)

Entre 2015 e 2016 um novo retrato pôde ser feito na UEMG, principalmente as condições de manutenção de uma vida universitária com elementos que apontam para o dinamismo dos estudantes e suas entidades estudantis.

Os estudantes, sem dúvida alguma, marcam a universidade. Constroem espaços, pautam ações para o desenvolvimento da universidade e criam demandas universais na educação superior.

Um grande resultado da pesquisa foi a identificação de um sentimento de pertencimento à UEMG por um conjunto de estudantes identificado com a transformação necessária da instituição para uma visão mais social de seu papel, inclusive apontando a necessidade da inserção social.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, H. W. Contexto histórico e condição juvenil. In **___ Cenas Juvenis: Punks e Darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Ed. Página Aberta, 1994, p. 1-46.

ESTANQUE, Elísio. « Jovens, estudantes e ‘repúblicos’: Culturas estudantis e crise do associativismo em Coimbra », **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 81 | 2008, colocado online no dia 01 Outubro 2012, criado a 15 Julho 2015. URL : <http://rccs.revues.org/645> ; DOI : 10.4000/rccs.645.

FORACCHI, Marialice Mencarini. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

MACHADO, Otávio Luiz. **Aquarius: A Maior República Estudantil das Américas, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil**. 1. ed. Frutal-MG: Prospectiva, 2013.

MACHADO, Otávio Luiz. **Repúblicas estudantis de Ouro Preto**. Frutal: Prospectiva, 2014.

MACHADO, Otávio Luiz. **Esportes e esportividade na vida estudantil de Ouro Preto, Minas Gerais**. 1. ed. Frutal-MG: Prospectiva, 2015. v. 1. 300p .

MALTA, Eder. “Práticas Culturais Juvenis: O ‘Rock’ das Repúblicas Universitárias de Ouro Preto”.
In: III Fórum Identidades e Alteridades: Educação, Diversidade e Questões de Gênero, 2009, Itabaiana. Caderno de Resumo e Programação. III Fórum Identidades e Alteridades, 2009. p. 1-16.

PAIS, J.M. Lazer e sociabilidades juvenis – um ensaio de análise etnográfica. *Análise Social*, vol. XXV (106-109). 1990 (4.º E 5.º) 591-644

_____. PAIS, J.M. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. *Análise Social*, vol. XXV (105-106), 1990 (1.º, 2º), 139-165

PORTAS, Nuno Martins; BARATA, José Pedro Martins - A universidade na cidade: problemas arquitectónicos e de inserção no espaço urbano. *In: Análise social*, Lisboa, 6 (22-23-24) 1968, p. 492-509

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

